A UNIVERSIDADE NO ESPAÇO LÚSOFONO: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO DE MOBILIDADE E COOPERAÇÃO

UMA PERSPECTIVA SOBRE O CAPITAL SOCIAL

Sandra Cristina Borralho de Oliveira e Sanches

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais
Especialidade: Cooperação e Desenvolvimento

ORIENTADOR (A/ES) : *Miguel Rocha de Sousa*
Maria de Deus Manso

ÉVORA, DEZEMBRO 2013

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO AVANÇADA

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos…….. 1
Resumo ……... 3
Abstract……... 4
Introdução ……... 5

Parte I
Capítulo I
1.Estado da Arte……... 14
2. Problemática e as Questões de Investigação……..... 32

Parte II
Capítulo I
1. Contextualização……... 39

Capítulo II
1. Contributos Teóricos……..... 53
1.1. Contributos das Relações Internacionais……... 55
1.1.1. Paradigmas das Relações Internacionais …….. 55
1.1.2. Conceções Teóricas das Relações Internacionais..……..... 57
1.1.2.1. Modelo Realista ……..……..……... 59
1.1.2.2. Debate entre Neo-Realistas e Neoliberais..... 61
1.1.2.3. Modelo Idealista..... 65
1.1.2.4. Modelo Pluralista..... 66
1.1.2.5. Modelo Neo-Marxista..... 68
1.1.2.6. Modelo Construtivista..... 69
1.1.2.7. Teorias da Cooperação..... 71
1.1.2.8. O Funcionalismo e a Cooperação Internacional..... 74
1.1.3. Conceito de Globalização..... 75

1.1.4. O Poder 78
1.1.4.1. Poder Tecnológico..... 84
1.1.4.2. Poder Científico..... 84
1.1.5. Apontamentos sobre Geopolítica e Geoestratégia..... 86
1.1.5.1. Geopolítica..... 87
1.1.5.2. Geoestratégia..... 88
1.2. Lusofonia: Percurso Histórico..... 88
1.2.1. Conceito de Lusofonia..... 88
1.3. Conceito de Universidade..... 104
1.4. Conceito de Capital Humano..... 108
1.5. A ponte entre o Capital Humano e o Capital social..... 123
1.5.1. Conceito de Capital social..... 132

Capítulo III
1. Estratégia de Investigação e Metodologia..... 155
1.1. Questões de Investigação e Modelo de Análise..... 162
1.2. Metodologia..... 168

Parte III
Capítulo I
1. Caracterização da Universidade Pública estudada..... 175
1.1. Enquadramento espácio-temporal..... 175
1.1.1. Apresentação da Escola: da lousa ao ecrã digital..... 176
1.1.2. Cultura da Escola..... 178
1.1.3. A Universidade e a Sociedade..... 180
1.1.3.1. Boas Vindas..... 181
1.1.3.2. Convívios ao Fim de Tarde..... 181
1.1.3.3. Feira do Livro..... 182
1.1.3.4. Torneios de Futebol..... 182
1.1.4. A Escola e os alunos do Espaço Lusófono..... 183
1.1.4.1. A Figura do Mentor..... 184

1.1.4.2. O Tutor..... 185
1.1.4.3. Alojamento..... 186
1.1.4.4. Apoios..... 188
1.1.4.5. Trajectórias..... 189
1.1.5. “Mente sã em Corpo são”: A Escola, a Cultura e o Desporto..... 191
1.1.6. Investigação..... 192
2. Organização da Escola..... 194

Capítulo II
1. A construção do espaço da Universidade através da internacionalização. Análise de dados empíricos recolhidos através das entrevistas em articulação com os contributos teóricos..... 195
1.1. Dimensão da autonomia e da tecnologia..... 201
1.2. Dimensão das competências, estratégias e relações interprofissionais 212
1.3. Dimensão da organização académica..... 224
1.4. Dimensão socioeconómica..... 235
1.5. Dimensão cultural..... 247
1.6. Apontamentos Conclusivos..... 254

Conclusões..... 261
Questões em aberto e reflexões..... 277
Bibliografia..... 279
Anexos..... s.p.

ÍNDICE DE ANEXOS

I. Abreviaturas utilizadas..... I

II. Guião de entrevista dos docentes..... III

III. Guião de entrevista a não docentes..... X

IV. Ficha metodológica das entrevistas..... XIV

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Autores contemporâneos do estudo do capital social e respectivas perspectivas..... 140
Quadro 2 - Cronologia dos vários autores do Capital social..... 148
Quadro 3 - Interações possíveis do Capital social..... 151
Quadro 4 - Classificação por atributos dos entrevistados..... 196
Quadro 5 - Codificação das entrevistas..... 197
Quadro 6 - Classificação e categorização dos entrevistados..... 199
Quadro 7 - Dimensões de análise..... 200
Quadro 8 - Matriz 1..... 206
Quadro 9 - Matriz 2..... 211
Quadro 10 - Matriz 3..... 216
Quadro 11 - Matriz 4..... 229
Quadro 12 - Matriz 5..... 234
Quadro 13 - Matriz 6..... 240
Quadro 14 - Matriz 7..... 246
Quadro 15 - Matriz 8..... 250
Quadro 16 - Matriz 9..... 253
Quadro 17 - Palavras mais frequentes..... 255
Quadro 18 - Tag Coulds..... 256
Quadro 19 - Género..... 258
Quadro 20 - Profissão..... 259

Agradecimentos

Alguém disse que "o caminho faz-se caminhando" e eu acrescentaria ladeado pelos melhores, e foi ladeado pelos melhores que cheguei ao términus deste trabalho, deste caminho. A todos os meus sinceros agradecimentos.

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus Orientadores, Miguel Rocha de Sousa e Maria de Deus Manso, que para além de nortearem a minha caminhada em contexto académico acreditaram em mim e no meu projecto, inclusivamente, não me deixando fraquejar nas alturas mais difíceis do percurso desta investigação.

Agradeço à Instituição onde trabalho, pois sem o seu apoio nada desta investigação tinha sido possível. Desde o apoio sustentado e essencial dos Órgãos de Gestão à disponibilidade do Corpo Docente, bem como dos alunos até ao suporte inabalável dos meus colegas Não Docentes, a todos um grande Bem-haja.

Um especial agradecimento às minhas queridas colegas e amigas, que privam comigo de uma forma mais próxima, pois em várias ocasiões tiveram de suportar o meu mau humor e a minha irritabilidade decorrentes de um estado de ansiedade desenvolvido à medida que o projecto ia tomando forma. Um muito obrigado à Ana de Moura, à Vanda Loureiro e à Salomé Louro.

À minha colega e amiga Ana Lucas que tanto me ajudou nalgumas questões metodológicas, para ela um grande obrigada.

Por fim desejo agradecer à minha família que sempre soube como me apoiar e nunca deixou de acreditar que este dia chegaria.

O último agradecimento e o mais especial de todos vai para o meu marido, Rui Sanches, co-responsável por este trabalho. Digo co-responsável pois sem a sua inabalável fé nas minhas capacidades e sem a sua insistência em me "empurrar para a frente", eu não teria caminhado tanto, ou se tivesse, seria a outro ritmo por certo. Ele é o principal impulsionador deste trabalho, Bem Hajas.

Alguém, muito especial, disse um dia que eu continuasse a caminhar e continuasse sempre porque: "o conhecimento é algo que vem do passado até ao presente e segue para o futuro". Foi o que fiz...

Évora, Outubro de 2013

Sandra Borralho de Oliveira e Sanches

Resumo

A presente investigação associa, através de metodologias interdisciplinares, questões sobre a mobilidade e cooperação entre Universidades no Espaço Lusófono. Assim, lançamos um olhar sobre o Ensino Superior no Espaço Lusófono seguindo a perspetiva do Capital Social, isto é, através de uma óptica sobre os eventuais reforços dos laços interculturais entre os países lusófonos proporcionados pela cooperação mútua e pela mobilidade do referido Capital Humano bem como perceber como se constrói um espaço de redes complexas que enriquecem o Capital social.

Este trabalho visa apresentar uma perspectiva sobre a possibilidade de construção efectiva de um espaço de mobilidade e cooperação entre universidades da Lusofonia tendo por base uma vasta rede de partilha de conhecimentos e contactos sob a égide da Geocentralidade académica.

Palavras Chave: Capital Humano, Capital social, Lusofonia, Universidade.

Abstract

The University at the Lusophone Space: The construction of a space for mobility and cooperation. A perspective on Social Capital.

This research associates through interdisciplinary methodologies, questions about mobility and cooperation between universities in the Lusophone space. So we'll be looking on Higher Education in the Lusophone space following the perspective of social capital through an optic about the possibility for empowerment of the ties between intercultural Lusophone space, which is provided by mutual cooperation and mobility of Human Capital and understand how to build a space of complex networks that enrich the Capital.

This research presents a perspective on the possibility of building an effective space for mobility and cooperation between universities of Lusophone space based on a network of contacts and share knowledge under the auspices of academic Geocentrality.

Keywords: Human Capital, Social Capital, Lusophone University.

Introdução

Antes de qualquer abordagem sobre o tema convém indicar o uso e a importância que alguns conceitos irão assumir ao longo do nosso trabalho. A Globalização e Espaço Lusófono são conceitos cada vez mais usados. Sobre eles concorrem diferentes estudos académicos produzidos em áreas culturais igualmente diversas. Enquanto a Globalização, segundo Castells (2002:1) se apresenta como um processo de reconfiguração da ordem mundial, económica, politica, social e cultural, já o Espaço Lusófono, organizado em torno da CPLP[(1)], é um grupo de países que foram colónias portuguesas e actualmente estão unidos pela língua, história e cultura(s) em comum.[(2)] No entanto, ambos necessitam de criar determinadas redes sociais, económicas e políticas, a fim de obterem uma maior aproximação e desenvolvimento. [(3)]

A Globalização conduziu, igualmente, a uma necessidade de reconstrução do campo de saberes transmitidos pela Universidade bem como a um reajustamento de poderes inerentes ao Capital Humano, decorrentes da acumulação dos saberes transmitidos. [(4)]

---

(1) Ver: CPLP: www.cplp.org

(2) Portugal ao longo de cinco séculos circulou e constituiu diversas colónias em diferentes áreas geografias do mundo. Actualmente, embora algumas dessas regiões tenham uma identidade própria que resultou do contacto luso com as culturas locais, não fazem parte da CPLP, são elas: Macau, Goa e Malaca. Presentemente a Guiné Equatorial reclama a identidade lusófona embora não tenha o português como elo identitário mas existe um tronco cultural comum que faz com que este país sinta que faz parte deste vasto espaço que é a Lusofonia.

(3) O termo rede está neste contexto de acordo com a definição de Sociedade em Rede de Manuel Castells.

(4) Carapinheiro, Graça (2005), Tese de Doutoramento sobre os *Saberes e Poderes da Profissão Médica em Portugal: Uma sociologia dos serviços hospitalares*, 4ª Edição, Porto.

Assim, a Universidade tem vindo a desenvolver uma postura mais activa face às necessidades do processo de Globalização. Actualmente, a Universidade não pode, apenas, centrar-se no ensino, fechar-se em si mesma. Esta, cada vez mais tem de desenvolver programas de mobilidade e de cooperação. **(5)**

Outra resposta da Universidade para acompanhar a dinâmica do processo atrás citado foi a reconceptualização de conceitos e práticas de educação através da adopção de políticas multidisciplinares e transnacionais de ensino bem como a aposta no reforço da dimensão internacional da escola.

As necessidades do Capital Humano credenciado pela Universidade traduzem-se, a grosso modo, em oportunidade de emprego e/ou de investigação. Esta é uma das razões pela qual existe, e é tão fundamental, a cooperação entre Universidades do Espaço Lusófono, para além de outras razões não menos importantes como a nossa História em comum e a Língua Portuguesa. As estratégias de cooperação entre Universidades têm por base, para além da entreajuda e partilha de conhecimentos associados ao conceito de cooperação, uma vasta rede de contactos que se estabelecem e, eventualmente, se fortalecem proporcionando o desenvolvimento, o crescimento e a partilha de todos os que a compõe. Assim o conceito de Capital social, por nós seguido, está intimamente ligado quer com o conceito de Capital Humano quer com o conceito de Lusofonia pois é a operacionalização deste conceito, em nosso entender, que torna possível a construção efectiva de um espaço de mobilidade e cooperação.

---

(5) Nesta investigação é central a importância da articulação entre os saberes e práticas transmitidos pela Universidade, quer no ensino quer na investigação, com os “poderes” que advêm do conhecimento facultado, esses poderes são os retornos directos e indirectos para o Capital Humano.

A definição de Lusofonia é, também, uma interpretação central neste trabalho, pois ao falarmos de Lusofonia estamos a delimitar um espaço onde parte da população fala a Língua Portuguesa, ainda que esta não seja a única língua utilizada para comunicar. Referimo-nos a este espaço como Espaço Lusófono, aquele espaço onde as pessoas partilham muito mais do que uma língua em comum, partilham, também, um conjunto de valores, representações, formas de conhecimento, saberes e práticas. A este respeito destacamos a mobilidade e cooperação dentro do Campus da Lusofonia, o Espaço Lusófono, após as descolonizações sem esquecermos que a génese do ensino e deste tipo de mobilidade nasceu com o processo de colonização.

Nos anos noventa do século XX a criação da CPLP veio promover a aproximação entre os vários membros da Comunidade Lusófona, pois veio materializar uma ideia há muito falada, discutida e desejada de integração de todos os países lusófonos numa Comunidade. Neste contexto importa olhar o Espaço Lusófono, aqui representado pela CPLP, como um espaço geopolítico e geoestratégico para todos os países lusófonos ainda que com contrapartidas diferenciadas. No século XXI a CPLP pode ser o promotor do diálogo internacional. Logo, a cooperação entre as Universidades do Espaço Lusófono faz cada vez mais sentido.

. Decorria o longínquo século XV, e seguintes, quando Portugal revelou ser um país de descobridores, exploradores e colonizadores facto que viria a dar origem a uma plataforma oceânica com diversas configurações: socioeconómicas e culturais. A importância geopolítica e geoestratégica portuguesa estiveram, no passado, associadas à sua Geocentralidade atlântica devido a uma dimensão e posição geográfica de destaque que conferia a Portugal um lugar privilegiado no controlo de um importante espaço estratégico e económico para a época. Actualmente, assente em paradigmas onde os actores e os seus interesses assumem inúmeras formas, pelo que julgamos ser importante neste trabalho, analisar Portugal e o Espaço Lusófono à luz dos actuais conceitos geopolíticos e geoestratégicos.

Não pretendemos fazer um estudo exaustivo dos valores geopolíticos e geoestratégicos de Portugal apenas fazemos uma breve análise do valor

geopolítico e geoestratégico de Portugal, como parte integrante do Espaço Lusófono e do actual contexto internacional, de forma a percebermos qual o enquadramento da Universidade e as mais-valias que da sua acção decorrerem.

Decerto que há muito para pesquisar neste domínio, no entanto ao longo deste estudo tentaremos entender de que forma a Universidade através do seu Capital Humano contribui para reforçar, ou não, a posição de Portugal no contexto internacional, quer do ponto de vista geoestratégico quer do ponto de vista geopolítico. Tentamos, igualmente, perceber de que forma é que este Capital Humano bem como as Universidades que o educam contribuem para o desenvolvimento local do Espaço Lusófono contribuindo desta forma para a afirmação de uma Geocentralidade do mesmo no contexto internacional.

Salientamos a perspectiva do Capital social, pois seguindo o pensamento de Pierre Bourdieu, é este tipo de capital que, isoladamente ou em conjunto com outro tipo de capital, torna possível (re)construir a sociedade. Importa ainda referir que de acordo com vários sociólogos o Capital social é por si só sinónimo de Coesão social. Assim, nesta tese alinhamos pela perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu (1986) de que o Capital social de um indivíduo depende do tamanho da rede que este é capaz de mobilizar, mas também do capital económico, cultural e simbólico possuído pelos membros da rede a que ele está ligado.

Como já referimos, ao longo desta investigação associámos vários conceitos, entre os quais a já supracitada Globalização e a Lusofonia bem como a ideia de Capital Humano e Capital social com a Universidade triangulação por nós estabelecida: Globalização-Lusofonia-Universidade. A problemática deste trabalho desenvolve-se, justamente, na complexa articulação entre estes várias reflexões. É nosso objetivo explicar de que forma os valores deixados pelo colonizador contribuem ou podem contribuir, através de retornos para a sociedade, para um determinado desenvolvimento.

As redes geradas e associadas a estes intercâmbios potenciam, também elas, importantes focos de desenvolvimento. Aliás, estas redes de contactos

associadas ao Capital social são, por vezes, elas próprias um veículo positivo de transação de retornos para a sociedade.

Assim, a problemática em análise vai de encontro à realidade com que o Capital Humano das Universidades do Espaço Lusófono se depara em contexto internacional, sobretudo em questões de competitividade a nível académico, numa determinada fase, e ao nível profissional já noutra fase, noutro estágio do percurso de vida do referido Capital Humano. Nesta problemática sugerimos que, no âmbito universitário, os conceitos de Capital Humano e social estão interligados, pois é justamente a necessidade de formação do Capital Humano que incentiva a criação de determinados laços associados ao Capital social, nomeadamente da criação de redes e de pontos de contacto. Por outro lado, e defendendo uma perspectiva sociológica que valoriza a coesão social, acreditamos que o Capital social gerado servirá não só para a construção de um espaço de Geocentralidade académica devido ao potencial das suas redes complexas, como será uma âncora para o Capital Humano do futuro.

A Universidade no Espaço Lusófono: A construção de um Espaço de Mobilidade e Cooperação. Uma perspectiva sobre o Capital social é o título deste trabalho que pretende entender as questões relacionadas com a mobilidade do Capital Humano no Espaço Lusófono, e a sua interacção com o Capital social, tendo como pano de fundo o actual contexto nacional e internacional. Desta forma utilizamos o conceito de Capital social como um dos pilares teóricos de base para a construção deste espaço de mobilidade e cooperação. Assim sendo e face ao anteriormente exposto o nosso objecto de estudo assenta na mobilidade e cooperação do Capital Humano e social das Universidades Públicas dentro do Espaço Lusófono com vista à construção de um espaço de Geocentralidade académica.

Sendo assim, estabelecemos os seguintes objectivos:

a) Perceber de que forma o conhecimento adquirido na Universidade e o discurso produzido pelo Capital Humano formado nessa mesma instituição determinam os programas de mobilidade e cooperação;

b) Entender como é que o corpo de conhecimentos adquiridos, isto é, os saberes sedimentados, condicionam e até que ponto a autonomia académica bem como consequentemente a mobilidade no Espaço Lusófono deste mesmo Capital Humano dentro da dinâmica organizacional da instituição Universidade;

c) Compreender como os conhecimentos transmitidos e dos discursos bem como as redes e os pontos de contacto criados nas Universidades do Espaço Lusófono são ou não delimitadores de territórios académicos, profissionais, sociais ou culturais.

d) Conhecer de que forma é que o conjunto de conhecimentos e práticas transmitidos e adquiridos na Universidade possibilita ao Capital Humano adquirir determinados retornos, seja o retorno privado e directo para o Capital Humano seja o retorno indirecto, um retorno para a sociedade, uma externalidade, em particular para a sociedade lusófona.

e) Demonstrar como é que através de um espaço de mobilidade e cooperação internacional entre Universidades é possível contribuir para afirmar uma posição de Geocentralidade de Portugal no contexto global. Este objectivo remete-nos directamente para o conceito de Capital social, pois o que tentaremos demonstrar é como que através da formação do Capital Humano se criam importantes redes de partilha de diversos valores bem como de contactos. São estas redes, entre outros aspectos, que compõe o Capital social e que tornam possível a construção de um espaço de Geocentralidade académica em contexto internacional.

Queremos, ainda, salientar que o nosso tema empírico, devido à imensidão das instituições de ensino superior, reside na selecção de uma Universidade pública do Espaço Lusófono. Por opção da Universidade pública portuguesa selecionada manteremos a confidencialidade da sua identidade ao longo deste trabalho. Apesar de se tratar de um *case-study* de uma só universidade, a sua representatividade no universo lusófono tem algum significado.

A dissertação apresenta a seguinte estrutura:

Da parte I consta o Estado Da Arte e a Problemática do tema escolhido. No Estado da Arte dá-se a saber os desafios e as oportunidades que se têm colocado à Universidade no Espaço Lusófono. É dado um breve apontamento acerca de alguns contributos teóricos que existem acerca desta problemática sobretudo visando a perspectiva do Capital social.

A Parte II deste trabalho é composta por três capítulos. No Capítulo I é apresentada a contextualização. No Capítulo II encontra-se o quadro teórico com os principais contributos teóricos.

A análise contextual tem como objectivo centrar esta investigação no âmbito do que é a Universidade no Espaço Lusófono, pois este é vasto e com realidades díspares no que concerne ao Ensino Superior, pelo que julgamos relevante enquadrar a Universidade nos dias de hoje no contexto Lusófono e Global. Com uma breve contextualização do tema onde a Lusofonia é analisada em contexto actual bem como os seus aspectos económicos e sociais que julgamos serem pertinentes para clarificar a posição da Universidade no Espaço Lusófono.

O Capítulo III da Parte II é composto pela estratégia de investigação e metodologia utilizada.

O Capítulo I da Parte III assenta, sobretudo, nos resultados da observação directa numa Universidade Pública e no resultado das entrevistas realizadas a docentes, investigadores e não docentes, respectivamente, na universidade anteriormente citada. **(6)**

---

(6) Nesta investigação levamos a cabo inquéritos, com as mesmas dimensões de análise das entrevistas, aos alunos oriundos do espaço lusófono, na universidade estudada. Os mesmos não foram tidos em consideração pois não obtiveram relevância estatística devido à falta de resposta por parte dos alunos.

Nesta fase do trabalho é feita, ainda, uma caracterização socioeconómica da Universidade observada no sentido de melhor articular os dados empíricos recolhidos com a teoria. Destacamos a organização física e temporal dos diversos espaços universitários observados bem como o modelo de organização académico e de investigação encontrado na Universidade Pública observada para além das diversas estratégias adoptadas pelo Capital Humano no seu quotidiano em contexto universitário. É notório como nesta fase da investigação se consegue perceber, de acordo com as estratégias seguidas, como se criam e fortalecem diariamente as redes que estão na base do Capital social.

No Capítulo II da Parte III, os resultados são articulados com os contributos teóricos escolhidos e que estão no quadro teórico deste trabalho, Capítulo I da Parte II. Os dados empíricos recolhidos e com as dimensões de análise escolhidas são explicados de acordo com os contributos teóricos relativamente aos conceitos de Lusofonia, Capital Humano, Capital social e Universidade, e com as respectivas questões colocadas no início deste trabalho.

Este capítulo é dedicado às questões da Lusofonia e à presença da Língua e Cultura Portuguesa na construção deste espaço de mobilidade de Capital Humano.

Trata-se de mapear as redes inerentes ao Capital social e perceber de que forma é que estas potenciam a construção deste espaço de Geocentralidade académica. De forma articulada com os dados empíricos recolhidos demonstramos como se processa a circulação de conhecimentos em contexto interuniversitário e como a Língua Portuguesa funciona como facilitador na transmissão e circulação desses mesmos conhecimentos, em primeira análise, e na mobilidade de Capital Humano em segunda análise. Neste segundo aspecto não só a Língua Portuguesa funciona como elo de ligação e facilitador da comunicação bem como a Cultura Lusófona funciona também ela como alavanca na construção deste espaço de mobilidade a par com outros aspectos de cariz económico e social.

Este capítulo é também dedicado às questões da Geocentralidade onde detectamos alguns aspectos encontrados no trabalho de campo. De acordo, sobretudo, com notas de trabalho de campo e leituras feitas nas entrelinhas dos discursos dos nossos entrevistados foi-nos possível articular os contributos dos teóricos das Relações Internacionais, referentes a cooperação, geoestratégia e geopolítica, com diversos dados recolhidos e assim explicar a possibilidade de uma posição de Geocentralidade de Portugal no contexto académico internacional.

Transversal a estes capítulos é o conceito de Capital social, pois toda a investigação foi construída em torno deste conceito, no sentido de que é ele que torna possível responder a grande parte das questões desta investigação.

A dissertação termina com as conclusões decorrentes da investigação realizada. Estas são apresentadas de acordo com a matriz teórica escolhida bem de acordo como com as questões de investigação colocadas no início do trabalho.

Nesta fase do trabalho são deixadas inúmeras questões em aberto. Sendo esta temática tão vasta muito trabalho ainda está por fazer o que nos coloca diversas questões que poderão servir para futuras investigações.

Parte I

Capítulo I

1. Estado da Arte

Actualmente, a Universidade é uma das instituições que mais incrementa políticas no âmbito da cooperação e do desenvolvimento. Para o efeito, a Universidade encontrou respostas, consideradas adequadas, a saber: na Educação, na Cultura, na Tecnologia ou na Comunicação. Esta contribuição visa apostar na formação de pessoas nos diferentes graus de ensino.

Ao longo da história, a Educação foi considerada um ponto estratégico no desenvolvimento de um país. A Universidade tem assumido esse papel, estratégico dando incentivo aos programas de intercâmbio internacional através da cooperação entre Universidades e da mobilidade de estudantes, professores e investigadores. Nos últimos anos, no contexto da Globalização, o valor da Educação tornou-se ainda maior visto que existe uma relação entre Educação e desenvolvimento económico, social e humano. Logo, a Educação Superior deve ser vista e tratada como uma mais-valia, como um investimento.

A Universidade tem tido a preocupação e tem trabalhado no sentido de investir na construção de parcerias de qualidade com instituições estrangeiras através da implementação de acordos ou da divulgação de oportunidades académicas internacionais junto da comunidade científica. Ao nível do Espaço Lusófono, a Universidade tem oferecido aos estudantes e investigadores novos campos de experiência, na formação e na investigação. A Universidade tem, também, tentado facultar aos docentes a possibilidade de ampliar o campo de acção das suas actividades académicas, quer de ensino quer de investigação, pela participação em diversos encontros do foro académico.

A Instituição Universidade desde cedo percebeu que o conhecimento tem sido um importante factor de competitividade em diferentes tipos de organizações. Segundo vários autores facultar esse conjunto de conhecimentos é essencial para a consolidação do processo de inteligência

competitiva organizacional. A sua internacionalização surge da tentativa de optimizar a gestão desse mesmo conhecimento, assim, o saber tem um papel fundamental, poderíamos dizer determinante, no processo de inteligência competitiva e no aumento da produtividade e da qualidade das organizações, inclusivamente das organizações de Ensino Superior.

De acordo com o enquadramento anterior, a Teoria do Capital Humano, segundo Gary Becker (1993), e a sua obra *Human Capital,* cujo ponto central é a actividade educacional como componente da produção, deve merecer uma atenção especial por parte da Universidade traduzida em intencionalidade através da análise rigorosa das taxas de retorno, não privado mas social, as externalidades. É importante, no contexto desta investigação, articular esta teoria com a Teoria do Capital social segundo a perspectiva de Robert Putman (1995), na sua obra *Bowling Alone*. Este assinala a importância retornos para a sociedade e como são determinantes para o desenvolvimento da mesma.

Podemos dizer que a Universidade é potenciadora não só de retornos privados como sociais e é através da internacionalização, sobretudo pelos programas de mobilidade, que a Universidade tem vindo a gerar externalidades ao nível global. Quando falamos de externalidade ao nível global temos necessariamente de falar dos paradigmas que norteiam as Relações Internacionais onde assistimos à presença de vários actores com interesses diversos e com as mais diferentes formas e conteúdos pelo que importa olhar para o valor geopolítico e estratégico de Portugal.

É do conhecimento comum que o Atlântico é detentor de um imenso valor estratégico para as sociedades por ele banhadas e, em particular, para Portugal, desde logo como fonte de diversos recursos económicos importantes bem como a importância dos portos para o desenvolvimento económico e cultural pois ao actuarem como atractivo para a instalação de actividades industriais, comerciais, culturais, nomeadamente científico-tecnológicas, funcionam como agentes multiplicadores da actividade económica regional e nacional (Escorrega, 2010: 6-21).

Hoje, importa olhar o Espaço Lusófono como um Espaço Geopolítico e Estratégico para os países que o integram. O Espaço Lusófono pode ser

considerado, sobretudo, como uma rede, de acordo com a noção de sociedade em rede de Manuel Castells, económica e linguística que visa projectar os interesses dos vários Estados. No actual contexto julgamos ser importante perspectivar o Espaço Lusófono como uma rede sustentável através da integração e relações entre os Estados que o compõem, de acordo com as exigências internacionais ao nível político, económico e cultural e geoestratégico. É essencial reforçar a ideia de se fazer uma política externa no âmbito de Espaço Lusófono para além da existente, uma política externa pró-activa, com temas proeminentes nas agendas internacionais sobretudo no que toca às questões culturais, onde incluímos a Educação, pois noutras dimensões este trabalho tem estado mais presente. A nosso ver o fortalecimento de políticas de cooperação torna-o, certamente, num espaço competitivo, a nível global.

A Geocentralidade de Portugal está, na nossa perspetiva, ancorada à sua centralidade atlântica logo todas as suas actividades se desenvolvem em torno do mar, direta ou indiretamente. O mar, neste caso o Atlântico, tem sido o potenciador de oportunidades para Portugal. No contexto do Ensino Superior a questão não é diferente pois é através do Atlântico que os Países Lusófonos estão interligados na vasta rede que é o Espaço Lusófono. Esta rede tem vários pontos de contacto comuns entre si que passam pela língua em comum, pela cultura, pela diplomacia, pela política, pela cooperação militar e técnica e pela cooperação e mobilidade entre Universidades do Espaço Lusófono.

Falar do Atlântico é falar, também, da Comunidade Lusófona. A Comunidade Lusófona tem um património cultural em comum pelo facto de ser uma comunidade linguística que funciona como um elo de ligação entre as redes de cooperação, de investigação e de desenvolvimento. As identidades lusófonas têm uma presença global, é neste contexto que faz sentido promover uma educação transnacional e ao mesmo tempo aprofundar as condições de comunicação entre os países que a formam, de modo a desenvolver as equipas de investigação transnacionais.

A cooperação e mobilidade entre Universidades do Espaço Lusófono vêm acentuar a importância da Geocentralidade atlântica de Portugal pois este

intercâmbio e partilha de saberes vêm reforçar o Capital Humano do Espaço Lusófono e torná-lo mais rico do ponto de vista académico e cultural, mantendo desta forma a Cultura Lusófona activa, e o Capital Humano mais competitivo do ponto de vista económico e também académico.

Na concepção económico importa referir a importância que os retornos directos e indirectos assumem na Geocentralidade atlântica de Portugal e do próprio Espaço Lusófono, pois os retornos directos beneficiam o Capital Humano é certo, mas os retornos indirectos acabam por beneficiar a sociedade. Por exemplo, um aluno com um doutoramento se auferir um melhor salário do que com uma licenciatura trata-se de um retorno directo mas se esse mesmo aluno trabalhar num centro de investigação é sem duvida um retorno indirecto que beneficiará a sociedade.

Para a Universidade do Século XXI existe uma necessidade real de cooperação mútua e de internacionalização que decorre deste, relativo, novo contexto chamado Globalização tendo em conta as alterações ocorridas devido à operacionalização do seu conceito. Num sentido mais lato cabe dentro do conceito de Globalização, o simples fluxo de dinheiro, bens ou pessoas, bem como uma interdependência entre as pessoas de todo o mundo, que por si só revela ser um processo complexo. Ou seja, é um processo que engloba não apenas a economia, mas também a cultura, a tecnologia e os próprios governos.

Globalização implica necessariamente o aumento dos níveis de qualidade e excelência, nas colaborações nacionais e internacionais. Os mercados não são nem a primeira nem a última palavra no desenvolvimento humano. É do senso comum que a Globalização acentua o ambiente de competitividade impondo, assim, exigências às instituições incluindo a Universidade, mas é com o seu corpo de saberes que a última pode dar, e tem mostrado ser capaz de dar, respostas a estas exigências transformando-as num trunfo, num corpo de poderes, inerentes a si própria, o corpo de poderes da Universidade.

O século XXI apela a ideias arrojadas por parte da Universidade, para a partilha de conhecimentos e saberes de forma a esta contribuir para o

enriquecimento da vida das pessoas em todo mundo, aumentando o seu bem-estar. É importante procurar as oportunidades da cooperação mútua e que estas sejam partilhadas de forma a atenuar a desigualdade entre os povos, pois o que se tem vindo a assistir, ainda, é justamente o contrário: um aumento significativo de desigualdades no contexto.

É certo que a Globalização, como hoje a mencionamos, surgiu nos pós Segunda Guerra Mundial, no entanto, existiram outras ocasiões na História em que a dinâmica global foi alterada de forma significativa, a Globalização moderna (séc. XV.XVIII). Neste contexto damos particular atenção à Época da Expansão Marítima Portuguesa bem como o Império Colonial Português. Não sendo um conceito novo, hoje, e no contexto da Lusofonia, a Globalização assume novas especificidades. Para além da necessidade de refletirmos sobre o processo da colonização portuguesa, devemos igualmente repensar os estudos pós-coloniais.

Com o 25 de Abril de 1974 Portugal deixou de ser uma potência ultramarina e novos países emergiram. Os séculos de convívio trouxeram hostilidades que se tornaram custosas de sarar. No entanto, nos anos oitenta do século XX, surgiu a necessidade de estreitarem as relações entre os países que falam a Língua Portuguesa e que partilham uma herança comum. Desta aproximação surgiu/divulgou-se um conceito controverso e que ainda, hoje, não recolhe unanimidade, a Lusofonia.

Vários autores entendem o que o conceito de Lusofonia deve ser construído com base na integração e cooperação a vários níveis, económico, político, diplomático, social ou o cultural. A Língua Portuguesa em comum ou uma herança cultural em comum poderá ser um factor de união dos Países Lusófonos, com vista à construção de um espaço estrategicamente competitivo. Com esta perspectiva de análise, salientamos os trabalhos de Chacon, Vamireh (2002), *O Futuro Politico da Lusofonia*, São Paulo; Freire, Gilberto (1940), *Uma Cultura ameaçada: a Luso-Brasileira* versão *online*, Huntington, Samuel P. (2001), *O choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial,* Lisboa. Margarido, Alfredo (2000), *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa, Ed. Univ. Lusófonas.

Acresce realçar que a Lusofonia também constitui objecto de estudo na academia. Apontamos alguns artigos, tais como: “Novas Identidades: Portugal e a Lusofonia” de José Fontes (2001), Universidade Aberta versão online, “Identidade Lusófona como Proposta pedagógica” de Benalva da Silva Vitorio apresentado em 2005 no Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, Faria, Margarida Lima de Faria (2010), “Impacto da formação e cooperação ao nível do ensino superior nas dinâmicas africanas contemporâneas.” IICT-PT. Foi ainda considerada um contributo importante a Dissertação de Mestrado de Oliveira, Verónica (2011), *Globalização, a Conceção de uma Cidadania Lusófona*, Évora, Universidade de Évora, e Chacon, Vamireh (2002), *O Futuro Politico da Lusofonia*, São Paulo. Os últimos dois trabalhos remetem-nos para uma releitura sobre o conceito de Lusofonia deixando de lado a hipótese do neocolonialismo ou de um pós-colonialismo.

Para um melhor entendimento da questão sobre Lusofonia, devemos procurar outros trabalhos (temas afim) que nos apoiem a uma melhor problematização sobre a matéria e, sobretudo, dar-nos a possibilidade de enquadrar o tema num processo de conhecimento global, o conceito de sociedade em rede (Castells, 2002). Paralelamente consideramos relevante os contributos de Macedo, Lurdes (2010), *Trânsitos Lusófonos na Sociedade em Rede, Seminário Media e Novos Media: Diáspora e Migrações*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Fontanela, Jacques (2005), *A globalização em análise.* Lisboa, Instituto Piaget. E Giddens, Anthony (1994), *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Edições Celta.

Na mesma linha de investigação valorizámos os contributos de Lurdes Macedo (2011), no que diz respeito a info-tecnologias, pois a autora aborda os paradigmas sociedade em rede e da Lusofonia, tão pertinentes quando pensamos numa perspectiva sobre o Capital social. No fundo fala-nos de uma Lusofonia em rede, virtual, onde a Língua Portuguesa é fundamental para a criação e sustentação dessa mesma rede. Lurdes Macedo propõe com a Lusofonia em rede, uma reconfiguração do mapa geopolítico assente na partilha de conhecimento como forma de reforçar o posicionamento em contexto internacional.

No decorrer da investigação detectámos uma dificuldade no domínio da interpretação aumenta na medida em que limitamos a análise histórica às relações entre colonizados e colonizadores. Se até à descolonização portuguesa se construiu uma “narrativa dos grandes feitos coloniais”, depois dos finais dos anos oitenta do século XX, destacou-se um momento de reflexão e de estudos ditos de pós-coloniais. Esta área do saber generalizou-se essencialmente nos países colonizadores que gradualmente se interessavam em estudar as relações com as ex-colónias, quer no que concerne ao passado quer ao presente. Atendendo à complexidade relacional entre os espaços, sugiram divergentes interpretações e, algumas delas enfeudadas a acepções ideológicas e anacrónicas, talvez fruto do desconhecimento, em parte, do passado histórico e dos processos que conduziram às independências. Perante a complexidade da matéria uma pergunta se deve colocar: Afinal, qual o objectivo dos estudos do período pós-colonial?

Aparentemente pode parecer, por exemplo, que o pós-colonialismo pressupõe o que ocorreu após o colonialismo, uma perspectiva de posteridade (Carreira, s.d.). Mas, em nosso entender, o cerne desta questão deve ser procurada nos discursos, nas interpretações construídas a respeito da presença europeia fora da Europa. O pós-colonialismo reporta-se a estudos centrados nos efeitos da colonização sobre as culturas e sociedades colonizadas e que podem ser interpretados como parte da teoria pós-modernista, onde são incluídos os discursos das minorias raciais, das mulheres e dos homossexuais, antes tidos à margem da sociedade Colonial (Carreira, s.d.). Trata-se, igualmente, de uma perspectiva que opõe as nações que conquistaram a sua independência após um longo período de dominação política e cultural, o que pressupõe que o colonialismo teve um fim mas ao mesmo tempo promove um processo de exclusão, uma vez que o Eu ao qual todos os outros se opõem é exactamente o ex-colonizador (Carreira, s.d.).

A interpretação que acima expusemos poderia permitir afirmar que o fim do colonialismo acabou com a dicotomia de sujeitos, colonizado/colonizador. No entanto, subjaz-nos uma dúvida, o pós-colonialismo não continuará a validar esta dicotomia de sujeitos. Será que o pós-colonialismo está a dar a voz

aos anteriores colonizados para estes exporem segundo a sua perspectiva ou está a reconstruir discursos?

As respostas são intrincadas. Para Mata (2000) os estudos sobre o pós-colonialismo, sobretudo de tradição anglo-saxónica, ainda têm duas variantes da discussão. Para uns o pós-colonial refere-se à situação em que se viveu e às sociedades que emergiram depois da implantação do sistema colonial, enquanto para outros o pós-colonial refere-se a sociedades que começam a sua existência com a independência.

Em 1990 Eduardo Said com a obra *Orientalismo* tornou-se pioneiro nos debates sobre pós-colonialismo. Embora, trabalhe com a noção de pós-colonial este salienta o conceito de imperialismo, e define-o como forças políticas que fazem alguns países em prol de uma determinada hegemonia cultural e económica predominante sobre outros (Marcon, s.d.). O imperialismo visto por Said (1990) é uma crítica à legitimidade dada aos valores ocidentais pelo que o autor faz uma crítica à visão hegemónica do Ocidente sobre o Oriente, enquanto unidade geográfica e colonial. O mesmo acontece com outras categorias, como: raça, nação, colónia, terceiro mundo, América Latina e África, que se tornaram noções generalistas e estereotipadas que ainda perduram e são actualizadas a partir de referentes já constituídos do pensamento racionalista ocidental (Marcon, s.d.).

Em 2008 José Carlos Venâncio aproxima-se da interpretação de Said, afirmando que a hegemonia europeia está presente nos discursos pós-coloniais. O sociólogo salienta a importância do processo histórico da Europa a partir do século XVI, onde esta obteve uma posição hegemónica em relação a outras partes do globo, donde passaram a provir bens e produtos. Esta apropriação de bens foi consumada quer pelo comércio, quer pela institucionalização de colónias. Assim, a relação colonial estabelecida era de subjugação dos colonizados, onde sobressaía sobretudo a humilhação e a exclusão de um processo histórico baseado numa racionalidade tecnocrática levada ao extremo, em que a maioria dos habitantes do chamado Terceiro Mundo não poderia fazer face.

José Carlos Venâncio partilha com Boaventura de Sousa Santos (2005) a necessidade de repensar estas questões, recorrendo ao que Boaventura Sousa Santos chama de sociologia das ausências, onde se reflecte a actual conjuntura de globalização e que tem proporcionado o incremento de dimensões como o intercâmbio de culturas, de valores e de pessoas, que à sociedade ocidental pareciam tão longínquas, até à relativamente pouco tempo.

No que toca à questão portuguesa e já volvidos cerca de quatro décadas da independência das colónias, José Carlos Venâncio entre outros investigadores sugerem uma escrita interpretativa e de reconhecimento do Outro, enquanto parte integrante do processo colonizador e descolonizador. O Outro diferente do Eu mas digno de respeito e não alvo de tratamento de supremacia e dominação. O reconhecimento do Outro é, como dizia Amílcar Cabral (1974: 138), citado por Venâncio, a respeito da relação colonial, *"(…) um importante progresso de ordem cultural, já que quem reconhece liberta-se de um elemento negativo da sua própria cultura: o preconceito de supremacia"* (Venâncio, 2008: s.p.).

Datam dos anos 80 as primeiras menções à Lusofonia, provavelmente devido à semelhança das respectivas políticas coloniais em África levado a cabo pela europa. Para alguns autores o "modelo adoptado" foi o da francofonia, embora isto seja discutível para outros, o que é um facto é que existe uma diferença entre a Lusofonia e a francofonia, pois os portugueses consideram-se como parte integrante da Lusofonia, o que nem sempre acontece com a francofonia. Facto que tem fortalecido a Lusofonia como comunidade de afectos e experiências partilhadas, originando um capital social e cultural de relevo (Venâncio,2008: s.p.).

Ao longo deste trabalho temos salientado a diversidade que constitui o Espaço Lusófono. Trata-se de uma área dispare do ponto de vista socioeconómico, cultural, religioso e politico. Hamilton (1999) salienta a ideia de que no contexto da Lusofonia existe uma variedade de pós-colonialismos africanos. Sendo que os PALOP têm muito em comum com as ex-colónias anglófonas e francófonas, mas há também algumas diferenças históricas que

fazem com que Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, em conjunto e individualmente, tenham singularidades marcantes no contexto africano. Importa, ainda, referir que a partir dos anos 40 nas colonias portuguesas formaram-se grupos de intelectuais e escritores negros, mestiços e brancos que se uniram sob a égide do anticolonialismo, o que não aconteceu da mesma forma nos países que compõe a Francofonia ou a *Commonwealth*. Uma das grandes diferenças está entre a comunidade francófona e lusófona, onde a não se assistiu à formação dos grupos intelectuais que nos territórios francófonos, pois foram poucos colonos e filhos de colonos integraram o grupo dos escritores anticolonialistas (Hamilton, 1999: 12-23).

A escrita designada de crítica dos pós colonialismo, segundo Júlia Almeida (2012), citando Boaventura de Sousa Santos pode ser entendida como *"um conjunto de práticas e discursos que desconstroem a narrativa colonial tal como foi escrita pelo colonizador, e tenta substituí-la por narrativas escritas do ponto de vista do colonizado"* (Santos, 2002: 13, tradução da autora). Esta afirmação vai de encontro a Said onde se produz uma desconstrução das narrativas coloniais a partir das tensões de sua experiência colonial e pós-colonial, pois esta situação pode remeter para a constituição de uma posição de desaprendizagem do modo dominante de relação de um povo com outros povos (Almeida, 2012: 33-44).

No caso Português, Cunha (2010) diz-nos que Portugal é simultaneamente o centro de um Império e a periferia da Europa. Assim, para o autor e numa perspectiva atlântica, Portugal ocidental e europeu face aos povos que dominou, mas em termos continentais vive um complexo de inferioridade relativo aos povos do Norte da Europa. Este considera que esta ideia parece coadunar-se com a hipótese de Boaventura Sousa Santos de que Portugal vive desse estatuto misto, a semiperiferia, que gera uma cultura de fronteira, que configura a sua identidade de "Próspero canibalizado". Actualmente diversas perspectivas históricas do colonialismo e do pós-colonialismo portugueses são revisitadas Júlia Almeida (2012). Temas como a escravidão, a etnicidade e a miscigenação são revistos mas também questões como migração e racismo em Portugal. Também a língua e um passado

comuns são vistos como tentativas de reconstruir uma entidade pós-colonial. É, nesse sentido que investigadores das ex-colónias de Portugal, sobretudo de países africanos, que vivenciam problemas atuais e os efeitos das imposições coloniais, como por exemplo a Língua Portuguesa, alertam para este facto.

Carlos Cunha (2010) considera que a teoria pós-colonial acaba por perpetuar o modelo colonial, pois afirma-se como um modelo superior que relega para um plano periférico o outro, dando assim continuidade aos discursivos coloniais europeus e/ou ocidentais com os quais a Europa estabeleceu a "diferença colonial". Citando Emily Apter, o autor chama mesmo a atenção para o facto de que a perspectiva pós-colonial perpetua inadvertidamente a geopolítica pós-colonial, ao seguir as linhas linguísticas e culturais dos impérios. Segundo Almeida (2012), por exemplo, a Língua Portuguesa pode ser vista como um problema e não um bem comum a nos unir, levando a tensões e múltiplas perspectivas de salvação das línguas suprimidas ou quase suprimidas pelos processos coloniais e pós-coloniais.

Numa perspectiva mais socioeconómica, para Mark Dupputer (s.d.) o pós-colonialismo pode ser definido como um conjunto de estratégias desenvolvidas pelas antigas nações colonizadoras para manter e defender os seus interesses políticos, económicos e militares nas ex-colónias. Dupputer (s.d.) vê o pós-colonialismo como uma continuação do colonialismo, pois este autor entende que o termo pós-colonialismo é usado para descrever a relação de poder e de dependência que define os contactos entre os países do Ocidente com o resto do mundo. Este apresenta-nos o pós-colonialismo como a última fase de um imperialismo ocidental que nasceu com os descobrimentos portugueses no fim do século XV.

O apogeu deste período deu-se no fim da Primeira Guerra Mundial, onde alguns países europeus dividiram o mundo entre eles na Conferência de Versailles. Desde então o império colonial foi-se desmembrando até à independência das colónias europeias nos anos 60 e 70 do século XX. No entanto, para o autor, a crença de que existe uma superioridade da cultura ocidental continua sustentar a ordem mundial pós-colonial. Assim, a inexistência de políticas culturais na maioria dos países do chamado Terceiro

Mundo é um problema, pois a cultura é vista como um bem supérfluo e a política cultural muitas vezes insuficiente. Assim como as políticas culturais oficiais que existem em nível nacional e internacional, mesmo na Europa são insuficientes, o que em nosso entender dificulta o derrubar de determinadas barreiras que se pensou que através da cultura fossem mais facilmente deitadas por terra.

Uma outra questão que tem sido debatida é a associação que se tem feito entre Lusofonia e a formação um projecto pós-colonialista e ou neocolonialista. No nosso entender, como já foi dito, deveríamos antes caminhar para um mundo segundo uma perspectiva multicultural, Mark Dupputer (s.d.) acredita que será, talvez, na cultura que teremos de encontrar as respostas para tal. Nas questões da Lusofonia partilhamos da visão de Cristóvão (2008) de que este não é um projecto pós-colonialista nem tão pouco neocolonialista. Este projecto visa um grupo de países com alguma da sua história em comum, que a pretendem perpetuar, com uma língua comum, que quiseram que fosse tida com língua oficial, e visa um grupo com vontade político. Cristóvão (2008) crê que a partir de uma união linguística se pode consolidar a vertente económica, social ou política.

Nesta perspectiva acreditamos que é possível existir uma consolidação em termos socioeconómicos, culturais e políticos entre os países da lusofonia, pois acreditamos numa história em comum, num partilhar de experiências e acreditamos, sobretudo, numa língua em comum que será tida como língua oficial, isto é, não acreditamos no espartilho da língua que tem de ser falada por todos de igual modo, mas sim numa língua falada por todos. A Lusofonia não deve ser entendida como um saudosismo do passado e que através da língua julgam voltar aos tempos áureos do império colonial. Esta, e citando Cristóvão (2008), não é apenas a soma dos territórios e populações ligadas à língua mas também é um património de monumentos, sentimentos, documentação, ideias e sentimentos de acordo com as realidades de cada país que a integram.

Um dos patrimónios da Lusofonia é sem dúvida a Língua Portuguesa, não pode nem deve ser vista como uma imposição ou um problema, mas sim

como um facilitador de comunicação. Esta faz parte do património luso tal como a história, a religião, as tradições orais, os usos e os costumes, etc. Cada país da Lusofonia enriqueceu esta língua com as suas especificidades locais, com os sons, com a música com que cada um soletra as palavras. É língua materna para alguns de nós e língua oficial para outros, cada um incorpora-a de acordo com a sua realidade cultural, é este aspecto que torna este património ainda mais valioso, na nossa óptica, sobretudo pelo cariz de coesão que a si está associado.

A Lusofonia deve ser entendida como um espaço multicultural que engloba um importante território geo-estrategicamente. De acordo com a triangulação por nós estabelecida, Globalização-Lusofonia-Universidade importante, com recursos consideráveis, com vontade politica e com um bloco linguístico que sustenta, em parte, a sua história. Deve ser uma comunidade transnacional da língua onde esta seja um facilitador do entendimento e um real potenciador de Capital social (José Carlos Venâncio). Nesta vertente julgamos que o pós-colonialismo não será o enquadramento teórico onde a Lusofonia se insere.

A Universidade é o terceiro conceito nesta triangulação, Globalização-Lusofonia-Universidade. Sendo a Instituição por excelência na transmissão de conhecimentos através da sua autonomia reconhecida e credenciada pelo Estado esta assume-se, para além da sua missão pedagógica, como um veículo social, cultural e económico que se revela fundamental para o Capital Humano do Espaço Lusófono nesta era, dita Global, onde tanto se fala dos "trabalhadores do conhecimento".

Os trabalhos de Nunes, Maria de Fátima (org.) (2009), "Da Europa para Évora e de Évora para o Mundo", *A Universidade Jesuíta de Évo*ra 1559-1759, Évora e Roég, Walter (1994), *Uma História das Universidades na Europa*, Vol.I, Lisboa são fundamentais para contextualizar esta investigação pois dá-nos uma perspectiva da Universidade Pública em Portugal ao longo dos tempos, em particular, e sobre a Universidade em geral. Importante foi a abordagem de Franklin Leopoldo da Silva (2001) no artigo "Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública." versão *online* e o artigo "A universidade numa

encruzilhada" de Lauro Morhy (2003), versão *online*. Nestes trabalhos são abordados sobretudos aspectos com os quais a universidade de hoje se debate, entre os quais está a internacionalização.

Considerámos importante a perspectiva de Mourato, Isabel (2011), Dissertação de Mestrado: *A Política de Cooperação Portuguesa com os PALOP's: contributos do Ensino Superior Politécnico*, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, pois articula os mesmos conceitos que nós articulamos neste trabalho.

Margarida Chagas Lopes apresenta-nos duas das obras seleccionadas, a saber: Chagas Lopes, Margarida e Aquiles Pinto (1999), *Competitividade, Aprendizagens e Soluções Pedagógicas*, Oeiras e Chagas Lopes, Margarida (1995), *Estratégias de Qualificação e Metodologias de Avaliação*, Oeiras. As estratégias de aprendizagem, de qualificação e de preparação para uma realidade competitiva obtêm-se através do investimento em Educação, sobretudo através da acumulação de conhecimento e de competências estratégicas. Estas obras permitem-nos fazer a articulação dos conceitos de Capital Humano e Universidade bem como perceber os retornos directos e indirectos estão associados a estes dois conceitos. Os contributos desta autora vão de encontro à nossa perspectiva sobre o Capital social e sobre a importância da criação de redes de conhecimentos ligadas aos retornos para o individuo e para a sociedade.

Becker, Gary (1993) *Human Capital: A theorical and empirical analysis with special reference to education*, 3rd Edition, Chicago, é uma obra central nesta investigação, pois é através da perspectiva de Becker sobre o Capital Humano que desenvolvemos, em parte, o nosso trabalho. Esta visão privilegia a perspectiva do Capital Humano como "motor" do desenvolvimento económico através do investimento em educação, acumulação de conhecimento e competências, e respectivos retornos para o indivíduo e para a sociedade. Pretendemos aprofundar esta perspectiva e ir mais longe provando como os programas de mobilidade e cooperação podem funcionar como uma alavanca deste "motor" ao nível do desenvolvimento económico para além de provar

como estes últimos determinam e são determinados pelas necessidades do Capital Humano e das Universidades que este íntegra.

Pomfret, Richard (1997), *Development Economics*, Cornwall é central na questão de contextualizar o conceito de Capital Humano e de Universidade no âmbito do desenvolvimento económico. Neste contexto, económico, e tendo em conta as questões da Globalização e Lusofonia que este trabalho visa, são relevantes os artigos "Portuguese Economic Globalization" de Miguel Rocha de Sousa (2011), o artigo de Luís Brites Pereira (2007) intitulado: "Portugal e a Globalização: Um Destino Histórico." e o artigo "Melhorar o conhecimento mútuo dos países da CPLP através de parcerias público-privadas." de Jorge Braga de Macedo (2003). Os contributos destes autores são relevantes para a nossa perspectiva sobre o Capital Humano pois destacam a importância da criação de Capital Humano e os retornos para o individuo e para a sociedade bem como nos remetem para o conceito de Capital social.

Estritamente interligado com o citado anteriormente está o conceito de Capital Social, que é para Robert Putman (1995) como que um conjunto de redes que incentivam a confiança social. As redes facilitam a coordenação e a comunicação bem como podem facilitar determinadas negociações económicas ou políticas. Para o autor o capital social caracteriza-se pela vida social, ou seja, as redes, as normas, a confiança e os valores, pois só assim se conseguem criar externalidades para a sociedade (Putman, 1995: 65-78).

Nos finais dos anos 90 do século XX, vários autores contribuíram para a discussão sobre o Capital social. Salientamos Robert Putnam, James Coleman e Pierre Bourdieu. Nesta investigação consideramos as redes de Capital social como um dos factores responsáveis pelo aumento da mobilidade bem como do aumento de intensidade das relações de cooperação.

Segundo Luciana Leão (2001), na teoria de Putman a cooperação é um aspecto fundamental porque possibilita que os indivíduos deliberem uns com os outros para formar suas opiniões públicas, o que é importante pois contribui para aderência à norma da reciprocidade generalizada. Os cidadãos participativos são mais confiáveis porque obedecem a regras democráticas e cobram o mesmo comportamento dos demais. É como se Putnam nos

estivesse a sugerir um círculo virtuoso em comunidades que funcionam sob o sistema de reciprocidade no qual honestidade e a confiança se reforçam mutuamente (Leão, 2001: 137).

Entendemos as redes de cooperação entre universidades do Espaço Lusófono baseadas nos diversos interesses em comum, nomeadamente por questões culturais em comum mas também, mais no âmbito das Relações Internacionais, devido a posicionamentos estratégicos e geopolíticos com interesses comuns.

Assim, no âmbito das Relações Internacionais existem dois artigos, em particular, que contribuem para esta reflexão: "Considerações sobre o Poder Estratégico e a Teoria das Relações Internacionais" de Marcial Suarez (2008), apresentado no IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Defesa, a Tese de Mestrado de Ricardo Rodrigues (2004), *Dinâmicas Económicas e Política Externa Portuguesa nos Países Não Lusófonos da SADC (1975-2002)*, ISEG, Lisboa. São ainda relevantes os contributos de Adriano Moreira, nomeadamente: Moreira, Adriano. (coord.) (2008), *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Coimbra, Almedina. Moreira, Adriano (2001), Teoria das Relações Internacionais. 6ª Ed. Coimbra, Almedina. Estes contributos são vitais para o enquadramento deste trabalho, visto este estar enquadrado numa área multidisciplinar de Relações Internacionais.

Importa referir que devido ao contexto geopolítico e geoestratégico em que o Espaço Lusófono e consequentemente esta investigação se inserem considerámos importante para esta reflexão a obra Relações Internacionais: Geopolítica e Geoestratégia, *O Estudo e a Problemática* de António Almeida Tomé (2011) por sintetizar algumas das teorias de relações internacionais, da geoestratégia e da geopolítica. Considerámos, também, *A Realidade Internacional* de Luís Coutinho (2011) como uma contribuição importante devido à abordagem que faz às principais correntes das relações internacionais bem como a obra *Relações Internacionais: as teorias em confronto*, 2ª Edição, de James Dougherty e Robert Pfaltzgraff, Jr (2011).À semelhança do que já foi dito, estes contributos são vitais para o enquadramento deste trabalho, visto

este estar enquadrado numa área multidisciplinar de Relações Internacionais onde as questões de Geoestratégia são nevrálgicas.

Alguns artigos publicados na Revista Militar, merecem a nossa atenção devido à visão que defendem, sobretudo, da posição de Portugal em contexto Lusófono e Internacional, nomeadamente: “A Evolução da CPLP na Segurança e Desenvolvimento do Continente Africano” do TCOR Luís Barroso (2011), “Análise Geopolítica e Geoestratégica de Portugal. Factores Físico, Humano e Circulação” do TCOR João Leal (2007) e “A Importância Geopolítica e Geoestratégica dos Açores no actual contexto estratégico.” Do MAJ Luís Escorrega (2010). A reflexão sobre estes artigos é acompanhada pela reflexão da obra Teoria das Relações Internacionais (1999), 3ª Edição, do Professor Adriano Moreira, o que nos remeteu para um olhar “novo” sobre a Geocentralidade, ainda que apenas Académica, de Portugal.

De forma a conseguirmos trabalhar estas questões com o devido rigor do método científico tivemos de recorrer a apoio no que diz respeito a métodos de investigação científica. Assim, as questões metodológicas como a escolha do método, das técnicas, a elaboração dos guiões de entrevista bem como das respectivas fichas metodológicas foram orientadas segundo: Albarello, Luc et al (2005), *Praticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, 2ª Edição, Lisboa. Quivy, Raymond e LucVan Campenhoudt (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 4ª Edição, Lisboa. Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto (orgs) (2005), *Metodologia das Ciências Sociais*, 13ª Edição, Porto.

Encerramos o Estado da Arte com o apontamento de que através dos programas de mobilidade e cooperação do Ensino Superior e da consequente partilha conhecimentos, práticas e informação é possível desencadear um processo de alavancagem de desenvolvimento sustentável para os Países Lusófonos, isto devido aos retornos directos e indirectos para o Capital Humano e para a Sociedade provenientes do investimento em Educação. A ideia de ver a Educação como um investimento e não como um custo, não é nova, pertence a Gary Becker, (1993). Por isso, usaremos os seus estudos e vamos aplicá-los à realidade específica do Espaço Lusófono. A este

pensamento agregaremos as redes de contactos como forma potenciadora de desenvolvimento da sociedade, perspetiva defendida por Robert Putman (1995) o qual assume o Capital social como conceito de relevo no desenvolvimento e crescimento das sociedades.

Neste trabalho não foi o nosso intuito mensurar o Capital Humano como, por exemplo, faz a OCDE mas quisemos mostrar de que forma o Capital Humano é parte fundamental na triangulação, Globalização-Lusofonia-Universidade.

Pensamos que uma forma de operacionalizar os conceitos anteriores, no âmbito deste estudo, seria que trabalho realizado pela CPLP pensamos poder vir a contribuir com uma nova abordagem sobre os temas relacionados com o Ensino Superior, visto actualmente não existir um Gabinete ou uma Assessoria dentro dos órgãos da CPLP que trate, exclusivamente, dos assuntos relacionados com o Ensino Superior. Julgamos que seria uma mais-valia para todo o Espaço Lusófono se este existisse pois poderia centralizar, canalizar e optimizar recursos não só para o Ensino Superior como para a sociedade Lusófona na sua generalidade. Paralelamente a esta inovação poderia ser criado algo semelhante nas Escolas, isto é, uma Provedoria para o aluno do Espaço Lusófono. Algum gabinete na Universidade que chamasse a si todas as questões muito específicas destes alunos e consequentemente os encaminhasse para os gabinetes de apoio respectivos da Escola ou que tenha mecanismos para resolver outros problemas que estes alunos trazem, por exemplo questões de vistos de permanência, assuntos relacionados com bolsas de estudo, etc.

De acordo com a visão de Geocentralidade académica apresentamos uma nova leitura sobre a CPLP e como a sua acção pode influenciar a construção deste espaço em contexto internacional e consequentemente de um reforço dos laços interculturais entre Países Lusófonos.

Assim, podemos afirmar que a nossa proposta é pioneira nestas questões da Internacionalização da Universidade no Espaço Lusófono, pois o que propomos é a construção de um espaço académico, o espaço da Universidade de cariz autónomo, em contexto internacional.

2. Problemática e as Questões de Investigação

Nos últimos 20 anos assistimos a mudanças significativas no Ensino Superior em parte condicionadas pelas ocorrências a nível global, no entanto poderíamos extrapolar e considerar que nos próximos 20 anos assistiremos a transformações significativas no contexto mundial em consequência de diversas alterações em curso em muitos países bem como, neste caso, em várias instituições do Ensino Superior, determinadas pela Globalização a par com outros factores.

A Escola escolhida como estudo de caso nesta investigação encaixa no perfil institucional, que de acordo com as tendências actuais e internacionais preenche os requisitos para poder desempenhar um papel relevante em contexto internacional em geral e um papel determinante no contexto do Ensino Superior no Espaço Lusófono, em particular.

Assim, os pontos centrais deste trabalho estão assentes no Ensino Superior com acento tónico no Capital Humano envolvido numa cultura, lusófona, que envolve não só a comunidade da Escola mas também as suas ligações à Sociedade.

Inserimos a problemática em torno do Ensino Superior no Espaço Lusófono de acordo com as perspectivas teóricas escolhidas neste estudo em que a escola tem como missão primária a transmissão de conhecimento, dando ao Capital Humano um corpo de saberes, práticas e competências que o capacitam para a obter mais-valias para a sua vida pessoal e para a sociedade através dos saberes e praticas propriamente ditos, das competências adquiridas e do espírito empreendedor.

Neste âmbito as estratégias de internacionalização levadas a cabo pelas universidades e em particular pela Universidade observada reflectem uma especial atenção com os programas de mobilidades e cooperação com o Espaço Lusófono materializado em investimento em redes académicas internacionais de forma a fortalecer a sua presença, não só, no Espaço Lusófono como no Espaço Global.

Entre várias estratégias ao dispor da Universidade estão os recursos tecnológicos, a circulação de informação, de conhecimento técnico-científico bem como a Língua Portuguesa que é um facilitador de comunicação e ao mesmo tempo como um impulsionador da Lusofonia em contexto global.

O desenvolvimento das tecnologias de transporte, comunicação e informática alteraram o relacionamento entre as pessoas e destas com a comunidade (Oliveira, 2011: 1). Este desenvolvimento tem sido aproveitado pela Escola de forma a consolidar o intercâmbio e a integração entre Universidades do Espaço Lusófono e consequentemente entre diferentes grupos socioculturais.

A Lusofonia, neste contexto, é vista como uma rede de interdependência dentro de outra rede de integração global o que social, económica e culturalmente se apresenta como complexa mas é dentro desta dificuldade que a Universidade tem lançado os alicerces para a construção do seu espaço de mobilidade e cooperação.

A questão da Geocentralidade académica que debatemos neste trabalho ganha forma quando a Universidade começou, ainda no século XX, a delinear diferentes tácticas de uma mesma estratégia, a internacionalização. Estas tácticas passam pela captação de Capital Humano internacional colocando a Escola e todo o seu Capital Humano a trabalhar de acordo com práticas internacionais posicionando-a num contexto internacional capaz de aproveitar as vantagens competitivas do processo.

As tácticas da estratégia de internacionalização que a Universidade tem levado o cabo e que cada vez mais urge pôr em campo tocam diversas variáveis inerentes ao Capital Humano e que interessa ter em conta se falarmos de uma possível Geocentralidade académica do Espaço Lusófono. As variáveis são o domínio da tecnologia, a progressão da ciência e a aposta no empreendedorismo, pois estas variáveis tornam-se as condicionantes da formação de um Capital Humano qualificado de acordo com as elevadas exigências internacionais.

Nos dias de hoje a Universidade está a fomentar e a tentar canalizar investimentos para a criação de mais condições para o desenvolvimento de actividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação de acordo com os padrões internacionais, para tal é necessário que seja revista a afectação de Capital Humano qualificado com o objectivo de criar uma base de conhecimento mais equilibrada e estrategicamente adequada ao espaço em questão, numa primeira análise, e a um todo global.

Uma Universidade que se pretende global ou globalizada de acordo com os desafios e oportunidades do século XXI deve preparar-se, e as universidades têm vindo a fazê-lo. Actualmente a Universidade está dotada de um corpo docente com uma rede de contactos internacionais, mas a julgar pelo ritmo andado até hoje serão necessários mais mecanismos que desencadeiem e promovam ainda mais a internacionalização da Escola e a defesa do seu espaço em contexto internacional, isto é, do espaço da Universidade que só será possível através da qualidade do conhecimento transmitido e pelas competências acumuladas pelo seu Capital Humano.

Ainda em termos contextuais importa salientar a existência da possibilidade de um espaço de Geocentralidade dentro do Espaço Lusófono que poderá ocorrer de forma visível desde que a Universidade reflicta mais profundamente numa estratégia contínua e numa implementação de tácticas estratégicas que promovam a comunicação efectiva entre Países Lusófonos, a captação de financiamentos públicos e privados bem como a alocação de Capital Humano de forma a prestar a informação pertinente e a disponibilizar as ferramentas de trabalho adequadas para uma tomada de decisão de gestão académica coerente, eficiente e eficaz.

A problemática deste trabalho assenta na construção de um espaço próprio da Universidade, um espaço construído em contexto internacional tendo em conta a perspectiva da Globalização e dos laços interculturais da Lusofonia, as redes da Lusofonia. O espaço, da Universidade, constrói-se, neste âmbito, através dos programas de mobilidade e cooperação mútua entre Países Lusófonos (Cf. Introdução).

Assim, a problemática em análise vai de encontro à realidade com que o Capital Humano das Universidades do Espaço Lusófono se depara em contexto internacional, sobretudo em questões de competitividade a nível académico, numa determinada fase, e ao nível profissional já noutra fase, já noutro estágio do percurso de vida do referido Capital Humano (Cf. Introdução).

O ponto de partida para este modelo de análise foi saber como é que este corpo de saberes, conhecimentos e discursos, se transforma num corpo de poderes e até que ponto a posse de determinados conhecimentos e práticas, possibilita a este Capital garantir o retorno do conhecimento e pratica adquiridos, não só retorno privado como garantir um retorno social, isto é, um retorno para a sociedade, externalidade, em particular para a sociedade Lusófona. A questão dos retornos associados ao Capital Humano envolvidos na mobilidade dentro do Espaço Lusófono e através dos Programas de Cooperação e Mobilidade das Universidades Lusófonos foram o cerne desta investigação (Cf. Estratégia de Investigação).

De facto aferimos os retornos, mas apenas em termos intuitivos, as suas ligações, as suas partes qualitativas, e depois a sua mensuração quantitativa da análise de discurso. Em rigor, não inferiu quanto ganharam os agentes em termos de salários e no impacto e mensurável no PIB das externalidades. Daí privilegiarmos o Capital social como ligação ao Capital Humano.

Assim, o nosso objecto de estudo assenta na mobilidade do Capital Humano das Universidades Públicas dentro do Espaço Lusófono, e a sua interacção com o Capital social. O nosso objecto empírico é a Universidade Pública do Espaço Lusófono, de onde escolhemos apenas uma (Cf. Estratégia de Investigação). Trata-se assim de um estudo de caso, mas suficientemente representativo no Espaço Lusófono para nos permitir retirar conclusões mais gerais tendencialmente válidas.

Neste ponto mencionamos as questões de partida que nos orientaram no início deste trabalho bem como a questão por nós colocada e o respectivo modelo de análise. [7]

Assim, as questões de partida são:

(i) Existe algum tipo de autonomia académica nos programas de Cooperação e Mobilidade dentro do Espaço Lusófono?

(ii) A autonomia é total ou parcial?

(iii) Que factores condicionam a construção do Espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono?

(iv) Que retornos advêm da Cooperação e da Mobilidade, para a Universidade?

(v) Quais os retornos para o Capital Humano (alunos, professores, investigadores)?

(vi) Quais os retornos para o desenvolvimento local, regional ou do Espaço Lusófono?

(vii) Existem retornos para a Lusofonia?

(vii) É possível falar de uma Geocentralidade académica, ainda que Lusófona?

(viii) Será descabido criar um Cluster da Universidade do Espaço Lusófono?

(ix) O que traz o Capital social a este contexto? (Cf. Estratégia de Investigação).

---

(7) O modelo de análise não foi retirado na íntegra de nenhum manual, foi ajustado às necessidades metodológicas deste estudo, no entanto o mesmo foi baseado nas contribuições teóricas sobre Metodologia que constam na bibliografia deste trabalho.

As questões de investigação são:

Questão 1: Será que os saberes, práticas e discursos académicos que estão na base da construção do Espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono e da sua respectiva autonomia académica condicionam, através da delimitação de espaços da Universidade e, respectivas, fronteiras académicas, o seu próprio desempenho académico e de investigação?

Questão 2: Será que os saberes, práticas e discursos académicos que estão na base da construção do Espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono e da sua respectiva autonomia académica condicionam, através da delimitação de espaços e fronteiras, o seu próprio desempenho ao nível da investigação e produção de conhecimento científico?

Questão 3: Será que os saberes, práticas e discursos académicos que estão na base da construção do Espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono promovem retornos directos e indirectos, sociais, económicos e culturais. Até que ponto esses retornos promovem o desenvolvimento do Capital Humano? E da Universidade?

Questão 4: Será que os saberes, práticas e discursos académicos que estão na base da construção do Espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono promovem retornos directos e indirectos, sociais, económicos e culturais. Será que esses retornos promovem não só o desenvolvimento do Capital Humano como da própria Lusofonia?

Questão 5: Será que os saberes, práticas e discursos académicos que estão na base da construção do Espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono promovem, de certa forma, uma Geocentralidade académica?

A última questão, é para nós a derradeira questão, pois é a questão da possibilidade de operacionalização de todo este trabalho. Esta questão está directamente relacionada com a perspectiva central deste trabalho, o Capital social.

Questão 6: De acordo com os saberes e práticas, da Universidade, partilhados pelos programas de mobilidade e cooperação internacional entre Universidades do Espaço Lusófono, seria possível criar uma rede das Universidades do Espaço Lusófono?

De acordo com o exposto no Estado da Arte, o que pretendemos ao lançar estas questões de investigação e perguntas de partida é dar resposta e apresentamos uma perspectiva pioneira sobre a visão de Geocentralidade académica. Para tal apresentamos uma nova leitura sobre a CPLP e como a sua acção pode influenciar a construção deste espaço em contexto internacional e consequentemente de um reforço dos laços interculturais entre Países Lusófonos.

Assim conforme já citado, podemos afirmar que a nossa proposta é pioneira nestas questões da Internacionalização da Universidade no Espaço Lusófono, pois o que propomos é a construção de um espaço académico, o espaço da Universidade de cariz autónomo, em contexto internacional.

Parte II

Capítulo I

1. Contextualização

Na sequência das descobertas e colonização portuguesa que se iniciou a partir do século XV, a Língua Portuguesa disseminou-se pelos cinco continentes. Actualmente é a língua oficial de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. [(8)] No entanto, existe também a questão da comunicação, pois a Língua Portuguesa é um importante veículo de comunicação em Macau, Malaca ou Goa. Alertamos para este facto, isto é, se recebermos alunos oriundos destes locais, por certo que a Língua Portuguesa será um facilitador de peso.

No intuito de formar um bloco com os países que falam o português, foi fundada a CPLP por países como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. No ano de 2002, após conquistar a independência, Timor-Leste integrou também este bloco (www.cplp.org). Em 2006 a Guiné Equatorial e as Ilhas Maurícias e desde 2008 com o Senegal surgiram como observadores associados, no entanto apenas um aspira ter o português como língua oficial, que seria a Guiné Equatorial (www.cplp.org).

A Língua Portuguesa é um património de todos os Países Lusófonos. Desde o período colonial que a Língua Portuguesa contribuiu para a construção do vasto Império Colonial Português para fomentar a união entre os que usam esta matriz (Oliveira, 2011: 55). [(9)]

---

(8) Dados disponíveis na página da Wikipedia sobre a Geografia da Lusofonia e da Língua Portuguesa. www.wikipedia.com, em Setembro de 2012.

(9) Os povos que adoptaram a Língua Portuguesa como sua língua oficial são conhecidos como lusófonos pois esta comunidade, a Lusofonia, é aquela que fala o português. Devem ser tidas em conta, também, Comunidades como Goa, Malaca e/ou Macau.

Em 1916, O Presidente Wilson dos EUA propôs que fossem criados blocos de poder com base numa língua em comum. O primeiro projecto de Lusofonia foi pensado por Sílvio Romero, em 1902, e visava um modelo de união entre os povos que falam a Língua Portuguesa. O seu trabalho intitulado *O Elemento Português*, contemplava os países e as colónias portuguesas como uma nação defensiva, baseada na língua e história comuns, pois segundo ele, *"bastaria a língua para definir-nos e extremar-nos de qualquer concorrente estranho (...) ela só por si, na era presente, serve para individualizar a nacionalidade"* (Oliveira, 2011: 57-58).

Esta perspectiva fora igualmente pensada por Fernando Pessoa, por exemplo, inspirada do Presidente Wilson que previa que as nações que usassem a mesma língua deveriam unir-se em blocos, políticos ou culturais, de forma a que se possam defender dos imperialismos americano e europeus saídos da Conferência de Berlim. Também, para Agostinho da Silva, o conceito do Quinto Império leva-nos a conceptualizar a Pátria como território da Língua Portuguesa e a possibilidade de um diálogo entre iguais. A Lusofonia não se constitui como um projecto neocolonialista, mas sim como uma Comunidade de iguais.

O projecto da Comunidade Lusófona assente no português como língua comum ganhou forma em 1989 após a Primeira Cimeira de Chefes de Estados Lusófonos, liderada por José Sarney e por José Aparecido de Oliveira que deu origem ao Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), em São Luís no estado brasileiro do Maranhão. Algum tempo mais tarde foi criada a Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa.

Se no início o objectivo deste projecto de Comunidade Lusófona era o de proteger e difundir a Língua Portuguesa, hoje existe uma Comunidade formada por oito Estados livres que se construí diariamente em contexto internacional e tem como pano de fundo a Globalização, promove a difusão não só da Língua Portuguesa bem como de todo um património cultural.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi fundada em 17 de Julho de 1996, em Lisboa, na I Conferencia de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Actualmente, são oito os

Estados membros com a Língua Portuguesa como língua materna e oficial, nomeadamente, Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A CPLP conta com três países observadores: As Ilhas Maurícias, Guiné Equatorial e Senegal (www.cplp.org).

Desde a sua fundação que a CPLP é um projecto político assente na Língua Portuguesa, na história e no património comum dos Países Lusófonos, que por sua vez constituem um espaço geograficamente descontínuo mas unido pela Língua Portuguesa. Julgamos que a Língua Portuguesa é um dos elos de ligação entre a Comunidade Lusófona, um factor de unidade poderá fomentar e dinamizar, no plano internacional, uma acção assertiva e conjunta com vista a obter algum tipo de influência junto de determinados actores internacionais. **(10)**

Foi nos anos 90 que se encontraram as condições políticas e económicas, ideais, para a criação da CPLP. Estas condições reflectem não só os interesses dos Estados mas também a conjuntura externa favorecida pela globalização e por uma maior interdependência sistémica. As mudanças ocorridas no contexto internacional nos anos 80 e 90 tornaram possível a formação de blocos económicos e organizações internacionais, entre as quais a CPLP (Oliveira, 2011: 62-63).

Sendo a CPLP, sobretudo, um projecto político os seus pilares de base que estão na sua origem são: i) a concertação política e a ii) cooperação nos domínios do social, do cultural e do económico. Estes por sua vez visam promover o desenvolvimento dos seus povos, a afirmação e divulgação crescentes da Língua Portuguesa e o reforço da presença dos sete nos organismos internacionais (Viggiano, 1994, *cit. in* Imperial, 2006:23-24).

---

(10) Imperial, Jovelina (2006), Dissertação de Mestrado: *A CPLP e a Cooperação Para o Desenvolvimento: em que medida a CPLP pode contribuir para o desenvolvimento dos Estados*, foi um trabalho importante, por nós seleccionado devido à sua estrutura e conteúdos. Foi relevante para a elaboração deste trabalho.

Julgamos importante salientar que os países que constituem a CPLP não são, de todo, uniformes no que diz respeito a contextos sociais, políticos ou económicos, pelo que são bem-vindas (novas) orientações no contexto das Relações Internacionais. Falar dos países da CPLP é falar de uma realidade constituída por várias realidades. Assim, a CPLP poderá ser um parceiro estratégico fundamental, privilegiando seus membros e tornando exequível um desenvolvimento para todos os países.

Actualmente os recursos tecnológicos e a facilidade de circulação de informação, de conhecimento técnico-científico, de ideias e de pessoas possibilitam que sociedades saltem etapas de desenvolvimento em períodos cada vez mais curtos. Oliveira (2011) salienta que a Língua Portuguesa além de ter sido utilizada como meio unificador para a construção nacional dos países africanos lusófonos, foi o principal elemento de ligação desses povos com a modernidade e seus efeitos positivos e negativos, tornando-se também um elemento de libertação colonial (Oliveira, 2011: 64).

O processo de globalização trouxe consigo transformações para a sociedade global. O desenvolvimento das tecnologias de transporte, comunicação e informática alteraram o relacionamento entre as pessoas e destas com a comunidade. As fronteiras entre os Estados tornaram-se maleáveis, aumentando o intercâmbio e a integração entre diversas regiões e grupos socioculturais. Ou seja é possível viver uma Globalização económica livre, no entanto, não existem instituições políticas internacionais capazes de disciplinar o fenómeno em todos os seus aspectos. Uma das formas de diminuição dessas desigualdades é a integração de Estados com interesses políticos, económicos ou culturais semelhantes em comunidades transnacionais (Oliveira, 2011: 64).

Neste contexto de interdependência e integração global é que se encontra a Lusofonia, materializada numa comunidade de todos os países de Língua Portuguesa. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tenta aprofundar essa integração através da concessão de direitos civis e políticos aos cidadãos lusófonos. Apesar de existirem diversos acordos bilaterais nesse

sentido, ainda não foi aprovado um estatuto do cidadão lusófono que especifique os direitos e limites do exercício dessa cidadania.

Os países que compõe a CPLP são dispares entre si nas suas características socioeconómicas, pelo que não devemos esquecer que apesar de uma cultura em comum cada pais tem uma identidade cultural muito própria que o distingue dos demais. A Lusofonia não tem uma identidade mas ela é um conjunto de várias identidades. Passamos a uma breve descrição dos países que compõe a CPLP de acordo com alguns dos aspectos que consideramos relevantes do ponto de vista socioeconómico:

a) Angola

A República de Angola é um país da costa ocidental de África, cujo território principal é limitado a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. Inclui também o enclave de Cabinda, através do qual faz fronteira com a República do Congo, a norte. **(11)**

Importa referir que Angola é o segundo maior produtor de petróleo e exportador de diamantes da África Subsariana. A sua economia tem vindo a crescer fortemente, mas o seu Desenvolvimento Humano ainda é muito baixo apesar de ser um país rico em minerais, especialmente diamantes, petróleo e minério de ferro; possui também outro tipo de jazidas como de cobre, de chumbo, de estanho, de ouro, de prata e platina, entre outros. **(12)**

O país tem apostado na indústria ao nível dos cereais, carnes, algodão e tabaco, assim como na produção de açúcar, cerveja, cimento e madeira a par com a refinaria de petróleo. No seu parque industrial Angola conta, ainda, com indústrias de pneus, fertilizantes, celulose, vidro e aço. **(13)**

---

(11) (12) (13) Dados disponíveis na página da Wikipedia sobre a Geografia da Lusofonia e da Língua.

A desigualdade muito marcada entre as diferentes regiões, em parte causada pela guerra civil prolongada é um problema estrutural da economia angolana. Grande parte da actividade económica está em Luanda e na província do Bengo, enquanto em diversas áreas do interior do país se pode verificar processos de regressão. [14]

Uma das realidades angolanas é um crescimento notável no Ensino Superior. A par com a Universidade Agostinho Neto, pública, constituíram-se a partir de faculdades já existentes, seis universidades autónomas, cada uma delas vocacionada para dar resposta às necessidades das províncias, inclusive através de pólos noutras cidades. A partir dos anos 90 do século XX, fundaram-se universidades privadas, algumas ligadas a universidades portuguesas e outras resultantes de iniciativas angolanas. [15]

b) Brasil

A República Federativa do Brasil com uma população de cerca de 193 milhões de habitantes. É o único país falante da língua portuguesa na América e o maior país lusófono do mundo. Delimitado pelo oceano Atlântico a leste, o Brasil tem um litoral de 7 491 km2. É limitado a norte pela Venezuela, Guiana, Suriname e pelo departamento ultramarino francês da Guiana Francesa; a noroeste pela Colômbia; a oeste pela Bolívia e Peru; a sudoeste pela Argentina e Paraguai e ao sul pelo Uruguai. O país faz fronteira com todos os outros países sul-americanos, excepto com o Equador e com o Chile. [16]

A economia brasileira é a maior da América Latina e do Hemisfério Sul, a sexta maior do mundo e a sétima maior por paridade do poder de compra, quando ajustada a uma comparação para um cabaz e taxa de câmbio real comum.

---

(14) (15) (16) Dados disponíveis na página da Wikipedia sobre a Geografia da Lusofonia e da Língua.

O país é membro fundador da Organização das Nações Unidas (ONU), G20, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), União Latina, Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), além de ser um dos países que compõem os BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China). **(17)**

O Brasil tem um importante sector agrícola, mineiro, manufactureiro e de serviços, bem como um grande mercado de trabalho. As exportações brasileiras têm vindo a crescer nos últimos anos sendo que os principais produtos exportados são: as aeronaves, os equipamentos eléctricos, os automóveis, o álcool, os têxteis, o calçado, o minério de ferro, o aço, o café, o sumo de laranja, a soja e a carne enlatada. **(18)**

Em 2011, a taxa de literacia da população brasileira era de 90,4%. O Ensino Superior está bem sedimentado no país pois este tem investido nesta área, o acesso começa com os cursos de graduação ou cursos sequenciais em diferentes carreiras académicas ou profissionais que, eventualmente, podem prolongar-se aos graus seguintes. **(19)**

c) Cabo Verde

A República de Cabo Verde, é um país insular africano, arquipélago de origem vulcânica, constituído por dez ilhas. Está localizado no Oceano Atlântico, a 640 km a oeste de Dakar, Senegal. Outros países vizinhos são a Mauritânia, a Gâmbia e a Guiné-Bissau. **(20)**

Cabo Verde é um Estado arquipélago com uma economia de acordo com o PNUD de rendimento médio-baixo, já não subdesenvolvida, mas de qualquer modo com carência de recursos de acordo com o seu crescimento populacional.

---

(17) (18) (19) (20) Dados disponíveis na página da Wikipedia sobre a Geografia da Lusofonia e da Língua.

Os principais meios económicos do país são: a agricultura, a riqueza marinha do arquipélago, a prestação de serviços que corresponde a 80% do PIB, onde recentemente o turismo tem ganho uma crescente relevância. **(21)**

Os produtos agrícolas do país, de cultura de sequeiro, com base na associação tradicional do milho e dos feijoeiros anuais, destinam-se basicamente ao mercado interno cabo-verdiano sendo que não satisfazem a procura, tornando indispensável uma importação considerável de alimentos. Cabo Verde tem vindo a introduzir novas culturas de produtos e plantas como legumes, frutas e hortaliças para consumo interno. Os principais produtos exportados por Cabo Verde são: o café, a banana e a cana-de-açúcar. **(22)**

No sector de pescas há uma tentativa de implantar uma modernização dos meios artesanais e métodos tradicionais para um melhor aproveitamento desses recursos.

O turismo é uma importante fonte económica para o país dificultada pela questão estrutural, pois Cabo Verde necessita de um desenvolvimento das estradas, portos e aeroportos, de meios de comunicação rápidos e frequentes além de uma rede hoteleira que dê resposta às necessidades dos turistas. A economia cabo-verdiana tem-se desenvolvido desde o final da última década, e nos dias de hoje tem estado a apostar num programa de infra-estruturas por parte do governo em domínios vitais como os transportes terrestres, os transportes marítimos, os transportes aéreos, as comunicações, entre outros. **(23)**

Nos diversos aspectos da cultura de Cabo Verde esta caracteriza-se por uma miscigenação de elementos europeus e africanos. Não se trata apenas de um somatório de duas culturas, mas sim, de um terceiro produto, totalmente novo, resultante de um intercâmbio que começou há quinhentos anos. **(24)**

---

(21) (22) (23) (24) Dados disponíveis na página da Wikipedia sobre a Geografia da Lusofonia e da Língua.

d) Guiné-Bissau

A República da Guiné-Bissau, é um país da costa ocidental de África que se estende desde o Cabo Roxo até à Ponta Cagete. Faz fronteira a norte com o Senegal, a este e sudeste com a Guiné Conacri e a sul e oeste com o oceano Atlântico. Além do território continental, integra ainda cerca de oitenta ilhas que constituem o Arquipélago dos Bijagós, separado do Continente pelos canais do rio Geba, de Pedro Álvares, de Bolama e de Canhabaque. **(25)**

Actualmente faz parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), das Nações Unidas, dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e da União Africana.

A Guiné-Bissau é um país fortemente dependente da agricultura e da pesca. A castanha de caju, de que é hoje um dos principais produtores mundiais, aumentou consideravelmente o preço nos últimos anos. O país exporta peixe e mariscos, amendoim, semente de palma e madeira. As licenças de pesca são uma importante fonte de receitas. O arroz é o cereal mais produzido e um ingrediente típico e indispensável na alimentação. **(26)**

Existem algumas prospecções de petróleo, fosfato e outros recursos mineiros embora já exista extracção de petróleo na zona de exploração conjunta com o Senegal. Ao nível da educação o país é extremamente débil.

e) Moçambique

A República de Moçambique, é um país localizado na costa oriental da África Austral, limitado a norte pela Tanzânia, a noroeste pelo Malauí e Zâmbia, a oeste pelo Zimbábue, a leste pelo Canal de Moçambique e Oceano Índico, e a sul e sudoeste pela África do Sul e Suazilândia. **(27)**

---

(25) (26) (27) Dados disponíveis na página da Wikipedia sobre a Geografia da Lusofonia e da Língua.

Moçambique integra a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Comunidade para o Desenvolvimento da Africa Austral (SADC), a Commonwealth, a Organização da Conferência Islâmica e é membro da ONU.

Moçambique tem uma população de cerca de 20 milhões. A população urbana ronda os 6 milhões, o que equivale a 30% da população total. **(28)**

Cerca de 45% do território moçambicano tem potencial para a agricultura, mas 80% desta é de subsistência Os principais recursos minerais moçambicanos incluem carvão, sal, grafite, bauxita, ouro, pedras preciosas e semipreciosas. Moçambique possui, também, reservas de gás natural e mármore. A indústria é pouco desenvolvida, mas auto-suficiente no que toca a tabaco e cerveja.

O país tem um grande potencial turístico, destacando-se as praias e zonas propícias ao mergulho nos seus dois mil quilómetros de litoral, tem ainda como atracção turística os parques e reservas de natureza selvagem no interior do país. **(29)**

O país tem feito um investimento na educação, destacando-se no ensino superior o papel importante que tem tido a Universidade Eduardo Mondlane.

f) Portugal

A República Portuguesa é um país soberano localizado no Sudoeste da Europa, cujo território se situa na zona ocidental da Península Ibérica e nos arquipélagos no Atlântico Norte. O território português tem uma área total de 92090 km2 sendo delimitado a norte e leste por Espanha e a sul e oeste pelo oceano Atlântico. A costa portuguesa é extensa, tem 1 230 km em Portugal continental, 667 km nos Açores, 250 km na Madeira onde se incluem também as Ilhas Desertas, as Ilhas Selvagens e a ilha do Porto Santo. Portugal possui uma das maiores zonas económicas exclusivas (ZEE) da Europa, cobrindo cerca de 1 683 000 km². **(30)**

---

(28) (29) (30) Dados disponíveis na página da Wikipedia sobre a Geografia da Lusofonia e da Língua.

A população portuguesa em termos de alfabetização está nos 94,9%, tendo a taxa de analfabetismo vindo a descer ao longo dos anos. Portugal tem uma população considerável no Ensino Superior pois o investimento do país nesta área tem sido intenso, como se pode verificar pelos dados dos censos 2011 em que Portugal contava com 1 262 499 de habitantes com o Ensino Superior completo. **(31)**

Portugal tem também apostado nas actividades de investigação científica e tecnológica sobretudo conduzidas no âmbito de uma rede de unidades de I&D pertencentes a universidades públicas e estatais de gestão autónoma de investigação, em instituições como o INESC, Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, por exemplo.

O financiamento deste sistema de investigação é conduzido principalmente pelo Ministério da Educação. Salienta-se que o país tem algumas das maiores unidades de I&D das universidades públicas, tendo em conta o número significativo de publicações, e que já alcançaram o reconhecimento internacional. **(32)**

Em Portugal nas últimas décadas, intensificou-se a modernização agrícola, em particular no que diz respeito à produção de alguns cereais, vinha e azeitona, especialmente porque o Vinho do Porto, o Vinho da Madeira e os azeites portugueses são muito procurados e apreciados devido à sua qualidade. Portugal é, também, produtor de fruta de qualidade nomeadamente as laranjas algarvias, a pêra-rocha da região Oeste, a cereja da Gardunha, a castanha da Beira Alta e Trás-os-Montes e a banana da Madeira. Produzindo em menor escala produtos de horticultura ou floricultura, como a beterraba doce, óleo de girassol e tabaco. **(33)**

---

(31) Dados disponíveis na pagina do INE, www.ine.pt, acedendo ao ficheiro em formato pdf Censos2011_ResultadosProvisorios.pdf, em Setembro de 2012.

(32) (33) Dados disponíveis na página da Wikipedia sobre a Geografia da Lusofonia e da Língua.

A cortiça apresenta, também, uma produção significativa. Portugal produz 54% da cortiça produzida no mundo. Os recursos minerais mais significativos em Portugal são: o cobre, o lítio, o volfrâmio, o estanho, o urânio, os feldspatos, o sal-gema, o talco e o mármore. [34]

Portugal apesar de possuir uma pequena plataforma continental possuí uma das maiores ZEE da Europa, cerca de 18 vezes o território continental do país, onde existe uma grande diversidade de espécies nas suas águas. [35] As espécies piscícolas mais capturadas são: a sardinha, o carapau, o polvo, o peixe-espada-preto, a cavala e o atum. [36]

A balança comercial de Portugal é deficitária. As exportações baseiam-se nos têxteis, no vestuário, nas máquinas, no material eléctrico, nos veículos, nos equipamentos de transporte, no calçado, no couro, na madeira, na cortiça e no papel.

g) São Tomé e Príncipe

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um Estado insular localizado no Golfo da Guiné, composto por duas ilhas principais, Ilha de São Tomé e Ilha do Príncipe, e várias ilhotas, num total de 1001 km², com cerca de 187 mil habitantes. Estado insular, não tem fronteiras terrestres, mas situa-se relativamente próximo da costa do Gabão, da Guiné Equatorial, dos Camarões e da Nigéria. As ilhas de São Tomé e do Príncipe ficam situadas junto à linha do Equador, que atravessa o Ilhéu das Rolas, e a cerca de 300 km da costa Ocidental de África. [37]

---

(34) (36) (37) Dados disponíveis na página da Wikipedia sobre a Geografia da Lusofonia e da Língua.

(35) Dados disponíveis na pagina da Ciência Viva, http://www.cienciaviva.pt/oceano/portugal/importanciamar/nacao.asp, em Setembro de 2012.

Do total da população de São Tomé e Príncipe, a maioria vive na ilha de São Tomé. Todos eles descendem de vários grupos étnicos que emigraram para as ilhas desde 1485. A grande maioria do povo são-tomense fala português, à volta de 95%, mas também são falados três crioulos de base portuguesa. [38]

São Tomé e Príncipe têm apostado no turismo para o seu desenvolvimento, mas a recente descoberta de jazidas de petróleo nas suas águas abriu novas, embora ainda mal definidas perspectivas para o futuro. A actividade pesqueira continua a ser uma das principais actividades económicas do país. É um país que continua a manter estreitas relações bilaterais com Portugal. [39]

Ao nível da Educação S. Tomé tem investido o que lhe é permitido, em parte graças à Cooperação, e no que diz respeito a Ensino Superior o país deu um "grande pulo" nos últimos anos, existem neste momento as seguintes instituições: Instituto Superior Politécnico (ISP), Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática (IUCAI), Universidade Lusíada, a última é uma dependência da universidade privada portuguesa com o mesmo nome.

g) Timor-Leste

A República Democrática de Timor-Leste, é um dos países mais jovens do mundo, e ocupa a parte oriental da ilha de Timor no Sudeste Asiático, além do enclave de Oecusse, na costa norte da parte ocidental de Timor. Tem a ilha de Ataúro, a norte, e o ilhéu de Jaco ao largo da ponta leste da ilha. As únicas fronteiras terrestres que o país tem ligam-no à Indonésia, a oeste da porção principal do território, e a leste, sul e oeste de Oecusse, mas tem também fronteira marítima com a Austrália, no Mar de Timor, a sul. [40]

---

(38) (39) (40) Dados disponíveis na página da Wikipedia sobre a Geografia da Lusofonia e da Língua.

A língua mais falada em Timor-Leste era o indonésio no tempo da ocupação indonésia, sendo que hoje é o Tétum a língua mais falada. O Tétum e o Português formam as duas línguas oficias do país, enquanto o indonésio e a língua inglesa são consideradas línguas de trabalho de acordo com a actual constituição de Timor-Leste. **(41)**

Ao longo dos tempos o investimento secular de Portugal na sua colónia não foi suficiente para a desenvolver tendo esta permanecido pobre até aos nossos dias. Foram construídas algumas infra-estruturas de saúde, ensino e transportes depois da Segunda Guerra Mundial.

O comércio de sândalo era uma das principais mercadorias do território que foi perdendo a sua importância, a sua única fonte de rendimento passou a ser uma modesta produção de café. Depois de várias décadas de ocupação Indonésia e aquando da sua libertação, a economia timorense ficou dependente totalmente da cooperação internacional para a sua reconstrução. **(42)**

Percebemos que existe uma problemática de fundo inerente ao Espaço Lusófono, pois ele é dispare do ponto de vista social, económico e politico. Existem proximidades, nomeadamente culturais e de identidade, mas as diferenças são notórias o que nos remete para uma abertura de pensamento norteada por valores como a tolerância e o respeito.

Recorrendo a um dos pilares teóricos deste trabalho, o Capital social, pois este é um conceito que dá conta das disparidades e proximidades deste espaço. Segundo o teórico Alexandre Portes para analisarmos o Capital social é necessário que sejam identificados “três aspectos: a) os possuidores de Capital social (os que fazem as solicitações); b) as fontes do Capital social (os que acedem às solicitações); c) os recursos propriamente ditos.” (Portes, 2000: 137).

---

(41) (42) Dados disponíveis na página da Wikipedia sobre a Geografia da Lusofonia e da Língua.

Assim, podemos identificar que são várias as determinantes que foram ligadas ao Capital social a vários níveis, desde a história, a cultura, as estruturas sociais, a família, a educação, o ambiente, a mobilidade, a economia, a classe social, a sociedade civil, o consumo, os valores, as redes, as associações, enquadramentos institucionais e políticos, e as regras e normas sociais, etc. Os factores identificados no Espaço Lusófono têm papel importante em determinar as características da estrutura do Capital social deste mesmo espaço mas a maioria, segundo o autor, centra-se nos factores do Capital social de circunstância como a família, a confiança, ou as redes criadas.

Capítulo II

1. Contributos Teóricos

Já lá vão uns séculos quando os filósofos Rousseau, Kant ou Espinoza estudaram e interpretaram as relações exteriores dos Estados com o mundo, as Relações Internacionais, tendo como base de estudo o poder desses mesmos Estados. **(43)**

No pós Primeira Guerra Mundial o estudo das Relações Internacionais intensificou-se sobretudo nas universidades anglo-saxónicas. Este assentava no estudo das relações estabelecidas entre Estados, nomeadamente em assuntos relacionados com a política externa, possíveis conflitos entre Estados e com a cooperação a diversos níveis: político, económico, cultural ou estratégico.

Existem vários autores que teorizam sobre a disciplina das Relações Internacionais. Neste estudo optámos pelos autores que se seguem pois julgamos que são os que melhor se adequam à nossa construção teórica.

---

(43) Rodrigues, Ricardo (2004), Dissertação de Mestrado: *Dinâmicas Económicas e Política Externa Portuguesa nos Países Não Lusófonos da SADC* (1975-2002), Lisboa, ISEG foi um trabalho importante, por nós seleccionado devido à sua estrutura e conteúdos. Foi relevante para a elaboração deste trabalho.

Segundo António Almeida Tomé (2011) a extensa área das Relações Internacionais é por si só uma ciência do conhecimento. Uma ciência multidisciplinar que se afirmou como disciplina autónoma no pós Primeira Guerra Mundial.

Assim, durante todo o século XX o estudo das Relações Internacionais intensificou-se, o que originou uma elevada produção de trabalhos de pesquisa que surgiram, em parte, devido a alterações da ordem mundial. O período entre as duas Grandes Guerras foi fértil em trabalhos no contexto académico das Relações Internacionais o que originou o aparecimento de uma comunidade científica cujo principal objectivo era a reflexão sobre fenómenos internacionais (Braillard e Djalili, 1988: 7 *cit in* Rodrigues, 2004: 9).

A disciplina das Relações Internacionais tem como objectivo perspectivar uma visão acerca dos fenómenos políticos globais e como estes se manifestam em contexto internacional, sobretudo se estes fenómenos ocorrem entre Estados, cabe às Relações Internacionais torná-los inteligíveis e decifráveis (Tomé, 2011: 13).

Segundo o mesmo autor, as Relações Internacionais analisam a política internacional e através da sua compreensão interpretam uma determinada conjuntura no espaço e no tempo, isto é, o seu objecto de estudo é a política externa dos Estados sobretudo a influência deste na economia à escala global e à interacção multinacional com os demais Estados (Tomé, 2011: 14).

No estudo das Relações Internacionais, Tomé (2011) considera que esta área de estudos multidisciplinares integra o estudo da influência e da importância dos factores geopolíticos, geoestratégicos e geoeconómicos. *A Universidade no Espaço Lusófono: A construção de um espaço de mobilidade e cooperação. Uma perspectiva sobre o Capital social* é um estudo que se enquadra num contexto de Globalização onde vários actores estão presentes, assim, partilhamos a ideia do autor de que as Relações Internacionais são uma disciplina do conhecimento que contribui para a análise, compreensão, previsão e avaliação das relações entre os Estados e destes com os diversos actores em contexto mundial.

Poderíamos justificar a nossa opção teórica citando Huntzinger (1987): "*As Relações Internacionais são a ciência dos factos sociais internacionalizados*", por este motivo entendemos que o objecto de estudo das Relações Internacionais, no qual inserimos o nosso trabalho, engloba as relações políticas, económicas e estratégicas num contexto global embora delimitado (Huntzinger, 1987: 11 *cit in* Suarez, 2008).

De forma a contextualizar este estudo no âmbito da disciplina de Relações Internacionais apresentamos os três paradigmas vigentes nas Relações Internacionais bem como uma síntese das principais correntes das Relações Internacionais. Apresentamos, ainda, à luz da Teoria da Relações Internacionais, alguns conceitos presentes neste estudo.

1.1. Contributos das Relações Internacionais

1.1.1. Paradigmas das Relações Internacionais

A teoria das Relações Internacionais enquadra-se em três grandes correntes filosóficas que divergem entre si devido à sua visão diferenciada das Relações Internacionais, devido à forma como conceptualizam e interpretam os factos da sociedade internacional bem como diferem no contexto social, económico e histórico em que foram concebidas (Tomé, 2011: 60).

Segundo Tomé (2011) em Relações Internacionais não existe apenas uma teoria única e válida, existem sim, diferentes abordagens teóricas sobre o contexto internacional que se complementam e enriquecem mutuamente bem como valorizam a investigação científica nesta área do conhecimento. Assim, as diferentes abordagens coexistem não sendo possível sintetizá-las numa só ou simplesmente escolher uma em detrimento das demais.

Podemos considerar três autores, que juntamente com os seus seguidores e antecessores, teorizaram dando origem e mantendo até aos dias de hoje os três paradigmas das Relações Internacionais. Estes teóricos são: Clausewitz, Francisco Vitória e Karl Marx.

Clausewitz está associado à Escola Clássica, e ao primeiro paradigma, que abarca as teorias do equilíbrio europeu, anteriores a si, bem como as teorias do nacionalismo europeu, suas contemporâneas e reúne seguidores como Hans Morgenthau e Raymond Aron.

Assim, o primeiro paradigma surgiu com os teóricos do equilíbrio europeu como Tucídides, Maquíavel, Hobbes ou Hume que inspiraram Clausewitz, Rosseau ou Espinoza.

O primeiro paradigma está associado à teoria clássica das Relações Internacionais e assenta na precária coexistência dos Estados que interagem de acordo com a sua força, soberania, diplomacia e exércitos. Na Escola Clássica a sociedade internacional é vista como heterogénea e a precariedade relacional entre os actores, heterogéneos entre si, fazem desta sociedade uma sociedade relacional e não institucional (Tomé, 2011: 63-65).

O segundo paradigma sedimenta a Escola do Transnacionalismo e tem como principal teórico associado Francisco Vitória. Segundo Huntzinger (1987) este paradigma é o que determina que os direitos fundamentais são pertença dos homens e não dos Estados (Huntzinger, 1987: 54 *cit in* Suarez, 2008). Este paradigma demarca-se da Escola Clássica pois teoriza sobre a existência de uma comunidade internacional à semelhança da *societas inter gentes* de Cícero e de Vitoria, onde é defendido o conceito de comunidade universal, que por sua vez é constituída por homens, que já existiam antes dos Estados e que detêm direitos fundamentais que nunca lhes poderão ser retirados.

Contrariamente à Escola Clássica, a Escola do Transnacionalismo baseia-se numa comunidade universal que privilegia a actividade social e empresarial de onde se extrai a ideia de trocas e interacções nas relações transnacionais e transversais ao Estado. Esta Escola valoriza a importância dos indivíduos na construção da sociedade internacional e dela fazem parte teóricos como Francisco Vitória, Emanuel Kant ou Marcel Merle (Tomé, 2011: 65-66).

O dito, segundo paradigma, está na base teórica da Escola Transnacionalista que remete a maior importância para os homens, é o

paradigma da visão universalista do homem que tem os seus pilares assentes na importância das relações económicas, culturais e diplomáticas.

O terceiro paradigma das Relações Internacionais é o paradigma teorizado por Hegel, Karl Marx, Engels, Hobbson, ou Lenine. Este paradigma esteve na origem da escola soviética do Neo-Marxismo e do imperialismo. Poderíamos dizer que é a teoria do século XX (Tomé, 2011: 67-68).

Este paradigma assenta na divisão entre dois grupos da sociedade, os que fazem a história e os oprimidos e sofredores, vítimas da desigualdade e da opressão do domínio exercido por alguns, este é o paradigma que está na base da teorização da luta de classe (Huntzinger, 1987: 55 *cit in* Suarez, 2008).

Existe uma nítida separação de cariz teórico entre os três paradigmas que podemos verificar ao estudar as escolas das Relações Internacionais. O primeiro paradigma valoriza o Estado e a política externa, o segundo paradigma põe a tónica na sociedade internacional e nas relações transnacionais entre indivíduos e organizações e, por fim, o terceiro paradigma privilegia como objecto de estudo a antítese entre exploradores e explorados ou sobre as questões do domínio (Tomé, 2011: 69).

Não podemos afirmar que um paradigma ou uma Escola é mais correcta do que a outra, pois as mesmas desdobram-se em diferentes abordagens teóricas de forma a darem conta da realidade internacional complementando-se entre si enriquecendo a investigação científica nesta área.

1.1.2. Concepções Teóricas das Relações Internacionais

Consideramos importante apresentar uma síntese de algumas concepções teóricas das Relações Internacionais que julgamos importantes para este trabalho devido aos seus contributos teóricos. Algumas destas concepções teóricas contribuíram para este estudo de forma indirecta pelo que fazemos apenas uma breve abordagem, já as concepções teóricas que contribuíram de forma directa para a construção desta reflexão têm um maior desenvolvimento.

Podemos afirmar que todas as concepções abordadas são válidas, no entanto julgamos que todas apresentam lacunas ou insuficiências. Se para realistas como Morgenthau (1948), o Estado tem um papel determinante nas Relações Internacionais, também a natureza conflituosa e anárquica dessas mesmas Relações Internacionais se apresentam determinantes, no entanto estes subestimam as influências não estaduais e o poder das forças económicas.

Na perspectiva do modelo Pluralista-Interdependente, a interdependência proporciona a intervenção de actores sem ser os Estados, originando um sistema internacional com base na cooperação. Ao contrário do que se poderia pensar, a interdependência não diminui nem a possibilidade de conflitos nem o peso dos interesses nacionais.

O modelo Idealista baseia-se na ideia de segurança colectiva onde o Estado vê o seu poder aumentado, isto é, o seu *"modus operandi"* internacional de acordo com o interesse nacional, já o equilíbrio de poderes segundo este modelo visava garantir a estabilidade internacional e evitar conflitos entre Estados.

O modelo Marxista por sua vez vem destacar a assimetria existente no modelo da Interdependência. Para este não é possível aceitar que haja uma dependência mútua equilibrada entre sociedades com dimensões e níveis de desenvolvimento diferentes. No entanto os Marxistas vêm os fenómenos internacionais de uma forma algo linear e desprezam na sua análise a importância de alguns factores de ordem política, cultural, nacional ou ideológica.

Pautados pela perspectiva da obra do Sprout (1965) sobre a importância dos actores sociais no meio que os envolve, o contexto, de como determinam e são determinadas as suas condutas e comportamentos, julgamos ser importante abordar a corrente construtivista no âmbito das Relações Internacionais, de que destacamos neste estudo a perspectiva de Alexander Wendt (1999) segundo o qual o Construtivismo é uma teoria estrutural baseada no pressuposto que os actores são socialmente construídos e que todos os

interesses, inclusivamente os nacionais, são frutos das necessidades e das identidades sociais dos actores (Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2011: 214-215).

Existem fluxos constantes de informação gerados pelas necessidades e pelos interesses de determinados actores sociais, que por sua vez, desenvolvem uma corrente sistemática e estruturada, corrente essa, que contem em si, o que Wendt chamou de, “entendimentos partilhados” bem como as expectativas e o conhecimento social.

Semelhante a Wendt (1999), Nicholas Onuf (1989) teorizou que a realidade social consiste naquilo que as pessoas, os actores sociais, constroem e constituem dando origem a um processo interactivo onde a constante construção conduz a que as pessoas constituam na sua mente uma identidade individual e colectiva, consequentemente uma realidade baseada e moldada através dessa mesma construção (Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2011: 214-215).

Importa referir que nos modelos valorizados neste trabalho estão patentes épocas diferentes do ponto de vista social e histórico, logo, reflectidas na contextualização das próprias concepções mas, no entanto, ainda hoje estas têm validade teórica, sobretudo, quando complementadas entre si.

Assim, pensamos que todas as concepções apresentadas são válidas, embora com lacunas ou insuficiências. Com efeito, todos os modelos apresentados explicam as diversas dimensões deste estudo e aspectos das Relações Internacionais aqui focados, mas nenhum modelo explica na totalidade a complexidade global do fenómeno estudado pelo que considerámos importante realizar uma revisão de bibliografia relativamente aos seguintes modelos das Relações Internacionais:

1.1.2.1. Modelo Realista

Não nos parece coerente começar por falar no modelo Realista sem recuar à Antiguidade Clássica, nomeadamente ao trabalho do historiador grego Tucídides. Na Grécia da Antiguidade Clássica, Tucídides reflectiu sobre as Relações Internacionais da época, sendo considerado por muitos como um dos

primeiros a fazê-lo. O historiador privilegiou a dimensão do conflito patente nas Relações Internacionais estando o seu foco na guerra de Peloponeso entre Esparta e Atenas, 431-404 a.C. (Dougherty, Pfaltzgraff Jr, 2011: 11).

Tucídides analisou o conflito entre as duas cidades de forma meticulosa e descreveu o período, longo, em que as duas cidades de afrontaram mutuamente no hiato de tempo que decorreu entre o apogeu das duas cidades e a posse dos seus impérios (Dougherty, Pfaltzgraff Jr, 2011: 11).

Na sua análise, o historiador levanta questões sobre as causas que levariam ambas as cidades a estarem em confronto aberto, quando poderiam viver em paz. Tucídides interroga-se sobre as origens do conflito, acabando por encontrar a sua resposta no imperialismo de Atenas, levando-o a concluir que a guerra resulta do excesso de poder: quanto maior uma cidade, maior a ambição e desejo de conquista (Dougherty, Pfaltzgraff Jr, 2011: 87).

A tradição Realista leva-nos a alguns séculos atrás, pois esta foi a concepção predominante para caracterizar a política internacional durante os séculos XVIII, XIX e meados do século XX.

Nomes como Hobbes, Clausewitz, Hume ou Reinhold Niebuhr (1892-1971), fundador da escola Realista Americana, estão associados a esta corrente, inclusivamente Niebuhr influenciou outros teóricos como Frederick Schuman e Hans Morganthau.

A visão dos Realistas é de que o Mundo é constituído por Estados que vivem em ambiente anárquico, sendo que anárquico para esta corrente não significa o caos. A anarquia é entendida como uma ordem, uma estabilidade e com formas reguladas de interacção entre Estados. Nas relações entre Estados, a anarquia significa que os Estados só podem contar com eles próprios para a sua segurança, não sendo concebível para os Realista que exista nenhum outro tipo de super autoridade que faça a gestão das relações entre soberanos (Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2011: 80).

Para os Realistas os Estados devem armar-se de forma a estarem preparados para as contingências que alguns dos seus Estados vizinhos possam levar a cabo para o atacar. A acumulação de armamento para

segurança, por parte de um Estado pode levar os outros Estados a interpretar essa mesma atitude como uma ameaça à sua própria segurança. A este processo chama-se dilema de segurança, isto é, os meios pelos quais cada Estado recorre para a sua segurança, gera a insegurança para os outros (Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2011: 81).

Resumindo para os Realistas, os factores de peso na política internacional são a segurança, a guerra e a paz. A diplomacia na corrente realista implica que os benefícios para um Estado são à custa de outro, logo, nenhum Estado pode confiar noutro de forma a garantir a sua própria defesa e bem-estar.

Tucídides, na Grécia da Antiguidade Clássica, foi pioneiro dos estudos das Relações Internacionais ao que se seguiu um modelo Idealista, após a Primeira Guerra Mundial, e que foi outro dos paradigmas dominantes das Relações Internacionais.

1.1.2.2. Debate entre Neo-Realistas e Neoliberais

O debate entre Neo-Realistas e os Neoliberais tem sido profícuo no campo das Relações Internacionais. O ponto fulcral do debate entre estas duas correntes prende-se com o conceito de anarquia, ou melhor dizendo, com implicações e consequências em contexto internacional desta mesma anarquia. A diferença entre ambas as correntes está na forma como encaram a capacidade das instituições internacionais como a NATO, por exemplo, em dar conta das características estruturais do sistema internacional anárquico (Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2011: 85).

Julgamos oportuno deixar uma breve nota sobre este diálogo entre estas duas correntes, pois parece-nos importante a percepção que ambas as correntes têm da posição, quer das instituições internacionais quer dos Estados, face às mesmas.

No nosso entender, o Neo-Realismo procurou os puros conceitos Realistas de forma a trabalhar nas lacunas existentes, procurou também

estabelecer a estrutura do sistema internacional associando as bases de cariz racional do Realismo clássico com outros conceitos do âmbito da economia. O Neo-Realismo que discutiremos ao longo deste estudo, sendo para nós o mais relevante, é o chamado (Neo) Realismo estrutural.

Segundo Robert Keohane (1993) se tanto os Neo-Realistas como os Neoliberais pretendem entender as Relações Internacionais têm primeiro de entender o papel das instituições.

A corrente dos Neoliberais ou institucionalistas, em oposição aos Neo-Realistas, partem do pressuposto de que a cooperação entre Estados é possível desde que exista algo em comum entre os Estados em questão. É ainda possível a cooperação entre Estados quando um determinado Estado tem uma política que é vista pelos seus parceiros como facilitadora da concretização dos seus objectivos, o que implica que os Estados façam ajustes nas suas políticas de forma a se adaptarem às preferências de outros Estados.

Para os Neoliberais a cooperação entre Estados é uma realidade possível desde que os mesmos e que as suas instituições promovam o diálogo. Assim, a realidade internacional é vista como anárquica, pelo menos à partida, ainda que a cooperação seja possível pois estes afirmam que as instituições podem ser moldadas pelos actores daí que tenham um papel importante no incentivo à cooperação. Devido à natureza da própria cooperação, as instituições neste processo tenderão a reforçar ou a incrementar a interdependência entre Estados relativamente a interesses comuns o que resulta num incentivo estratégico à cooperação (Coutinho, 2011: 72).

A visão anterior é contestada pelos Neo-Realistas que a consideram como “uma falsa promessa”, estes vêm os Estados como entidades maximizadoras do seu poder e dos seus próprios interesses, pois o que mais deve incentivar um Estado para além do seu poder é acumular mais poder, mesmo que seja com o recurso à força, o que afasta a ideia de qualquer tipo de cooperação possível. Esta óptica é tida para muitos autores como uma óptica egoísta pois a cooperação é vista como um meio, apenas, para maximizar os lucros face aos parceiros de forma a manter ou aumentar a estrutura do poder.

Da corrente Neo-Realista queremos destacar o autor Kenneth Waltz (1979), um Neo-Realista estrutural, que teoriza que o comportamento do Estado é ditado pela estrutura do sistema e que a anarquia internacional encoraja os Estados a agir com prudência e a manter o equilíbrio do poder, isto é, a manter o seu lugar no sistema internacional. Waltz ficou conhecido por defender a corrente Realismo defensivo (Coutinho, 2011: 67).

Esta corrente do Neo-Realismo é contestada pela corrente Neo-Realista ofensiva em que o Estado para se manter no sistema internacional não basta manter o seu poder absoluto mas tem de aumentar o seu poder face aos outros Estados, o poder relativo, o que só se consegue acumulando mais poder com vista a uma ordem hegemónica (Coutinho, 2011: 69).

Kenneth Waltz na década de 1950 apresentou o seu *Man, State and War: a Theoretical Analysis* (1959) mas foi na década de 1970 com o estudo *Theory of International Politics* (1979) que Waltz definiu o Realismo, que mais tarde se passou a chamar “Neo-Realismo” ou “Realismo Estrutural”.

Desde o início do seu trabalho que Waltz estabelece uma distinção entre violência nacional e violência internacional, sendo que na violência internacional o factor determinante é a estrutura, isto é, enquanto que ao nível nacional na presença de um governo capaz de exercer a violência legitimamente de forma a garantir a ordem, já no sistema internacional, não existe um agente superior aos Estados, não existe instância superior capaz de utilizar legitimamente a força sobre o Estado (Suarez, 2008: 3).

A característica estrutural determina os limites e promove o aumento da interdependência, que é o factor relevante da análise de Waltz, pois a estrutura do sistema internacional devido à sua incapacidade em gerir forças e visto que estas forças são próprias de cada Estado logo são desproporcionais, levou o autor a afirmar que por mais que se desenvolva uma interdependência, esta estará ou será limitada pela necessidade de se garantir a própria sobrevivência e neste caso a segurança (Waltz, 1979: 107 *cit in* Suarez, 2008: 4).

Importa reter desta abordagem Neo-Realista a distinção entre o sistema, os actores ou agentes que compõem as unidades e a estrutura, sendo que esta

última é definida pela distribuição de capacidades entre as unidades e pelos actores que a compõem. Isto é, a estrutura emerge da coexistência entre as unidades políticas e as forças que operam junto das unidades compostas por actores que potenciam a mudança sistémica, em contexto internacional. Neste ponto e de acordo com os Neoliberais que consideram que as organizações internacionais pertencem ao nível sistémico e que são possíveis determinadoras da estrutura dos próprios sistemas.

Segundo Watlz "as unidades ou actores que, no mínimo, procuram a sobrevivência, e no máximo, lutam pelo domínio universal" (Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2011: 104).

Assim, a distribuição de poder é uma preocupação para os Neo-Realistas, pois esta traduz-se numa forma de controlar a conduta dos Estados. Ainda que alguns Estados, dominantes, podem manter uma rede dentro do sistema internacional com este propósito, controlar. Desta forma e na linha do pensamento Neo-Realista, Waltz defende a necessidade de uma balança de poderes.

No fundo os Neo-Realistas ou os Neoliberais procuram aprofundar o campo de acção da teoria Realista Clássica, onde o Estado é apontado como o actor cuja sua conduta é determinada pelo sistema internacional. A cooperação é vista por estas correntes, sobretudo pela Neoliberal, como possível desde que exista motivação, interesse nacional, por parte dos Estados. Para alguns Estados o assento em instituições internacionais é uma forma de exercerem alguma influência em contexto global, o que leva estes teóricos afirmarem que as instituições podem contribuir para fomentar o poder dos Estados, dependendo da maneira como o processo decorre. Assim, as instituições podem funcionar como facilitadoras e possibilitadoras da cooperação internacional, deixando cair uma "bandeira" do Realismo Clássico.

1.1.2.3. Modelo Idealista

O modelo Idealista é herdeiro do optimismo de Francisco Vitoria e das teorias liberais que remontam aos séculos XVIII e XIX bem como das teorias políticas e económicas, da mesma época, que contrastava com o pessimismo do Realismo Clássico. Era um modelo teórico que se preocupava com o poder civilizacional, com a liberdade dos mercados, a democratização das instituições e com o poder do Direito Internacional.

Depois do longo conflito que foi a Primeira Grande Guerra, as suas consequências, o recurso a armamento bem como o desprezo pela vida humana fez nascer uma necessidade de criar soluções para impedir uma nova Guerra Mundial, garantindo ao sistema internacional a paz e a estabilidade. O esforço das potências europeias, em 1918, em restabelecer a união que existia antes do conflito foi denominado de Concerto Europeu.

A corrente Idealista desta época é impulsionada pelo presidente americano Wilson, influenciada em parte pelo liberalismo, pelo socialismo utópico e pelo pacifismo. Esta corrente idealista defendia que os conflitos violentos entre Estados devem ser evitados por uma transformação da realidade internacional, através do cumprimento do Direito, da moral na vida internacional e da extensão da democracia (Coutinho, 2011: 35).

A visão Idealista assenta na segurança colectiva, cujos pilares são a renúncia à guerra como instrumento da política internacional, o desarmamento e a reorganização da vida internacional de forma voluntária e racional. O projecto Sociedade das Nações, encabeçado pelo presidente Wilson, é o projecto que melhor mostra os meandros da corrente Idealista sendo que o seu principal objectivo era o de evitar guerras e de garantir relações internacionais pacíficas.

A corrente Idealista e os conceitos que a suportam foram considerados por muitos como complexos e sofisticados, nomeadamente no que se refere ao Direito Internacional como instrumento capaz de moderar conflitos entre Estados, capaz de regular e diminuir a possibilidade de conflitos. Assim a noção de cooperação entre estados torna-se possível de acordo com um

regulamento jurídico e de mecanismos que promovam a redução de conflitos (Coutinho, 2011: 35-36).

O contexto internacional para os Idealistas tem de ser pacífico, caso contrário, o direito tem a capacidade de regular e impor a ordem internacional. Quem tem a capacidade de utilizar o direito como regulador da ordem internacional é a Sociedade das Nações, uma estrutura internacional, que daria origem no pós Segunda Guerra Mundial à Organização das Nações Unidas com o intuito de (re)formular e preservar esse direito.

Importa salientar que o debate entre Realistas e Idealistas ou entre Neo-Realistas e Neoliberais já vai longo mas mantêm-se um debate complexo devido às divergências entre as várias correntes, no entanto este debate tem-se revelado profícuo no âmbito da disciplina das Relações Internacionais enriquecendo a matriz teórica desta cátedra.

1.1.2.4. Modelo Pluralista

Se os Realistas tem a sua visão orientada para as questões militares, como já foi mencionado, embora com um objectivo final dedicado ao interesse nacional, sendo que o Estado assume um papel de actor racional através da política externa já os Pluralistas como David Mitrany, John Burton ou Giscard d'Estaing não assentam a sua teorização só nas questões militares mas também nos factores de ordem económica, por exemplo, onde o Estado estabelece prioridades em função do contexto actual. Para estes autores a política externa é uma política de compromisso que resulta do referido contexto actual que pode ser influenciado pela conjuntura económica, a política ou pela burocracia (Rodrigues, 2004: 22).

Tanto o modelo Realista como o modelo Pluralista focam a sua análise e teorização nas actividades dos Estados e reúnem alguns consensos no que diz respeito a segurança, paz e ordem mundial em que estes assuntos, tidos como de política internacional são completamente independentes das questões económicas, no entanto no modelo Pluralista a maximização do poder não é tão eficaz como no modelo Realista (Rodrigues, 2004: 22).

Os trabalhos realizados pelos Pluralistas assentam sobretudo no conceito de interdependência dos Estados onde o contexto social internacional condiciona o comportamento dos mesmos. Esta perspectiva teórica colide com os pressupostos da corrente Realista.

Dentro da corrente Pluralista existe o denominado modelo Pluralista-Interdependente que relaciona questões como a segurança ou paz com as questões económicas, políticas ou sociais. Para os Pluralistas Interdependentes não é possível fazer uma análise da realidade internacional sem relacionar as várias dimensões da sociedade, logo não é possível fazer uma análise nem teorizar sobre o contexto internacional só considerando as questões inerentes à segurança, por exemplo (Rodrigues, 2004: 23).

Para esta corrente os Estados assumem um papel importante pois são estes que podem definir regras na economia ou na tecnologia embora por si só não determinam a agenda internacional nem tomam decisões isoladamente pois existem outros agentes, que não o Estado que determinam a agenda internacional criando, assim, coligações transnacionais e políticas que têm o poder de influenciar os Estados individualmente. Nestes agentes salientamos o poder do conhecimento, da ciência, da tecnologia ou da economia par a par com o poder militar e bélico (Rodrigues, 2004: 23-24).

Os Pluralistas Interdependentes crêem que a principal característica do mundo global é a interdependência, isto é, qualquer decisão tomada em Portugal, por exemplo, tem impacto em qualquer outro lugar do mundo. A interdependência define-se por uma dependência mútua: a necessidade de vários actores trocarem bens e serviços entre si. Assim, os mesmos actores não conseguem unir interesses na segurança, na economia ou na política internacional se não cooperarem (Rodrigues, 2004: 24).

Este modelo sugere o aumento da interligação das várias economias nacionais, o que segundo os mesmos, tem também feito aumentar a vulnerabilidade de todos os Estados. Nesta perspectiva novos pontos de discussão têm surgido na agenda internacional e as questões de guerra e da paz passaram para um plano secundário sendo que, quer os Governos quer os

grupos transnacionais ou nacionais, reúnem esforços para resolver problemas económicos ou outros.

Esta corrente considera que o peso do poder militar tem cada vez menos importância pois muitos assuntos da agenda internacional são decididos de acordo com considerações científicas, de acordo com técnicas negociais ou com coligações. Destaca-se a importância da cooperação internacional, com a multiplicação de organizações internacionais que desenvolvem programas de cooperação o que já originou uma evolução nas Relações Internacionais, baseada na interdependência e na partilha de interesses (Rodrigues, 2004: 25).

1.1.2.5. Modelo Neo-Marxista

De acordo com a corrente Neo-Marxista, o sistema internacional não é um sistema de Estados com natureza autónoma, embora isso não seja o mais importante pois o que realmente importa é a divisão internacional do trabalho, tal como se verifica nas diversas sociedades. No sistema internacional, os Estados têm tarefas específicas, como por exemplo em contexto internacional pode influenciar a mobilidade de capitais e pessoas (Rodrigues, 2004: 25).

As escolas do Imperialismo surgem na década de 60 e contam com teóricos como Hobson, Rudolf Hilferding ou Lenine que teorizam a sociedade internacional como um sistema integrado em constante dialéctica de onde se destaca a dominação organizada e institucional de um grupo, a classe dominante, sobre os restantes grupos da sociedade. Aliás a corrente Neo-Marxista defende que o imperialismo mesmo depois da descolonização continua a ser um factor dominante nas Relações Internacionais o que, segundo alguns autores como Paul Baran ou Pierre Jalée, justifica o subdesenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. Lenine, inclusive, defendia que o imperialismo não era apenas um fenómeno de expansão colonial mas sim um resultado do crescimento dos monopólios e do desenvolvimento do capital financeiro, o que conduz muitas vezes à guerra devido ao confronto entre Imperialismos (Rodrigues, 2004: 25-26).

Importa mencionar que nesta corrente política interna e a política externa são inseparáveis, pois o Estado não é neutro, este é um importante promotor de determinados interesses, logo os conflitos entre Estados são uma consequência das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. A política externa, no capitalismo, é determinada pelos interesses das classes dominantes pelo que, segundo os Neo-Marxistas, só o socialismo poderia assegurar de maneira durável a paz no mundo.

1.1.2.6. Modelo Construtivista

Este modelo tem os seus pilares assentes sobre as acções dos actores sociais no seu contexto real. Para os construtivistas as acções dos actores sociais determinam, e são determinadas, pelas suas condutas e comportamentos que resultam de uma construção individual e colectiva que é de carácter permanente.

Como citado anteriormente, seleccionámos a perspectiva de Alexander Wendt (1999) segundo o qual o Construtivismo é uma teoria estrutural baseada no pressuposto de que os actores são socialmente construídos e que todos os interesses, inclusivamente os nacionais, são frutos das necessidades e das identidades sociais dos actores (Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2011: 214-215).

Existem fluxos constantes de informação gerados pelas necessidades e pelos interesses de determinados actores sociais que desenvolvem uma corrente sistemática e estruturada que contem em si, o que Wendt chamou, de "entendimentos partilhados" bem como as expectativas e o conhecimento social. Semelhante a Wendt (1999), Nicholas Onuf (1989) teorizou que a realidade social consiste naquilo que as pessoas, actores, constroem e constituem dando origem a um processo interactivo onde a constante construção dá origem a que as pessoas constituam na sua mente uma identidade individual, colectiva e consequentemente uma realidade baseada e moldada através dessa mesma construção (Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2011: 214-215).

Como sendo um resultado do anteriormente citado, Robert Keohane (1988), defende que as instituições surgem como resultado de um processo de deliberação e de tomada de consciência do meio social o que por si só dá origem a iniciativas que reflectem valores, normas e práticas e que diferem, obviamente, de cultura para cultura mas também dentro da mesma cultura podem sofrer alterações se considerarmos épocas diferentes. A esta corrente dentro da corrente do Construtivismo chama-se Construtivismo Reflexivo (Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2011: 214-215).

Escolhemos esta corrente para dar um apontamento sobre a forma como as instituições, como a Universidade, têm um conjunto de regras, normas e valores mas também participam de forma activa na partilha de conhecimento, interesses comuns contribuindo, assim, para o processo de aprendizagem social bem como possibilitando o aumento de políticas de convergência entre os Estados devido à sua capacidade de promover a evolução cognitiva.

Segundo Emanuel Adler (1991) existe um forte relacionamento, dinâmico, entre as forças da estrutura e as forças da história o que explica a natureza da mudança que faz avançar a ciência, isto é, devido às percepções que os diversos actores têm da sociedade em que se inserem e à própria dinâmica do processo atrás citado, cada construção vai sendo substituída por outra construção à medida que o nível de conhecimento vai avançando a que o autor chamou de consenso intersubjectivo.

Importa perceber que o consenso intersubjectivo é aprendido por todos os actores no seio das instituições mas também é transmitido a outros grupos promovendo a aprendizagem colectiva, as experiências, as condutas e até as crenças são transmitidas entre grupos. Este processo dinâmico de partilha de todo o tipo de conhecimento e consequentemente de evolução cognitiva são introduzidos no sistema político ao nível nacional, numa primeira fase, e posteriormente no nível internacional (Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2011: 216).

É de salientar que segundo Adler (1991) a acção política colectiva, nacional e internacional, depende de um conjunto de referências que devem ser partilhadas, no interior, quer pelas instituições quer pelos Estados, como por outros grupos da sociedade e entre si.

Importa dizer que neste modelo, sobretudo quando falamos de construção e evolução cognitiva, existe um grupo ou uma elite que detém um determinado conhecimento partilhado e que desenvolvem estratégias para atingir determinados objectivos o que, por si só, os coloca a desempenhar o papel de inovador. O Estado pode não desempenhar só o papel de inovador mas também pode desempenhar outro papel importante, o de difusor, isto é, a passagem de normas, valores ou expectativas para o outro grupo ou Estado. Assim, a evolução cognitiva é feita ao nível internacional pelos Estados, instituições e outros grupos da sociedade que reflectem um consenso intersubjectivo o que acabará por moldar o meio social global (Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2011: 216-217).

Salientamos, ainda, que esta perspectiva tem a premissa de ser considerada como uma teoria não estática ao contrário, segundo vários autores, de outras perspectivas das Relações Internacionais devido ao processo de inovação e selecção política subjacente à teoria da evolução cognitiva.

1.1.2.7. Teorias da Cooperação

Conceitos como a guerra, a anarquia ou o conflito são conceitos centrais na Teoria das Relações Internacionais, no entanto existem outros conceitos que estão na base de questões abordadas pelas Relações Internacionais, não menos importantes que a guerra ou a fragmentação política, são disso exemplo: a cooperação, a integração e a paz (Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2011: 642).

Neste estudo privilegiamos as Teorias da Cooperação, pois mesmo numa sociedade anárquica os Estados procuram a segurança seja através do conflito seja através do recurso à cooperação.

A cooperação, geralmente, resulta de um ajustamento de comportamento dos Estados envolvidos de forma a se defenderem de interesses de outros Estados, assim podemos entender a cooperação como um processo de negociação, seja entre Estados com poderes semelhantes ou

entre Estados assimétricos do ponto de vista dos seus poderes, pois o poder cooperativo pode trazer vantagens mútuas em ambas as situações.

É consensual que a cooperação resulta de um relacionamento baseado no consentimento de todos os intervenientes e não na coacção ou no constrangimento. É disso exemplo a NATO, a UE ou a CPLP.

As relações de cooperação podem inclusivamente resultar da participação dos Estados em organizações internacionais que de acordo com determinadas regras, regulamentos e normas desembocam em tomadas de decisão que beneficiam, de alguma forma, os Estados envolvidos.

Segundo alguns autores a cooperação pode resultar de um compromisso para o bem-estar de uma colectividade ou de um egoísmo em interesse próprio. O modelo Clássico para o entendimento do conceito de cooperação é baseado num interesse próprio em que se parte do princípio que o comportamento cooperativo existe devido à crença na reciprocidade da cooperação, logo a Teoria da Cooperação baseada no egoísmo dos interessados prevê um sistema de recompensas mútuas que, por sua vez, podem suplantar a competição e as acções unilaterais (Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2011: 642-643).

Visto que a cooperação internacional ocorre num contexto descentralizado, com ausência de uma autoridade central, sem instituições e normas que regulem Estados culturalmente diferentes e distantes do ponto de vista geográfico, importa que os incentivos e as motivações para a cooperação sejam avultados, segundo alguns autores, têm de ser mesmo superiores aos dividendos que resultam de uma acção unilateral. (Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2011: 643).

Assim, é importante que exista informação, transparência e repetição de acções deste tipo, de forma a que os objectivos da cooperação sejam atingidos. Importa, também, que as instituições evoluam no sentido de criarem um padrão cooperativo que servirá de base a uma teoria da cooperação baseada no egoísmo de interesses e em contexto internacional anárquico (Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2011: 643).

Outra questão do debate teórico sobre a cooperação assenta na relação entre dois ou mais Estados ou unidades, o Multilateralismo. John Gerard Ruggie (1993) definiu Multilateralismo como *"uma forma institucional de coordenação das relações entre três ou mais Estados com base em princípios de conduta generalizados"* (*cit in* Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2011: 644).

A definição anterior reflecte uma múltipla articulação entre instituições, regimes internacionais ou ordens internacionais, logo, a cooperação a este nível pode acontecer tanto no âmbito de assuntos muito específicos como no âmbito de assuntos mais generalistas. O que quer dizer que a cooperação poderá ter um enquadramento mais ou menos formal, mais ou menos normas aceites consensualmente ou mais ou menos tomadas de decisão (Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2011: 644).

É de referir que as Teorias da Cooperação têm como pressuposto número um o entendimento de um consenso político pois será com base neste entendimento que se estabelecerá os acordos de cooperação.

As Teorias da Cooperação pretendem explicar de que forma é que os Estados enfrentam determinados desafios em contexto internacional, descentralizado, como resolvem problemas, e como encontram soluções que ultrapassam as competências do próprio Estado *per si*. Entende-se que os Estados têm interesse na cooperação pois as relações daqui resultantes conduzem a soluções aceites por todos para questões em comum (Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2011: 648).

Poderemos extrapolar e dizer que a cooperação vem suplantar a natureza conflituosa existente numa sociedade anárquica visto que, no âmbito da cooperação, os Estados partilham interesses em comum que não podem ser resolvidos de forma unilateral, pelo Estado-Nação, como tal recorrem à cooperação de forma a encontrar uma solução que beneficie todos os Estados envolvidos.

A Cooperação pode ser considerada, a grosso modo, como um fenómeno multidimensional, político, social, cultural e económico.

1.1.2.8. O Funcionalismo e a Cooperação Internacional

O Funcionalista David Mitrany (1943) foi um teórico que deu uma contribuição significativa para a compreensão da Teoria da Cooperação. Integrado no modelo Pluralista já citado, Mitrany considera que a sociedade do século XX, em que escreveu, estava recheada de questões cuja resolução eficaz passa por uma acção de cooperação que extrapola as fronteiras físicas dos Estados.

A cooperação à luz desta corrente teórica é considerada o meio mais adequado para resolver questões, necessidades ou funções específicas de um ou mais Estados através de uma teia, ou rede, de cooperação que à medida que vai crescendo e ficando mais robusta conduz à formação e consolidação de instituições internacionais. Segundo o autor quanto mais sucesso tiver a rede cooperativa, num contexto funcional, maior serão os incentivos para a cooperação noutras áreas. Mitrany acreditava, ainda, que só através da cooperação é que seria possível desmontar suspeitas em comum o que a longo prazo conduziria a uma diminuição e eliminação do risco de conflitos e/ou guerras devido à transformação de atitudes e da implementação de novas normas orientadas para um comportamento pacifico (Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2011: 650).

A cooperação funcional, na óptica de Mitrany, é orientada para o multilateralismo e para a formação de instituições internacionais vocacionadas para o efeito que em última instância reduzem a importância do Estado, enquanto Estado-Nação.

Se por um lado o Funcionalismo veio trazer contributos relevantes para as Teorias da Cooperação também é bastante criticado em certos pontos da sua construção teórica, nomeadamente: I) a dificuldade na separação entre as questões económica, social e política; II) a renitência dos Estados em abdicar, em prol de uma autoridade internacional, da sua autoridade política, III) Algumas questões económicas e sociais não se reflectem no sector político; IV) a integração política, implícita no modelo, é uma questão muito delicada e que não se resume a uma integração funcional dos planos económico ou social (Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2011: 692).

1.1.3. Conceito de Globalização

Conforme citado na Introdução deste estudo o conceito de Globalização é um conceito muito utilizado, actualmente. Existem diversos e variados estudos académicos produzidos em áreas culturais igualmente diversas. Privilegiámos o conceito onde a Globalização se apresenta como um processo de reconfiguração da ordem mundial, económica, política, social e cultural, portanto, não será descabido dizer que o processo de Globalização fez nascer a necessidade de criar determinadas redes sociais, económicas e políticas (Cf. Introdução).

A ideia de um mundo global alargou-se nas últimas décadas forçando os diversos actores, em contexto internacional, a adoptarem uma postura mais activa neste processo de descontinuidades, rupturas e de nova/diferentes oportunidades que surgiram com todo este processo a que chamaram de Globalização (Cf. Introdução).

Encontrámos vários autores que defendem que a Globalização é um processo, essencialmente, económico e de interdependência que relega para segundo plano as nações, enquanto Estados soberanos. Esta definição de Globalização ignora o papel do Estado enquanto agente do sistema económico actual dando essa liderança a outros agentes económicos como as empresas.

A Globalização como a conhecemos tem implicado uma forma diferente de pensar a dispersão geográfica. Para Stiglitz (2002: 40) a Globalização reduziu, a nosso ver apenas em alguns casos, a sensação de isolamento vivida em certos países em vias de desenvolvimento e permitiu que parte substancial da sua população tivesse acesso a um nível de conhecimento que não estava ao alcance dos demais há um século atrás. Também para Stiglitz (2002: 46), a Globalização pode ser encarada como uma estreita integração entre países da qual resultou uma considerável redução dos custos de transporte e de comunicação para além do desmantelamento de barreiras de circulação transfronteiriça de mercadorias, serviços, capitais, conhecimentos e pessoas.

Tomé (2011) argumenta com base histórica que a Globalização se ficou a dever em parte à revolução das tecnologias de informação e comunicação

(TIC). As tecnologias da informação e comunicação vieram proporcionar uma transmissão de conhecimentos em tempo real, tentando de certa forma até controlar o factor tempo, podendo estes ser manuseados e aplicados quase de imediato à acção no terreno (Tomé, 2011: 153). Já para Silva (1999) foi o progresso tecnológico, em particular as tecnologias de informação e comunicação que tornaram possíveis as estratégias da Globalização (Silva, 1999:36).

Continuando este raciocínio Tomé (2011:154) considera que a teoria que melhor expressa o conceito de Globalização é a teoria do Internacionalismo Neoliberal, também conhecido como o capitalismo científico e estratégico, produto das escolas americanas. Nesta teoria é defendida a abertura dos mercados, à livre circulação de fluxos de capitais, financeiros, processos, tecnologia, etc. através dos Estados ou à sua revelia. Poderíamos extrair que a base do conceito de Globalização assenta em várias formas de poder, a saber: económico, financeiro, tecnológico, científico, militar ou informacional destacando-se a importância assumida pelo ciberespaço.

Partilhamos, em parte, a visão do Internacionalismo Liberal e democrático (Tomé, 2011: 155) que preconiza a participação de todos os actores do contexto internacional e uma abertura das fronteiras o que, necessariamente, obriga os Estados a uma maior cooperação. No entanto, e devido à actual instabilidade no cenário internacional, é importante para os Estados associarem-se em blocos ou grandes espaços, como lhes chama o autor, de forma a que através de uma cooperação mútua defendam os seus interesses, sejam eles financeiros, económicos, militares, de segurança ou culturais e resistam melhor às ameaças, riscos e desafios provocados pela actual turbulência do contexto internacional.

Compreendemos, desta forma, o conceito de Globalização como um conjunto de processos onde é possível a concepção, produção, distribuição e consumo de produtos, bens ou serviços através de uma crescente interacção de grupos, instituições, organizações ao nível mundial e através de uma rede à escala planetária, que se tornou possível devido ao avanço das tecnologias da informação e comunicação (Tomé, 2011: 156).

Segundo Verónica Oliveira (2011) na sua Dissertação de Mestrado sobre a *Globalização e a Concepção de uma Cidadania Lusófona*, se por um lado a globalização propiciou uma livre circulação de pessoas e informação por outro lado levantou diversas questões inerentes ao poder político dos Estados. A Globalização económica, a interdependência entre os Estados, o desenvolvimento tecnológico e científico têm vindo a sofrer transformações devido a pressões inerentes a este processo, que por sua vez, ultrapassam limites culturais e políticos entre os Estados. As transformações tecnológicas transformaram a noção de espaço e de tempo são as principais características do fenómeno da Globalização (Oliveira, 2011: 8).

Assim, devido ao aumento da interdependência entre Estados neste contexto de Globalização, as questões que requerem soluções globais são relativizadas no espaço e no tempo, visto que todos os acontecimentos, embora distantes, estão próximos numa questão de segundos. Podemos dizer que a Globalização é um processo económico, político e social (Oliveira, 2011: 11).

A Globalização é, segundo Verónica Oliveira (2011), a materialização da redução das distâncias espaciais e temporais, entre outras, e da intensificação das relações entre actores sociais individuais e colectivos que mantêm relações, apesar das distâncias físicas entre ambos, por meio dos fluxos de capital financeiro, tecnologias, ideias e imagens. Trata-se de um fenómeno multidimensional que reflecte uma intensificação das relações, em todos os níveis da sociedade, ao nível mundial com alterações significativas do conceito de Estado enquanto Estado soberano ou Estado Nação (Oliveira, 2011: 13).

Citando Adriano Moreira (2001) citado, também, por Verónica Oliveira (2011: 12) *"a Globalização não é nem uma ideologia nem uma conspiração, mas tão-somente um processo"*. É desta forma que entendemos o conceito de Globalização como um processo complexo cujos resultados estratégicos são, sobretudo, do ponto de vista político e económico embora existam outros. O conceito revela-se, no entanto, adequado às transformações que caracterizam os finais do século XX e início do século XXI.

1.1.4. O Poder

Recorrendo à História entendemos como as questões ligadas à detenção de poder bem como à sua manifestação estão, desde sempre, associadas à História da própria Humanidade. De acordo com os adventos da Globalização é importante perceber como e quem é que no complexo xadrez internacional exerce efectivamente o poder (Tomé, 2011: 70).

Não pretendemos teorizar sobre o poder, sobre os seus tipos possíveis ou sobre as suas características, dimensões ou possíveis formas de o exercitar, pretendemos sim apresentar algumas perspectivas sobre o mesmo pois consideramo-lo transversal ao longo deste estudo.

Destacamos o conceito de poder associado a determinadas correntes das Relações Internacionais que consideramos adequadas a este estudo. É certo que vários autores trabalham o conceito de poder e o articulam com as suas teorizações no entanto decidimos privilegiar algumas perspectivas como a visão Neo-Realista do poder e a Construtivista.

Assim, consideramos que entre vários autores que teorizam sobre o poder não poderíamos deixar de referenciar Hans Morgenthau e a sua obra *A Política entre as Nações. A luta pelo poder e pela paz* (1948). Autor da corrente realista nas teorias das Relações Internacionais, o autor desenvolve o conceito de poder de acordo com as teorias do realismo do século XX.

A perspectiva do Realismo segundo Morgenthau tem por base o poder, centralidade do Estado ou a análise entre política interna e externa. Citado por Marcial Suarez (2008), a sua definição de poder diz o seguinte:

"Ao falarmos de poder, queremos significar o controlo do homem sobre mentes e acções de outros homens. Por poder político, referimo-nos às relações mútuas de controlo entre titulares de autoridade pública e entre os últimos e o povo de modo geral" (Morgenthau, 2003: 51). (Tradução Livre da autora)

Embora Morgenthau afirme, ao longo do seu trabalho, que o poder político deve ser distinguido do poder físico baseado no uso da força, de

maneira óbvia o poder de uma nação, na sua óptica, está no potencial de força que tem, isto é, no poder militar. Em contexto internacional é necessário desenvolver uma política, segundo o autor, que se faça um esforço contínuo de forma a manter e aumentar o poder da respectiva nação de maneira a controlar ou a reduzir o poder das outras nações (Coutinho, 2011: 12).

Para Morgenthau as nações procuram exercer o poder e mantê-lo, desta forma o equilíbrio de poder é questionado pela questão da segurança pois se um país tem uma maior capacidade de defesa (poder militar) logo tem mais influência no sistema internacional, esta premissa provoca insegurança nas outros países o que conduz a uma disputa constante pelo poder logo, segundo o autor, uma procura constante pelo equilíbrio visto que a sociedade internacional está, permanentemente, desequilibrada do ponto de vista da detenção do poder (Suarez, 2008: 2).

Na óptica Realista, e de Morgenthau, a manutenção do equilíbrio do poder por parte dos Estados parte do pressuposto de que "jamais um Estado deve possuir forças tais que os Estados vizinhos se tornem incapazes de defender os seus direitos contra o mesmo" (Coutinho, 2011: 29). Assim, teoricamente, o equilíbrio do poder é gerado por uma situação de necessidade que salvaguarda a estabilidade das relações internacionais e das unidades políticas envolvidas.

A perspectiva Realista foi, perfeitamente, compreendida no decorrer da Segunda Grande Guerra onde o sistema da Sociedade das Nações preconizado pela segurança colectiva no âmbito de uma organização internacional e de acordo com o pensamento do Presidente Wilson foi posto em causa. Neste contexto a ideia do presidente Wilson foi considerada utópica e um modelo assente nas relações inter-estaduais, em relações jurídicas pacíficas e no âmbito de um sistema colectivo de segurança foi considerado um modelo idealista e utópico, sobretudo porque na óptica Realista o poder é um factor negligenciado. Para autores da corrente Realista como Morgenthau, Raymond Aron ou Samuel Huntington o modelo idealizado por Wilson foi considerado de contraproducente (Coutinho, 2011: 38-41).

Outro autor e outra perspectiva a considerar na definição de poder é a de Waltz (1979) e a sua obra *Man, State and War: a Theoretical Analysis* (1959) bem como *Theory of International Politics* (1979). Privilegiámos o segundo estudo, onde Waltz estabelece outras linhas de orientação para o realismo, que viria a dar origem ao Neo-Realismo.

Waltz distingue violência no âmbito nacional e violência no âmbito internacional. No âmbito nacional estamos a considerar um governo com capacidade de exercer violência de forma legítima no sentido de garantir a ordem nacional. No contexto internacional não existe um agente superior aos Estados, pelo que não existe instância superior capaz de utilizar legitimamente a força sobre o Estado (Suarez, 2008: 3).

Importa referir a questão central da análise de Waltz que se centra na característica estrutural da sociedade internacional, e que limita e constrange os Estados, logo aumenta a interdependência entre os mesmos.

No entanto, Waltz teoriza que mais que se desenvolva uma interdependência, esta está limitada pela necessidade de garantir a própria sobrevivência e neste caso a própria segurança (Suarez, 2008: 3).

De acordo com a estrutura deste trabalho não poderíamos deixar de considerar a perspectiva Construtivista do poder. O Construtivismo segundo os seus teóricos, Peter Berger e Thomas Kuckmann (1991), encara a realidade internacional como cultura. Para os autores do Construtivismo a *"humanidade é uma variável sociocultural, (...) a forma específica que esta humanidade tem é determinada por moldes socioculturais e é relativa às suas inúmeras variações"* (Coutinho, 2011: 112).

A ordem social é a realidade humana onde se define as suas identidades e interesses que estão na base da sua existência. Esta realidade é uma cultura que se sedimenta através de um processo de institucionalização mutável. Assim, a realidade humana é uma realidade normativa que corresponde, por sua vez a uma ordem social como citado. Os homens nascem e crescem dentro desta ordem tornando-se naquilo que efectivamente são,

encarando desta forma a realidade cultural tão rígida como a realidade biológica (Coutinho, 2011: 112).

Para os Construtivistas a realidade humana designada por cultura ou ordem é constituída por normas daí que surgiu uma nova abordagem ao conceito de poder de acordo com a maneira de agir dos actores sociais. Para os construtivistas como Alexander Wendt (1999) o poder por excelência é o poder com base na estruturação das normas, isto é, o poder assente nas instâncias de poder normativo, mas também nas instâncias formais e não formais da linguagem e da produção de discursos.

Segundo Alexander Wendt (1999) o Construtivismo é uma teoria estrutural onde os actores são socialmente construídos, também Nicholas Onuf (1989) defende que a realidade social é construída e constituída diariamente pelas pessoas, pois para o mesmo autor construir e constituir são sinónimos e ambos fazem parte de um processo construção/constituição de uma realidade, quer individual quer colectiva, realidade, esta que lhes molda a tomada de decisão.

O conceito de poder para os Construtivistas está assente no pressuposto atrás citado de construção social, também o conceito de poder é uma construção embora assente nas normas e nos valores que norteiam a construção da realidade social mas também assente na noção do saber, um saber que se pretende partilhado.

O saber para estes autores é um saber de base científica, ou tecnológica, que acumulado sob a forma de capital assume um carácter determinante na operacionalização do conceito de poder.

O autor que melhor expressa esta articulação poder-saber é Michael Foucault (2009) que associa a esta articulação a importância do discurso enquanto agente normalizador e institucionalizador das normas e valores inerentes à construção da realidade social (Coutinho, 2011: 134-136).

Importa referir que no âmbito deste estudo interessa sobretudo a perspectiva de Michael Foucault que salienta a importância do discurso como uma forma de poder, segundo ele como uma tecnologia do poder. Para

Foucault o discurso científico é uma forma de poder-saber, isto é, todos os conceitos e classificações em que se decompõe têm um efeito normalizador sobre as condutas dos actores sociais. Por assim dizer o homem enquanto objecto de estudo é o efeito-objecto desse poder-saber (Coutinho, 2011: 135).

Para nós a articulação saber-poder de Michael Foucault orienta este estudo do ponto de vista teórico pois entendemos que o saber transmitido pela Universidade ao Capital Humano se transforma num poder. Um poder assente num corpo de saberes científicos que o Capital Humano usará para atingir determinados objectivos.

Entendemos o Espaço Lusófono como uma construção social, pois à semelhança do espaço da Universidade, este assenta também ele num vasto conjunto de normas e valores e a sua construção diária é a construção diária da realidade a que chamamos de Lusofonia.

Assim, entendemos também o espaço da Universidade como uma construção social, pois esta realidade constrói-se e é construída diariamente pelos actores sociais, neste caso pelo Capital Humano que trata este trabalho, baseada num conjunto de valores e normas muito próprios deste tipo de instituição.

O corpo de saberes transmitido pela Universidade ao Capital Humano faz parte da construção e constituição da realidade social que é o espaço da Universidade e o Espaço Lusófono. Ainda seguindo a perspectiva Construtivista, este corpo de saberes dará ao Capital Humano do Espaço Lusófono um corpo de poderes importantes para perpetuarem a construção e constituição da realidade social que é a Lusofonia.

O que pretendemos ao referenciar estes autores, com perspectivas diferentes de poder, das Relações Internacionais é demonstrar como o conceito de poder é complexo, plurifacetado, com diversas dimensões de análise pelo que entendemos escolher uma definição de poder que dê conta da realidade que estamos a tratar neste estudo.

Assim, definimos poder como a capacidade de um actor político, geralmente o Estado, impor a sua vontade a outro actor político mediante

sanções ou coacção (Tomé, 2011: 71). Segundo o autor para se impor o poder é necessário ter força e, essa mesma, força pode englobar certos e determinados recursos como, por exemplo, os recursos económicos, humanos, militares, tecnológicos ou psicológicos cujo principal objectivo é o de tirar a máxima vantagem e assim alcançar os objectivos a que se propõe.

Na definição de poder julgámos importante mencionar, e de acordo com o mencionado anteriormente, a perspectiva do Major Luís Escorrega (2010) que segundo o próprio é um conceito que, no objecto de investigação em Relações Internacionais, aparece associado a outros dois conceitos: geopolítica e geoestratégia. Assim, o poder pode ser um conceito fugidio mas pode ser definido como a capacidade de obrigar, de fazer cumprir, de impor a vontade a outrem (Escorrega, 2010: 2).

Nesta óptica, e à semelhança da óptica Construtivista, entendemos que o poder é um conceito com diversas dimensões e tem um carácter com várias facetas devido aos vários tipos que pode assumir, assim não pode ser visto, apenas, como uma regra ou uma norma a seguir pelos Estados mas deve ser utilizado como um instrumento de operacionalização como forma de ganhar alguma vantagem ou de atingir algum objectivo.

Consideramos o poder como um instrumento que pode ser físico como a força militar ou determinada tecnologia mas consideramo-lo também como um instrumento imaterial, não menos importante que o anterior, como o conhecimento científico ou tecnológico. Ambas as formas de poder constituem uma essência estratégica presente em contexto internacional (Dougherty e Pfaltzgraff Jr, 2011: 818).

De acordo com a temática deste trabalho existem dois tipos de poder que julgamos ser importante referenciar e defini-los pois a sua definição, parece-nos, determinante para a percepção de toda a problemática por nós apresentada, assim de seguida passamos a explicar: o poder tecnológico e o poder científico.

1.1.4.1. Poder Tecnológico

O poder tecnológico é considerado um tipo de poder decisivo na necessidade dos Estados se afirmarem em contexto internacional, sendo este a base da sustentação e da evolução do tecido industrial, económico e científico de um determinado país sendo que este tipo de poder está intimamente ligado ao poder científico (Tomé, 2011: 104).

Segundo a perspectiva do Capital Humano que nos propusemos a seguir no início deste estudo estamos alinhados com Tomé (2011) quando este refere que as inovações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas tem dado aos Estados que as detêm uma forma decisiva de exercitar o seu poder, inclusivamente, dando-lhes vantagens do ponto de vista geopolítico e geoestratégico. Valorizando a perspectiva de e para o Capital Humano, importa ainda referir, a importância da organização do trabalho ao nível do Estado de forma a optimizar os seus recursos humanos, financeiros e tecnológicos de forma a serem capazes de dar resposta às exigências do contexto internacional. Julgamos que neste campo a fomentação de políticas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico são um caminho a seguir por parte dos Estados, onde destacamos a importância da aplicação destas políticas ao Ensino Superior público pois a nosso ver parte do desenvolvimento tecnológico de um país passa pelos laboratórios das suas Universidades, daí considerarmos que este tipo de poder está directamente relacionado com o poder científico que discutimos no ponto seguinte.

1.1.4.2. Poder Científico

O poder científico em articulação com o poder tecnológico é um indicador do *"estado da arte"* da intelectualidade académica e científica de um determinado Estado o que reflecte a qualidade dos seus cidadãos. Estamos a falar da existência e disponibilidade de indivíduos qualificados para trabalharem e desenvolverem projectos de investigação em várias áreas do conhecimento, entre as quais está a área das tecnologias o que desemboca, mais tarde ou

mais cedo, na produção de produtos inovadores geradores de valor acrescentado e que são altamente competitivos em contexto internacional.

Extrapolando, podemos dizer que o poder científico remete para uma necessidade do Estado proteger este Capital Humano qualificado e com competências certificadas em várias áreas do saber, pois o conhecimento que este capital possui depois de materializado pode transformar-se, efectivamente, num instrumento de poder.

As Universidades têm, neste campo, um papel considerável pois chamam a si o Capital Humano qualificado e com competências em determinadas áreas do saber, do seu próprio país e de outros países, de forma a que estes continuem a investigar e a desenvolver novos saberes e práticas, dando assim continuidade ou "fabricando" novas formas de exercitar o poder.

Parafraseando o General Loureiro dos Santos (2005) nunca a expressão "saber é poder" foi tão verdadeira, pois segundo o mesmo um dos factores intangíveis do potencial estratégico de um Estado é o conhecimento que este possui, pois o avanço tecnológico de um país, a sua capacidade de produzir conhecimento, o seu avanço científico e o nível intelectual do seu Capital Humano geram uma dinâmica de desenvolvimento bem como reforçam a afirmação internacional desse mesmo país o que origina, consequentemente, o reforço da massa crítica intelectual e científica (Santos, 2005: 1).

Nesta óptica não seria descabido afirmar que o corpo de conhecimentos e saberes transmitidos nas Universidades do Espaço Lusófono bem como a investigação produzida são uma vantagem no potencial estratégico dos países do Espaço Lusófono.

É de salientar, a nosso ver, e de acordo com o General Loureiro dos Santos (2005) que para além da importância estratégica que o conhecimento pode assumir a sua difusão é fundamental. Cabe às Universidades do Espaço Lusófono difundirem o conhecimento, quer científico quer cultural, é nesta linha que se insere a problemática deste estudo: os programas de mobilidade e cooperação na construção de um espaço potencialmente estratégico.

Seguindo a linha de investigação escolhida por nós, importa dizer que numa era moldada pela Globalização e pelas Tecnologias da Informação, o conhecimento, o corpo de saberes e práticas, que a Universidade transmite pode, e deve a nosso ver, ser encarado como um factor estratégico determinante em contexto internacional.

O General Loureiro dos Santos (2005) ao falar sobre a importância do conhecimento da estratégia e informação nacional disse: *"E a manobra dos sistemas mediáticos, no âmbito de qualquer estratégia global, atinge a importância de arma dominante".*

1.1.5. Apontamentos sobre Geopolítica e Geoestratégia

Durante os séculos XIX e XX foram escritos vários contributos teóricos sobre estratégia mas foi a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que inaugurou a nova era do pensamento estratégico, no qual a utilização da força do poderio militar é um elemento de acção política directa (Suarez, 2008: 6).

No entanto, a emergência dos estudos estratégicos como um campo disciplinar durante os anos 1950, em Inglaterra, ficou a dever-se à proximidade com o realismo estratégico e com a Escola do Neo-Realismo da Teoria das Relações Internacionais. O carácter disciplinar foi-lhe conferido devido à metodologia de pesquisa característica também do Neo-Realismo, isto é, o sistema internacional baseia-se numa estrutura pautada pelo comportamento anárquico dos actores estatais. Waltz (1979) definiu que este tipo de sistema apresenta determinadas regularidades que permitiam a elaboração de leis e teorias explicativas, no sentido de todos os Estados procurassem manter o seu status quo ou melhorar a sua posição relativa (Suarez, 2008: 6).

Em articulação com o pensamento de Suarez (2008: 11) julgamos que a emergência dos estudos estratégicos associa-se à prática da política internacional e à necessidade de praticar a política do poder em contexto internacional. O exercício da vontade dos Estados passa pela capacidade de exercitar, efectivamente, o poder e da sua capacidade em considerar o investimento em pensamento estratégico como uma prioridade.

1.1.5.1. Geopolítica

O termo geopolítica foi utilizado pela primeira vez pelo sueco Kjellern (...) que o definiu como *"o conjunto de princípios e de relações que se estabelecem entre os Estados, as suas políticas e pelas leis da natureza, estas condicionando aquelas"*, citado pelo Major Luís Escorrega (2010: 4). A grosso modo, temos uma ciência multidisciplinar que associa as questões inerente ao poder a um cariz geográfico, isto é, um estudo multidisciplinar acerca das relações entre a política e o espaço físico.

Assim, a geopolítica pode definir-se como sendo a Ciência Política que interpreta e trata da dependência dos acontecimentos políticos em relação ao meio físico (Tomé, 2011: 169).

Podemos começar por definir geopolítica da forma acima citada mas na continuação do raciocínio de António Tomé (2011) partilhamos a ideia de que esta é a ciência que dá conta da estreita relação existente entre o Estado, enquanto actor político, e a geografia ou seja o seu território. A geopolítica analisa, assim, as acções do Estado enquanto unidade política dotada de soberania e como organismo geográfico examinando a combinação e articulação dos diversos factores como o geográfico, político e o socioeconómico (Tomé, 2011: 169).

"A geopolítica interpreta geograficamente a política, sendo analisada e interpretada de acordo com o seu intrínseco conteúdo geográfico e clima" (Tomé, 2011: 169).

A teorização de Tomé (2011) sobre geopolítica vai de encontro à abordagem feita ao longo deste estudo, pois o autor faz referência à geopolítica como uma ciência que está intimamente ligada a outra ciência, a História. A reflexão levada a cabo por nós resulta de um contínuo histórico, de um fio condutor, que começou com os Descobrimentos portugueses no século XV, aliás é o objectivo da geopolítica o de explicar as relações entre a sociedade, os factos políticos e o espaço geográfico onde se desenvolvem.

Face ao exposto, pareceu-nos relevante que este apontamento estivesse contemplado nos contributos teóricos.

1.1.5.2. Geoestratégia

A geoestratégia é a ciência política que estuda e analisa a correlação entre os factores geográficos e os factores de decisão humana (Tomé, 2011: 181).

À semelhança da geopolítica a geoestratégia têm uma relação muito próxima com a Geografia, pois a base dos fenómenos que está a interpretar desenrola-se num determinado espaço geográfico assente no poder político. Desta forma, julgámos importante mencionar este apontamento nos contributos teóricos visto que este estudo trata de um vasto espaço geográfico, descontínuo, e assente em diversos e, autónomos, poderes políticos, falamos do Espaço Lusófono.

Considerando que a geoestratégia leva em conta "projecção do poder do Estado", isto é, a real potencialidade do Estado projectar internacionalmente algum dos seus tipos de poder (Tomé, 2011: 181).

Podemos extrapolar tendo em conta uma tendência, actual, da geoestratégia que é a existência de conhecimento e da comunicação em tempo real, factores que são a base da interdependência e do processo de Globalização, que o conhecimento científico produzido nas Universidades do Espaço Lusófono pode funcionar como uma alavanca para projectar em contexto internacional uma forma de poder dos estados envolvidos, poder este alicerçado na vanguarda do conhecimento.

1.2. Lusofonia: Percurso Histórico

1.2.1. Conceito de Lusofonia

Desde a sua origem que o conceito Lusofonia tem levantado grande controvérsia. Trata-se de uma ideia complexa e de difícil definição. Se para uns o Espaço Lusófono é visto como uma zona de intercâmbio entre povos, diversos, mas com uma cultura e língua que estão na base da construção da própria identidade Lusófona, para outros não passa de um conceito eurocêntrico.

Falar de Lusofonia é falar, inevitavelmente, nas ex-colónias portuguesas que devido a diversas questões sociais, económicas, políticas e até culturais apresentam uma dada complexidade e singularidade entre si, no entanto um dos elementos comuns a estudar é, sem dúvida a Língua Portuguesa.

Desta forma entendemos que o conceito de Lusofonia engloba diferentes realidades pois o Espaço Lusófono é heterogéneo, sobretudo em questões culturais. Importa referenciar que quando abordamos o conceito de Lusofonia na Guiné-Bissau ou em Portugal, como já foi dito, algumas dimensões do conceito são ajustáveis ao contexto de cada país, pois é necessário nunca perder de vista a realidade socioeconómica, política e cultural de cada país da Lusofonia.

A Lusofonia, no nosso entender, deve entender-se como um espaço de diversidade cultural. O *"mosaico mágico"* de que alguns autores falam remetem-nos para a imagem do colectivo lusófono, onde do ponto de vista simbólico existe uma herança partilhada e onde se perspectiva um caminho percorrido e outro ainda para ser percorrido e partilhado.

Consideramos que a Lusofonia se caracteriza pela sua interdisciplinaridade e, em contexto universitário, é representada por todos nós, alunos, docentes, investigadores através de um discurso interdisciplinar.

A Lusofonia é também um conceito linguístico cuja aplicação advém em diferentes âmbitos e pode ser compreendida como um "conjunto de identidades culturais existentes em países falantes da Língua Portuguesa" (Evans, Kristensen, Uz e Beiroa *cit in* Oliveira, 2011: 55).

A Lusofonia tem de ser contextualizada com a realidade de cada país pois esta não é apenas um conceito linguístico, mas é também um conceito com uma dimensão social, política, cultural e ideológica. Eduardo Lourenço citado por Verónica Oliveira (2011) compreendeu a Lusofonia como a construção de um espaço de união e de fortalecimento da língua e Cultura Lusófona, como forma de resistência às forças homogeneizadoras: Defendeu o espaço da língua como a melhor forma de resistir melhor à pressão de outros espaços linguísticos.

Em contraponto o autor Adriano Freixoto citado por Verónica Oliveira (2011: 59-63) defende que a Comunidade Lusófona é uma reinvenção do velho sonho imperial português, assim é importante apenas para os portugueses e não para os restantes povos lusófonos. Nos anos 80, alguns quadrantes em Portugal começaram a estruturar o discurso legitimador da Lusofonia voltou a incentivar a *"velha política atlântica"*: Depois de uma década o Estado português articulou o retorno daquela velha política do atlântico, sempre tão marcante na história do país, procurando uma aproximação com as suas ex-colónias espalhadas pelos cinco continentes, a partir do discurso da "herança cultural comum".

Importa desmistificar a ideia de que a Lusofonia estará associada a qualquer Neo-Golonialismo, fazendo reviver os *"fantasmas"* do colonialismo ainda existentes nas ex-colónias, onde se vê na Lusofonia uma espécie de Império Colonial Português do século XXI através de uma releitura do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, que fundamentou ideologicamente a dominação colonial portuguesa durante o Estado Novo:

"No espaço intercultural lusófono coexistem pessoas diferentes, portadoras de diferentes culturas, mas que mutuamente reconhecem o seu direito de viver com uma língua comum, que é o lugar de onde se vê o mundo e em que se traçam os limites do pensar e agir, criando uma relação potencial de comunicabilidade, acúmulo de conhecimento e principal veículo da cultura" (Oliveira, 2011: 67).

Entendemos o conceito de Lusofonia não como um conceito de base neocolonialista mas um conceito cuja construção resulta da vontade comum de união de todos os espaços envolvidos. Neste conceito cabem várias dimensões, assim: a dimensão politica através da definição de espaços políticos, a dimensão cultural através dos diversos valores culturais, onde poderemos incluir a nossa história em comum, e a dimensão social onde podemos enquadrar a Língua Portuguesa como elo de ligação ou como um elemento da identidade social de cada um.

É de salientar que este bloco de países independentes se une de livre vontade em torno de traços comuns da sua história e de interesses comuns

mais actuais, sobressai a sua dimensão geográfica, pois este bloco caracteriza-se por um descontínuo geográfico. Descontinuo este que toca quatro dos cinco continentes tornando o Espaço Lusófono num bloco onde o Atlântico, para além dos continentes, assume um papel determinante. O Oceano Atlântico que desde o século XV tem um papel determinante na Historia do Espaço Lusófono pois se inicialmente permitiu a expansão marítima e a "descoberta" de novos mundos e se mais tarde foi fundamental para a manutenção do Império Colonial Português tal e qual como o conhecemos, já nos dias hoje o Atlântico simboliza a ligação entre os países deste bloco visto que representa o laço que fortalece a ligação entre todos os países envolvidos.

O bloco anteriormente citado fortalece as relações entre todos os países membros, por exemplo do ponto de vista económico, poderia impulsionar o Espaço Lusófono como um elo de intermediação com os diversos grupos económicos a que os seus membros pertencem. No plano político-estratégico, a CPLP, no fundo o bloco a que nos referimos, poderia ter um papel fundamental no que diz respeito à segurança do Atlântico Sul, pois na actualidade as questões económicas dividem o espaço internacional com as questões de cariz político e de segurança. É importante que todos os países que constituem a CPLP construam uma política externa de forma a optimizar os seus recursos e o facto de estarem na Comunidade bem como maximizar as oportunidades decorrentes da integração.

Julgamos ser importante uma reflexão sobre a construção de um espaço que integre todos os países que têm como língua em comum o português numa organização constituída por vários Estados. A construção do espaço da Lusofonia será uma construção que visa a cooperação e a mobilidade de forma a promover a livre circulação de pessoas e bens bem como de ideias e conhecimento. Esta construção social, sob a forma de cooperação e mobilidade, é a base de um desenvolvimento sustentável para todos os países integrados na Comunidade.

Também ao abordar o conceito de Lusofonia no século XXI consideramos que é importante equacionar a dimensão informacional neste conceito, pois as TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) vieram

revolucionar a comunicação no mundo e o Espaço Lusófono não é uma excepção. Falar de TIC e de Lusofonia é falar de um ciberespaço Lusófono, fundamental se consideramos o Espaço Lusófono como parte integrante de uma Sociedade em Rede.

Estudos realizados no âmbito da implementação das TIC nos Países Lusófonos e da, possível, infoexclusão dos mesmos veio revelar que o Espaço Lusófono tem a quinta maior comunidade linguística com presença no ciber espaço à frente de utilizadores falantes de alemão, francês ou árabe (Macedo, 2011: 4-7).

Conforme Sousa (2006: 9) citado por Lurdes Macedo (2011: 7) a Lusofonia afigura-se com um processo de construção difícil pois comporta em si um espaço físico disperso pelo globo, com cidadãos de diferentes modos de vida o que nos conduz a uma diversidade de representações e significados simbólicos que, no entanto, se exprimem em Língua Portuguesa.

Lurdes Macedo (2011) faz uma reflexão baseada no equívoco lusocêntrico de Martins (2006) onde reconhece que as representações da Lusofonia nos podem conduzir a um prolongamento simbólico do período colonial enfatizando a relação colonizador/colonizado que poderá por em causa, devido a tensões do passado recente, a ideia pós-colonial de Lusofonia. No entanto a autora continua a sua reflexão por uma perspectiva de confluência de identidades e de espaços diversos, baseada em Cunha (2010) onde a Língua Portuguesa tem o papel central de unificadora de uma identidade transnacional, a Identidade Lusófona.

Para a autora deste estudo, Lurdes Macedo, podemos estar na presença de um novo paradigma comunicacional baseado na utilização das info-tecnologias o que desemboca num ciberespaço, o ciberespaço lusófono. Um lugar virtual onde se comunica, partilha conhecimentos e divulga conhecimentos em português. Poderá ser a nosso ver um novo lugar da Lusofonia na Sociedade em Rede, e na construção deste espaço na rede global a Universidade através da transmissão de saberes e práticas têm um papel fundamental:

“Parece convocar o ciberespaço enquanto um novo lugar da lusofonia, no qual se estabelecem redes virtuais de comunicação entre cidadãos que, dispersos por todos os cantos do mundo e pertencentes às mais diversas etnias e culturas, pensam, sentem e falam em português” (Macedo, 2011: 7).

Para nós, neste trabalho, optámos por aquele conceito de Lusofonia que a autora Lurdes Macedo (2011) citou como *“para outros, ainda...”*. Partilhamos a ideia de que o melhor conceito que, a nosso ver, caracteriza Lusofonia é o conceito do *“mosaico mágico”* onde 240 milhões de cidadãos em todo o mundo dão forma a uma comunidade de cultura em construção, segundo a autora que se baseou em Brito e Hanna (2010).

Seguindo a mesma reflexão, partimos do princípio de que a identidade está sempre incompleta, segundo Butler (2000), este entendimento procura enfatizar e compreender o cruzamento das diferentes culturas lusófonas num tempo marcado pela Globalização (Macedo, 2011: 8). Apesar desta construção estar a ser realizada ao longo dos cinco séculos de história comum.

É importante, a nosso entender, acentuar que é esta reorganização do espaço e do tempo que torna possível a construção, ou a reconstrução, diária do Espaço Lusófono no mundo, pois segundo os autores, Brito e Hanna (2010: 78), esta reorganização do espaço e do tempo da Lusofonia promove as oportunidades de comunicação bem como a mobilidade de cidadãos lusófonos acentuando “as cores do mosaico”.

Partilhamos a ideia de que esta construção, hoje no Século XXI, se faz em parte na rede virtual onde a lonjura se encurta e o tempo está à *“distância de um clique”*. Neste contexto virtual a Universidade é um veículo por excelência devido aos dispositivos informáticos à disposição de alunos, docentes e investigadores o que a torna numa potencial (re)construtora do Espaço Lusófono.

Se porventura entendemos, como Lurdes Macedo, que o Espaço Lusófono virtual unifica um Espaço Lusófono disperso pelo globo e acelera a comunicação e a partilha de conhecimento também entendemos que o conceito de Lusofonia assente na mestiçagem e no hibridismo poderá ser um

“novo modelo geopolítico”, através da sua pluralidade e das suas “redes de conhecimento”, virtuais ou não, o que desta forma reforçará a sua posição no contexto internacional já que os fluxos de informação são suportados pelo mesmo veículo linguístico, daí ser importante a defesa e a difusão do uso da língua como elo de ligação.

Partilhamos a visão de Vamireh Chacon (2002) apresentada no *Futuro Politico da Lusofonia,* onde o autor reflecte sobre a importância da existência de uma valência geoestratégica e geoeconomia que dê a possibilidade aos Países Lusófonos participarem na sociedade dita *“global”*, que para o autor nada mais é, do que uma sociedade de cultura hegemónica que ameaça outras culturas, segundo ele mais fracas, como a Lusófona.

No trabalho acima citado o autor teoriza sobre uma prática sustentada e sustentável que traduza as necessidades e os interesses dos Países Lusófonos. Chacon (2002) equaciona a possibilidade de um espaço económico e linguístico onde seja reforçada a defesa e afirmação da Cultura Lusófona. Este espaço que o autor fala, só fará sentido segundo o próprio graças a uma integração e uma interligação entre os países que constituem o Espaço Lusófono. Esta visão vai de encontro ao conceito por nós apresentado de Lusofonia, pois a construção de um espaço de pluralidade e diversidade que partilha uma cultura e uma língua é necessariamente um espaço de interligação e de integração onde impera a necessidade de reforçar laços económicos, sociais, políticos e culturais. É, a nosso ver, este reforço de laços que poderá tornar o Espaço Lusófono não só sustentável como um espaço geoestratégico. No fundo este espaço formará um bloco, ou seja, uma união de estados independentes que se unem pela sua livre vontade.

O Espaço Lusófono é herdeiro de uma vasta herança cultural bem como de um património cultural vasto que se estende pelos quatro cantos do mundo, assim e a nosso ver a importância geoestratégia deste espaço assenta no desenvolvimento económico, social político e também cultural. Aliás, Chacon (2002) defende esta perspectiva ao afirmar que a importância geoestratégia dos países lusófonos pode contribuir, inclusive, para o desenvolvimento económico e social dos mesmos bem como para o reforço dos laços culturais

entre os demais. Por exemplo, a vontade da Indonésia em ser país observador da CPLP poderá funcionar como um fortalecimento dos laços dos países da Lusofonia com a Indonésia bem como dinamizar, do ponto de vista estratégico, uma integração social, económica, cultural e até mesmo política com outros países vizinhos.

Já foi dito que a Lusofonia se constitui com base na diversidade dos países que a compõe, apesar de existir uma herança cultural comum cada um tem a sua identidade muito própria e que não se pode aniquilar, antes pelo contrário. É certo que existe uma maior proximidade entre alguns países e um maior distanciamento entre outros, no entanto, consideramos importante que os mesmos se alinham por comunhão de interesses, isto é convergem para um mesmo ponto da rede lusófona através de interesses em comum, estratégicos, económicos ou políticos. Voltamos a citar Chacon, quando diz: *"Os Estados guiam-se por interesses reais"* (Chacon: 2002: 138).

A construção do Espaço Lusófono, a construção do conceito de Lusofonia é, e poderá ser feita, com base na integração e cooperação a vários níveis, não só no nível económico que por certo tem a sua importância, mas também a outros níveis como o político, diplomático, social ou o cultural. É óbvio que não será só a Língua Portuguesa em comum ou uma herança cultural em comum que vai unir os Países Lusófonos, em torno deste processo de construção de um espaço estrategicamente competitivo de miscigenação de ideias, mas será com certeza uma importante alavanca. O que queremos dizer é que é importante na construção deste espaço, da Lusofonia, em contexto internacional consolidar laços económicos, políticos ou diplomáticos mas, também, é importante fortalecer os laços culturais e afirmar a nossa Identidade Lusófona, que no fundo é um conjunto de identidades.

O Espaço Lusófono apresenta um cariz multicultural e é definido por vários autores, metaforicamente, como *"mosaico mágico"*, o que remete directamente para as várias dimensões do conceito de Lusofonia: (i) identidade ou um conjunto de identidades, (II) cultura comum, (III) língua portuguesa, (IV) espaço geográfico disperso.

Importa referir que no presente, depois da queda do Império Colonial Português e do processo de descolonização os laços mantiveram-se e actualmente a Lusofonia é o alicerce do diálogo intercultural bem como, também, pode ser a base para ampliar a acção da CPLP em contexto económico, politico, diplomático ou social.

O Tenente-Coronel João Luís Leal (2007) no seu artigo "Análise geopolítica e geoestratégia de Portugal" em determinada altura faz uma análise à pluralidade de fronteiras e cita Adriano Moreira (1996) dizendo que no século XXI e depois do desmembramento do Império Colonial Português existe uma necessidade de se articularem "novos" conceitos, isto é, existe a necessidade de adoptar novas atitudes de forma a darmos uma resposta eficaz à realidade nacional e internacional (Leal, 2007: 4). O autor refere, ainda, a importância assumida pela nossa fronteira cultural, que segundo ele e baseado em Ramalho (1998) se estende do espaço europeu até aos países lusófonos, razão pela qual Portugal, em particular, tem vindo a apostar na solidariedade com os membros da CPLP, justamente de forma a preservar a dita fronteira cultural.

É certo que a Língua Portuguesa é um dos aspectos culturais de maior relevância pois é ela que funciona como elemento de coesão entre o povo lusófono. Como tal é importante reconhecer a sua função de elo de ligação entre os países membros da CPLP. No entanto, também é importante assinalar que a Língua Portuguesa além de elemento de unidade e coesão é também um instrumento de difusão da Cultura Lusófona (Leal, 2007: 14).

A nosso ver é necessário, e para além da questão cultural e linguística, reforçar o processo de tomada de consciência da importância que pode ter o Espaço Lusófono em contexto internacional, pois é necessário a adopção por parte dos países da CPLP uma estratégia conjunta de actuação com base na intensificação da cooperação em todas as áreas da sociedade. Julgamos que esta meta poderia ser atingida se a CPLP coordenasse os trabalhos através do incentivo ao diálogo político entre os países membros e à posteriori com outros organismos internacionais.

Partilhamos a ideia do Tenente-Coronel Leal (2007) quando este afirma que a CPLP veio institucionalizar o grande espaço em contexto internacional que é o Espaço Lusófono, bem como alargou o conceito de Lusofonia a áreas da sociedade civil para além da área cultural conduzindo, assim, a um reconhecimento internacional e a uma projecção nos contextos geopolíticos e geoestratégicos ocupados pelos países membros (Leal, 2007: 6).

A perspectiva teórica por nós seguida neste estudo no que diz respeito à CPLP encara esta realidade como um vasto espaço geográfico descontínuo cujas suas fronteiras são a fronteira cultural e linguística como sendo inquestionável, como também julgamos ser inquestionável o facto desta mesma realidade ser uma realidade política em contexto internacional. Uma realidade que é construída diariamente e tem como um dos pilares a cooperação e é nesta base teórica que desenvolvemos o ponto seguinte.

Hoje, os países membros da CPLP são autónomos e soberanos na gerência dos seus assuntos internos de cada Estado ao mesmo tempo que partilham uma realidade cultural e uma identidade, a identidade Lusófona. A sua aposta assenta no reforço dos laços de cooperação entre os referidos Estados, com vista a um desenvolvimento económico e social dos seus habitantes.

Em nosso entender a CPLP, actualmente, reflecte a construção de um espaço transnacional de cooperação. Assente no património imaterial, a língua e a história comuns, esta promove a coesão através de uma aposta numa interacção entre as nações que a compõe promovendo a cooperação a vários níveis, económico, social, politico, técnico, entre outros.

No entanto, o Espaço Lusófono não é homogéneo e existem disparidades entre os países da CPLP, já para não falar do seu afastamento geográfico. A este contratempo associa-se os escassos recursos necessários para o funcionamento da organização.

De acordo com o parágrafo anterior e de acordo com a nossa perspectiva sobre o Capital Humano entendemos ser importante maximizar os investimentos em educação, pois estes representam de acordo com os

objectivos da CPLP, uma multiplicação dos benefícios socioeconómicos e uma maior divulgação da Língua Portuguesa. A aposta na maximização de investimentos na educação é, a nosso ver, um importante vector de retornos quer para o Capital Humano quer para o próprio Espaço Lusófono. Consideramos relevante e de acordo com Gary Becker (1993) que o investimento em Educação seja visto, efectivamente como um investimento e não como um custo pois este está directamente relacionado com o crescimento económico e melhoria da qualidade de vida das sociedades.

Sendo a temática deste trabalho a cooperação e mobilidade entre Universidades do Espaço Lusófono, dando uma especial atenção à perspectiva do Capital Humano cabe-nos dizer que o aprofundamento da cooperação no Espaço Lusófono é decisivo para a construção de uma rede global onde a Língua Portuguesa pode ser o ponto de alavancagem necessário para conseguir atingir o desenvolvimento desejado.

As Universidades do Espaço Lusófono têm tido um papel activo neste desafio pois, tem com as suas acções de cooperação e mobilidade, conseguido transpor o plano nacional para o plano lusófono e consequentemente para o plano global. Por este motivo julgamos ser da máxima importância a CPLP desenvolver os mecanismos de cooperação ao nível do Ensino Superior. Estes mecanismos teriam de contemplar diversas frentes de acção desde a jurídica à política e à económica de forma a facilitar a mobilidade de Capital Humano e de forma a facilitar a implementação de programas de cooperação e outras acções no âmbito da partilha de conhecimentos, no entanto, estamos crentes que os retornos a médio e longo prazo para a sociedade Lusófona, para a Universidade e para o próprio Capital Humano da Lusofonia serão gratificantes.

Importa, ainda dizer, que os Estados membros da CPLP têm desenvolvido alguma solidariedade no que diz respeito a políticas, parcerias, captação de recursos, cooperação e projectos que dêem conta das necessidades da Comunidade. No entanto as contribuições não são abundantes, a maioria são oriundas de membros como Portugal ou o Brasil sendo que as contribuições de organismos internacionais são diminutas. É importante que a CPLP desenvolva um plano eficaz de captação de recursos

materiais junto de entidades privadas ou de organismos internacionais, nos países da comunidade e fora deste contexto. Assim, os projectos de cooperação e desenvolvimento ficariam menos dependentes dos recursos materiais da comunidade e os recursos humanos ou tecnológicos poderiam ser canalizados de uma forma mais eficiente.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) está contextualizada num mundo abrangido pela Globalização sendo que importa reforçar o papel da mesma na construção de uma agenda comum aos países que a compõe de forma a que esta agenda seja colocada na mesa de debate internacional de forma a ser possível captar e canalizar os recursos necessários de que falávamos no parágrafo anterior. Esta ideia implica rever alguns aspectos inerentes ao contexto das Relações Internacionais actuais e que determinam o lugar da CPLP num mundo global.

Desta forma, podemos encarar a CPLP como um instrumento poderoso para os países membros como forma de se inserirem no mundo globalizado, no entanto urge que os mesmos definam as suas estratégias nacionais face aos desafios desse mesmo mundo globalizado. Paralelamente seria importante pensar-se na elaboração de estratégias conjuntas para fazer face ao mesmo tipo de desafios.

Assim, pensamos que cabe à CPLP elaborar políticas concertadas de forma a abranger os países que a constituem pelo que é necessário realizar um trabalho de construção de consensos de forma a uniformizar políticas para mais facilmente se obter eficácia e eficiência, pois existem questões difíceis de gerir ou de obter consensos, tais como: a pobreza, a desigualdade ou a equidade.

Estas questões requerem um espaço na agenda internacional e é à CPLP que cabe promover a colocação destas questões nas mesas internacionais de debate.

A CPLP tem a possibilidade de colocar estas questões junto de instituições internacionais de forma a conseguir uma agenda que dê resposta a estas mesmas questões. Mas a construção de uma agenda desta natureza

implica trabalhar em conjunto, isto é, as instituições devem trabalhar concertadamente no plano global.

A CPLP está contextualizada ao abrigo do conceito de Globalização pode aproveitar as oportunidades da operacionalização deste conceito, isto é, todos os Estados membros da CPLP têm de encontrar respostas para as questões sociais e económicas das suas populações. Um dos caminhos é, a nosso ver, promover a equidade, a melhoria das condições de vida internas das sociedades em questão. Parece-nos que a CPLP tem de dizer ou fazer algo no plano prático.

Segundo Moisés Lemos Martins (2006), nos anos 90 do século XX assistiu-se a uma aproximação dos Países Lusófonos sobretudo com a criação da CPLP, o que permitiu serem traçados determinados caminhos, caminhos esses, não só fundamentados na questão da proximidade linguística mas noutras questões, como diria Chacon, mais práticas como a economia ou a política.

O conceito de Lusofonia que temos vindo a discutir articula-se com a nossa perspectiva, e de outros autores, sobre as vertentes da CPLP, assim julgamos que a CPLP no contexto do século XXI deverá ser "formatada" à luz da Globalização, pois este conceito veio trazer ao mundo formas muito especificas de debate por questões económicas, politicas, sociais e, até, culturais pelo que urge que os países que compõe a CPLP, sobretudo por que são países periféricos, desenvolvam estratégia de cooperação entre si de forma a darem conta da realidade imposta pela Globalização.

Especificamente neste trabalho focamo-nos numa vertente da Cooperação onde a CPLP poderá ter um papel de alavancagem e colocar os Países Lusófonos nas agendas internacionais, falamos da Cooperação ao nível da Educação. As Universidades do Espaço Lusófono têm vindo a desenvolver várias formas de cooperação académica que visam promover a partilha de saberes e práticas por todo o Espaço Lusófono.

A cooperação entre Universidades do Espaço Lusófono, investigação científica e tecnológica, precisa ser dinamizada e aprofundada, principalmente

através da mobilidade de estudantes, professores e investigadores, criando incentivos à formação de mais parcerias entre instituições dos diversos Estados bem como através da criação de instituições de ensino e investigação lusófonas.

O ensino e a investigação no Espaço Lusófono são deficientes em termos quer de variedade disciplinar nas instituições universitárias quer na atualização de conteúdos programáticos e de investigação. Este tipo de cooperação poderia estar na base do aprofundamento quer do sentimento de comunidade quer da capacitação das elites destes países com meios que permitam repensar os seus espaços culturais e políticos de forma autónoma e em prol de um verdadeiro processo de desenvolvimento (Oliveira, 2011: 75-76).

Pensamos que a CPLP no que diz respeito à Educação, sobretudo ao Ensino Superior, deveria apostar na criação de um gabinete onde todos os países pudessem dar a sua contribuição, partilhar as suas experiencias para que este *know-how* sirva de base para a elaboração de políticas públicas de Ensino Superior ao nível macro, ao nível do Espaço Lusófono. Tendo em conta que todos os Países Lusófonos têm a sua legislação, usos e costumes este teria de ser um trabalho de articulação politica, económica, social, cultural e jurídica de forma a que os direitos, as representações e as tradições dos cidadãos dos Países Lusófonos fossem devidamente acautelados. Esta seria uma das formas de operacionalizar o conceito de Lusofonia atrás desenvolvido.

José Fontes (2001) no seu artigo “Novas identidades: Portugal e a Lusofonia” apresenta algumas sugestões, inclusivamente já discutidas anteriormente por outros autores, e que vêm de encontro com o anteriormente exposto. José Fontes encara a Lusofonia e a sua identidade como fazendo parte de uma sociedade transfronteiriça e transnacional em que o seu povo está unido por uma História comum, por uma língua comum mas em continentes dispersos dando-lhes uma característica pluricontinental (Fontes, 2001: 349).

Vamos de encontro à ideia de José Fontes (2001), à semelhança de Verónica Oliveira (2011), quando esta nos remete para o papel da CPLP que deverá ser de incentivar a Identidade Lusófona por um lado e por outro

construir e aprofundar essa mesma identidade de forma a fomentar uma cooperação efectiva. Chamamos cooperação efectiva à proposta apresentada por José Fontes que visa um conjunto de direitos efectivos para todos os cidadãos lusófonos, onde exista uma cooperação política, institucional e jurídica para mais facilmente se ultrapassar obstáculos burocráticos. Uma proposta a este nível só fará sentido se a CPLP assumir o papel de centralizador e dinamizador do que José Fontes chama de "uma nova cidadania juridicamente titulada".

A CPLP é detentora de uma personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira, cuja missão é contribuir, em harmonia com os Estados-membros, para o desenvolvimento económico, a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento da Língua Portuguesa nos Estados participantes (Oliveira, 2011: 127-128).

Assim, a CPLP pode realizar um vasto leque de actividades bem como de acordos internacionais de participação, de associação e comerciais com outros Estados e organizações internacionais bem como exercer seu direito de delegação activa e passiva junto da comunidade internacional, projectando desta forma os interesses da Comunidade em contexto internacional.

Dos objectivos gerais que constam nos estatutos da CPLP estão contempladas a concertação política, a cooperação económica, social, cultural, jurídica e técnico-científica bem como projectos de promoção e de difusão da Língua Portuguesa, contribuindo desta forma para o reforço dos laços humanos entre todos os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica, e, nesse sentido, promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos países membros no espaço da CPLP (Oliveira, 2011: 72).

No passado já vários autores partilharam a ideia da união de Estados independentes e autónomos em torno de uma cidadania lusófona. A par com estas teorias estão outras, no âmbito da cooperação, como a criação de um passaporte lusófono que facilitasse a circulação do Capital Humano dentro do Espaço Lusófono, a livre circulação de alunos, docentes e investigadores dentro desse mesmo espaço e muitas outras propostas.

Podemos admitir que a criação de um Estatuto Jurídico para os cidadãos da Lusofonia não será algo fácil de elaborar mas, julgamos, que cabe à CPLP realizar este trabalho de forma a promover a integração do Capital Humano em contexto lusófono e ao mesmo tempo criar as bases potenciadores de uma posição geoestratégica da Lusofonia.

Abordar a questão Geoestratégica da Lusofonia é pensar em termos estratégicos na importância estratégica quer de Portugal, quer dos restantes países que compõe o Espaço Lusófono quer do Oceano Atlântico. A questão da Geoestratégia da Lusofonia ou dos países que constituem a CPLP não pode ser pensada isoladamente mas sim de forma articulada e de acordo com a actual situação mundial.

Relativamente aos países da CPLP pensamos ser importante que esta realize uma análise estratégica, e que a coloque na sua agenda internacional, que leve em conta a posição geográfica de todos os países membros, dos seus recursos e matérias-primas disponíveis pois não só a cooperação poderá passar por estas questões no que toca, por exemplo, a um desenvolvimento sustentável ou melhoria das condições de vida nos Países Lusófonos, mas também outras problemáticas centrais como a autonomia e afirmação estratégica do Espaço Lusófono têm por base este tipo de análise.

Adriano Moreira (2010) considera importante meditar sobre a Língua Portuguesa como conceito estratégico português e de todos os países que a falam, mas também julga importante que a esta vertente cultural seja associada à economia ou à política, funcionando como um facilitador dentro do seio da CPLP. Para o autor, se por um lado se revela ser da maior importância, num contexto global, a defesa do nosso património imaterial não será menos importante a CPLP juntamente com os países membros promoverem uma reorganização do seu património material e dos seus recursos de forma a garantir um desenvolvimento sustentável (Moreira, 2010: 21-23).

As questões inerentes à Lusofonia são, em parte, questões do foro político em que se deve trabalhar para encontrar respostas políticas e, a partir delas, delinear estratégias desde a língua ao ensino, da saúde à agricultura

para assim potenciar os projectos e programas de mobilidade e cooperação, veiculados pela interdisciplinaridade e assentes na cooperação multilateral.

1.3. Conceito de Universidade

Segundo Lauro Morthy (2011) desde meados do século XX que o mundo discute a Universidade como, talvez, nunca o tenha feito antes e são vários os aspectos questionados e discutidos.

As questões levantadas provocadas pelo processo de Globalização ganharam mais força quando mais recentemente surgiu a pressão relativamente a custos e gastos públicos, já que as finanças públicas se tornaram cada vez mais limitadas, complexas e problemáticas (Morthy, 2011:1).

A linha de pensamento de Morthy vem de encontro ao trabalho pois levanta aquela questão pertinente de quanto se investe em educação levando à problemática de encarar o Ensino Superior como um custo e não um investimento. Alinhado com o pensamento de Gary Becker de que o investimento em educação trará à sociedade retornos a médio e longo prazo, pois o desenvolvimento de um país está associado, entre outros factores, às qualificações do seu Capital Humano.

Becker (1993) citado por nós no capítulo acerca do Capital Humano alerta para a tentação de considerar a Educação, em geral, e o Ensino Superior em particular como um custo e não como um investimento pois a falta deste investimento na qualificação do Capital Humano de um país pode trazes graves consequências ao desenvolvimento do mesmo, sobretudo se pensarmos na rápida evolução dos acontecimentos nesta era “dita” global.

Analisando o percurso histórico da Universidade podemos verificar que sempre existiu algum ruído em relação às Universidades, ao saber transmitido e quanto se gasta de dinheiros, Morthy (2011:1) cita Minogue dizendo: *“No que diz respeito à sua reputação pública, elas têm sido, quase permanentemente, instituições insatisfatórias”*, isto porque esta instituição sempre foi reconhecida

como importante e necessária mas as questões organizacionais e económicas que a esta estão associadas já originaram diversos debates.

Interligada, desde sempre, à transmissão de saberes e práticas sobretudo na Idade Média foi alvo de duros ataques segundo Morthy (2011: 1) citando Charle e Verger: *"Relativamente discretas na Idade Média, as críticas dirigidas contra a Universidade multiplicaram-se durante o Renascimento. Dos humanistas aos filósofos, a Universidade era constantemente questionada".*

A Universidade evolui ao longo dos séculos e passou por várias reformas: até aos dias de hoje. Actualmente continua indiscutivelmente associada ao conhecimento, aos saberes e práticas transmitidos.

Num mundo global os paradigmas da Universidade não são os mesmos que os paradigmas das Universidades da Idade Média ou do século XIX, pois o processo de Globalização trouxe novos paradigmas, o que necessariamente quer dizer mudanças. Mudanças essas que afectaram a instituição Universidade, imprimindo-lhes desafios competitivos, dantes mais longínquos do seu quotidiano, com outras instituições congéneres em todo o mundo.

A Universidade em Portugal, sobretudo no século XX, passou por um processo de massificação sobretudo devido à perspectiva de retornos directos para o Capital Humano devido às qualificações obtidas a par com outros motivos sociais estratégicos como o estatuto obtido devido à obtenção de um título académico.

A Universidade do século XXI, enquanto organização, encara vários desafios necessários de forma a manter o seu estatuto devido em parte aos avanços científicos e tecnológicos, à competição económica e académica o que dá origem a que a Universidade tradicional de outrora já não exista, existe sim uma reconceptualização do conceito de Universidade de acordo com as dimensões imposta pela sociedade global.

A reconceptualização do conceito de Universidade é, em nosso entender, central nesta questão pois é devido a esta reestruturação do conceito de Universidade como o conhecíamos que é possível desencadear a discussão base deste trabalho. Assim, segundo Leopoldo Silva (2011: 3) a ideia de uma

Universidade que está directamente vocacionada ou relacionada com as necessidades sociais é uma Universidade que se deve caracterizar, sobretudo, pelo ensino e pela investigação.

Queremos dizer que consideramos a autonomia académica da Universidade fundamental de forma a esta manter a sua identidade, os seus limites e fronteiras do conhecimento académico, no fundo o seu espaço. No entanto, entendemos que as necessidades sociais de resposta aos desafios da sociedade actual existem, são uma realidade competitiva, e têm ajudado a alterar o conceito de Universidade, a sua forma de actuação bem como as suas estratégias.

É importante referir que autonomia da Universidade não quer dizer que esta se demite ou não revela interesse no contexto social no qual se insere, antes pelo contrário, quer dizer que a sua independência, o seu distanciamento crítico permite que este mesmo cenário possa ser pensado sem se confundir com nenhum interesse particular, seja ele económico ou político (Silva, 2001:4).

Baseámo-nos na discussão de Leopoldo Silva (2001) para reforçar que o conceito de Universidade que utilizamos neste estudo é efectivamente, o de uma instituição pública do ponto de vista organizacional, pelo que a questão anteriormente mencionada de necessidade de resposta às necessidades sociais está presente neste enquadramento conceptual pois uma das dificuldades da Universidade é justamente as dificuldades enfrentadas pelas instituições públicas como derivadas do seu tipo de gestão.

Sendo uma instituição pública, a Universidade tem de atender a certas necessidades e não apenas estar preocupada com a vertente económica. A Universidade pública para além do seu carácter académico e de investigação assume-se, a nosso ver, como uma instituição de utilidade pública e com um forte cariz social.

A Universidade, pública, construiu ao longo dos anos de história o elevado padrão de ensino e investigação que hoje a caracteriza em parte devido ao empenho e dedicação exclusiva de docentes e investigadores que

optaram pela valorização da dedicação exclusiva ao ensino e à investigação. Os mesmos que hoje estão na Universidade a tentar conceptualizar novas formas de actuação e estratégias de acção face ao panorama global.

A pressão externa a que a instituição está sujeita chega sobretudo da competitividade que se vive, nacional e internacionalmente, no Ensino Superior o que para Leopoldo Silva (2001: 1-5) é alarmante pois estas pressões, podem anular a diferença entre a instituição pública e a organização empresarial, o que é uma consequência do processo de desmantelamento do espaço público, actualmente em curso mas é, também, ao mesmo tempo um dos maiores desafios da Universidade do século XXI.

O conceito de Universidade comporta assim várias dimensões nomeadamente, como já vimos, o seu corpo de conhecimentos e competências a transmitir, o seu cariz social, a sua utilidade pública bem como a vertente Cultural que protege.

Existe uma relação entre a Universidade e a cultura. Ao longo do percurso histórico da Universidade encontramos o que Leopoldo Silva (2001:6) chamou de "*bens culturais*". Segundo o mesmo autor faz parte da autonomia da Universidade pública esta relação intrínseca com a cultura, que permite que o acesso não seja filtrado por dispositivos discriminadores montados em outras instâncias da vida social.

É de salientar que esta vertente cultural da Universidade é uma das suas dimensões de análise pois só uma instituição pública pode, como a Universidade consegue, articular os aspectos culturais com o conhecimento, a reflexão, a crítica e o debate. E este aspecto significa a democratização, isto é, uma forma de exercer o direito que o cidadão tem de participar da cultura (Silva, 2001: 5-6).

Assim, e a grosso modo podemos dizer que a Universidade é uma instituição pluridisciplinar de formação dos quadros de nível superior, de pesquisa, de extensão, de domínio e cultivo do saber humano. (Trindade, 2009 Cf. Estratégia d e Investigação).

Segundo Mazzari Júnior, citado por Trindade (2009): *"as Universidades gozam de autonomia para executar suas finalidades, em estrita observância ao texto constitucional, porém este direito não proíbe o Estado de verificar o uso desta prerrogativa nas actividades que lhes são próprias"* (Cf. Estratégia de Investigação).

Não podemos esquecer que a autonomia da Universidade, embora não sendo exclusiva do Ocidente é lá que se manifesta com relevância, pois ainda são vários os relatos que nos chegam de países do mundo onde o Estado condiciona a referida autonomia académica.

1.4. Conceito de Capital Humano

A perspectiva que será utilizada sobre o Capital Humano, enquanto conceito, baseia-se na teoria de Gary Becker.

Gary Becker (1993) foi um dos pioneiros nos estudos económicos e analíticos acerca das influências do comportamento humano na economia. Para tal o autor desenvolveu uma teoria de análise empírica tendo como linha orientadora a Educação. A defesa da Educação como um valor da sociedade, com ganhos para todos, assenta sobretudo nas teorias de investimento em Capital Humano de acordo com as contribuições de autores como Gary Becker, Schultz ou Schiller nos anos 60 e 70 do século XX.

A obra *Human Capital* de Becker (1993) é o culminar de uma pesquisa, de uma reflexão sobre como a socialização endógena afecta o comportamento em sociedade dos indivíduos e consequentemente a sua acção como agentes económicos, mas também, como é que a socialização exógena, de que é exemplo a socialização na Escola, condiciona o indivíduo na sua vida económica e na Sociedade em geral.

O estudo de Becker (1993) concentra-se nas consequências para a sociedade, e para o sistema económico, das competências e do conhecimento adquirido ao longo dos anos pelos indivíduos no já referido processo de socialização exógeno ocorrido na Instituição Escola.

A perspectiva sobre o Capital Humano seguida nesta investigação prende-se, justamente, com o sistema de recompensas que o indivíduo obtém através da sua permanência na Escola, em particular no Ensino Superior. Quando se fala em sistema de recompensas, neste contexto, referimo-nos a recompensas intrínsecas ao indivíduo, propriamente dito, como o emprego obtido ou a ascensão social decorrente da sua qualificação académica. No entanto, existem recompensas extrínsecas ao indivíduo, propriamente dito, como por exemplo: depois de concluir parte do seu programa de educação o indivíduo obtém um emprego com um bom ordenado, melhora a sua qualidade de vida, algo que lhe é intrínseco, mas consome mais e ao consumir está a contribuir para manter oleado o mecanismo do mercado, local e global, e o próprio sistema económico.

Para além deste tipo de recompensas intrínsecas ou extrínsecas ao indivíduo, existem outras externalidades que ultrapassam largamente o sistema de recompensas e a própria relação custo/benefício do sistema económico. Estas externalidades concentram-se na sociedade, isto é, o conhecimento e as competências adquiridas por um individuo ao longo da sua vida escolar, nomeadamente no Ensino Superior, podem não só potenciar-lhe uma melhor qualidade de vida como estimular a economia local através do consumo mas pode, ainda, contribuir para todo um desenvolvimento local e/ou regional.

Gary Becker (1993) estudou os efeitos económicos, custo/beneficio, do investimento com o Ensino Superior e provou através dos dados recolhidos que é importante incentivar este tipo de investimento, pois é um investimento que retorna com saldo positivo para a economia tendo em conta as suas referências base: a eficácia e a eficiência; para a sociedade através do melhoramento de condições de vida e para a própria Escola através do retorno desse mesmo Capital Humano como docentes ou investigadores.

É obvio que se pensarmos num investimento em Educação Superior no Espaço Lusófono, este tem imensos pressupostos *à priori*. Importa referir que o Espaço Lusófono é díspar em termos de educação *per capita*, isto é, não é um espaço uniforme em termos de qualificação académica pelo que importa salientar a nossa perspectiva sobre Capital Humano no Ensino Superior no

Espaço Lusófono é apenas isso mesmo, uma perspectiva. Iremos estudar *"bolsas"* de Capital Humano no Espaço Lusófono e não o Capital Humano do Espaço Lusófono, *per se*.

Vários economistas elaboraram teorias que provam quantitativamente e de forma mensurável como a relação causa/efeito ocorre quando se fala em desenvolvimento e educação. Estas teorias reflectem a forma como o grau de conhecimento adquirido na Escola pode ser potenciador de desenvolvimento local, regional e global. As referidas teorias provam como e até que ponto o grau de conhecimento influência variáveis de cariz social e económicas tão distintas como o PIB, cuidados de saúde, entre outros.

Importa referir que as políticas sociais e económicas levadas a cabo pelos governos dos países em estudo fazem toda a diferença quando falamos de Capital Humano nesses mesmos países. É neste campo que a Escola, neste caso a Universidade, tem um papel fundamental, pois esta tem a capacidade de construir o seu próprio espaço, o espaço da Universidade, onde a mesma pode produzir as suas próprias políticas ainda que há luz das políticas do seu Governo. No desenvolvimento destas políticas a Universidade deve apostar na política de internacionalização através de diversos programas de cooperação e mobilidade de Capital Humano.

Esta investigação pretende mostrar que no Espaço Lusófono o Capital Humano é muito mais do que um programa de mobilidade, é sobretudo cooperar. Mas cooperação é um conceito complexo pois implica a partilha de Capital Humano com todo o seu potencial social, económico e cultural mas também a partilha de capital intelectual e da sua respectiva propriedade, a propriedade intelectual. Esta última é fundamental para impulsionar o desenvolvimento no Espaço Lusófono e potenciar outros níveis de progresso social e económico. Assim, iremos demonstrar como a Universidade através da construção e manutenção de um espaço comum, intercultural, dentro do Espaço Lusófono potencia um desenvolvimento quantificável e mensurável.

Salientamos que o Capital Humano do Espaço Lusófono não é linear nem uniforme, pois os contextos socioeconómicos, culturais ou simplesmente demográficos condicionam significativamente a forma como este mesmo

Capital Humano se desenvolve e participa na construção de um todo, diversificado, que é o Espaço Lusófono.

Recursos valiosos como as qualificações, que são efectivamente Capital Humano, ou a Energia, que é um capital físico potencial, podem ser um exemplo simples de como estes recursos são aproveitados de forma dispare no Espaço Lusófono. Talvez pudessem ser usados de forma complementar e deste modo tornar-se-iam mais rentáveis em determinados casos.

É óbvio que este tipo de recursos não podem ser desperdiçados por nenhum país, seja ele em África, na América do Sul ou na Europa, a principal diferença está na forma como são potenciados, isto é, se na Europa estes recursos podem ser utilizados de forma a eliminar a pobreza ou a promover um desenvolvimento sustentável já em África estes recursos poderão numa primeira análise serem canalizados para um desenvolvimento socioeconómico tentando minimizar a pobreza existente ou simplesmente para tentar implementar uma paz duradoura (Banco Mundial, 2009: 3).

Há algo que nos invade o pensamento quando reflectimos sobre a questão da optimização de recursos que é a formulação de políticas que fomentem a correta afectação desses mesmos recursos. Urgem políticas que promovam a expansão da educação e do emprego, políticas que promovam a mobilidade, um melhor acesso à formação e qualificação mas sempre com a tónica na diversidade que é o Espaço Lusófono. Estas políticas são passíveis de implementar ou já foram aplicadas em alguns países como Portugal ou o Brasil, embora em níveis diferentes de acordo com a contextualização nacional de cada um deles.

Não será de todo incoerente avançar com a ideia de que os programas de mobilidade e cooperação dentro do Espaço Lusófono teriam de ser pensados e construídos de uma forma concertada, isto é, uma gama de políticas de desenvolvimento articuladas de forma eficaz em todo o Espaço Lusófono tendo por base uma estratégia integrada de cooperação, e por certo complexa, entre os intervenientes promovendo não só à cooperação propriamente dita, como a mobilidade do Capital Humano e em última análise o desenvolvimento. São necessárias políticas transversais a todo o Espaço

Lusófono no que toca à cooperação, mobilidade e desenvolvimento, e neste contexto o Estado, as Universidades e a CPLP podem ter algo a dizer. Desta forma poderá permitir-se aos jovens dos diversos países não só o acesso a uma formação, a uma qualificação mas também permitir-lhes o envolvimento produtivo na economia do seu país, e do Espaço Lusófono, independentemente da sua raça, etnia ou religião (Banco Mundial, 2009: 11).

O Estado, as Universidades e a CPLP têm um papel fundamental nesta questão não só na elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento e cooperação no caso do Estado, por exemplo mas também na questão do financiamento destes programas.

A história do Desenvolvimento Económico mostrou-nos que a Educação e as qualificações são vitais para aumentarem a produtividade e promoverem o desenvolvimento. Muitas vezes, quase sempre, para elevar a produtividade é necessário recorrer à mudança tecnológica o que por si só implica a existência de maiores/novas qualificações. Em África, por exemplo, a falta de acesso à Educação e as baixas qualificações são a principal dificuldade encontrada por empresas estrangeiras que se pretendem implementar em áreas como a indústria (Banco Mundial, 2009: 11-15).

É dado adquirido que uma maior instrução é equivalente a um maior benefício económico e social. Os trabalhadores menos qualificados são os mais vulneráveis aos problemas económicos e consequentemente com menos oportunidades de emprego. É por este motivo que vários autores afirmam que a instrução e qualificação estão directamente ligadas ao desenvolvimento económico (Garcia e Fares, 2008 *cit in* Banco Mundial, 2009: 18-19).

No contexto anteriormente citado, as Universidades têm um papel fundamental pois a Educação e a qualificação são pilares fundamentais para aumentar a produtividade e o rendimento. A Universidade pode ainda apostar em políticas de divulgação e fomentação do empreendedorismo entre os estudantes do Ensino Superior. Se às Universidades cabe o papel de maximizar o conceito de empreendedorismo entre os estudantes, aos diversos Estados cabe o papel de envolver os jovens nos processos de elaboração de

políticas, é necessário chamar os jovens a participar ainda que de uma forma representativa na elaboração de políticas relevantes neste campo.

A perspectiva sobre o Capital social tendo em conta o Capital Humano do Espaço Lusófono é complexa e reconhece-se a necessidade de trabalhar em parceria, é necessário promover a cooperação entre Universidades, Governos, Parceiros Sociais, Comunidade Internacional e sociedade civil em geral. Importa referir que a cooperação entre instituições de ensino superior e organismos governamentais seja feita de forma coerente pois ela é parte integrante do processo económico e social das nações envolvidas que ultrapassa largamente o nível nacional.

Sumariamente importa, ainda, referir que o investimento em políticas de Educação tem de ser acompanhado com outras políticas de cariz social e não apenas da variável do crescimento económico pois o investimento em Educação tem também importantes retornos demográficos e sociais como por exemplo a redução da mortalidade infantil ou a coesão social.

De acordo com a diversidade de contextos socioeconómicos dentro do Espaço Lusófono este estudo de caso levou em conta, não só, a selecção de variáveis socioeconómicas mas também o contexto social e económico onde estão inseridas. Foi crucial para este estudo fazer a distinção, *à priori*, das diferentes realidades socioeconómicas representadas pelos indicadores estatísticos.

Foi importante analisar, e importa referir, a importância que as políticas regionais e locais têm na formação do Capital Humano de acordo com o país do Espaço Lusófono que estamos a mencionar.

Pensamos que a representação das variáveis socioeconómicas quando estamos a falar de Capital Humano requer um elevado cuidado no que toca ao enquadramento contextual, pois dimensões como a demografia, actividades económicas, cuidados de saúde, emprego, educação ou cultura têm contornos substancialmente diferentes dentro de um todo, embora diverso, que é o Espaço Lusófono.

Falar de Capital Humano no Espaço Lusófono não é falar de um todo homogéneo, antes pelo contrário, a realidade do referido Capital no Espaço Lusófono, é toda ela heterogénea em termos de desenvolvimento socioeconómico. Pode parecer contraditório por estarmos a falar do Capital Humano do Espaço Lusófono, pois este mesmo Capital Humano está associado a outro tipo de capital, o Capital social que engloba outro aspecto como é o caso da Cultura, neste caso: a Cultura Lusófona. A Cultura Lusófona onde destaco a Língua Portuguesa funciona como um elo de ligação entre os países que a têm como sua língua oficial, aproximando-os e facilitando a realização de projectos de cooperação e mobilidade. No entanto, se falarmos por exemplo de desenvolvimento sustentável desse mesmo capital humano percebemos quão distantes estão os Países Lusófonos.

Para compreender o conceito estratégico de desenvolvimento sustentável no que concerne ao Capital Humano no Espaço Lusófono optámos por uma metodologia que levando em conta os dados estatísticos disponíveis no INE, correlacionou dados para perceber que factores socioeconómicos determinam os diferentes graus de desenvolvimento nos vários países, para tal foi utilizado um variado número de fontes de informação, tais como: principais indicadores económicos e sociais, variáveis diversas e relações macroeconómicas.

A preocupação com o estudo do Capital Humano começou em meados do século XX na Universidade de Chicago com cientistas como Ted Schultz, Jacob Mincer ou Milton Friedman cujo objecto de estudo foi o Capital Humano da própria Universidade de Chicago. É unânime entre os cientistas que abordam este tema que o investimento em educação não é apenas um investimento financeiro mas é um investimento em Capital Humano, pois o conhecimento, as competências adquiridas são indissociáveis do indivíduo enquanto ser social. Segundo Becker, a Educação é justamente um dos investimentos mais importantes em Capital Humano e que não pode ser visto apenas como um custo para os estados, pois directa ou indirectamente esse investimento em Capital Humano vai trazer retornos para a sociedade em geral e para os respectivos estados em particular (Becker, 1993: 15-21).

O retorno do investimento em Capital Humano é um conceito com várias dimensões, uma delas é a dimensão a que podemos chamar de “particular”, é aquela em que o individuo beneficia do investimento feito na sua educação obtendo melhores empregos devido às suas qualificações, auferindo assim um melhor salário do que se não tivesse essas mesmas qualificações. Poderíamos dizer que se trata de um retorno directo, no entanto, importa referir que este retorno não é directo apenas para o indivíduo mas para a sua família também (Becker, 1993: 21-23).

Retorno este que não medimos directamente nesta tese, por não sermos economistas, mas que inferimos indirectamente por via da análise qualitativa do discurso e da sua inter-relação com o Capital social. Sendo, aliás, essa uma das funções, a de medir o Capital Humano, do gabinete de estudos do desenvolvimento da OCDE.

Não poderíamos começar uma discussão acerca do investimento em Capital Humano e nos seus retornos sem falar da família, ou melhor, das famílias onde este Capital Humano está inserido. Jean-Jacques Rosseau (1762) defendeu que: *“O Homem é um animal Social”*, vive partilhando o seu espaço e tempo com outros indivíduos de uma forma generalizada, em sociedade, e de uma forma particular no seio da sua família. Os valores transmitidos a esse indivíduo no seio da sua família irão, por certo, dar frutos no seio da sociedade em geral e vice-versa, valores transmitidos por instituições diversas, entre as quais a Escola, irão também eles reflectir-se na vida familiar do indivíduo.

Se por um lado a família desempenha um papel relevante no acto de incutir nos seus jovens o valor de um investimento em Educação, entre outros valores, a escola desempenha também um papel relevante ao transmitir ao indivíduo todo um corpo de conhecimentos, um corpo de saberes.

O corpo de saberes transmitido ao individuo na Escola, em particular na Universidade, pois estamos a falar de um corpo de saberes altamente especializado, que pode eventualmente transformar-se num corpo de poderes desse mesmo indíviduo, pois o retorno directo como um bom salário, uma melhor qualidade de vida para si e para a sua família ou alguma estabilidade financeira são só alguns dos poderes conquistados e só é possível devido a um investimento num determinado corpo de saberes. [(44)]

Os retornos do investimento em capital humano não são, no entanto, todos retornos directos, existe um leque de retornos indirectos desse mesmo investimento, entre os quais podemos incluir o desenvolvimento económico.

Para Becker (1993) não é possível falar de Capital Humano e de investimento em educação desse mesmo Capital Humano sem falar em desenvolvimento económico pois melhores qualificações obtêm empregos mais bem pagos, mais disponibilidade financeira mensalmente implica consumo; consumo é um motor da economia em termos de crescimento económico (Becker, 1993:23-25).

Mas Becker afirma, também, que um corpo de saberes permite ao Capital Humano usufruir de uma série de conhecimentos que utilizado em prol do progresso, em tecnologia por exemplo, foi o responsável pelo desenvolvimento económico de várias sociedades no século XX, nomeadamente Becker dá o exemplo dos Estados Unidos da América.

---

(44) Carapinheiro, Graça (2005) *Saberes e Poderes da Profissão Médica em Portugal: Uma sociologia dos serviços hospitalares*, 4ª Edição, Porto.

O que Becker (1993) nos diz ao longo da sua obra é que o corpo de saberes transmitidos pela escola, em particular pela Universidade, é a alavanca para o desenvolvimento económico pois o Capital Humano detentor de um determinado conhecimento promoveu através de investigações, projectos científicos, tecnológicos ou, simplesmente, do seu trabalho diário o desenvolvimento económico potenciado pelo desenvolvimento ao nível da indústria ou da agricultura com base na aplicação, do atrás referido, corpo de saberes. O autor, no entanto, deixou bem explicito que existe uma diferenciação entre a correlação e a causalidade entre Capital Humano e desenvolvimento económico. Outro autor a que podemos recorrer para exemplificar o poder do conhecimento transmitido ao Capital Humano bem como o poder dos discursos produzidos à luz do conhecimento científico é Michael Foucault (1997) conforme consta nos contributos teóricos deste estudo.

Efectivamente existe uma correlação entre o investimento em Capital Humano e o seu retorno indirecto para a sociedade, visível por exemplo através da análise do rendimento *per capita* de um período de tempo. Mas correlação não é causalidade, Becker rejeita a causalidade pois o investimento em Capital Humano não significa obrigatoriamente desenvolvimento económico, há inúmeras variáveis envolvidas que condicionam todo o contexto, prevalecendo a teoria de que existe uma correlação entre Capital Humano e Desenvolvimento e não uma relação de causa/efeito.

Seguindo uma lógica de que o investimento em Capital Humano através da educação traz retornos, directos e indirectos, quer para o indivíduo quer para a sociedade, importa referir que os retornos para a sociedade, retornos sociais, são sobretudo indirectos ao contrário dos retornos para o indivíduo. A grosso modo se um indivíduo devido às suas qualificações aufere um salário elevado paga mais impostos do que se auferisse um salário mais baixo o que para além de numa primeira instância engrossar os cofres do estado, numa fase seguinte esta verba será canalizada para a sociedade em geral, através de verba atribuída às Universidades para investigação, por exemplo.

Importa, ainda, referir que regra geral é a família, em particular, ou o grupo social, onde o individuo se insere que desde cedo insiste na necessidade do individuo e as suas famílias investirem em formação, sobretudo em formação superior como forma de garantir um emprego no futuro, uma situação financeira estável em termos futuros e perspectivas de progressão na carreira, alimentando a ideia de que a falta de formação conduz, no contexto actual, à precariedade laboral e às suas consequências financeiras e sociais.

Numa compreensão mais alongada podemos ainda perceber que os retornos inerentes a este investimento de formação com o Capital Humano para além de reverterem, como já vimos em prol do próprio indivíduo, da sua família ou do Estado não podemos esquecer que existem ainda retornos em prol das empresas empregadoras, pois são estas que absorvem a mão-de-obra qualificada proveniente das Universidades.

Num contexto de Globalização e onde as novas tecnologias da informação têm um papel determinante, as distâncias no globo terrestre parecem mais curtas, utilizando um cliché: *"estão à distância de um clique"*. A interdependência com as novas tecnologias da informação criou diferentes contextos ao nível global, nomeadamente, ao nível dos possíveis investimentos em Capital Humano. A maior facilidade de comunicação bem como a maior mobilidade do Capital Humano no século XXI levantou-nos outras questões no que toca ao retorno do investimento com Capital Humano.

Segundo Chagas Lopes (1999) se existe alguma certeza nesta era que atravessamos é que os trabalhadores de hoje têm de ser *"trabalhadores do conhecimento"*, isto é, a aprendizagem tornou-se um imperativo. A acumulação de conhecimento, de um corpo de saberes, permite ao Capital Humano manter uma actividade profissional, diminuir tempos de desemprego ou outras formas de afastamento do mercado de trabalho e consequentemente do nível de vida a ele associado. Esta questão desencadeou uma transição para um novo paradigma da aprendizagem, paradigma este, em que o corpo de saberes se transforma, também ele, em competências fundamentais para o Capital Humano (Chagas, 1999: 47-48).

Num contexto de transição de paradigma, é fundamental reorientar as pedagogias e metodologias utilizadas nos sistemas de ensino, e é neste campo que a Universidade tem um papel fundamental no que toca ao investimento em Capital Humano, pois com a crescente valorização académica desde as últimas décadas do século XX surgiram novos contextos na Universidade onde novas mentalidades implicam, necessariamente, novas práticas.

Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e com a reconfiguração de alguns conteúdos académicos, por exemplo com o Processo de Bolonha, assistimos a um Capital Humano qualificado e em qualificação ligado *"à rede"* o que permite a circulação e distribuição de conhecimento científico pelo globo, no contexto deste trabalho por todo o Espaço Lusófono. Ao falar de tecnologias da informação temos de falar no conceito de mobilidade, ainda que seja mobilidade *"virtual"* pois é através destes fluxos de informação, entre outras medidas levadas a cabo pela Universidade, que a mobilidade tem sido fomentada. Assim, as novas tecnologias da informação transportaram para o Espaço Lusófono, ainda que de forma virtual, novas oportunidades de investigação científica e partilha de conhecimentos levando o Capital Humano a desenvolver projectos de âmbito internacional em pleno Espaço Lusófono.

Segundo Chagas Lopes (1999) é à Educação que se deve atribuir o papel de contribuir para uma *"preparação escolar de banda larga"* que a par com as competências renovadas e com a valorização académica, são factores determinantes de competitividade que promovem igualdade de oportunidades e eliminam novas formas de exclusão social (Chagas, 1999: 56-58).

Quando pensamos no Capital Humano das Universidades do Espaço Lusófono, tendo em conta a sua diversidade, conseguimos compreender a importância da afirmação da autora citada no parágrafo anterior, pois tem sido o esforço no investimento por parte das Universidades, o esforço no investimento levado a cabo por determinadas políticas públicas vocacionadas para o Ensino Superior nos Países Lusófonos, o esforço de um investimento levado a cabo, em geral pelos Estados independentes do Espaço Lusófono, em Capital Humano, um esforço para promover condições de trabalho ao nível da

investigação científica, para promover os programas de mobilidade para docentes e discentes muitas vezes com recurso à cooperação internacional entre esses mesmos Estados que tem vindo a dinamizar toda a partilha de conhecimento e retornos directos e indirectos para o Capital Humano do Espaço Lusófono.

Os programas de mobilidade e cooperação entre Universidades do Espaço Lusófono têm permitido ao Capital Humano deixar a sua Universidade enquanto local de aprendizagem, por excelência, para se deslocar até outras Universidades e aí assimilar novas formas de conhecimento, novas formas de aprendizagem. Se com as tecnologias da informação se tornou possível para o Capital Humano estabelecer novas conexões de aprendizagem através das redes sociais, com os programas de mobilidade e cooperação tornou-se possível para o Capital Humano contactar com outras escolas, com outros alunos e com outros docentes, trocar informação, divulgar e participar em diversos projectos criando um fluxo de informação e de conhecimentos intercontinental, que dificilmente seria obtido através das formas mais tradicionais de partilha de conhecimento científico.

Os programas de mobilidade e cooperação levados a cabo pelas Universidades do Espaço Lusófono, são no nosso entender, um recurso que se tem adaptado às necessidades da nossa sociedade actual, às necessidades do nosso Capital Humano de forma a fazer face às exigências do contexto global.

É preciso entender o Espaço Lusófono dentro do contexto da Globalização, assim este fenómeno começou no século XV com os descobrimentos portugueses. Estes conduziram a Europa Ocidental a uma posição hegemónica preconizada por uma integração da mundialização da economia, usos e costumes de então. Não podemos esquecer que a intensificação da troca de mercadorias conduziu a uma generalização de trocas não só comerciais mas também de movimentos de capitais ou de inovações tecnológicas (Pereira, 2007: 1).

Portugal foi, desta forma, a primeira nação a globalizar o mundo de então em parte devido ao conjunto de mais-valias geoeconomias e geopolíticas que detinha nomeadamente a inovação tecnológica na arte de marear. Esta

vantagem geoestratégica de Portugal no século XV foi, sem dúvida, a inovação tecnológica remetendo-nos para a importância dos saberes das práticas, do conhecimento.

Nos dias de hoje e com o actual contexto de Globalização associado a uma mudança tecnológica o conhecimento tornou-se um importante factor de crescimento, fundamental para qualquer nação (Pereira, 2007:2). Em economia os factores de crescimento compreendem o trabalho, o capital físico, o Capital Humano e a produtividade total dos factores. Neste estudo debruçamo-nos sobre o Capital Humano que abarca questões como a qualidade da força de trabalho, determinada pela Educação, a qualificação profissional e a saúde bem como a motivação para o trabalho (Pereira, 2007: 11).

Julgamos que em contexto global e no âmbito do Espaço Lusófono cabe ao Capital Humano gerir o desafio da mundialização e da internacionalização através da selecção de estratégias que o torne mais competitivo no contexto supra citado. Esta competitividade conquista-se de diversas formas mas pode-se começar pela na fomentação de políticas, internas e externas, que promovam a educação como valor estratégico, queremos dizer que, promover a Educação como valor estratégico no Espaço Lusófono tendo em conta o contexto global passa, em nosso entender, por construir estratégias de desenvolvimento nacional com vista à partilha de conhecimentos, isto é começando pelas políticas públicas e acabando nas parcerias público-privadas, pois só desta forma é que se torna possível para o Capital Humano da Lusofonia perspectivar um desenvolvimento sustentável.

Para o Capital Humano da Lusofonia é importante que exista a cooperação com base no conhecimento, ao nível do Ensino Superior neste caso, pois é desta forma que por um lado se assegura um potencial desenvolvimento de acordo com a probabilidade de retornos para a sociedade por outro lado este tipo de cooperação fomenta a confiança de todos os cooperantes promovendo uma interligação entre instituições do Ensino Superior e a longo prazo esta confiança poderá traduzir-se em maior cooperação e mobilidade com vantagens para todos os Países Lusófonos.

Da perspectiva do Capital Humano importa dinamizar os protocolos de cooperação no Ensino Superior focando os seus objectivos nos destinatários de acordo com as particularidades de cariz científico e académico bem como de acordo com os seus aspectos culturais. É importante, do ponto de vista da cooperação e do desenvolvimento para o Capital Humano Lusófono que as actividades académicas dentro do Espaço Lusófono proporcionem uma partilha de experiências, de conhecimento mútuo de forma a que o aumento do conhecimento partilhado, o potencial estratégico e a partilha multilateral de experiências a vários níveis sirva de alavanca para a criação de políticas de desenvolvimento nos países da do Espaço Lusófono.

Entendemos que existe um complexo processo jurídico inerente à fomentação de políticas que promovam tanto a mobilidade como a cooperação em ambiente académico. Julgamos que poderá não ser fácil mas não será impossível de o fazer, rebuscando a ideia de Agostinho da Silva e do Passaporte Lusófono, seria algo deste género aplicado ao Ensino Superior com vista a promover os programas de mobilidade e cooperação, a partilha do conhecimento científico, uma valorização do português como a língua oficial da cooperação entre Universidades Lusófonas e, a longo prazo, optimizar os retornos para a sociedade decorrentes deste processo.

Segundo Macedo (2003: 8) *"para tal será necessário reconhecer o pluralismo dos processos de legitimação e combinar a abordagem jurídica construtivista com a análise económica, na linha do que se faz na chamada nova economia institucional, por exemplo no que toca aos regimes cambiais, aos estatutos dos bancos centrais, aos procedimentos orçamentais ou às entidades de regulação, para referir apenas os casos que mais influências têm tido nas instituições de diálogo dos países envolvidos"*.

1.5. A ponte entre o Capital Humano e o Capital social

Este capítulo visa mostrar as pontes de ligação entre o Capital Humano e o Capital social bem como os pontos de intercepção entre os dois conceitos.[45]

O Capital Humano tem sido visto como uma prioridade política, económica e social para a maioria das economias do mundo, sobretudo nos países tidos como industrializados. Existe um aumento de cidades e de regiões que estão a colocar o conhecimento, a educação, a investigação e a inovação no centro das suas estratégias de desenvolvimento juntamente os decisores políticos, o sector privado e a sociedade (OCDE, 1998: 7).

---

(45) As leituras dos autores mencionados neste capítulo sobre o Capital social foram feitas, através dos seguintes suportes online:
http://www.socialcapitalresearch.com/literature/introduction-social-capital-research.html,
http://www.socialcapitalresearch.com/literature/evolution.html,
http://www.socialcapitalresearch.com/literature/contemporary-authors.html,
http://www.socialcapitalresearch.com/literature/definition.html,
http://www.socialcapitalresearch.com/literature/capital-debate.html**,**
http://www.socialcapitalresearch.com/literature/theory.html,
http://www.socialcapitalresearch.com/literature/theory/benefits.html**,**
http://www.socialcapitalresearch.com/literature/theory/determinants.html**,**
http://www.socialcapitalresearch.com/literature/theory/dimensions.html**,**
http://www.socialcapitalresearch.com/literature/theory/downsides.html**,**
http://www.socialcapitalresearch.com/literature/theory/levels.html**,**
http://www.socialcapitalresearch.com/literature/conceptualisation/approaches/network.html**,**
http://www.socialcapitalresearch.com/literature/conceptualisation/approaches/synergy.html,
http://www.visionaryvalues.com/wiki/images/Putnam_SocialCapital.pdf
http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTSOCIALDEVELOPMENT/EXTTSOCIALCAPITAL/0,,contentMDK:20185164~menuPK:418217~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:401015,00.html,
Repositorio.ul.pt/bitstream/.../7/17952_Cap_4_**Capital_Social**_Final.pdf de SSB da Silva - 2008.

Existe um aumento de interesse por cidades e regiões ditas *"inteligentes"*, o que reflecte as mudanças estruturais que têm ocorrido nas últimas décadas. A sociedade está a transformar-se, esta transformação está assente no conhecimento, na educação, na formação e nas competências humanas. Assim, o conhecimento é, no contexto actual, um factor determinante para o crescimento económico e para o desenvolvimento. **(45)**

A teoria do Capital Humano teve, desde sempre, impacto na literatura económica e na acção política educacional, pelo que foi rapidamente incorporada nos programas de educação dos anos 60 do século XX, levados a cabo na maioria dos países OCDE. Esta teoria também foi inserida nos programas de outras agências internacionais como a Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas, a UNESCO, e pelo Banco Mundial, o que por sua vez a tornou no ponto central das estratégias de desenvolvimento nos países em vias de desenvolvimento (Marginson, 1993:31).

Becker (1993) ao desenvolver a teoria do Capital Humano desenvolveu como que paralelamente uma teoria de comportamento, centrada não só no indivíduo, mas num indivíduo pertencente a uma família, a um contexto social e económico. O autor foca a sua atenção na informação e no talento, ainda que implícitos na escolarização e na formação, são elementos centrais nos processos económicos e sociais actuais. As alterações que têm ocorrido ao nível social, político, económico e cultural são disso exemplo.

Um dos contributos da teoria do Capital Humano é perceber como é que os indivíduos adquirem, usam ou perdem esse mesmo Capital Humano. No relatório da OCDE sobre investimento em Capital Humano (OCDE, 1998: 12), são apresentadas quatro fontes principais para este tipo de capital. São elas:

a) A educação formal, a diferentes níveis desde a educação pré-primária, a escolaridade obrigatória, a educação secundária ou profissional, a educação superior, a educação de adultos, etc., constitui a principal fonte de capital humano;

b) A formação informal no contexto da empresa e a formação no mercado de trabalho;

c) A experiência adquirida ao longo da vida profissional, em diferentes tipos de Organizações e contextos laborais, o nível de qualificações usadas no trabalho pode ser uma das mais fortes influências na criação de Capital Humano;

d) Para além destas três, também as aprendizagens que ocorrem em ambientes mais informais como as redes de amigos, o ambiente familiar e o contacto com as comunidades são relevantes na criação de Capital social.

Para nós neste trabalho importa reter que a aprendizagem que é incentivada e realizada quer na família quer na escola, proporciona uma importante base para a futura aquisição de Capital Humano, pois pode facilitar o acesso a redes de conhecimentos e informação.

De salientar os contextos onde se inserem os indivíduos, as suas características bem como as ofertas formativas, pois é necessário saber as condições económicas, organizacionais e sociais em que o Capital Humano tem mais hipóteses de ser criado ou perdido, assim como a hipótese de criar ou aumentar o Capital social. .[45]

Diferentes contextos como seja a escola, a comunidades, as instituições ou as questões culturais condicionam ou encorajam a criação e uso de Capital Humano. Por exemplo, a forma como a educação está organizada, a procura por indivíduos com determinados tipos de formação ou ainda quais os perfis formativos em expansão ou recessão; ou seja, muitos destes factores influenciam o stock de Capital Humano relacionam-se com a estrutura educativa e produtiva de cada país. (OCDE, 1998: 15).

Como vimos anteriormente, o Capital Humano é obtido através do investimento nas pessoas. Este investimento tem lugar ao longo da vida, assume variadas formas e ocorre em diversos contextos.

Segundo a OCDE (1998: 35), a quantidade de investimento feito em Capital Humano pode ser medido através de dois recursos relacionados com a aprendizagem: o tempo e o dinheiro.

No mesmo livro (OCDE, 1998: 36-42), são apresentadas algumas ideias de como se pode medir o investimento em tempo e dinheiro para aumentar o stock de Capital Humano. O investimento financeiro em Capital Humano pode ser medido através:

a) O total dos gastos públicos em Educação e formação inicial, isto é a percentagem do PIB gasto nestes factores, ou em alternativa, os gastos por estudante de acordo com o PIB *per capita*;

c) O investimento privado das empresas e das organizações que constitui uma parte substancial do investimento total em Capital Humano;

d) O investimento das famílias em actividades que, directa ou indirectamente, influenciam o desenvolvimento do Capital Humano nos seus filhos. Este investimento nem sempre é financeiro, o investimento de tempo e a promoção de atitudes e hábitos de aprendizagem são importantes para a criação do Capital Humano.

Do investimento ao retorno, o Capital Humano assume diversas e diferentes formas, pelo que é muito mais que a soma das suas partes. Assim, os efeitos do investimento em Capital Humano devem ser analisados de acordo com o tempo e o espaço em que ocorrem. A quantidade de Capital Humano e a forma como está distribuído tem importantes efeitos e consequências socioeconómicas quer para os indivíduos quer para a sociedade, o que nos remete directamente para as questões relacionadas com o Capital social. .[45]

O conceito de Capital social relacionado com o desenvolvimento económico das regiões e dos países começou a ganhar importância na década de 1990, com a obra de Robert Putnam (1995): *Making Democracy Work: civic traditions in modern Italy*, onde este conceituou o Capital social como característica da organização social, citando como exemplo a confiança, normas e redes como forma de melhorar a eficiência da sociedade facilitar acções concertadas. [45]

A difusão do conceito de Capital social no meio académico ocorreu devido à valorização das relações e estruturas sociais no discurso político e na óptica económica, onde são reconhecidos os recursos, as estruturas e as redes sociais não contabilizados noutras formas de capital. [45]

Este conceito foi utilizado para explicar alguns fenómenos sociais, por exemplo com o passar dos anos os cientistas concentraram sua atenção não no papel do Capital social como influenciador do desenvolvimento do Capital Humano, segundo Coleman, mas também na sua influência sobre o desenvolvimento das regiões geográficas, segundo Putman ou, ainda, no desenvolvimento das nações segundo Fukuyama. [45]

Bourdieu (1986) desenvolveu o conceito de Capital social para melhor explicar como as relações de poder e de dominação são criados e sustentados, mas também como os actores sociais operavam nesses conjuntos de relacionamentos. Apresenta o capital em três formas fundamentais: o capital económico, materializado em dinheiro; capital cultural, também pode ser convertido em capital económico e institucionalizado em habilitações literárias; e o Capital social, composto das obrigações sociais.

O Capital social (Bourdieu, 1986) enquanto fenómeno colectivo tem os recursos reais e potenciais ligados a uma rede de relações. O Capital social de um indivíduo depende do tamanho da rede que ele é capaz de mobilizar, mas também do capital económico, cultural e simbólico possuído pelos membros da rede a que ele está ligado.

O Banco Mundial começou a utilizar o conceito de Capital social em questões relacionadas com a pobreza, bem como a sua utilização no processo de avaliação dos projectos a ele submetidos. Para o Banco Mundial (2009), o capital social e a cultura são as *"chaves para o desenvolvimento"*, logo seus projectos devem considerar os valores sociais do meio no qual será efectivado.

Para o Banco Mundial (2009) existem quatro formas de capital: capital natural, recursos naturais dos quais são dotados um país; o capital financeiro, aquele produzido pela sociedade e que se traduz por bens de capital, capital financeiro; etc. O Capital Humano, definido pelos graus de saúde, educação e

nutrição de um povo; e o Capital social com a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança e redes de cooperação com vistas à produção de bens colectivos. Para o Banco Mundial, o Capital social não é considerado apenas a soma das instituições que sustentam uma sociedade, mas sim o elo de ligação que as mantém juntas a fim de que o seu desenvolvimento seja sustentável.

Para OCDE (2009), o Capital social é definido como as redes e as normas, valores e crenças que facilitam a cooperação entre os grupos. Ele é um factor central na análise da sociedade do conhecimento. Tal como o Banco Mundial, a OCDE também considera o Capital social como o elo de ligação que une as comunidades, organizações, empresas e diversos grupos sociais e étnicos.

Saguaro (2009) define como premissa central do Capital social o valor que as redes sociais possuem. O Capital social refere-se ao valor colectivo de todas as redes sociais e as tendências que surgem a partir dessas redes. O termo capital social dá enfase à confiança, reciprocidade, informação e cooperação, ligados às redes sociais. **(45)**

A mensuração do Capital social é um tema discutido por alguns autores. O trabalho de mensuração, ao longo dos últimos 20 anos comporta diversos instrumentos e indicadores.

Putnam (2002) utilizou dois tipos de medidas estatísticas para a mensuração do Capital social: o primeiro engloba as informações sobre grupos e seus membros, clubes esportivos, partidos políticos, hábito de leitura de jornais e detalhamento das actividades desenvolvidas pelas pessoas no período em que estão acordadas. **(45)**

Para Fukuyama (2000), a mensuração do Capital social deve considerar três factores. O primeiro destaca o Capital social como uma dimensão qualitativa que precisa considerar a natureza colectiva da qual um grupo é capaz. Nesse sentido, é fundamental pensar a sua dificuldade inerente, o valor da produção do grupo e a sua capacidade de empreender tal produção em condições adversas. **(45)**

O segundo factor se refere às externalidades positivas da participação em um grupo, ou *"raio positivo de confiança".* Assim, o Capital social em alguns grupos pode gerar laços de confiança, Capital social entre pessoas que não pertencem a esse grupo. **(45)**

O terceiro factor são as externalidades negativas. Grupos que têm problemas em cooperar entre si, revelando-se pela promoção da intolerância, ódio e ainda violência em relação a não membros. Os laços que unem esses grupos os tornam menos adaptáveis pelo fato de isolá-los das influências do ambiente que os cercam. **(45)**

A abordagem alternativa (Fukuyama, 2000) para a medição do Capital social é a observação da sua ausência. Essas informações podem ser obtidas por meio de medidas tradicionais de deficiências sociais, como os índices de criminalidade, famílias desfeitas, uso de drogas, índices de litígios, suicídios e evasão fiscal. O Capital social é caracterizado pelas normas cooperativas, assim, a falta destas é reflectida pelo afastamento dos padrões sociais. **(45)**

O Capital social está inerente nas relações entre as pessoas, pelo que pode ser um bem intangível e ter características subjectivas a cada indivíduo Devido à sua complexidade, a compreensão do conceito de Capital social é importante para o entendimento da dinâmica institucional da Universidade que estamos a estudar.

A visão do Capital social torna-se necessária fomentar a inovação e acelerar a produção do conhecimento científico, para tal é necessária a produção de investigação em áreas tidas como estratégicas, realizada em universidades, em laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, nas Universidade nas empresa; através de parcerias e, ainda, através da promoção de uma maior interacção de informação, de tecnologia e de pessoal qualificado por via da mobilidade de pessoas e informação. A realidade consiste em dar uma resposta aos processos de internacionalização da economia e da tecnologia. **(45)**

Para Dale (2004), por exemplo, o processo de internacionalização da educação, no Brasil e em Portugal, tem sido concretizado não só pela

cooperação entre Estados ao abrigo de acordos, programas de intercâmbio bilaterais mas também por mediação de organismos supranacionais, cujo papel tem sido decisivo na elaboração da *"agenda globalmente estruturada para a educação"*. [45]

A abordagem do conceito de Capital Humano e da Educação como factor de desenvolvimento económico, no âmbito da OCDE, é contemporânea à Teoria do Capital Humano de Gary Becker (1960). A questão da Educação como factor determinante do crescimento económico assume estatuto de legitimação científica e económica no final dos anos 1960 e início dos 1970. Outras agências internacionais como a Unesco e o Banco Mundial tornaram central esta abordagem para a padronização das estratégias de modernização e desenvolvimento económico a partir dos anos de 1970. [45]

Os últimos relatórios da OCDE têm revelado uma preocupação marcante, por parte do capital, em questões políticas relacionadas à natureza das actividades de pesquisa, à mobilidade internacional dos investigadores e cientistas e ao ritmo da produção de inovação com base na ideologia da sociedade do conhecimento. O estudo realizado no período de 2004-2008, identifica vários aspectos da reforma do Ensino Superior em curso em Portugal, sendo possível salientar alguns aspectos principais:

a) O reforço da autonomia das instituições de Ensino Superior com base na criação de fundações públicas com regime de direito privado no Ensino Superior;

b) O estímulo para o reforço do sistema dual de Ensino Superior;

c) O alargamento do acesso ao Ensino Superior, que, ao contar com um sistema de empréstimos, além da *"ajuda"* financeira dos estudantes, está a modificar a estrutura do financiamento público;

d) A reforma do sistema de avaliação e acreditação, de cujo sistema Portugal, segundo a OCDE, já é um exemplo, do direccionamento da pesquisa científica e tecnológica à indústria e ao mercado;

e) O estímulo à internacionalização do Ensino Superior e da comunidade científica, o que inclui estratégias de captação de recursos com financiamentos privados e competitivos para Inovação e Desenvolvimento.

A contribuição do Capital Humano para o processo de desenvolvimento económico das nações já foi objecto de vários estudos desde a década de 1960. Entretanto, a actualização do tema começou na segunda metade dos anos 1990, com a necessidade de analisar o papel do empreendedorismo nesse processo. Nos últimos anos, destacaram-se as pesquisas que enfatizam o papel do Capital Humano em favorecer maiores níveis de produtividade. **(45)**

Para Frank (2008) a importância do Capital Humano para o crescimento do produto deve-se ao facto de que os indivíduos com maiores habilidades e conhecimento tornam-se mais produtivos, contribuindo para gerar um maior nível de produção, além de possibilitar a inovação das técnicas de produção. Essa linha teórica, denominada teoria do Capital Humano, foi proposta por Theodore Schultz em 1960 com o intuito de questionar os estudos tradicionais da economia neoclássica que evidenciavam empiricamente que somente o acúmulo de factores de produção fosse o responsável por gerar crescimento económico. **(45)**

Foi Schultz (1962: 1) que estabeleceu as relações macroeconómicas entre Capital Humano e crescimento económico. Para Schultz (1962), a inclusão da acumulação de Capital Humano é um elemento-chave na compreensão do crescimento económico, no longo prazo, pois ele é a principal fonte desse processo. **(45)**

Neste trabalho pretendemos focar os contributos teóricos quer na perspectiva do Capital Humano quer na perspectiva do Capital social que comprovem as nossas perguntas de investigação.

A ponte entre o Capital Humano e o Capital social assenta, para nós e neste contexto, em pilares fundamentais como a instituição Universidade, a comunidade lusófona e o desenvolvimento em contexto internacional.

Importa referir que a Universidade e o seu espaço em contexto internacional potencia não só a criação e aperfeiçoamento do Capital Humano

através da partilha de conhecimento científico mas, potencia também, as redes de contactos e os conhecimentos com retornos tão significativos para a sociedade.

Falar na Universidade é falar no seu Capital Humano mas é falar, também de Capital social pois as redes que se geram retornos e dinamizam a toda a sociedade.

A nossa proposta de construção de um espaço de mobilidade e cooperação entre as Universidades da Lusofonia vai de encontro à construção de um espaço onde se valoriza o Capital Humano e onde o Capital social produzido e o seu desenvolvimento é a sustentação de toda esta rede de Universidades.

Julgamos que as redes geradas na construção deste espaço das Universidades da Lusofonia são potenciadoras de desenvolvimento e bem estar para todos quantos as partilham.

1.5.1. Conceito de Capital social

A história tem vindo a demonstrar ao longo dos tempos como as relações sociais, as normas, os valores ou o envolvimento dos indivíduos em grupos têm uma significativa importância quer para o funcionamento quer para o desenvolvimento da sociedade. O conceito de Capital social é por si só um conceito multidisciplinar que abrange áreas como a sociologia, a economia, a antropologia e a política. **(45)**

O conceito de Capital social tem por base o valor das ligações internas e externas de uma rede social, apesar de não ser de todo estranho encontrar-se várias definições para este conceito. Poderemos considerar, por exemplo, que as redes sociais possuem um valor económico à semelhança de como através da educação o Capital Humano pode aumentar a produtividade dos indivíduos ou das organizações. Assim, as redes sociais e os relacionamentos nelas existentes são também factores de desenvolvimento económico. **(45)**

Ao abordarmos o Capital social pela vertente da economia social este pode ser visto como um conjunto de normas que promovem a confiança e reciprocidade da economia, perspectiva defendida por Francis Fukuyama ou Robert Putnam. Nesta perspectiva o Capital social constitui-se por redes, organizações e confiança entre as pessoas, confiança essa, que decorre da interacção social. [45]

Numa abordagem, considerada moderna da teoria do Capital social salientamos por três autores: Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam, embora a esta construção multidisciplinar também contemple um conjunto de outros contributos, que iremos abordar.

O Capital social é um termo antigo mas nos últimos anos assistiu-se a um aumento de interesse pelo conceito e pela teoria que lhe está associada. É importante referir um dos problemas relatados pelos autores que estudam o Capital social e que se deparam com dificuldades de definição bem como de operacionalização do conceito. O conceito só foi reconhecido como tal nos finais do século XX onde os investigadores de várias áreas do conhecimento abordam a teoria do Capital social e dão-lhe várias aplicações, ou seja, existe uma definição particular usada em determinado estudo consoante a disciplina, do investigador e do grau de investigação. [45]

A teoria do Capital social é uma teoria complexa pois abarca uma multiplicidade de definições, mas existe algum consenso acerca de um enquadramento teórico e empírico para o Capital social. A estrutura de análise consiste numa classificação simples do Capital social de acordo com as unidades de observação, com as suas manifestações e com os meios através dos quais se torna visível. [45]

O conceito de Capital social já tem uma longa história pois remonta ao tempo em que pensadores reflectiam sobre a relação entre a vida associativa e a democracia usando conceitos semelhantes, como por exemplo, James Madison ou Alexis de Tocqueville e o conceito de coesão social. [45]

Parece haver um consenso na literatura sobre as origens históricas do uso do termo Capital social remontarem ao século XVII e XVIII, onde vários

pensadores usaram conceitos semelhantes para explorar a relação entre a vida associativa e a democracia. [45]

A história do conceito de Capital social tem raízes nas diversas ciências sociais como a economia, a sociologia ou a política e está relacionada com autores como Alexis Tocqueville, John Stuart Mill, Ferdinand Tönnies, Emmile Durkheim, Max Weber, Karl Marx, John Locke, Jean-Jaques Rousseau, Adam Smith e Georg Simmel. A saber John Dewey (1929) poderá ter feito a primeira utilização de Capital social na sua obra *A Escola e na Sociedade*, em 1899, embora ele não tenha utilizada uma definição explícita do conceito (Lin, 1999: 28-51).

No entanto, existem autores que identificam Jane Jacobs (1961) ou Loury (1977) como os primeiros autores a usar o termo Capital social. Michael Woolcock e Narayan (2000) concordam que o primeiro autor a usar o termo foi L.J. Hanifan em 1962, quando escolheu o termo Capital social para explicar a importância da participação da comunidade na promoção da escolaridade:

"Essas substâncias tangíveis [que] contagem para mais no cotidiano das pessoas: ou seja a boa vontade, companheirismo, solidariedade e as relações sociais entre os indivíduos e as famílias que compõem uma unidade social ... Se [um indivíduo vem] em contacto com o seu próximo, e com outros vizinhos, haverá uma acumulação de capital social, que pode imediatamente satisfazer suas necessidades sociais". (Tradução Livre)

Poderíamos abordar a história do Capital social por uma versão clássica da mesma. Nan Lin (1999) dá-nos uma noção de Capital social, clássica, e que poderia ser atribuída a Karl Marx, pois esta vê o capital como a parte da mais-valia capturada pelos capitalistas que controlam os meios de produção, a circulação de mercadorias e as verbas entre os processos de produção e consumo. O capital é uma mais-valia e representa um investimento com retornos esperados, semelhante ao valor do capital na teoria do Capital Humano (Johnson, Schultz ou Becker), onde por exemplo, o capital também é visto como investimento, em educação, e com certos retornos esperados.

O capital enquanto mais valia é produto de um processo, onde é também um capital de investimento, no qual o valor excedente é produzido e capturado. Nan Lin entende também que o investimento e o seu excedente produzido têm um valor que é referente a um retorno/reprodução do processo de investimento e de mais excedente de valores. É a classe dominante, que faz o investimento e captura o valor excedente. Esta é uma teoria baseada nas relações sociais de exploração entre duas classes. Nan Lin chama-lhe a teoria de Karl Marx do Capital social ou a teoria clássica do capital (Lin, 1999: 27–51).

Nan Lin (1999) apresenta, no entanto, as teorias Neo-Capitalistas de onde salientamos alguns estudiosos que contribuíram para esta discussão, como Bourdieu, Coleman, Lin, Portes e Putnam. Estes autores consideram, segundo Lin, que as interações ocorridas nas redes conduzem à produção de produzir lucros.

Das diversas contribuições citadas salientamos Pierre Bourdieu que usou o termo Capital social em 1972, no seu *Esboço de uma Teoria da Prática*, e anos mais tarde veria a explicar melhor o termo utilizado em contraponto com o capital cultural, económico e simbólico. Em finais dos anos 1990, o conceito de Capital social ganhou alguma popularidade depois de utilizado num programa de investigação do Banco Mundial bem como sendo o conceito central do livro Robert Putnam (1999), *Bowling Alone*. **(45)**

O que importa reter destes contributos é algo que têm em comum e que todos consideram: o desenvolvimento num determinado local da sociedade existe devido à existência de redes sociais, de organizações da sociedade civil e de outras formas de associação cooperativa. É como se disséssemos que Capital social é a rede social, pois as redes sociais são as diversas interacções existentes entre os indivíduos. Para Augusto Franco (2004) o Capital social não é um conceito económico, ao contrário da abordagem de capital de Nan Lin, nem sociológico como pode sugerir social. É um conceito político, que se rege por padrões de organização e com modos de regulação praticados por uma sociedade. **(45)**

Para Franco (2004), Capital social é uma noção tocquevilliana, jacobsiana e putniana. Tocquevilliana porque remete para a existência de um

nexo conotativo entre sociedade civil e democracia e que apareceu, pela primeira vez de uma forma mais óbvia, nas observações de Tocqueville sobre a sociedade americana de meados do século. Jacobsiana porque sugere a existência de um nexo conotativo entre desenvolvimento e rede social que surge, pela primeira vez nas observações de Jane Jacobs sobre a "morte" e a "vida" das cidades americanas em meados do século. E putniana porque indica a existência de um nexo conotativo entre os graus de associativismo, confiança e cooperação numa sociedade democrática organizada do ponto de vista cívico e de uma boa governação bem como de prosperidade económica divulgada de uma maneira mais ampla nas observações de Robert Putnam sobre o desenvolvimento das localidades italianas nas últimas décadas do século 20 (Franco, 2004: 4-29). **(45)**

Existe uma extensa literatura sobre conceito de Capital social no âmbito da Sociologia, da Ciência Política ou da Economia devido à diversidade de capacidade de aplicação da noção de Capital social consoante as disciplinas. Esta multiplicidade de significados para Capital social abrange práticas, valores e formatos sociais diversos que podem emergir tanto de redes sociais, como em organizações ou na família, estas caracterizam-se pela confiança, pelas normas e pelos valores culturais. O que há de comum na operacionalização do conceito pelas diversas cátedras é a convicção de que as relações sociais possuem valor por si próprias e precisam ser levadas em consideração (Leão, 2001: 5-29).

Destacamos, neste trabalho, o uso do conceito de Capital social realizado por Robert Putnam e os seus estudos sobre associações e redes sociais recorrendo à operacionalização do conceito de Capital social feita por Putnam no seu livro *Bowling Alone*.

Os autores Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam são, em nosso entender, as principais referências teóricas quando recorremos ao conceito de Capital social. Ambos os autores procuram as relações sociais e as ligações entre os indivíduos e como estas condicionam as suas vidas bem como a organização social, embora com abordagens diferenciadas. Importa reter que os três autores citados influenciem amplamente o debate sobre

Capital social, no entanto as suas abordagens são diferenciadas pois são adequadas às disciplinas onde se inserem.

As abordagens quer de Bourdieu quer de Coleman são utilizadas pelos sociólogos como variável socio estrutural para estudar redes e organizações sociais. Tanto Bourdieu e Coleman associam o Capital social à noção de um recurso para indivíduos e grupos, são disso exemplos os estudos em educação ou estratificação social. Por outro lado, a abordagem de Putnam sobre a noção de Capital social está associada à produção de bens públicos disponíveis para a sociedade, isto é, está aplicada às pesquisas económicas e políticas. O Capital social, neste contexto, refere-se às atitudes dos indivíduos que conduzem a confiança, aplicação de normas de reciprocidade e capacidade de tolerância (Leão, 2001; 5-29).

Segundo Leão (2001) a abordagem de Bourdieu difere dos demais autores, pois dá conta de uma vertente negativa do conceito quando demonstra como o Capital social pode ser prejudicial para a integração social (Adkins, 2008: 9). Para Bourdieu a reprodução de classes é o principal foco da sua investigação pelo que o autor descreve como as redes sociais a que os indivíduos pertencem são utilizadas como instrumentos de diferenciação e divisão na estrutura social. Na perspectiva de Bourdieu, o Capital social, ou a apropriação deste, está associado às questões de poder, desigualdade e exclusão.

Parece-nos consensual que das abordagens de Bourdieu, Coleman e Putnam, que a primeira análise contemporânea sobre o conceito de Capital social foi produzida por Pierre Bourdieu. A análise da capital feita à luz da teoria crítica social, onde são identificadas três dimensões do capital, nomeadamente: capital económico, capital cultural e capital social. **(45)**

Segundo Siisiainen (2000) na ideia inicial de Bourdieu sobre o Capital social o autor enfatiza os conflitos de classe e a função do poder, onde as posições e relações sociais são um meio para aumentar a capacidade dos actores sociais para fazerem valer os seus interesses. **(45)**

Para Bourdieu o Capital social tem duas componentes: uma das componentes é um recurso que está ligado com a pertença a grupos e redes sociais, ou seja, para cada indivíduo o volume de Capital social possuído depende da dimensão da rede mas também depende do volume de capital, económico, cultural e simbólico, possuído por cada um dos indivíduos com quem se relacionam. A segunda componente do Capital social é a qualidade produzida pela totalidade das relações entre actores, isto é, para Bourdieu a rede de relações não é nem um dado natural nem um dado social, é um produto originado pelo investimento e pelas estratégias individuais e colectivas bem como pelo uso de determinados recursos. [45]

Poderíamos dizer que a perspectiva de Bourdieu sobre o Capital social é de natureza instrumental, pois centra-se nos benefícios obtidos pelos indivíduos decorrente da sua participação nas redes e na construção deliberada de sociabilidades, com vista à intensificação dessas mesmas redes relacionais. [45]

Siisiainen (2000) argumenta que o Capital social de Bourdieu é um capital de representação, simbólico, acumulado e reproduzido de diferentes formas nas classes sociais, passível de ser redutível a capital económico, a que chama de trabalho humano acumulado. [45]

Schuller et al.(2000) cita que nos finais da década de 80 do século XX, Coleman trouxe uma relevância diferente ao conceito de Capital social, passando do conceito da análise de Bourdieu das elites para as relações sociais dos outros grupos. [45]

James Coleman encara o Capital social através da teoria da escolha racional vocacionada para solucionar problemas relacionados à acção colectiva. Para Coleman as relações sociais são percebidas como activo para os indivíduos na forma de Capital social (Leão, 2001: 5-29).

Coleman explica como a posse de outros tipos de capitais, como o físico ou o humano não garantem que os referidos activos sejam utilizados de forma optimizada, isto porque os agentes necessitam de relações sociais para

viabilizarem e optimizarem a utilização desses recursos. Segundo o autor (1990: 302):

"Assim como outras formas de capital, o Capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objectivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse".

Para Coleman os recursos obtidos ou provenientes das relações entre atores sociais são facilitadores das próprias acções individuais.

Segundo Adam e Roncevic (2003), o trabalho de Coleman representa uma tentativa de mudar de uma abordagem egocêntrica para uma abordagem sociocêntrica. A abordagem de James Coleman sobre o Capital social aumenta a unidade de observação aumentando assim a capacidade de novas interpretações. Coleman (1990:598), centrou-se nos efeitos dos grupos sociais e das organizações considerando as relações entre grupos em vez das relações entre indivíduos. Desta forma o conceito foi alargado e passou a incluir as associações e os vários comportamentos de diversas entidades. **(45)**

James Coleman trouxe com a definição de Capital social contributos tanto da sociologia como da economia definindo o Capital social pela sua função. **(45)**

Também Coleman afirma que o Capital social lida com aspectos da estrutura social e destaca as relações baseadas na lealdade e na confiança. Existe uma proximidade entre Coleman e Bourdieu, pois este também defende que o Capital social pode constituir um recurso, disponível nas redes de relações sociais onde os indivíduos podem utilizar para atingirem certos objectivos e interesses. Segundo Coleman e de acordo com teoria da acção racional, onde cada actor social tem controlo sobre certos recursos e interesses das estruturas sociais, o Capital social constitui um género particular de recursos disponível para cada actor social (Coleman, 1988: 98). **(45)**

Da análise efectuada à teoria de Bourdieu e de Coleman poder-se-ia dizer que Bourdieu se centra em como adquirir, manter e transmitir o Capital social, pois este gera reconhecimento e representação, sendo por isso um capital simbólico. Coleman preocupa-se como o Capital social se pode tornar

um recurso, nas estruturas sociais, e como pode ser utilizado pelos indivíduos atingirem certos objectivos. Parece-nos que o Capital social reside segundo as definições de Pierre Bourdieu e James Coleman na rede de relações que os indivíduos estabelecem entre si. Por outro lado, tanto Coleman como Bourdieu sublinham a intangibilidade do Capital social em comparação com outras formas de capital. Enquanto o capital económico se encontra nas contas bancárias e o Capital Humano dentro das cabeças das pessoas, o Capital social reside na estrutura das suas relações (Portes, 2000: 138).

No início dos anos 90 do século XX o conceito de Capital social assume outra perspectiva, a de Robert Putnam (1995). Enquanto cientista político, Putnam afirma ter sido influenciado teoricamente pelo trabalho de Coleman ao ponto daquele citar o livro deste último, *Foundations of Social Theory*, como fonte principal para o seu trabalho.

Tabela. 1 Nível de estudo do capital social, autores contemporâneos

Níveis de análise	Bourdieu	Coleman	Putnam
Indivíduo / facção de classe	➤ Títulos / nomes ➤ Amizades / associações ➤ Associações ➤ Cidadania		
Família / comunidade		➤ Tamanho da família ➤ Presença dos pais em casa ➤ Expectativa da mãe na educação da criança ➤ Mobilidade das famílias ➤ Filiação na igreja	
Comunidade / região			➤ Associações na organização voluntária ➤ Participação votante ➤ Leitura de jornais

Quadro 1 - Autores contemporâneos do estudo do capital social e respectivas perspectivas. (Fonte: www.gnudung.com) .[45]

A abordagem de Putman vai mais longe, pois o autor realizou um estudo em Itália acerca do rendimento das instituições o que o levou a elaborar um indicador de desempenho institucional que possibilitou a avaliação de variáveis económicas, sociais e culturais, o que mais tarde viria a suportar a explicação das diferenças de rendimento entre as instituições do Norte e do Sul da Itália. (Leão, 2001: 5-29)

Putnam (1993) encontrou uma correlação positiva entre o indicador de desempenho institucional e o índice de modernidade económica, mas o índice de comunidade cívica revelou-se o factor explicativo mais forte. Para justificar a correlação do índice de comunidade cívica com os demais, Putnam recorreu ao conceito de Capital social e descreve-o como *"Características da organização social, como confiança, normas e redes, que podem melhorar a eficiência da sociedade ao facilitar acções coordenadas"* (Leão, 2001: 5-29).

Segundo Putman (1993) são as normas que asseguram a confiança entre os indivíduos e são estas que podem, eventualmente, reduzir os custos de transacção num determinado processo ou facilitar a cooperação. Putnam aponta a norma da reciprocidade como o vector mais importante e produtivo do Capital social, pois este permite a conciliação entre o interesse próprio e a solidariedade (1993, 172). A norma referida por Putman inibe comportamentos egoístas e oportunistas, a que o autor denominou de *free-rider*, e possibilita a confiança entre os indivíduos. Baseados na confiança mútua os indivíduos tornam-se capazes de exigir mais das políticas públicas e dos governos o que inviabiliza a necessidade de adopção de medidas coercitivas. Segundo Putman é o contexto social que influencia o desempenho institucional pelo que é possível incutir mudanças na sociedade através do investimento em Capital social (Putman, 1993: 172).

Para Klaus Frey (2003) a sociedade civil, as comunidades locais, as redes sociais ou o Capital social são conceitos recentes e que visam fundamentar uma economia diferenciada, mais solidária, uma democracia mais participativa, e com cidadãos activos em prol de um bem comum e, por fim, uma sociedade mais humana. **(45)**

Com a publicação do livro *Democracy at Work: Civic Traditions in Modern Italy*, Robert Putnam em 1993 abordou os fundamentos da democracia italiana onde identificou uma alta densidade de associações bem como uma elevada existência de relações sociais de reciprocidade que funcionavam como os principais vectores para uma democracia, garantindo não só o caracter democrático da sociedade civil bem como proporcionando uma melhor performance dos governos locais e de suas instituições. Assim, a organização social é sustentada por uma rede de associações bem como por diferentes formas de cooperação baseadas em regras compartilhadas entre si e na confiança mútua. Para Putman revelou-se fundamental para um bom desempenho das instituições e da eficiência da sociedade e de sua economia (Frey, 2003: 175-187).

Podemos afirmar que *em Democracy at Work: Civic Traditions in Modern Italy*, Putnam aponta as diferenças entre governança regional no Norte e Sul de Itália, considerando como a variável explicativa a participação cívica da comunidade, concluindo que a performance social e política das instituições é influenciada pelo envolvimento cívico dos cidadãos nos assuntos da comunidade. **(45)**

Nos seus estudos sobre a sociedade italiana bem como mais recentemente sobre a sociedade americana, Putman encontrou evidências que remente para a correlação entre a organização da sociedade civil e as instituições. Fazendo um paralelo com os conceitos de capital físico e Capital Humano, Putman vê o Capital social como um conjunto de elementos de uma determinada organização social como as redes, com normas e com uma confiança social que facilita a coordenação e a cooperação entre os indivíduos, as instituições e o governo. A consequência desta coordenação e cooperação originou em diferentes resultados no sistema produtivo das diferentes regiões da Itália. **(45)**

Segundo Frey (2003) para Putman as organizações básicas da vida social são essenciais para o estabelecimento de normas e padrões comuns, para a promoção de confiança social e interpessoal e, no final, para o crescimento de uma sociedade de cariz cívico. A justificação de Putman é que

os membros das associações tendem a ser socialmente e politicamente activos, o que de certa forma dá um suporte às normas democráticas, reflectindo o seu nível de confiança e de reciprocidade, isto é, o valor do seu de Capital social. Nesta lógica Putnam assume que através do levantamento quantitativo do envolvimento e da participação em associações se pode medir o Capital social. **(45)**

Gostaríamos de frisar uma diferenciação feita por Putman de Capital social:

a) o *bonding social capital* - é uma forma de Capital social que fortalece, o próprio grupo e reforça as identidades e os grupos homogéneos.

b) o *bridging social capital* - é outra forma de Capital social e visa fortalecer as relações fora do grupo e que abarcam pessoas de diferentes sectores sociais.

Enquanto o *bonding social capital* tende a reforçar as lealdades entre os membros do grupo, o que muitas vezes se dá às custas das pessoas externas ao grupo, o *bridging social capital* o que gera reciprocidade e identidades mais abrangentes, logo pode eventualmente criar laços de entre diferentes grupos sociais.

Em Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community (1995), Putnam estuda o declínio em determinadas dimensões do Capital social nos EUA, tendo como indicador a pertença a organizações voluntárias; isto é, o autor centra-se no declínio do envolvimento cívico nos EUA. Neste estudo Putman utilizou uma metáfora relacionada com o Bowling, sendo uma actividade que é tendencialmente colectiva e que representa, não só canais de recriação, mas também uma fonte da interacção social, que é um elemento central do Capital social. **(45)**

A grosso modo, para Putnam, o Capital social é o factor central explicativo do bom funcionamento da sociedade. Ao descrever o conceito, o autor refere-se *"às conexões entre os indivíduos"*, isto é, a redes sociais e normas de reciprocidade e de confiança que daí resultam. Logo, o Capital social segundo Putman beneficia tanto os indivíduos, pois facilita que alcancem

seus objectivos, como a colectividade, já que implica em obrigações mútuas e propaga as normas de conduta adequadas (Leão, 2001: 5-29).

Em nosso entender o Capital social, e no seguimento da reflexão de Leão (2001), é algo acumulativo que é gerado através do exercício da cidadania, logo é um bem público disponível para toda comunidade, cidade ou país. Contrariamente ao capital físico que quanto mais se utiliza mais este se desgasta, o Capital social quanto mais utilizado é mais se fortalece.

Ainda em analogia com as noções de capital físico e Capital Humano, Putman vê as mesmas como ferramentas que aumentam produtividade individual ao mesmo tempo que Capital social aumenta a interacção social dentro das redes através da correta aplicação das normas e da confiança social que acabam por facilitar coordenação e cooperação, em benefício mútuo (Putman, 1995: 65-78).

Para Putman são as redes que promovem normas robustas de reciprocidade generalizada e que incentivam a confiança social. As redes facilitam a coordenação e a comunicação bem como podem facilitar determinadas negociações económicas ou políticas (Putman, 1995: 65-78)

Putnam chegou à conclusão de que o envolvimento ou participação cívica é extremamente importante para o bom funcionamento das sociedades, é muito importante a noção da "participação cívica", como as ligações das pessoas com a vida das suas comunidades e não apenas as suas ligações com aspectos políticos. .[45] O autor dá a seguinte definição de Capital social:

"O Capital social refere-se a características de organização social, tais como confiança, normas e redes que podem melhorar a eficiência da sociedade, facilitando as acções coordenadas". (Putnam et al., 1993: 167) (Tradução Livre)

Na nossa óptica, Putnam entende como Capital social as características da vida social, ou seja, as redes, as normas, a confiança e os valores, pois são estes que dão a capacidade aos indivíduos de agirem em conjunto de uma forma eficaz para atingirem os seus objectivos colectivos, isto é, o Capital social corresponde às características da organização social que criam

externalidades para a comunidade como um todo (Putnam, 1993). (Tradução Livre)

Nos finais dos anos 90 do século XX, o número de autores que contribuíram para a discussão sobre o Capital social cresceu significativamente. Os autores basearam-se no trabalho dos autores já abordados embora o trabalho de James Coleman fornecesse os dados mais completos para a conceptualização e operacionalização do conceito e o papel da pesquisa de Putnam também tivesse sido significativo. [45]

Mark Granovetter (1973) foi um autor cujos seus estudos incidiram sobre a relação entre sociedade e economia mas também por introduzirem as redes sociais como paradigma metodológico para a Sociologia. O principal objectivo de Granovetter foi demonstrar como a acção individual, sobretudo a económica, deve ser contextualizada em relação à estrutura de relacionamentos que o indivíduo mantém. Granovetter não utiliza o termo do Capital social mas o conceito está implícito na sua obra, pois realça a importância das redes sociais para os agentes. [45]

Além de demonstrar como a rede de contactos pessoais é determinante, Granovetter distingue a importância dos laços fortes e fracos para a eficácia da rede social. Os laços fortes são os que pertencem ao círculo imediato da família e amigos mais próximos e criam redes sociais circunscritas mas limitadas, em que a probabilidade da informação ser sobreposta é muito alta. Os laços fracos são os que se referem às relações com conhecidos e são considerados mais importantes por ligarem os indivíduos a uma maior de pessoas e informações. São estes que, segundo o autor ampliam os limites das redes ligando-as por sua vez a outros grupos que não teriam ligação entre si e, assim, se dissemina mais eficientemente informações. [45]

Granovetter difere da análise de Putman que entende o Capital social como um bem público expansivo à sociedade em geral, já Granovetter demonstra como as redes interpessoais são um activo importante para os actores que nelas participam, relacionando a sua teoria com as perspectivas de Capital social de Coleman e Bourdieu que demonstram como relações sociais podem prover recursos para os indivíduos. Também para Granovetter existe

uma preocupação em associar a acção individual a aspectos da estrutura social sendo que para os três autores existe uma percepção de que as redes sociais como instrumentos potenciadores de oportunidades param o indivíduo.[45]

Um autor que considerarmos ser importante nesta discussão devido à inovação que introduz no estudo do Capital social é Nan Lin, cuja sua investigação assenta no estudo da relação entre Capital social e redes virtuais. No seu livro Social Capital: *A Theory of Social Structure and Action* (2001), o autor defende que nunca o Capital social atingiu níveis tão elevados como nos dias de hoje devido ao uso intensivo das redes virtuais. (Lin, 1999: 27-51).

Para Lin (2001), as redes virtuais funcionam como proporcionadoras da criação de redes sociais e permitem aos seus utilizadores ter acesso a benefícios que seriam impensáveis antes da sua existência. Não só tornam possível uma maior participação e o envolvimento dos indivíduos qua a utilizam como possibilita o acesso a recursos que seriam impossíveis de obter noutra dimensão espácio-temporal (Lin, 2001: 212).

Os estudos de Lin reflectem sobre o papel do espaço e do tempo do Capital social bem como das suas características neste contexto. Lin afirma que a tecnologia alterou o efeito do espaço e do tempo nas redes de Capital social o que provocou um aumento da mobilidade e da intensidade das relações. No entanto, Lin (1999) reconhece que o reforço dos laços sociais, mais propriamente a confiança e a reciprocidade, a par com as redes virtuais que podem ver os seus níveis reduzidos em determinadas comunidades, inclusivamente situações de isolamento sobretudo em centro urbanos dos países desenvolvidos. Embora também haja benefícios associados à interacção através destas mesmas redes. [45]

Lin (1999) defende que se no passado as redes sociais eram baseadas na proximidade, hoje são baseados mais no trabalho e nos grupos de interesse. A importância das redes baseadas na proximidade diminuiu porque as pessoas conhecem-se muito pouco, em particular em áreas de elevada densidade populacional e onde há uma elevada mobilidade residencial. O resultado, para o autor, é a existência de oportunidades limitadas para a

interacção, que é fundamental para a criação de um conceito equilibrado de Capital social.

Outro autor que gostaríamos de referir no desenvolvimento da teoria do Capital social é Alejandro Portes. Este define Capital social como:

"A capacidade dos atores para garantir benefícios através de participação em redes e outras estruturas sociais" (Portes 1998: 6). (Tradução Livre)

Um dos conceitos que o autor considera central na abordagem do Capital social é o das redes sociais, definindo-as como:

" (...) conjuntos de associações recorrentes entre grupos de pessoas ligadas por laços profissionais, familiares, culturais ou afectivos. E que são importantes na vida económica, na medida em que são meios de aquisição de recursos escassos, como o capital e a informação, e porque impõem simultaneamente constrangimentos eficientes à prossecução ilimitada dos interesses pessoais" (Portes, 1999:13). (Tradução Livre)

No contexto de Portes, os laços aparecem como um componente fundamental do Capital social definindo a natureza dos relacionamentos sociais, que simplesmente podem ser fortes ou fracos, verticais ou horizontais, um pouco à semelhança de Granovetter. .[(45)]

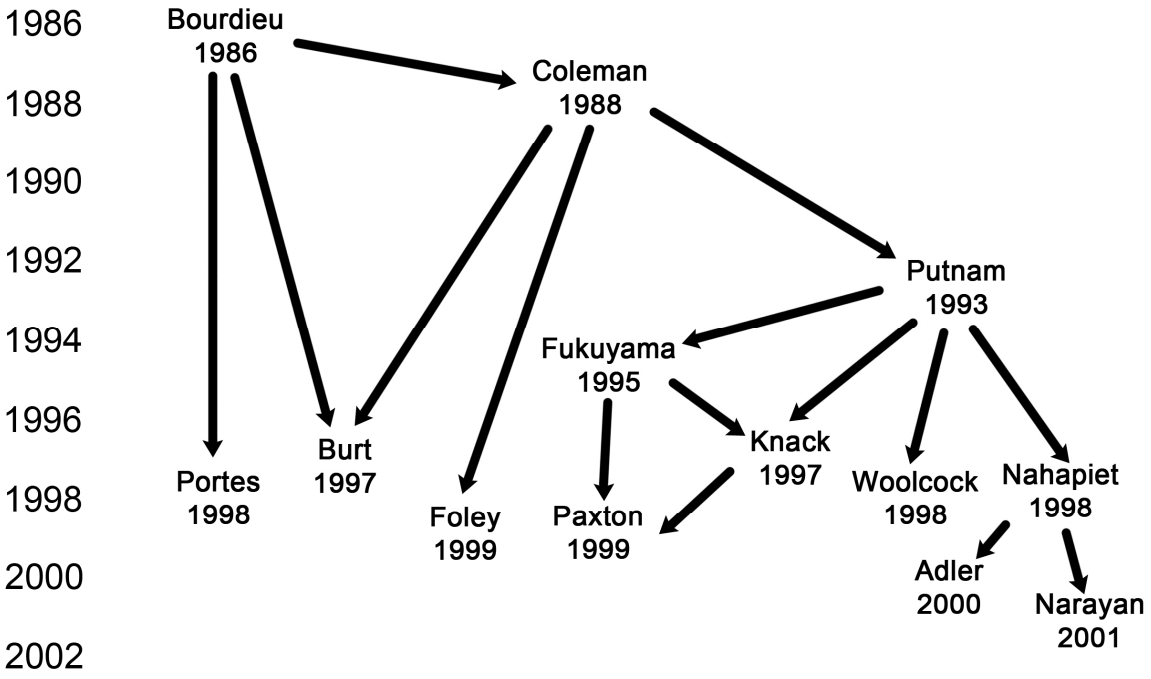
Os aspectos importantes para Portes das redes sociais são a sua dimensão e a densidade, à semelhança de Coleman e Bourdieu que também consideravam que as redes maiores e mais densas são as mais eficientes no desenvolvimento de expectativas normativas e na imposição de obrigações de reciprocidade. .[(45)] Portes diz que:

"Dependendo das características das suas redes e das posições sociais no interior delas, os indivíduos podem ser capazes de mobilizar uma quantidade significativa de recursos, de evitar um controlo apertado do seu comportamento egoísta ou, pelo contrário, podem encontrar-se estreitamente condicionados pelas expectativas impostas pelo grupo" (Portes, 1999: 16). (Tradução Livre)

Para Portes são as redes que potenciam a capacidade de mobilizar uma quantidade significativa de recursos que constitui Capital social. Também para Portes, à semelhança de Lin, chama a atenção para uma nova forma de Capital social, as redes virtuais. [45]

A sobreposição das relações entre membros da rede assume uma grande importância no trabalho de Portes, na medida em que os indivíduos que são colegas de trabalho e podem também estar ligados por laços familiares, filiação política ou identidade geográfica, factos extremamente complexos no desenho das redes. [45]

Em suma, podemos dizer que os estudos levados a cabo têm revelado consenso em redor do conceito de capital social como sendo a capacidade de os actores garantirem benefícios em virtude da pertença a redes sociais ou a outras estruturas sociais. [45]



Quadro 2 - Cronologia dos vários autores do Capital social. (Fonte: www.gnudung.com) .[45]

Autores como Adler e Kwon (2002) identificaram como o cerne desta investigação sobre Capital social, a boa vontade que os outros têm para nós, como um recurso valioso. [45] Estes autores definem o Capital social como sendo:

"A boa vontade disponível para os indivíduos ou grupos... A sua origem encontra-se na estrutura e no conteúdo das relações sociais do actor. O seu fluxo cria efeitos a partir da informação, da influência e da solidariedade torna-os disponíveis para o actor" (Adler e Kwon 2002: 23). (Tradução Livre)

À semelhança de Alejandro Portes (2000), os autores supra -citados fazem a distinção entre fontes e consequências do Capital social, no que designam "um modelo conceptual de Capital social". Adler e Kwon (2002: 24) defendem que as diferentes definições variam consoante a centralidade, ou seja:

a) nas relações que um actor mantém com outros actores;

b) na estrutura das relações entre actores numa colectividade;

c) nos dois tipos de ligação.

Na publicação da OCDE "The Well-being of Nations : the role of Human and Social Capital" (2001) podemos perceber a concepção de Capital social defendido por esta organização. Embora no relatório se defina Capital social como sendo:

" (...) Redes que juntamente com normas, valores e entendimentos facilitam a cooperação com ou entre os grupos" (OCDE, 2001: 42). (Tradução Livre).

É passível de observar que depois de diferentes aplicações do Capital social, verificamos que o conceito da OCDE reconhece a existência de uma forte relação entre alguns dos aspectos do Capital social e a actividade económica. Já o Banco Mundial (1998) entende Capital social como:

"O Capital social refere-se à coerência cultural e social interna da sociedade, às normas e aos valores que governam as interacções entre as

pessoas e as instituições em que estão inseridos. O Capital social é a cola que mantém as sociedades unidas e sem o qual não pode haver crescimento económico ou de bem-estar humano" (Banco Mundial, 1998:1). (Tradução Livre)

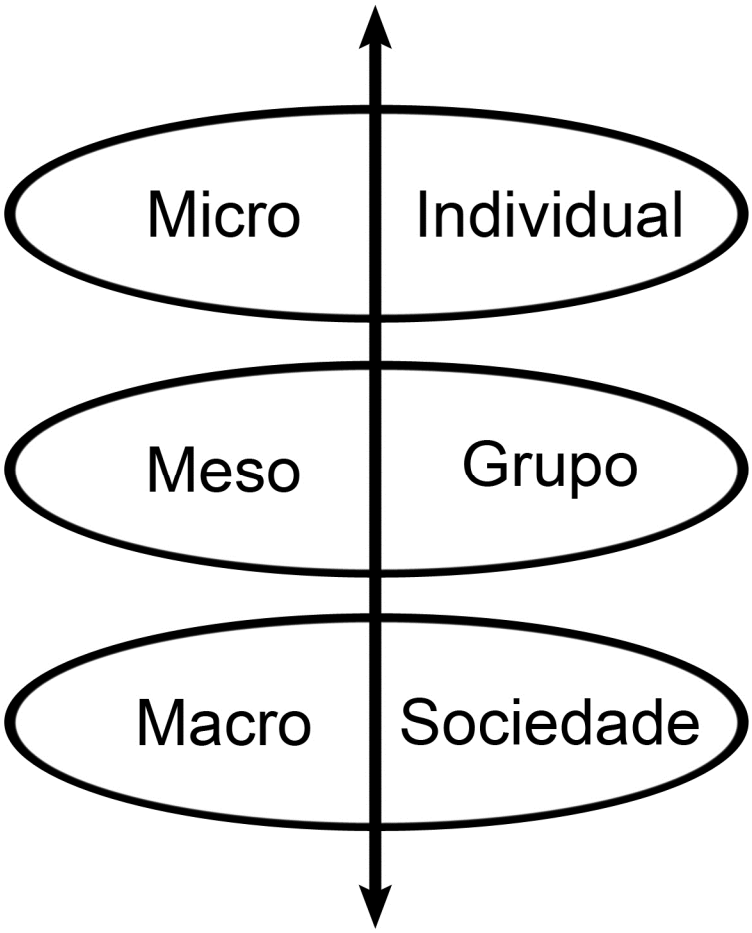
Estas duas definições estabelecem uma clara associação entre Capital social e factores económicos. No entanto verificamos que ainda existem diversas abordagens na conceptualização e na operacionalização do conceito de Capital social de acordo com o enquadramento teórico a que está sujeito. .[45]

Na perspectiva de Fukuyama, o Capital social é sinónimo de confiança na medida em que:

"O *bem-estar de uma nação, bem como a sua capacidade de competir, é condicionada a uma única e abrangente característica cultural: o nível de confiança inerente à sociedade"* (Fukuyama, 1995: 21). (Tradução Livre)

Para Francis Fukuyama (1995), a confiança é a expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros determina a facilidade com que as pessoas colaboram umas com as outras, designadamente na esfera laboral. [45]

A título conclusivo pode dizer-se que existe uma diversidade de perspectivas sobre o Capital social consoante os contextos e as disciplinas orientadoras do estudo, no entanto seria importante reflectir sobre as relações causais que determinam a produção de Capital social bem como os mecanismos que influenciam todo o processo bem como de todas as interacções possíveis.



Quadro 3 - Interações possíveis do Capital social. (Fonte: www.gnudung.com).[45]

Devido ao objecto de estudo deste trabalho aproximamo-nos da perspectiva de Putman, já referida, mas não descuramos a perspectiva de Michael Woolcock.

Michael Woolcock (1998) desenvolveu um modelo de Capital social, de diversos níveis de acordo com a distinção entre *bridging* (ponte), *bonding* (ligação) e *linking* (conexão).

O Capital social de ligação é horizontal, isto é, entre iguais dentro da comunidade e pode ser encontrado entre pessoas que vivem na mesma comunidade ou comunidades próximas, pelo que têm um grau de confiança forte entre si. Por seu lado, o Capital social de ponte é vertical entre comunidades, alonga-se a indivíduos e organizações mais afastados e está

muito relacionado com graus de confiança mais reduzidos. Finalmente, o Capital social de conexão permite identificar laços com indivíduos que estejam em posição de autoridade. Woolcock (1998) afirmou que sem o Capital social de ponte, as comunidades não têm o que é necessário para se desenvolver. [45]

A definição de Capital social de Michael Woolcock afirma que as redes e as normas associadas de reciprocidade têm valor, focando-se em parte, nos retornos externos e o público retorno do Capital social. Para o autor, uma das questões centrais é a confiança social que, segundo ele, não faz parte da definição de Capital social mas é uma consequência com peso. [45]

Para variados autores as diferenças entre perspectivas estão assentes nas diferentes unidade de análise ou no tratamento do Capital social como variável dependente, independente ou de mediação logo na forma como incorporam ou não uma teoria.

Uma discussão à volta do Capital social está relacionado com o nível do grupo, em como certos grupos podem desenvolver e manter o Capital social como um bem colectivo. Bem colectivo como potenciador de melhores oportunidade de vida para os membros do grupo. Bourdieu e Coleman têm discutido esta perspectiva, na óptica do individuo, bem como o trabalho de Putnam, na óptica do colectivo. [45]

É importante partir do princípio de que os indivíduos interagem em rede e estão presentes no desenvolvimento e no retorno do Capital social. É importante, também, perceber que o centro interesse desta perspectiva é o de entender como a manutenção do bem colectivo. Não menos importante é também a percepção de como as redes, mais ou menos densas, conseguem manter o capital colectivo ou como as normas ou a confiança são ou não essenciais para a produção e manutenção de se mesmo capital colectivo. [45]

Portes (1998) lançou uma controvérsia onde questiona se o Capital social é constituído por bens colectivos ou por bens individuais. De acordo com outros autores o bem colectivo é tanto colectivo como individual a partir do momento em que se institucionalizou as relações sociais e que os recursos

foram incorporados. O Capital social representa uma agregação de recursos valiosos e é interactivo com todos os indivíduos da rede. [45]

O Estado e suas instituições, enquanto sector público, são fundamentais para o funcionamento e bem-estar de qualquer sociedade. Uma boa governação e o bem-estar dos cidadãos bem como a protecção dos seus direitos, instituições justas e responsáveis são essenciais quer para o envolvimento dos cidadãos quer para o desenvolvimento económico e social.[45]

Para Putnam (1993) a capacidade do Estado para cumprir suas responsabilidades depende de burocratas bem treinados, depende ainda de estruturas organizadas e vocacionadas para a eficácia. A confiança e as relações entre colaboradores do sector público podem, eventualmente, reduzir os custos de realização de negócios do Estado bem como melhorar a partilha de informação e coordenação, deixando assim os recursos disponíveis e evitando uma burocracia excessiva.

O Capital social para Putman (1993) promove a responsabilização do Governo e bem como corrobora a sua Legitimidade. O sistema económico, social e político bem como a sua sobrevivência depende do trinómio proximidade, legitimidade e Accountability, isto é de responsabilização. Para obter eficácia os governos devem ser legítimos aos olhos da maioria dos cidadãos, para tal os cidadãos devem ver no governo uma entidade responsável e que representa seus interesses. Caso contrário podem surgir comportamentos antigovernamentais tais como a evasão fiscal, o crime ou distúrbios diversos. Em suma, as pessoas devem confiar em seus líderes e seguir as leis, como primeira forma de manutenção e promoção da coesão social. [45]

Os bens públicos e serviços são utilizados por todos os membros da sociedade, é disso exemplo a saúde ou a educação e não são cobrados por acordo com o uso individual. Estes serviços são pagos pelos impostos. Regra Geral os bens públicos são considerados o domínio do sector público. Novas evidências sugerem que o fornecimento de bens e serviços públicos é mais

eficaz quando o governo trabalha em parceria com o sector privado e na sociedade civil. [45]

Os níveis sociais de escolaridade estão ligados a níveis de desenvolvimento económico, no entanto os recursos financeiros por si só não garantem resultados educacionais positivos para os alunos. Importa evidenciar como o envolvimento da família, da comunidade e do Estado na educação melhora os resultados (Coleman e Hoffer, 1987; Braatz e Putnam, 1996; Francis et al, 1998). O Capital social de acordo com o conceito de autores contemporâneos tem a sua importância para a Educação. Em 1988, James Coleman contribuiu com a primeira evidência empírica de uma relação entre o Capital social e as taxas de abandono escolar. [45]

Os sistemas públicos de educação para terem sucesso têm de possuir uma combinação entre o capital financeiro, o humano e o social, pois é essa combinação que reflecte as necessidades particulares das comunidades que servem.

Heyneman (1998) afirma que pesquisas recentes indicam que o Capital social não é só um *input* fundamental para a Educação mas é também um dos seus valiosos produtos. Além de fortalecer o Capital Humano, tão necessário para o desenvolvimento económico e social, a educação promove importantes redes de Capital social. [45]

O Capital social que é produzido por meio da Educação em três aspectos fundamentais:

a) Os alunos praticam as habilidades bem como as competências do capital social, como a participação e reciprocidade;

b) Através de alunos do ensino civis aprender a participar responsavelmente na sociedade;

c) A Educação também pode promover a coesão social e fortalecimento da cidadania quando indivíduos de todas as origens socioeconómicas estão matriculados no sistema de ensino público.

Este capítulo encerra com a contribuição de vários autores que vão de encontro ao que pretendemos demonstrar, que a Educação enquanto bem público é um factor de coesão social e de desenvolvimento.

A perspectiva que privilegiámos neste trabalho, mostra-nos que quando criado pela Educação do Capital Humano este é um vector importante, até fundamental, para o desenvolvimento da sociedade, do seu crescimento e bem estar da sua população; e que o Capital social e Humano são indissociáveis para este mesmo desiderato de desenvolvimento coeso, sustentável e a longo prazo.

Capítulo III

1. Estratégia de Investigação e Metodologia

O plano apresentado centra-se essencialmente no estudo da Universidade no Espaço Lusófono. Atendendo, à diversidade e à quantidade de instituições universitárias que integram a comunidade, optámos por seleccionar, apenas, algumas instituições. Importa referir que as instituições que são o nosso objecto empírico neste trabalho, são as instituições públicas, nacionais e estrangeiras, cuja sua estrutura é uma estrutura de Universidade. Assim, não fazem parte deste estudo: Universidades privadas, politécnicos ou escolas superiores de educação pois devido à sua estrutura e organização, distinta do Ensino Superior público, afastam-se da questão central deste trabalho.

A grosso modo podemos dizer que a Universidade é uma instituição pluridisciplinar de formação dos quadros de nível superior, de pesquisa, de extensão, de domínio e cultivo do saber humano. (Trindade, 2009, s.p.).

Segundo Mazzari Júnior, citado por Trindade (2009): “as Universidades gozam de autonomia para executar suas finalidades, em estrita observância ao texto constitucional, porém este direito não proíbe o Estado de verificar o uso desta prerrogativa nas actividades que lhes são próprias” (Trindade, 2009,s.p.).

Ao longo deste trabalho foi seguida uma estratégia de investigação que passou por algumas etapas como a selecção e definição do problema da construção do espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono. Assim, formulámos as perguntas de partida, onde definimos o que pretendemos saber.

Neste contexto de construção do espaço da Universidade o nosso objecto de estudo assenta na mobilidade do Capital Humano das Universidades públicas dentro do Espaço Lusófono e na sua interacção com o Capital social. O nosso objecto empírico é a Universidade pública do Espaço Lusófono, de onde escolhemos apenas uma que serviu de estudo de caso.

Assim a escolha da estratégia de investigação assentou, sobretudo, no método intensivo. A escolha do método fica a dever-se à complexidade do tema e à necessidade de um alargamento correlativo entre conhecimentos. Importa, desta forma, recorrer a uma compreensão pormenorizada dos dados recolhidos. Os instrumentos metodológicos escolhidos estão de acordo tanto com as referências teóricas da investigação como com os dados recolhidos. **(46)**

A utilização do método intensivo e da técnica da entrevista permite ao investigador recolher dados, muito próprios, de que ainda não dispõe bem como de obter alguma profundidade em relação aos mesmos. Importa salientar que a recolha destes dados próprios antevê um contributo específico. **(47)**

Nesta investigação o método intensivo revelou-se de extrema importância quando foi necessário dar conta de determinadas práticas e representações, por exemplo, as relações interpessoais dentro da estrutura da Universidade, algumas decisões tomadas no âmbito dos programas de mobilidade e cooperação ou a organização e funcionamento de equipas de investigação. **(48)**

---

(46) (47) (48) Sanches, Sandra (2009), Dissertação de Mestrado: *As Novas Tecnologias e as Novas Profissões da Saúde: Uma Perspectiva Sobre a Construção da Profissão de Imagiologista em Portugal*. A estratégia de investigação é baseada na estratégia de investigação usada na Tese de Mestrado *"A profissão de Imagiologista em Portugal",* onde se desenvolveu um trabalho empírico e de campo profícuo e com resultados expressivos do ponto de vista académico. Estratégia de investigação semelhante foi adoptada neste trabalho.

A utilização do método intensivo e da técnica da entrevista basearam-se nos contributos bibliográficos sobre metodologia científica em apenso.

No que toca a representações, de valores, de normas ou valores culturais, este método revelou-se mais uma vez importante pois permitiu-nos delimitar esses mesmos sistemas de representações veiculados pelos indivíduos e assim obter pelo discurso dos mesmos dados fundamentais para esta investigação. **(49)**

A observação e a análise de conteúdos foram fundamentais para esta investigação, por exemplo, a análise de conteúdos ou a observação participante em contexto académico permitiu-nos obter diversas informações que enriqueceram este trabalho e que de outra forma não teria sido possível recolhê-las. **(50)**

Julgámos importante colocar estas informações ao longo deste trabalho de forma a ser perceptível, o caminho percorrido na investigação, estas informações aparecem durante este trabalho com a designação notas de trabalho de campo (n.t.c.) no caso das informações recolhidas pela observação e com a respectiva referência no caso da análise de conteúdos. **(51)**

---

(49) (50) (51) Sanches, Sandra (2009), Dissertação de Mestrado: *As Novas Tecnologias e as Novas Profissões da Saúde: Uma Perspectiva Sobre a Construção da Profissão de Imagiologista em Portugal* devido ao tipo de estratégia de investigação utilizada foi possível recolher uma grande variedade de dados empíricos devido, em parte, à capacidade do método utilizado bem como das técnicas escolhidas. Método e técnicas foram, igualmente, adotadas neste trabalho. As notas de trabalho de campo (n.t.c.) são fundamentais neste trabalho pois decorrem ora da observação ora das conversas informais tidas com os actores deste processo, o que nos permitiu de certa forma recolher informação importante para o entendimento de algumas questões deste processo. O intuito foi o de tornar eficaz e eficiente a recolha de dados empíricos e a sua articulação com a teoria. A mesma foi construída, neste trabalho, tendo em conta a complexidade do tema e à diversidade de actores que participam neste processo.

É ainda de salientar que a escolha do método intensivo proporcionou através da escolha de entrevistados, de alguma forma especialistas e privilegiados na sua área, diferentes leituras da mesma questão bem como nos abriu as portas para, de futuro, explorar novas dimensões do problema. **(52)**

No método intensivo foi privilegiado o estudo de caso, conceito central neste trabalho, apoiado pela observação e pela técnica da entrevista. A escolha do método intensivo prendeu-se com a valorização de uma maior amplitude e profundidade de conhecimento sobre o fenómeno social que está a ser estudado além de não requerer meios financeiros avultados. As técnicas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica, documental, a observação directa e a entrevista aberta. **(53)**

---

(52) Sanches, Sandra (2009), Dissertação de Mestrado: *As Novas Tecnologias e as Novas Profissões da Saúde: Uma Perspectiva Sobre a Construção da Profissão de Imagiologista em Portugal* devido ao tipo de estratégia de investigação utilizada foi possível recolher uma grande variedade de dados empíricos devido, em parte, à capacidade do método utilizado bem como das técnicas escolhidas. Método e técnicas foram, igualmente, adoptados neste trabalho. As notas de trabalho de campo (n.t.c.) são fundamentais neste trabalho pois decorrem ora da observação ora das conversas informais tidas com os actores deste processo, o que nos permitiu de certa forma recolher informação importante para o entendimento de algumas questões deste processo. De forma a não existir confusão entre o que foi recolhido pelas técnicas inerentes aos métodos utilizados decidimos identificar, ao longo da investigação, como n.t.c. todas as notas recolhidas. Julgamos que as mesmas enriquecem a investigação e o resultado final deste trabalho.

(53) Sanches, Sandra (2009), Dissertação de Mestrado: *As Novas Tecnologias e as Novas Profissões da Saúde: Uma Perspectiva Sobre a Construção da Profissão de Imagiologista em Portugal*, à semelhança da estratégia de investigação da tese citada julgamos ser importante proceder à observação neste trabalho, de forma a dar conta de aspectos que não seriam facilmente obtidos quer pelas entrevistas quer pelos inquéritos, por exemplo as rotinas espácio-temporais da escola ou os aspectos simbólicos das relações entre docentes, investigadores e alunos.

A opção por este método bem como a opção pelas técnicas a utilizar ficou a dever-se à própria natureza do tema, devido sobretudo à sua complexidade. O estudo de caso, que se insere no método qualitativo, tenta captar a realidade estudada na sua globalidade, mas a sua principal característica é ser possível aplicar a colectividades relativamente restritas, em busca da complexidade e da especificidade. **(54)**

Importa referir que, neste caso, a distância cultural e social entre o entrevistador e os entrevistados não constituíram qualquer obstáculo, antes pelo contrário, a proximidade, pré-existente do entrevistador com os entrevistados em geral, e com o tema em particular revelou-se uma mais-valia pois permitiu de uma forma pouco morosa delimitar o quadro da investigação através do discurso produzido pelos mesmos.

A pesquisa documental e bibliográfica foi realizada em bibliotecas e centros de documentação nacionais. Importante também para esta pesquisa foi a vasta rede de informação existente na Internet que nos permitiu aceder a revistas e outras publicações *online*.

A Dissertação de Mestrado citada em rodapé, da qual nos inspiramos ao nível da estrutura da investigação, utilizou as referências bibliográficas sobre metodologia da investigação científica utilizadas por nós, em apenso.

---

(54) Sanches, Sandra (2009), Dissertação de Mestrado: *As Novas Tecnologias e as Novas Profissões da Saúde: Uma Perspectiva Sobre a Construção da Profissão de Imagiologista em Portugal*, à semelhança da estratégia de investigação da tese citada julgamos ser importante proceder à observação neste trabalho, de forma a dar conta de aspectos que não seriam facilmente obtidos quer pelas entrevistas quer pelos inquéritos, por exemplo as rotinas espácio-temporais da escola ou os aspectos simbólicos das relações entre docentes, investigadores e alunos.

Adoptámos a observação participante ou observação assumida, onde o investigador não esconde o seu papel de investigador e esteve presente para observar. Este tipo de observação permitiu obter informações que de outro modo seriam impossíveis de obter. É importante salientar que tanto na observação como nas entrevistas foi garantida a total confidencialidade quer da Universidade quer dos seus alunos, professores e investigadores. **(55)**

O objectivo da observação foi alcançado, pois esta permitiu-nos estudar as condutas e os códigos de comportamento, modos de vida, organização académica, profissional bem como as competências atribuídas assim como a dimensão não-verbal dos intervenientes deste processo. **(56)**

A opção por esta técnica implicou leituras prévias da nossa parte com o intuito de aprender a linguagem, a simbologia e o vocabulário utilizado no foro académico para poder realizar a referida observação (Quivy, Campenhoudt, 2005: 197-199).

A observação foi central nesta investigação, pois conseguimos captar toda a dinâmica existente no ambiente académico desde rotinas, procedimentos, relações profissionais e interpessoais ou normas e valores institucionalizados. Depois da observação com todas as notas de campo (n.t.c) recolhidas e com a respectiva análise procedemos à construção dos guiões de entrevista e à realização das mesmas. **(57)**

---

(55) (56) (57) Sanches, Sandra (2009), Dissertação de Mestrado: *As Novas Tecnologias e as Novas Profissões da Saúde: Uma Perspectiva Sobre a Construção da Profissão de Imagiologista em Portugal*, à semelhança da estratégia de investigação da tese citada julgamos ser importante proceder à observação neste trabalho, de forma a dar conta de aspectos que não seriam facilmente obtidos quer pelas entrevistas quer pelos inquéritos, por exemplo as rotinas espácio-temporais da escola ou os aspectos simbólicos das relações entre docentes, investigadores e alunos.

Como citado anteriormente, as técnicas utilizadas neste trabalho foram, à partida a análise de conteúdos, a observação directa e entrevistas abertas a professores e investigadores. Escolhemos a técnica da entrevista para analisar o sentido que os intervenientes dão às suas práticas profissionais e aos acontecimentos com os quais se confrontam, às interpretações que fazem sobre determinadas situações que ocorrem no seu espaço profissional e académico. Esta técnica permitiu, ainda, analisar um problema específico compreendendo os diversos pontos de vista dos intervenientes, os interesses que estão em jogo, o sistema de relações entre académicos e entre os demais (Albarello et al, 2005: 84-87).

Permitiu também perceber o funcionamento da unidade onde estão inseridos, bem como permitiu identificar possíveis pontos de conflito ou possíveis pontos de sobreposição de espaços profissionais e académicos distintos (Albarello et al, 2005: 89-90).

A técnica da entrevista é importante para compreender os diversos pontos de vista e recolher informação sobre as representações dos colaboradores académicos e não académicos bem como percepções, opiniões ou valores (Albarello et al, 2005: 89-90).

No final desta etapa foi necessário transcrever todas as entrevista, que duraram em média 45 minutos, analisá-las e construir o restante deste trabalho. A análise das entrevistas foi realizada tendo em conta o seu conteúdo. A análise de conteúdo das entrevistas foi intensiva, isto é, os discursos foram “decompostos” de forma a analisar exaustivamente todas as citações. Tentámos, desta forma, analisar toda a informação que nos foi transmitida. A construção deste trabalho foi assim, assente nas dimensões atrás citadas e desenhadas e (re)desenhadas ao longo deste trabalho empírico.

Para nos auxiliar na análise das entrevistas recorremos ao *software* webQDA que foi desenvolvido, em parceria, entre a empresa Esfera Crítica e o Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF) do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro. **(58)**

1.1. Questões de Investigação e Modelo de Análise

Já citado anteriormente um dos objectivos deste trabalho é entender de que forma o conhecimento e o discurso produzido pelo Capital Humano das Universidades do Espaço Lusófono determinam, e são determinados, os programas de mobilidade e cooperação num espaço em construção. O outro dos nossos objectivos é perceber como é que esse corpo de conhecimentos condiciona, e até que ponto, a autonomia académica e a mobilidade deste Capital dentro de toda uma dinâmica organizacional da Universidade. Ainda com base neste corpo de conhecimento e discursos produzidos pelo Capital Humano existente nas Universidades do Espaço Lusófono pretendemos perceber como é que estes são, ou não, delimitativos de territórios sejam eles académicos, económicos, sociais ou culturais.

Pretendemos, também, perceber de que forma é que este corpo de saberes transmitidos pela Universidade se transforma em retornos para o Capital Humano, retornos directos e indirectos.

O último objectivo deste trabalho é tentar demonstrar como é que através de um espaço de mobilidade e cooperação internacional entre Universidades é possível contribuir para afirmar uma posição de Geocentralidade de Portugal no contexto global.

---

(58) Conforme descrição na página https://www.webqda.com/webqda/apresentação, em Agosto de 2013.

Este objectivo está directamente relacionado com o conceito de Capital social, pois o que tentaremos demonstrar é como que através da formação do Capital Humano se criam importantes redes de partilha de diversos valores bem como de contactos. São estas redes, entre outros aspectos, que compõe o Capital Social e que tornam possível a construção de um espaço de Geocentralidade académica em contexto internacional (Cf. Introdução).

Assim, o nosso objecto de estudo assenta na mobilidade do Capital Humano das Universidades públicas dentro do Espaço Lusófono e na sua interacção com o Capital social. O nosso objecto empírico é a Universidade pública do Espaço Lusófono, de onde escolhemos apenas uma que funcionou como estudo de caso.

O ponto de partida para este modelo de análise foi saber como é que este corpo de saberes, conhecimentos e discursos, se transforma num corpo de poderes e até que ponto a posse de determinados conhecimentos e práticas, possibilita a este capital garantir o retorno do conhecimento e pratica adquiridos, não só retorno privado como garantir um retorno social, isto é, um retorno para a sociedade, externalidade, em particular para a sociedade lusófona. A questão dos retornos associados ao Capital Humano envolvidos na mobilidade dentro do Espaço Lusófono e através dos Programas de Cooperação e Mobilidade das Universidades Lusófonos foram o cerne desta investigação.

Sugerimos que os conceitos de Capital Humano e social estão interligados, pois é justamente a necessidade de formação do Capital Humano que incentiva a criação de determinados laços associados ao Capital social, nomeadamente da criação de redes e de pontos de contacto.

Apoiados numa perspectiva sociológica destacamos a coesão social como central nesta investigação, pois cremos que o Capital social gerado servirá não só para a construção de um espaço de Geocentralidade académica devido ao potencial das suas redes complexas, como será uma âncora para o Capital Humano do futuro.

Neste ponto mencionamos as questões de partida que nos orientaram no início deste trabalho bem o respetivo modelo de análise. Assim, as questões de partida são: (i) Existe algum tipo de autonomia académica nos programas de Cooperação e Mobilidade dentro do Espaço Lusófono? (ii) A autonomia é total ou parcial? (iii) Que factores condicionam a construção do Espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono? (iv) Que retornos advêm da Cooperação e da Mobilidade, para a Universidade? (v) Quais os retornos para o Capital Humano (alunos, professores, investigadores)? (vi) Quais os retornos para o desenvolvimento local, regional ou do Espaço Lusófono? (vii) Existem retornos para a Lusofonia? (vii) É possível falar de uma Geocentralidade académica, ainda que lusófona? (viii) Será descabido criar uma rede de Universidades do Espaço Lusófono? (ix) O que traz o Capital social a este contexto? (Cf. Problemática e Questões de Investigação).

Com base nestas questões elaborámos as seguintes questões de investigação:

Questão 1: Será que os saberes, práticas e discursos académicos que estão na base da construção do Espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono e da sua respetiva autonomia académica condicionam, através da delimitação de espaços da Universidade e, respetivas, fronteiras académicas, o seu próprio desempenho académico e de investigação?

Questão 2: Será que os saberes, práticas e discursos académicos que estão na base da construção do Espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono e da sua respetiva autonomia académica condicionam, através da delimitação de espaços e fronteiras, o seu próprio desempenho ao nível da investigação e produção de conhecimento científico?

Questão 3: Será que os saberes, práticas e discursos académicos que estão na base da construção do Espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono promovem retornos directos e indirectos, sociais, económicos e culturais. Até que ponto esses retornos promovem o desenvolvimento do Capital Humano? E da Universidade?

Questão 4: Será que os saberes, práticas e discursos académicos que estão na base da construção do Espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono promovem retornos directos e indirectos, sociais, económicos e culturais. Será que esses retornos promovem não só o desenvolvimento do Capital Humano como da própria Lusofonia?

Questão 5: Será que os saberes, práticas e discursos académicos que estão na base da construção do Espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono promovem, de certa forma, uma Geocentralidade académica?

Questão 6: De acordo com os saberes e práticas, da Universidade, partilhados pelos programas de mobilidade e cooperação internacional entre Universidades do Espaço Lusófono, seria possível criar uma rede das Universidades do Espaço Lusófono?

Com base no quadro teórico, que orientou esta investigação, surgiram as hipóteses anteriormente citadas que traduzem uma problemática inerente a um conhecimento teórico e prático baseado no domínio de determinados saberes transmitidos pela Instituição Universidade. Assim, na construção do Espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono assume-se como uma estratégia de poder no que toca à autonomia e delimitação de territórios académicos e de investigação.

A complexidade de estratégias associadas a esta problemática justifica a escolha da unidade social de análise, a Universidade, onde estão presentes os saberes, as tecnologias e as práticas de cariz técnico dominadas apenas por alguns indivíduos, que se assumem como *Experts*, dentro do contexto académico, tendo em conta os seus conhecimentos específicos.

Neste modelo pretendemos privilegiar a análise das relações estabelecidas entre os actores das Universidades estudadas, bem como as interacções dos mesmos com o seu corpo de saberes e práticas envolvidas na construção da sua profissão académica/investigação bem como da sua autonomia. Tendo em conta as hipóteses colocadas, esta investigação parte do princípio, de acordo com a observação, que existe um corpo de saberes, conhecimentos e práticas, que pertencem a estes académicos, os quais se

expressam no dia-a-dia na Universidade. Pretendemos perceber como é que o domínio desses mesmos saberes desenha o espaço académico e de investigação destes académicos.

Nesta investigação fizemos a caracterização da Instituição Universidade e foram privilegiados alguns aspectos, simbólicos, relacionados com o espaço e com o tempo bem como o modelo de organização da Escola.

As questões colocadas remeteram-nos para um modelo de análise assente em várias dimensões, a dimensão da caracterização da Instituição Universidade e do respetivo modelo de organização académica, a dimensão baseada nas relações interpessoais, competências e as estratégias utilizadas, a dimensão da autonomia académica, a dimensão socioeconómica e a dimensão cultural.

Na dimensão acerca das relações interpessoais, competências e estratégias é importante salientar que o domínio do corpo de saberes e práticas está relacionado com o espaço profissional dos diferentes grupos profissionais presentes, docentes e não docentes, bem como dos limites desse mesmo espaço. No entanto, importa referir que não é só os saberes e as práticas que estão envolvidas neste processo também a tecnologia que está presente, encontram-se também presentes diversos esquemas de diferenciação do corpo de saberes, a partir do domínio de uma parte muito particular do corpo de saberes ou da própria tecnologia utilizada.

A referida dimensão dá conta dos mecanismos, sejam eles estratégias académicas e de investigação ou simplesmente estratégias decorrentes dos frutos das relações interpessoais, que os académicos utilizam de forma a tirar maior partido dos programas de mobilidade e cooperação, seja no âmbito da sua carreira como docentes, no âmbito da sua carreira como Diplomados ou no âmbito da própria investigação científica e produção de conhecimento.

Na dimensão da autonomia, onde foi importante analisar a origem do corpo de saberes académicos bem como de que forma é que estes estão presentes no seu dia-a-dia académico e na construção dos seus discursos. Nesta dimensão foi analisado os momentos de autonomia destes académicos,

onde e como se manifesta, quais as estratégias utilizadas no complexo processo de diferenciação *intra* e *inter* tendo como referencia a área do conhecimento, sobretudo em questões ligadas à investigação e produção de conhecimento científico.

Consideramos que a questão anteriormente citada é importante pois julgamos estar directamente relacionada com a opção por diferentes programas de mobilidade e cooperação, logo directamente relacionado com o Espaço que a Universidade irá ocupar, neste caso, em contexto Lusófono.

A dimensão socioeconómica, propriamente dita, é onde se trata dos retornos directos e indirectos para o Capital Humano. É nesta dimensão que abordámos a questão das externalidades e de que formas estas externalidades são passíveis de ser a base de um desenvolvimento. Esta dimensão remete-nos para as potencialidades da mobilidade do Capital Humano no que diz respeito à partilha de saberes e práticas académicas e de produção de conhecimento científico.

Esta dimensão remete-nos, ainda, para os poderes do Capital Humano, isto é, bastante interligada com a dimensão anterior da autonomia, nesta dimensão podemos analisar de que forma é que a Universidade através do seu Capital Humano consegue construir e manter o seu espaço dentro do Espaço Lusófono, tendo em conta os retornos directos e indirectos sobre esse mesmo Capital.

Por fim, a dimensão cultural. Nesta dimensão analisámos de que forma a mobilidade do Capital Humano afeta e/ou transforma a Lusofonia e vice-versa, de que forma os diversos aspectos da Lusofonia afetam e/ou transformam o próprio Capital Humano.

Este modelo analítico está também, em parte, assente na análise de dados quantitativos que nos remetem através das questões formuladas para as dimensões socioeconómica e cultural, em particular, dos alunos que frequentam ou frequentaram os programas de mobilidade e cooperação. Assim, temos uma análise quantitativa que nos permite estabelecer correlações entre diversas variáveis socioeconómicas e culturais e que auxiliam na

compreensão deste fenómeno. Já a análise qualitativa através da decomposição dos discursos produzidos consegue dar-nos conta do quão complexo e diversificado, ao nível social, económico, académico e cultural, podem ser os programas de mobilidade e cooperação bem como uma série de valores a eles inerentes.

O que norteia todo este modelo analítico, e é transversal a todo o modelo, é o conceito de Capital social, pois é em torno de pontos de contacto e redes que se torna possível transformar o Capital Humano e estabelecer as correlações acima referidas bem como, embora de forma complexa, construir um espaço georreferenciado academicamente.

1.2. Metodologia

Ao longo deste trabalho seguimos uma estratégia de investigação que passou por algumas etapas como a selecção e definição do problema da construção do Espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono bem como da sua construção ao longo dos anos, sobretudo nas últimas décadas com o *boom* dos programas de mobilidade e cooperação. Assim, formulámos as perguntas de partida, onde definimos o que pretendemos saber. Neste contexto de construção do Espaço da Universidade, o nosso objecto empírico foi a Universidade do Espaço Lusófono.

A escolha da estratégia de investigação assenta no método intensivo. No método intensivo foi seguido um estudo de caso apoiado pela observação e pela técnica da entrevista. Esta estrutura assenta na construção das seguintes dimensões: dimensão da caracterização da Instituição Universidade, dos seus profissionais e do modelo da organização académica, a dimensão das competências e estratégias e a dimensão da autonomia da Universidade e dos seus académicos, a dimensão socioeconómica, e a dimensão cultural. Seguindo esta perspectiva teórica fomos obrigados a estar constantemente num processo dialético entre a interpretação dos dados empíricos recolhidos e a (re)construção do nosso referencial teórico incluindo as nossas questões de investigação.

A escolha do método intensivo prendeu-se com a valorização de uma maior amplitude e profundidade de conhecimento sobre o fenómeno social que está a ser estudado além de não requerer meios financeiros avultados. As técnicas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica, documental, a observação directa e a entrevista aberta. A opção por este método bem como a opção pelas técnicas a utilizar ficou a dever-se à própria natureza do tema, devido sobretudo à sua complexidade. **(59)**

O estudo de caso, que se insere na análise qualitativa, tenta captar a realidade estudada na sua globalidade, mas a sua principal característica é ser possível aplicar a coletividades relativamente restritas, em busca da complexidade e da especificidade, como neste trabalho em grupos profissionais como os professores/investigadores universitários e os colaboradores não docentes afetos à área internacional e de vários núcleos de apoio a alunos e às suas actividades. Importa referir que as entrevistas foram realizadas a professores/investigadores pois a maioria dos docentes do Ensino Superior público em Portugal e nos Países Lusófonos são simultaneamente professores e investigadores. Aliás a investigação no Ensino Superior Lusófono deve-se sobretudo aos seus docentes pois uma parte substancial quer das duas carreiras quer da organização diária da distribuição do serviço de docência privilegia a investigação. Existem no entanto algumas franjas nas Universidades de investigadores que apenas se dedicam à investigação tendo mesmo a carreira de "investigador" mas neste trabalho essas franjas não são relevantes pois grande parte dos programas de mobilidade e cooperação estão direccionados para docentes e discentes que associem a sua actividade académica diária à investigação.

---

(59) Sanches, Sandra (2009), Dissertação de Mestrado: *As Novas Tecnologias e as Novas Profissões da Saúde: Uma Perspectiva Sobre a Construção da Profissão de Imagiologista em Portugal*, à semelhança da bibliografia as técnicas do método intensivo utilizadas foram a observação, a pesquisa bibliográfica e as entrevistas abertas, pois para além destas técnicas apresentarem um custo diminuto para o investigador dão conta da complexidade do tema e dos discursos produzidos bem como das atitudes, trajectórias ou comportamentos observados.

A pesquisa documental e bibliográfica foi realizada em bibliotecas e centros de documentação. Importante também para esta pesquisa foi a vasta rede de informação existente na Internet que nos permitiu aceder a revistas e outras publicações *online*, o que nos facilitou imenso neste trabalho. **(60)**

Adotámos a observação participante ou observação assumida, onde o investigador não escondeu o seu papel de investigador e esteve presente para observar. Este tipo de observação permitiu obter informações que de outro modo seriam impossíveis de obter. É importante salientar que tanto na observação como nas entrevistas foi garantida a total confidencialidade quer da Universidade quer dos seus alunos, professores, investigadores e colaboradores não docentes. O objectivo da observação foi alcançado, pois esta permitiu-nos estudar as condutas e os códigos de comportamento, modos de vida, a organização espacial, académica e competências atribuídas bem como a dimensão não-verbal dos alunos, professores, investigadores e colaboradores não docentes. A opção por esta técnica implicou leituras prévias da nossa parte com o intuito de aprender a linguagem, verbal e não-verbal, e o vocabulário utilizado no foro académico para poder realizar a referida observação. **(61)**

---

(60) (61) Sanches, Sandra (2009), Dissertação de Mestrado: *As Novas Tecnologias e as Novas Profissões da Saúde: Uma Perspectiva Sobre a Construção da Profissão de Imagiologista em Portugal*, a importância da observação foi fundamental na tese de mestrado citada pelo que optamos pela mesma técnica que se revelou também ela fundamental em contexto académico, pois com uma observação direta é possível dar conta de realidades que não são reproduzidas nos discursos. Esta importância remete-nos para questões, por vezes, simbólicas da dinâmica organizacional da Universidade ou até mesmo para questões do foro cultural e social de docentes, investigadores e alunos.

No início da observação todos os académicos se mostraram curiosos e alguns muito interessados na temática do nosso trabalho. Aliás, grande parte das informações contidas no nosso trabalho de campo são provenientes de conversas informais tidas com os académicos e com os colaboradores não docentes.

É de salientar que as conversas informais decorrentes do processo de observação foram fundamentais na elaboração desta investigação, no entanto as mesmas estão devidamente assinaladas em todo o trabalho como notas de trabalho de campo (n.t.c.) de forma a poderem ser distinguidas das informações formais obtidas nas entrevistas bem como dos demais conteúdos deste trabalho. **(62)**

A observação foi a parte do nosso trabalho de campo onde é mais notório o carácter indutivo do método selecionado, pois obrigou-nos no final de cada dia a escrever o diário de trabalho de campo, (re)equacionar as nossas questões permitindo-nos desta forma ajustar a teoria aos dados recolhidos e vice-versa. Também nos permitiu construir as dimensões de análise que deram corpo a este trabalho. **(63)**

A observação foi central nesta investigação, pois conseguimos captar toda a dinâmica existente no referido serviço académico desde rotinas, procedimentos, relações profissionais e interpessoais ou normas e valores institucionalizados. Foi no final da observação com todas as notas de campo recolhidas e com a respetiva análise que procedemos à construção dos guiões de entrevista e à realização das mesmas.

---

(62) (63) Sanches, Sandra (2009), Dissertação de Mestrado: *As Novas Tecnologias e as Novas Profissões da Saúde: Uma Perspectiva Sobre a Construção da Profissão de Imagiologista em Portugal,* as Notas de trabalho de campo (n.t.c.) têm muita importância neste trabalho, à semelhança do citado, pois são elas que guardam em si pequenos detalhes captados através da técnica da observação, captados nos discursos descontraídos entre alunos e docentes, por exemplo. Mencionar as n.t.c. é trabalhoso, e implica trabalho diário constante, mas julgamos que enriquece o trabalho e disponibiliza mais informação, por vezes, fundamental para a perceção de determinados discursos e práticas.

Como citado anteriormente, as técnicas utilizadas neste trabalho foram a análise documental, a observação direta e entrevistas abertas a professores, investigadores e colaboradores não docentes. **(64)**

Realizámos 14 entrevistas a docentes e investigadores e 7 a colaboradores não docentes perfazendo um total de 21 entrevistas realizadas. Os guiões utilizados na realização das entrevistas acima mencionadas encontram-se nos anexos deste trabalho. As questões colocadas nos guiões são apenas orientadoras da entrevista, isto é, visto se tratar de uma entrevista aberta é dado ao entrevistado uma questão de cariz mais lato e este terá de dissertar sobre ela. Estas foram colocadas de uma certa forma aos entrevistados, não só para estes responderem mas para darem a sua opinião sobre o que foi questionado.

Escolhemos a técnica da entrevista para analisar o sentido que os académicos dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se confrontam, às interpretações que fazem sobre determinadas situações que ocorrem no seu espaço académico, de investigação e/ou profissional. Esta técnica permitiu, ainda, analisar um problema específico compreendendo os diversos pontos de vista quer dos professores quer dos investigadores ou dos colaboradores não docentes, os interesses que estão em jogo, o sistema de relações entre estes académicos e os restantes académicos que não estão envolvidos directamente nos programas de mobilidade e cooperação. **(65)**

---

(64) (65) Sanches, Sandra (2009), Dissertação de Mestrado: *As Novas Tecnologias e as Novas Profissões da Saúde: Uma Perspectiva Sobre a Construção da Profissão de Imagiologista em Portugal*, a importância do método qualitativo e da técnica da entrevista na forma como se trata a complexidade e profundidade dos dados recolhidos. Neste trabalho, ao contrário do anterior citado, optámos por abertas, onde existe um guião previamente elaborado com as questões que julgamos serem as adequadas para dar conta de determinada dimensão, mas estas questões são feitas de forma articulada com o discurso do entrevistados, isto é, as questões foram colocadas de forma quase informal aos entrevistados falarem de forma aberta sobre as mesmas, a opinarem e até a fazem conjecturas sobre o futuro. Pretendemos desta forma reunir o máximo de informação possível no sentido de depois de analisadas, estas darem respostas às nossas questões de partida.

A técnica da entrevista foi importante para compreender os diversos pontos de vista e recolher informação sobre as representações dos profissionais do ensino superior bem como perceções, opiniões, valores ou aspirações. Outra questão importante, a captar, foi como se movem no seu espaço "de trabalho", quais as competências que lhes estão atribuídas, que tarefas desempenham, quais as tarefas que lhe são delegadas e qual a sua posição em relação a tudo o que é exposto. **(66)**

No final desta etapa foi necessário transcrever todas as entrevistas, que duraram em média 50 minutos e construir o restante deste trabalho. A análise das entrevistas foi realizada tendo em conta o seu conteúdo, recorrendo ao *software* webQDA. A análise de conteúdo das entrevistas foi intensiva, isto é, os discursos foram "decompostos" de forma a analisar exaustivamente todas as citações. Tentámos, desta forma, analisar toda a informação que nos foi transmitida. Foi, em parte, esta análise que nos auxiliou na construção desta investigação. Esta construção está, assim, assente nas dimensões atrás citadas e desenhadas e (re)desenhadas ao longo deste trabalho empírico.

Em anexo constam os guiões das entrevistas e as respectivas fichas metodológicas.

Para suportar a nossa análise recorremos ao webQDA que é um *software* de apoio à análise de dados qualitativos num ambiente colaborativo e distribuído por www.webqda. Registámo-nos no site do *software*, comprámos a respetiva licença procedemos à análise das entrevistas.

---

(66) Sanches, Sandra (2009), Dissertação de Mestrado: *As Novas Tecnologias e as Novas Profissões da Saúde: Uma Perspectiva Sobre a Construção da Profissão de Imagiologista em Portugal,* mais uma vez, aplicámos neste trabalho um *"modus operandi"* semelhante ao trabalho citado e foi, justamente, a escolha pela técnica da entrevista associada à observação e à pesquisa bibliográfica que nos permitiu entender questões inerentes à mobilidade e à cooperação, muitas das vezes, ditas nas entrelinhas ou através de linguagem informal, verbal e não verbal, deste tipo especifico de contexto.

O *software* processa diversos tipos de dados qualitativos, escritos, em vídeo e áudio. Com a ajuda deste programa foi-nos possível editar, visualizar e interligar documentos bem como criar categorias, codificar, filtrar de forma a dar resposta às questões da investigação.

O webQDA segue o desenho estrutural e teórico de outros programas disponíveis no mercado, diferenciando-se destes, por proporcionar trabalho colaborativo *online* e em tempo real, e disponibiliza um serviço de apoio à investigação.

Parte III

Capítulo I

1. Caracterização da Universidade Pública estudada

1.1. Enquadramento espácio-temporal

A caracterização da Universidade estudada baseou-se na informação recolhida através do período de observação daí que grande parte da informação seja mencionada como notas de trabalho de campo, com a abreviatura n.t.c. Outra componente de informação para a caracterização desta Universidade Pública foi todo o conteúdo informático existente na Escola, sobretudo, na informação disponível *online*.

Considerámos importante colocar a caracterização da Escola estudada mencionando o seu posicionamento nacional e internacional nos dias de hoje, a forma como se apresenta bem como a perceção dos circuitos ocorridos em determinados órgãos administrativos e académicos com o intuito de melhor enquadrar os discursos produzidos pela Escola nas pessoas dos nossos entrevistados e que irão ser tratados no capítulo a seguir.

Nesta fase de caracterização foram privilegiados os aspectos físicos e temporais, as trajectórias, os aspectos simbólicos típicos de uma Escola como o quadro, o horário ou um pau de giz. Foram ainda considerados os discursos produzidos pela Escola como forma de se projetar nacional e internacionalmente, estes discursos, a nosso ver, destacam os pontos que a escola considera serem o seu forte.

Os pontos forte que a Escola considera ter são: a qualidade da sua oferta académica, o interesse pela inovação, a aposta na investigação e no empreendedorismo, o estímulo intelectual, cultural e social que incute nos alunos, o incentivo à actividade desportiva mantendo viva a ideia da Antiguidade Clássica de *“mente sã em corpo são”* bem como o seu investimento no contexto internacional patente pelos Duplos Grau que oferece ou pelos vastos programas de mobilidade e cooperação que abraça.

Para esta Escola as dificuldades e oportunidades colocadas pela Sociedade da Informação e do Conhecimento requerem que a mesma aposte na qualificação do seu Capital Humano e a divulgação do conhecimento dinamizando uma vertente empreendedora dentro da própria Escola. O Capital social associado a esta aposta é uma vasta rede de contactos e conhecimentos gerados e criados durante o espaço de tempo que o Capital Humano "habita" a Escola. Estas redes assumem-se como de extrema importância para o desenvolvimento do próprio Capital Humano bem como para o desenvolvimento da sociedade.

Assim, passamos de seguida à apresentação da Escola observada.

1.1.1. Apresentação da Escola: da lousa ao ecrã digital

A Universidade estudada neste trabalho é uma Universidade Pública portuguesa. A Universidade, onde este trabalho foi realizado, tem o seu Campus sito na cidade de Lisboa. Mantem-se a sua confidencialidade de acordo com o solicitado pela mesma e de acordo com a metodologia seguida (n.t.c.).

A observação participante ocorreu no Campus da Universidade, este é constituído por um conjunto de edifícios de características pavilhonares, do início do século XX, onde se destaca um edifício central onde estão localizados todos os serviços de gestão da Escola. Em redor deste edifício foram construídos outros edifícios com diversas salas de aula destinadas a acolher os alunos bem como diversos tipos de laboratórios de investigação, propriamente dita, e de apoio à actividade letiva (n.t.c.).

Segundo os conteúdos disponíveis na escola observada esta integra vários Laboratórios cujo impacto internacional é visível em diversos domínios da investigação científica (n.t.c.).

O espaço físico da Escola observada tem como principal característica uma vasta alameda central de onde se vislumbram os edifícios, pavilhões, onde são lecionadas as aulas e onde estão localizados também diversos

laboratórios de investigação. A Escola conta com outros edifícios já construídos na década de 80 destinados, também eles, a salas de aula e laboratórios (n.t.c.).

Nesta Escola podem ser ainda observados dois grandes jardins e outros mais pequenos e até jardins interiores em vários pavilhões que servem de local de concentração, distração e convívio de alunos, docentes e não docentes.

A Escola, de uma maneira muito generalizada, é constituída da seguinte forma: os departamentos académicos com as suas respetivas unidades académicas, os órgãos de gestão que gerem a escola e os órgãos de apoio a actividade diária da Escola.

A grosso modo podemos dizer a Escola é constituída por salas de aula em superfície plana e anfiteatros, cuja capacidade varia entre os 10 e 80 lugares nas salas de aula e os 60 e 170 lugares nos anfiteatros, tendo como referência as aulas teóricas pois se falarmos de aulas práticas ou exames a capacidade das salas e anfiteatros fica reduzida por razões óbvias (n.t.c.).

Tanto as salas de aula como os anfiteatros estão munidos dos respectivos lugares sentados, quadro didático ou de lousa, ecrãs de projeção e respetivo projetores, sistema de rede fixa e *wireless*, em alguns casos as mesmas estão equipadas com sistema de som.

Ao caminhar por um qualquer corredor dos diversos edifícios da Escola é muito fácil de visualmente identificar a organização espácio-temporal através dos horários impressos, isto é, à porta de cada sala de aula está um horário impresso com a ocupação da sala pelas respetivas turmas.

Através da ferramenta online que a Escola faculta podemos encontrar os horários disponibilizados por turma e cada aluno também pode encontrar o seu horário na sua página pessoal, toda esta informação é trabalhada e disponibilizada por colaboradores especializados, embora uma parte do trabalho seja realizado em colaboração com a área informática da referida Escola (n.t.c.).

Os laboratórios são diversos espalhados por todas as unidades académicas da Escola e as suas características, bem como os seus equipamentos, variam consoante a sua aplicabilidade prática. Uma característica que importa salientar é que estes laboratórios podem ser exclusivamente para ensino no caso das aulas práticas ou, em diversos casos, de suporte à investigação científica produzida na área académica correspondente (n.t.c.).

A Escola aposta na gestão partilhada de espaços, nomeadamente salas de estudo ou de actividades académicas (n.t.c.).

1.1.2. Cultura da Escola

Esta Escola foi fundada no início do século XX pelo que conta com 100 anos de história e no seu discurso orgulha-se de ter dado alguns contributos para o desenvolvimento social e económico de Portugal. A Escola tem vários cursos de primeiro e de segundo ciclos, assim como Mestrados Integrados e aposta também na formação avançada, investigação e inovação. Tem também oferta de vários programas de Doutoramento (Disponível no site da Escola).

Para esta Escola e de acordo com um contexto de economia global cada vez mais baseada no conhecimento, a internacionalização é indissociável da Universidade dos nossos dias, existindo assim a necessidade premente de uma participação em programas internacionais de Investigação e Desenvolvimento e na oferta de programas de Mestrado e Doutoramento em parceria com escolas internacionais de referência, aprofundando desta forma a mobilidade e cooperação entre Universidades (Disponível no site da Escola).

A Universidade está envolvida em várias redes e programas internacionais que proporcionam a mobilidade entre estudantes, sobretudo através de programas de graduação e pós-graduação. A Escola tem ainda programas conjuntos de Mestrado, com Duplo Diploma, com várias escolas internacionais e participa também em programas de Doutoramento conjuntos (n.t.c.).

Com o fenómeno da Globalização no Ensino Superior, a investigação e a inovação têm proporcionado o desenvolvimento de redes e parcerias internacionais dando ênfase à experiência multinacional e multicultural (Disponível no site da Escola).

Esta Universidade está empenhada em promover a transferência de tecnologia, a ligação à sociedade e o estímulo ao empreendedorismo de base tecnológica dando ao Capital Humano a oportunidade de efetuar e continuar o seus estudos num programa de mestrado e/ou doutoramento, ou ainda, entrar directamente no mercado de trabalho ou, ainda, criar a sua própria empresa.

Outra oferta académica da Escola para o Capital Humano é a opção pelos programas de mestrado que vão de encontro aos desafios científicos e tecnológicos da sociedade moderna. Esta oferta conta com formação em áreas específicas do conhecimento e engloba o envolvimento em actividades de investigação e projectos, enquadradas em centros e institutos de investigação da Escola e em colaboração estreita com professores, investigadores e empresas (Disponível no site da Escola).

A Escola continua o seu investimento na formação de Capital Humano facultando diversos programas de doutoramento, alguns destes programas são oferecidos em associação com universidades nacionais e estrangeiras, existindo casos em que é conferido grau duplo. Estes casos são um bom exemplo do que temos vindo a afirmar ao longo deste trabalho, a ponte existente entre o Capital Humano e social, isto é, este tipo de programa além de aposta na formação do Capital Humano é por si só criador de novos pontos de contacto, criador de redes que em termos futuros podem, eventualmente, traduzir-se em oportunidades.

Se escolhêssemos algumas palavras mais ouvidas pelos corredores da escola quando se fala em cultura da mesma, é unânime ouvir dizer: rigor, excelência, internacionalização ou empreendedores. Talvez por ser algo que a Escola tem vindo a defender nos últimos anos e a assimilação cultural por parte de quem a frequenta é visível. A Escola acredita nestes valores, quando dizemos a Escola não nos referimos apenas a docentes ou a órgãos de decisão pois os alunos, de uma forma geral, partilham esta visão.

Os estudantes de doutoramento, por exemplo, que participam em projectos de investigação nacionais e internacionais e são incentivados a patentear os resultados inovadores da sua investigação e estimulados a criarem um espírito empreendedor (Disponível no site da Escola).

A Instituição estudada acredita que auxilia o Capital Humano através da forma como o capacita para responder aos desafios profissionais impostos pela sociedade do conhecimento (Disponível no site da Escola).

A Escola acredita, ainda, nas vastas redes que tem vindo a criar ao longo dos anos com os seus parceiros dos programas de mobilidade e cooperação como mais-valia para todos quantos a integram.

1.1.3. A Universidade e a Sociedade

O campus desta Universidade situa-se numa zona central da cidade de Lisboa, o que proporciona um acesso privilegiado aos principais pontos de interesse científico, cultural e de lazer da cidade (Disponível no site da Escola).

A Escola possui um vasto conjunto de infraestruturas que contribuem para a qualidade do ensino bem como promovem o desenvolvimento de actividades extracurriculares. Ao observarmos esta Escola verificámos que esta não se limita a actividades puramente letivas mas também investe nas actividades de investigação bem como actividades complementares, tais como: conferências, seminários ou colóquios de carácter científico, promovendo desta forma a multidisciplinaridade, para além de actividades de cariz cultural (n.t.c.).

Importa referir que observámos um conjunto diversificado de actividades extracurriculares de carácter cultural, lúdico e desportivo num ambiente multicultural de interacção entre alunos, docentes, investigadores e funcionários (n.t.c.).

Das diversas actividades extracurriculares da Escola que observámos, e são em número considerável, salientamos apenas as que julgámos serem as mais relevantes para este trabalho, sobretudo porque remetem, através das

suas características, para uma tentativa de facilitar a integração de alunos estrangeiros, a saber:

1.1.3.1. Boas Vindas

A Escola organiza uma festa para dar as boas-vindas aos novos alunos cujo principal objectivo é ajudar a integrar os novos alunos através de um ambiente descontraído e divertido em paralelo com a receção iniciada na semana das matrículas.

Importa referir que a par com esta iniciativa decorrem outras organizadas, por exemplo, pelas próprias unidades académicas, por núcleos de estudantes ou pela associação de estudantes. O intuito é sempre o mesmo, auxiliar à integração dos alunos a uma nova realidade. No que toca a alunos estrangeiros que chegam ao abrigo de protocolos de cooperação e mobilidade este tipo de cuidado é uma constante pelo que a Escola tem o cuidado de desenvolver várias actividades extracurriculares, ao longo do ano letivo, de forma a se assegurar do êxito da integração dos alunos estrangeiros na nossa cultura e na cultura da própria Universidade (n.t.c.).

1.1.3.2. Convívios ao Fim de Tarde

Os Convívios ao Fim de Tarde são o exemplo que escolhemos de entre vários outros exemplos disponíveis e que melhor espelha o que anteriormente foi dito, destina-se a acolher alunos estrangeiros tem como principal objectivo fomentar o convívio e facilitar o processo de integração.

Para realizar estes eventos a Escola organiza entre três a quatro sessões por semestre. Numa 1ª sessão é feita uma apresentação de Portugal e os alunos internacionais podem também fazer uma apresentação dos seus países. É também organizada uma mostra da gastronomia portuguesa. Na 2ª sessão é organizado um jantar num bairro típico da cidade de Lisboa. Numa 3ª sessão os alunos podem ir a uma casa de fados, um dos ícones da cultura portuguesa em geral e da cidade de Lisboa em particular. Na 4ª sessão e como

forma de transmitir mais um pouco da cultura portuguesa são organizadas actividades que promovam a tradição portuguesa, como por exemplo o magusto da Festa de São Martinho, entre outros (Disponível no site da Escola).

A Escola organiza, também, uma Feira Internacional anual que conta com a presença de Universidades de todo o mundo de forma a dinamizar o convívio entre alunos de todas as nacionalidades e promover os programas de mobilidade e cooperação.

"Vários convívios entre os alunos estrangeiros, para eles nos conhecerem, para conhecerem produtos portugueses, o que nós oferecemos (…)". Entrevistado 5

1.1.3.3. Feira do Livro

Ao longo do ano letivo ocorrem várias feiras do livro na Escola estudada mas uma em particular interessou-nos devido à proximidade com o tema estudado. A feira do livro tem a particularidade de comercializar livros usados o que conduz a uma afluência significativa, sobretudo de alunos com algumas carências económicas (n.t.c.).

Esta actividade é bastante útil na medida em que tem como objectivo promover a troca de livros entre estudantes; uns têm a oportunidade de venderem os livros que já não usam a preços reduzidos, dando a oportunidade a outros alunos de comprarem livros a preços mais atrativos. A presença de alfarrabistas, livrarias e editoras como a própria editora da Universidade dinamizam a feira e permitem a toda a comunidade aceder a publicações a preços reduzidos (Disponível no site da Escola).

1.1.3.4. Torneios de Futebol

No âmbito da nossa observação constatámos que outra das formas que a Escola encontrou para promover a integração de novos alunos e alunos

estrangeiros é o desporto pois este ajuda a desenvolver o espírito de equipa e promove a coesão e a sensação de pertença a um grupo. Devido à popularidade do futebol são diversos os participantes, nacionais e internacionais bem como funcionários docentes e não docentes, embora maioritariamente do sexo masculino (Disponível no site da Escola).

Esta actividade já conta com alguns anos de existência e tem dados bons resultados segundo o que conseguimos observar. A aderência de alunos oriundos dos países PALOP e do Brasil é significativa, apesar da linguagem do futebol ser universal o uso da Língua Portuguesa facilita o intercâmbio (n.t.c.).

1.1.4. A Escola e os alunos do Espaço Lusófono

De acordo com a observação efectuada à Universidade julgamos ser pertinente para o estudo em questão, para além as de regularização administrativa dos alunos, observar mais pormenorizadamente as áreas administrativas relacionadas com o apoio a estudantes e com a área internacional por se tratar de locais onde os alunos oriundos do Espaço Lusófono inevitavelmente se deslocam para tratar de assuntos relacionados com a sua integração na escola e permanência em Portugal (n.t.c.).

É vulgar vermos filas de alunos à porta dos respectivos serviços a aguardar a sua vez de atendimento a fim de regularizam todas as suas situações administrativas na Escola, desde a matrícula ao pedido de diploma de final de cursos (n.t.c).

A Escola apoia os estudantes, nacionais e internacionais, em diversas vicissitudes desde encontrar alojamento na cidade de Lisboa, se for caso disso, ou auxiliar um aluno com dificuldades financeiras a obter um subsídio de apoio ou simplesmente ajudar a compreender algumas questões linguísticas e culturais, de onde destacamos uma actividade crucial, a nosso entender, para que o processo de integração seja benéfico para a Escola e para o Capital Humano envolvido, o programa de Mentorado (n.t.c.).

1.1.4.1. A Figura do Mentor

Esta Escola desenvolve um Programa que consiste em apoiar alunos recém-chegados à Universidade através de alunos do mesmo curso em anos mais avançados, promovendo assim uma maior aproximação entre si e contribuindo para uma melhor integração (n.t.c.).

" (…) para os apoiar desde início, começa com a inscrição, procura de alojamento (…) integrar no espaço, no campus, como são as aulas, etc (…)". Entrevistado 2

O Programa é implementado com o apoio de alunos de anos mais avançados, os Mentores, que com as suas experiências e vivências académicas, acompanham os novos alunos do 1.º ano, os Mentorandos, essencialmente durante o seu primeiro ano de permanência na Escola, com vista a facilitar a sua integração e adaptação (Disponível no site da Escola).

" (…) todos têm mentores (…)". Entrevistado 2

A situação com alunos oriundos do Espaço Lusófono é semelhante, não existindo qualquer diferença dos alunos nacionais para os alunos *In Coming*.[(67)]

Salientamos da nossa observação a importância deste trabalho voluntário dos alunos, sobretudo para alunos oriundos do Espaço Lusófono pois este programa facilita a integração social dos mesmos ao minimizar as dificuldades de adaptação, ao apoiar e integrar alunos deslocados, oriundos do estrangeiro (n.t.c.).

---

(67) *In Coming* - Expressão usada pelos docentes e não docentes da Escola para denominar os alunos provenientes do estrangeiro ao abrigo de programas de mobilidade e cooperação. Os alunos portugueses que se deslocam para o exterior, ao abrigo dos mesmos protocolos, são denominados de *Out Coming*.

Nesta perspectiva enquadra-se a nossa defesa pela importância que as redes assumem neste tipo de contexto. Acreditamos que a aproximação que se cria entre o aluno mais velho que é mentor e um aluno mais novo recém chegado à Escola, para além de ser um facilitador da integração do último pode ser um ponto de contacto relevante no futuro de ambos ou o ponto de partida para o estabelecer uma rede de contactos espalhados pelo globo.

Selecionámos este programa, entre outras iniciativas existentes, pois julgamos que este acaba por contribuir para o seu bom desempenho escolar visto que tem por objectivo fomentar o espírito de cooperação, de tolerância e de solidariedade entre os estudantes dos diferentes cursos e anos curriculares, bem com professores e funcionários, vem em nosso entender reforçar o sentimento de pertença a uma comunidade bem como transmite ao aluno o sentimento de segurança e de conforto.

1.1.4.2. O Tutor

A Escola promove a integração e o sucesso académico do aluno, minimizando o impacto entre o Ensino Secundário e o Ensino Superior ou, no caso dos alunos estrangeiros, a adaptação a uma nova Cultura. Assim, aposta nas actividades tutoriais, que crê fomentar o desenvolvimento do potencial intelectual, emocional e interpessoal de cada aluno apostando numa política de individualização do apoio prestado.

Para o efeito neste espaço é assegurada a formação de Tutores, Docentes da escola, e garante o acompanhamento das práticas de Tutoria ao longo do ano letivo.

“ (…) o que nós fazemos (…) é fazer o acompanhamento dos alunos, através de reuniões individuais ou envios de relatórios semestrais sobre a evolução dos alunos aqui na Escola (…) desde que ingressam até voltarem ao seu país de origem para trabalhar (…)”. Entrevistado 1

Na nossa perspectiva, o papel do Tutor assume-se como fundamental no apoio a alunos oriundos do Espaço Lusófono pois apesar da proximidade Cultural à distância do país de origem, de casa e da família provocam uma grande ansiedade nos alunos condicionando por vezes as suas prestações para além de que alguns destes alunos demonstram carências ao nível de algumas disciplinas (n.t.c.).

" (…) Eles têm claramente uma grande desvantagem em relação aos alunos do sistema de ensino português porque têm bases de matemática, de física ou de química menos sólidas que os alunos portugueses (…) factor acrescido de dificuldade (…) o que nós fazemos é que os alunos quando chegam têm durante 4 a 6 semanas de aulas de matemática ou de física ao fim de semana de forma a compensar a décalage que eles trazem (…)." Entrevistado 1

1.1.4.3. Alojamento

A Escola observada tem algum alojamento próprio mas que não chega para a procura existente, assim existem quotas atribuídas para alunos permanentes, para alunos de 1º ano e obviamente para alunos que chegam através dos programas de mobilidade e cooperação. As vagas existentes para os últimos são cerca de 20 por ano letivo o que é substancialmente pouco tendo em conta o número de alunos que a Escola recebe ao abrigo destes programas (n.t.c.).

O alojamento da Escola, composto por três residências, não é um alojamento de cariz social logo as vagas são ocupadas, no caso dos alunos estrangeiros, por ordem de chegada a Portugal. Se existir alunos ao abrigo dos programas de mobilidade e cooperação que tenham comprovadas carências económicas e não consigam suportar os custos de alojamento a reitoria da Universidade tem alojamento social a que se podem candidatar (n.t.c.).

Também a área internacional auxilia os estudantes dos programas de mobilidade a encontrar alojamento, aliás uma tarefa que se revelou difícil para os alunos estrangeiros segundo podemos observar. [68]

Assim que o aluno é aceite para participar num programa de mobilidade e cooperação, a Escola sugere que os alunos comecem através das redes sociais a procurar alojamento para além das residências da Universidade ou da reitoria. A cidade de Lisboa não dispõe de muito alojamento disponível para alugar a alunos Universitários sobretudo no início do ano letivo quando todos os alunos procuram, mesmo os nacionais deslocados. Os preços praticados nem sempre são muito acessíveis para os estudantes o que se revelou, em alguns casos que observámos, bastante complexo para os mesmos (n.t.c.).

O circuito dos demais alunos estrangeiros que chega a Portugal é semelhante, embora os alunos oriundos do Espaço Lusófono por vezes sejam uma realidade diferente pois muitos têm familiares a residir em Lisboa. O facto de serem ex-colónias portuguesas faz com que exista bastantes emigrantes a residir em Portugal, o que nos primeiros tempos podem ser um apoio muito importante para o aluno acabado de chegar (n.t.c.).

Se não têm familiares ou amigos disponíveis para os acolher, os alunos quando chegam a Lisboa têm uma semana para encontrar um quarto. A Escola sugere aos alunos que para os primeiros dias fiquem hospedados numa das duas pousadas da juventude existentes em Lisboa. O preço é aceitável e as condições são boas. Neste meio tempo, a Escola tem um(a) colaborador(a) não docente disponível para ajudar o aluno a encontrar residência (n.t.c.).

“ (...) uns são muito dinâmicos e fazem eles os contactos e outros necessitam de apoio…isso é uma grande dificuldade (…)”. Entrevistado 4

---

(68) Salientamos que estes dados foram, gentilmente, facultados pelos colaboradores não docentes da área.

1.1.4.4. Apoios

A Escola tem uma filosofia que acredita que para além de uma sólida formação técnica e científica, os profissionais dos dias de hoje têm de ter uma visão global e a capacidade de trabalhar em equipas multiculturais e multinacionais. A internacionalização é vista, hoje, como uma componente intrínseca do Ensino Superior e uma competência fundamental para o futuro (Disponível no site da Escola).

Com este propósito a Escola organiza vários eventos internacionais com o objectivo de informar os estudantes acerca dos diferentes programas de mobilidade e cooperação, diplomas conjuntos, quer ao nível de Mestrado ou Doutoramento.

Ao longo da nossa permanência na Escola percebemos que se promove o contacto directo entre estudantes, docentes e não docentes bem como com os representantes de escolas internacionais parceiras de forma a tornar possível a discussão em trono das estratégias de internacionalização entre as Universidades.

Importa referir que em cada ano académico, mais de 300 estudantes da escola no 1º e 2º Semestres participam em programas de mobilidade e cooperação no estrangeiro e mais de 500 estudantes estrangeiros são acolhidos na Escola, cerca de 100 são oriundos do Espaço Lusófono (Informação Oficial).

No que diz respeito a alunos oriundos do Espaço Lusófono propriamente dito, e sobretudo nos PALOP, a Escola tem colocado a cooperação como uma das prioridades nas Relações Internacionais pelo que desde 1986 fomenta as relações académicas com a Universidade Agostinho Neto de Angola e com a Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique bem como com o Governo da República de Cabo Verde na consolidação do Ensino Superior (Disponível no site da Escola).

Assim, os alunos podem candidatar-se ao abrigo do regime geral, ao abrigo de regimes especiais e ao abrigo de protocolos ou contractos estabelecidos entre as Escolas.

A Escola apoia este processo de diversas formas: através do apoio aos alunos oriundos do Espaço Lusófono no que diz respeito a funções administrativas no âmbito dos programas de mobilidade e cooperação, através do apoio aos docentes provenientes dos países africanos, através do apoio aos estudantes africanos que ingressam na Escola para além de apostar numa formação dos estudantes dos PALOP, como complemento à formação realizada no seu país, quando o grau ou a especialidade aí não exista. Sem esquecer o apoio na formação do corpo docente e não docente através de estágios com objectivos específicos e formação pós-graduada (Disponível no site da Escola).

Constatámos na nossa observação que a Escola apoia todos os estudantes oriundos dos PALOP, por exemplo, que tenham ingressado na Escola ao abrigo dos regimes atrás citados, ajudando-os na sua inserção na vida académica bem como na sociedade portuguesa (n.t.c.).

1.1.4.5. Trajectórias

As Trajectórias dos alunos, *In Coming*, começa com o contacto com a Escola a solicitar informações de ingresso, a informação é disponibilizada normalmente via electrónica. Seguidamente é feita a candidatura de acordo com os regulamentos vigentes de cada programa de mobilidade, a mesma vai a validar ao coordenador do programa e a confirmação devidamente assinada pelos responsáveis segue para o aluno de forma a validar institucionalmente a mobilidade (n.t.c.).

No início do ano lectivo os alunos chegam a Portugal, ainda que de forma faseada. A Escola tem um pacote com documentação variada e informações úteis, desde rede de bancos, rede de telemóveis, alojamento, etc, que fornece ao aluno no primeiro dia quando este chega à Escola (n.t.c.).

Já na Escola o aluno tem de realizar vários passos como pagar o seguro escolar, obter o cartão de aluno, pedir o acesso à rede informática da Escola, pedir alteração de cadeiras se assim o desejar. Depois de dar os passos

citados, alguns semelhantes aos alunos locais, nos órgãos administrativos os alunos estão prontos a iniciar o seu percurso lectivo (n.t.c.).

A trajectória dos alunos, *Out Coming*, é semelhante aos alunos *In Coming* pois este também começa com o contacto com a Escola no estrangeiro a solicitar informações de ingresso, a informação é disponibilizada normalmente via electrónica. Seguidamente é feita a candidatura de acordo com os regulamentos vigentes de cada programa de mobilidade, a mesma vai a validar ao coordenador de programa e a confirmação devidamente assinada na Universidade pretendida pelos responsáveis segue para o aluno de forma a validar institucionalmente a mobilidade (n.t.c.).

Neste caso, a Escola observada dá todas as informações necessárias ao aluno que pretende ir para o exterior desde questões relacionadas com vistos, como se alojar no país de destino, etc. Nestes casos, a Escola fornece toda a documentação necessária ao processo de candidatura bem como para a obtenção de visto, para além de orientar o aluno na tentativa de orientação de bolsa de estudo se for caso disso. A Escola mantém sempre o contacto com o aluno *Out Coming* até este regressar do exterior (n.t.c.).

Assistimos a um esforço por parte da Escola em acompanhar todos os alunos *In Coming* e *Out Coming*, embora de formas diferenciadas, o que nos levou a observar e a ouvir vários funcionários não docentes, vários alunos e até mesmo docentes num trabalho constante para manter a continuidade destes circuitos *In* e *Out Coming*. Assim, podemos dizer que a Escola tem um atendimento vocacionado para o auxílio e aconselhamento de acordo com a estratégica internacional da Escola (n.t.c.).

Com a Globalização das actividades de ensino, investigação e inovação tem-se assistido a um desenvolvimento de redes e parcerias internacionais entre escolas que reflectem sobre as práticas ao nível de ensino, investigação e inovação e que proporcionam uma experiência multinacional e multicultural aos seus alunos.

Observámos que esta Escola está integrada em várias redes internacionais e explora a possibilidade de integrar outras ou assessorar

oportunidades para novos acordos de cooperação internacional com outras Universidades, centros de Investigação e Desenvolvimento, indústria e empresas (Disponível no site da Escola).

O Capital social desenvolvido diariamente nesta Escola é significativo tendo em conta o número de alunos, docentes e não docentes que acolhe. É justamente este Capital social que está na base da possibilidade de construir um espaço de mobilidade e cooperação académica no Espaço Lusófono. Este Capital assume para nós a perspectiva central neste trabalho devido às suas propriedades promove, em nosso entender e de acordo com Pierre Bourdieu, entre outras coisas a coesão e o desenvolvimento social.

Para terminar gostaríamos de deixar um apontamento sobre algo que consideramos importante, que é a existência na Escola de um espaço que auxilia a elaborar propostas de projectos internacionais, de cariz institucional, e procede ao respectivo acompanhamento ou auxilia a identificar oportunidades de financiamento e outros projectos com interesse ou ainda apoia e aconselha os docentes e investigadores da Escola na elaboração de propostas.

1.1.5. "*Mente sã em Corpo são*": A Escola, a Cultura e o Desporto

A cultura e o desporto têm um papel central importante na vida desta Escola, contribuindo para que a vida universitária se estenda muito para além do ensino. O cinema, o teatro, a música, a pintura, o jornalismo académico, a fotografia, a rádio são actividades que têm vindo a ter uma importância crescente na vida da Escola promovendo desta forma o espírito crítico e o potencial criativo dos alunos (Disponível no site da Escola).

"É muito importante para os jovens, para os estudantes haver uma formação paralela à formação técnico-científica (…) o homem completo também tem de gostar de música, literatura, poesia, cinema (…) através da música trouxemos uma vertente cultural para dentro desta casa (…)."
Entrevistado 14

As Tunas, masculina e feminina, também têm tido a nível nacional e internacional, um papel dinamizador da cultura académica e de promoção da própria Escola.

O desporto está bem presente nas actividades extracurriculares da Escola através da prática de várias modalidades desportivas como o Basquetebol, Futebol, o Andebol e o Rugby, entre outras. A Escola tem no seu campus espaços desportivos onde os alunos podem ocupar o seu tempo e interagir com os demais.

" (…) Devia haver uma, ainda, maior ênfase na actividade desportiva (…) a Universidade devia oferecer mais actividades desportivas (…) actividades gratuitas (…)". Entrevistado 14

Verificámos no decorrer da observação que, como já tivemos oportunidade de referir, as actividades extracurriculares como a música ou o desporto podem funcionar como um facilitador na integração dos alunos estrangeiros tornando-se num mecanismo, a par com a Língua Portuguesa, de coesão social dentro e fora da Escola.

1.1.6. Investigação

A investigação nesta Universidade centra-se nas Unidades e Institutos e de acordo com as de áreas de competência associadas a desafios com um forte impacto na sociedade. Estas áreas são interdisciplinares e transversais a vários domínios do conhecimento (Disponível no site da Escola).

Salientamos que a investigação nesta Escola é desenvolvida em conjunto com a oferta de formação avançada, onde a vertente de investigação é feita nos Centros de investigação da Escola. Estes Centros dedicam-se a temas multidisciplinares e são caracterizados por um ambiente internacional e multicultural (Disponível no site da Escola).

A nosso ver não podemos dissociar o ensino, a investigação e a transferência de tecnologia que é algo em que a Escola aposta, pois acredita que é possível valorizar economicamente o conhecimento transmitido pela Escola e ao mesmo tempo gerir a valorização da propriedade intelectual da mesma, aliás o ponto central desta questão toca a dinamização das relações empresariais com a referida Escola.

Na dinamização da Escola com as empresas pode-se destacar o recrutamento de alunos ou a formação de quadros, entre outras que não mencionamos pois não são do âmbito deste estudo. Do que observámos não escolhemos este dois exemplos ao acaso, escolhemo-los porque são exemplos que envolvem alunos oriundos do Espaço Lusófono e cujo processo vai de encontro aos nossos argumentos teóricos sobre o Capital Humano baseados em Gary Becker.

A título de exemplo, algumas petrolíferas sedeadas num País Lusófono através de protocolos existentes, de dinamização entre a Escola e a empresa, recrutam alunos à Escola nas áreas adequadas ao seu negócio (n.t.c.).

Outro exemplo, ainda com petrolíferas, estas proporcionam bolsas a alunos do país lusófono em questão de forma a virem ingressar na Escola e tirar o curso superior adequado às necessidades da empresa. No final, o aluno retorna ao seu país de origem e integra os quadros da empresa (n.t.c.).

Recorrendo à teoria de Gary Becker, podemos verificar que os retornos directos para o Capital Humano estão bem visíveis nestes dois exemplos. Está bem patente também o reflexo dos retornos indirectos para o Capital Humano, os retornos para a sociedade.

Não podemos deixar de referir que estas parcerias, Escola-Empresa, de cariz internacional são um nicho dentro da realidade actual no entanto são a nosso ver uma hipótese sustentável. Assim, o Capital Humano aproveita da melhor forma o que a Escola lhe oferece, o conhecimento, e transfere-o para a sociedade, fomentando um desenvolvimento local e regional sustentado e sustentável algo que a nosso ver deveria ser mais trabalhado num futuro próximo.

Encerramos este ponto recorrendo a Robert Putnam e à teoria do Capital social onde a Escola é vista como um bem público cuja principal finalidade é dar formação aos seus alunos e, assim, potenciar o desenvolvimento e o bem estar da sociedade.

2. Organização da Escola

A Escola observada conta com mais de 10.000 alunos, com cerca de 1000 doutorados e 300 estudantes ao abrigo de programas de mobilidade e cooperação no estrangeiro. Recebe mais de 500 estudantes estrangeiros por ano, onde100 são oriundos do Espaço Lusófono.

O rácio entre aluno/docente é de 11 e entre aluno/pessoal é de 14, segundo a informação oficial disponível na página da Escola.

A Escola está organizada da seguinte forma:

a) Órgãos da Escola
- Conselho de Escola
- Presidente
- Conselho de Gestão
- Conselho Científico
- Conselho Pedagógico

b) Órgãos Consultivos
- Assembleia de Escola

c) Outros Órgãos

d) Unidades Académicas

e) Diversas Direcções

f) Diversos Serviços de Apoio

i) Transferência de Tecnologia

Capítulo II

1. A construção do espaço da Universidade através da internacionalização. Análise de dados empíricos recolhidos através das entrevistas em articulação com os contributos teóricos

Nesta análise os dados empíricos recolhidos nas entrevistas articulam-se com os contributos teóricos.

O processo de Globalização das últimas décadas tem deixado as suas marcas pela sociedade e provocou na Universidade a necessidade de novas metodologias de ensino, entre as quais uma aposta na internacionalização.

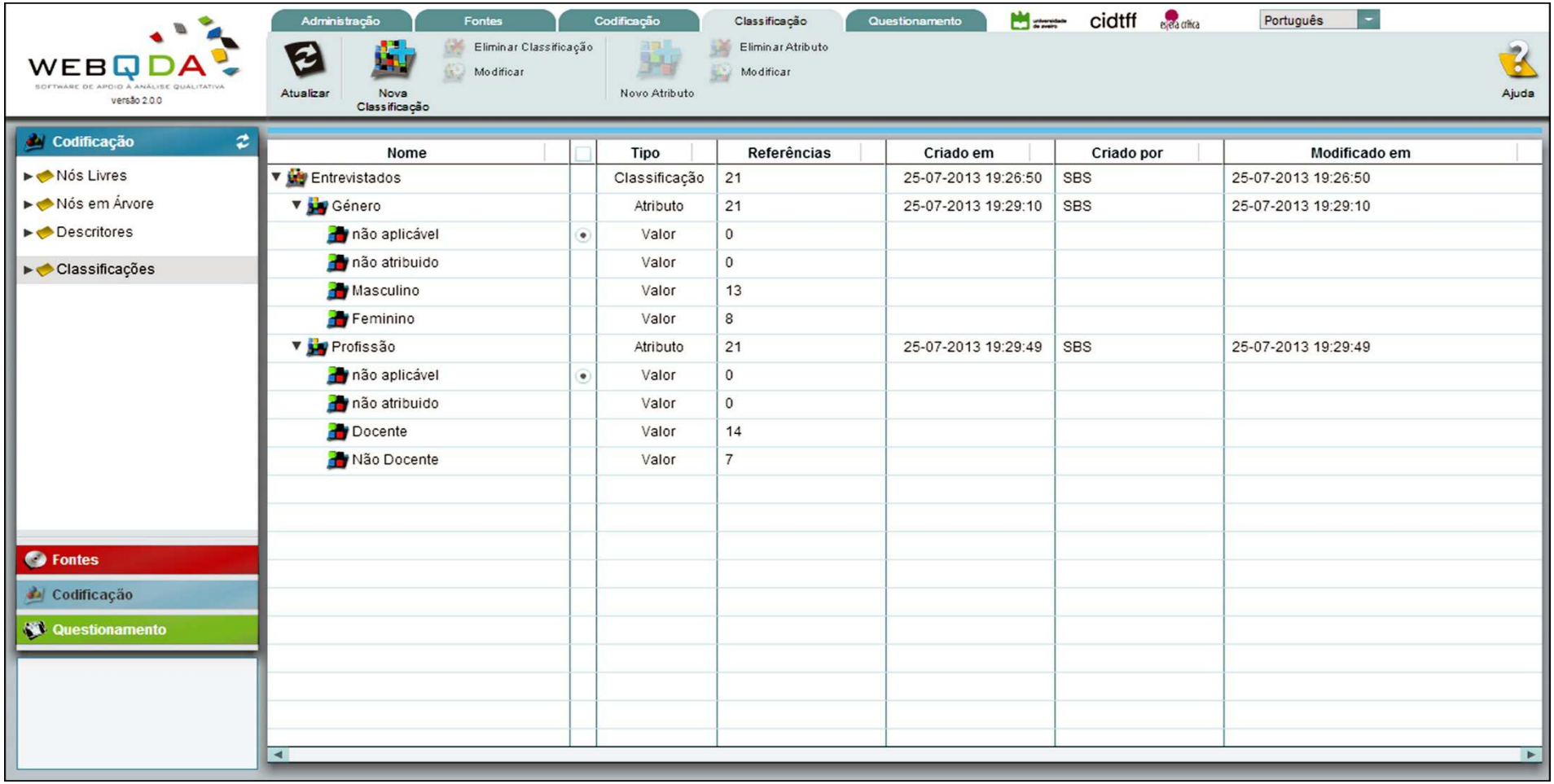
A Universidade tem vindo a adoptar práticas de Educação, que nunca tinha aplicado até há uns anos a esta parte, sobretudo a introdução de políticas multidisciplinares e transnacionais de Ensino.

As necessidades do Capital Humano credenciado pela Universidade são exigentes e reflectem-se, a médio e longo prazo, em oportunidade de emprego e/ou de investigação. Nas 21 entrevistas realizadas a docentes e não docentes da Universidade observada percebemos na análise dos seus discursos que é unânime a ideia de Cooperação entre Universidades do Espaço Lusófono, a partilha de conhecimentos como forma de capacitar o Capital Humano para o futuro dos mesmos e da sociedade não é menos importante que a partilha de uma História em comum e da Língua Portuguesa.

As redes que têm origem neste processos bem como a sua manutenção e desenvolvimento são, em nosso entender, a base para a construção de um espaço de Geocentralidade académica, considerando o Espaço Lusófono.

Passamos à análise das entrevistas de acordo com as dimensões estruturadas no guião e a respectiva articulação com a matriz teórica deste trabalho.

Como já foi referido utilizámos o suporte informático webQDA (Web Qualitative Data Analysis) como auxiliar da análise qualitativa das entrevistas. Salientamos o quadro seguinte, criado no *software* onde constam o número de entrevistados e a sua caracterização segundo o género e a profissão.



Quadro 4 - Classificação por atributos dos entrevistados. (webQDA)

As entrevistas realizadas estão introduzidas no *software* como *Fontes Internas,* em formato de texto pois foram todas transcritas. No programa estes textos estão catalogados como entrevistado 1, entrevistado 2, e assim por diante mantendo desta forma a confidencialidade dos entrevistados, como regra da metodologia.

As fontes internas poderiam ser, para além das entrevistas, relatórios, vídeos, áudios que tivessem relevância para o estudo. Neste caso são apenas as entrevistas. As entrevistas estão catalogadas da seguinte forma:

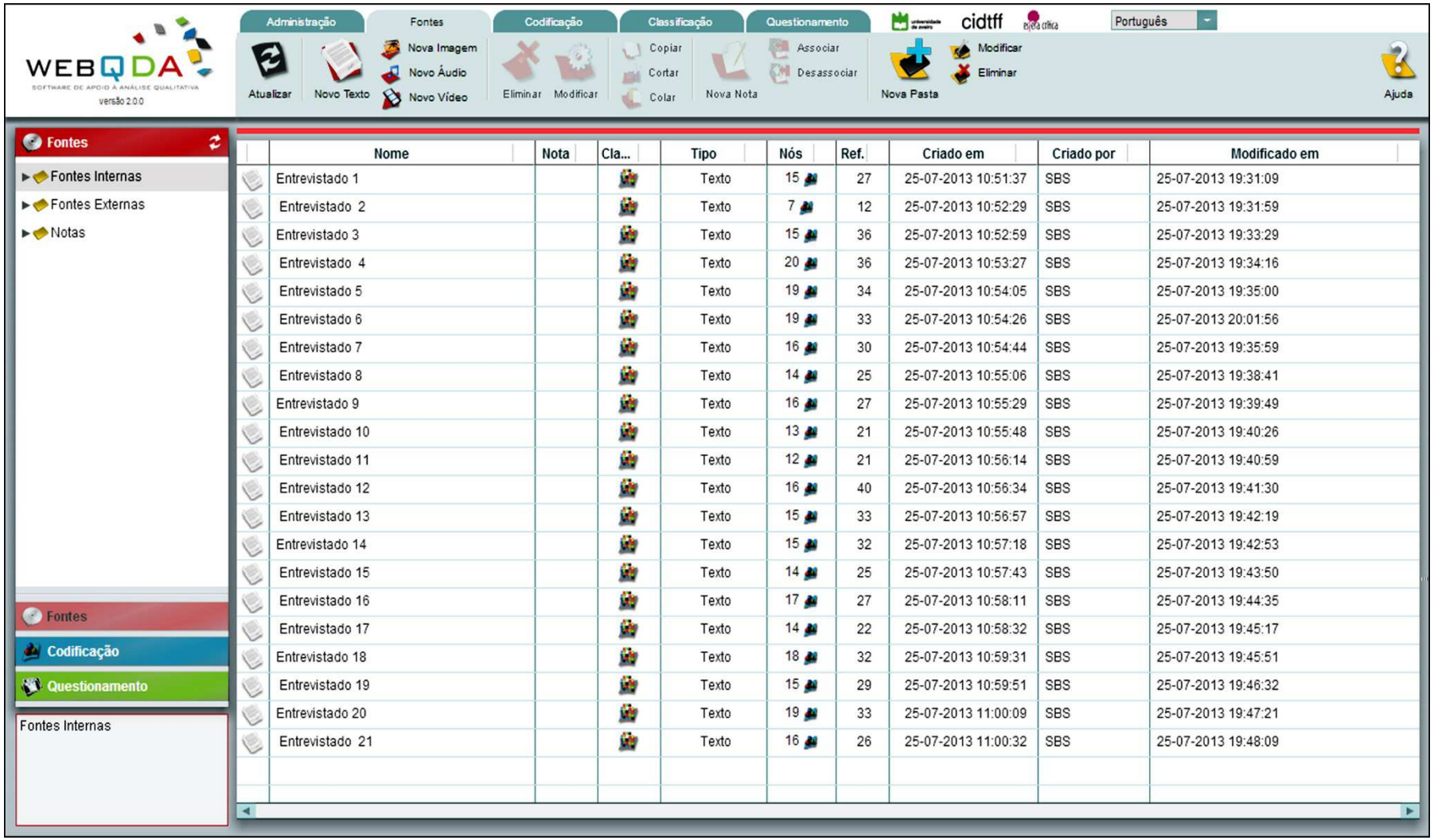
DESIGNAÇÃO	***CODIFICAÇÃO***
Não Docente	Entrevistado 1
Não Docente	Entrevistado 2
Não Docente	Entrevistado 3
Não Docente	Entrevistado 4
Não Docente	Entrevistado 5
Não Docente	Entrevistado 6
Não Docente	Entrevistado 7
Docente	Entrevistado 8
Docente	Entrevistado 9
Docente	Entrevistado 10
Docente	Entrevistado 11
Docente	Entrevistado 12
Docente	Entrevistado 13
Docente	Entrevistado 14
Docente	Entrevistado 15
Docente	Entrevistado 16
Docente	Entrevistado 17
Docente	Entrevistado 18
Docente	Entrevistado 19
Docente	Entrevistado 20
Docente	Entrevistado 21

Quadro 5 - Codificação das entrevistas

Depois de ter passado o processo de inserção das entrevistas é necessário gerir e codificar os dados pelo que no *software* passamos para a codificação dos dados e são gerados o que o programa chama de *nós.* Estes nada mais são que um aglutinador de ideias e que ajudam na organização, contextualização e categorização dos dados. Por isso veremos no quadro seguinte que a cada entrevistado correspondem uma serie de *nós,* neste caso informações ou conceitos relacionados e as respectivas referências, como se pode verificar no quadro 6.

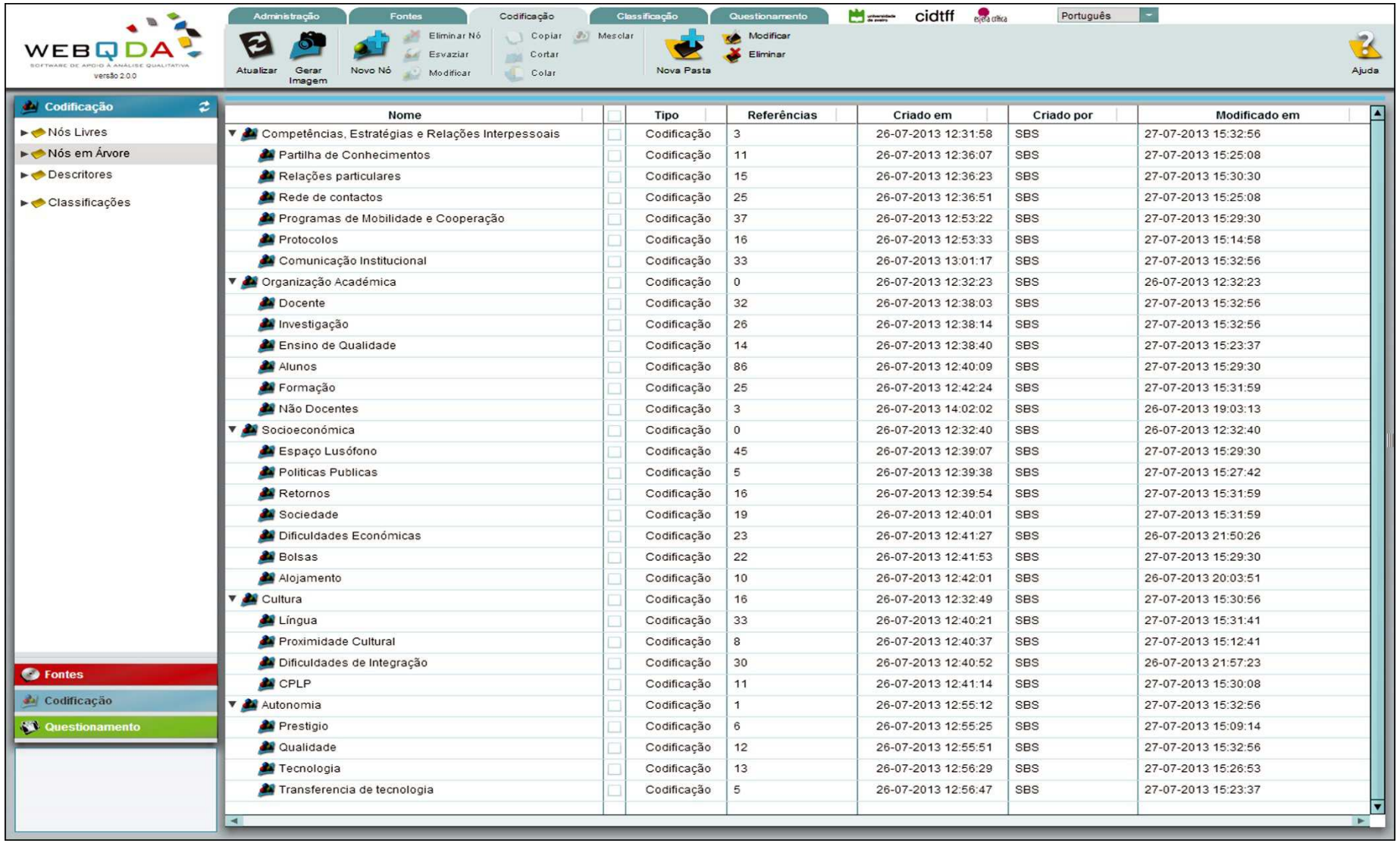
Importa salientar a relevância dos discursos produzidos pelos entrevistados, para além dos *out-puts* dados pelo sistema de análise qualitativa colocámos também alguns estratos das entrevistas, bem como toda a informação recolhida através das Notas de Trabalho de Campo que decorreram do período de observação na Universidade.

No quadro 7 estão os chamados *nós em árvore*, do webQDA; que para nós são as nossas dimensões de análise e as respectivas variáveis, que nortearam este estudo.



Nome	Nota	Cla...	Tipo	Nós	Ref.	Criado em	Criado por	Modificado em
Entrevistado 1			Texto	15	27	25-07-2013 10:51:37	SBS	25-07-2013 19:31:09
Entrevistado 2			Texto	7	12	25-07-2013 10:52:29	SBS	25-07-2013 19:31:59
Entrevistado 3			Texto	15	36	25-07-2013 10:52:59	SBS	25-07-2013 19:33:29
Entrevistado 4			Texto	20	36	25-07-2013 10:53:27	SBS	25-07-2013 19:34:16
Entrevistado 5			Texto	19	34	25-07-2013 10:54:05	SBS	25-07-2013 19:35:00
Entrevistado 6			Texto	19	33	25-07-2013 10:54:26	SBS	25-07-2013 20:01:56
Entrevistado 7			Texto	16	30	25-07-2013 10:54:44	SBS	25-07-2013 19:35:59
Entrevistado 8			Texto	14	25	25-07-2013 10:55:06	SBS	25-07-2013 19:38:41
Entrevistado 9			Texto	16	27	25-07-2013 10:55:29	SBS	25-07-2013 19:39:49
Entrevistado 10			Texto	13	21	25-07-2013 10:55:48	SBS	25-07-2013 19:40:26
Entrevistado 11			Texto	12	21	25-07-2013 10:56:14	SBS	25-07-2013 19:40:59
Entrevistado 12			Texto	16	40	25-07-2013 10:56:34	SBS	25-07-2013 19:41:30
Entrevistado 13			Texto	15	33	25-07-2013 10:56:57	SBS	25-07-2013 19:42:19
Entrevistado 14			Texto	15	32	25-07-2013 10:57:18	SBS	25-07-2013 19:42:53
Entrevistado 15			Texto	14	25	25-07-2013 10:57:43	SBS	25-07-2013 19:43:50
Entrevistado 16			Texto	17	27	25-07-2013 10:58:11	SBS	25-07-2013 19:44:35
Entrevistado 17			Texto	14	22	25-07-2013 10:58:32	SBS	25-07-2013 19:45:17
Entrevistado 18			Texto	18	32	25-07-2013 10:59:31	SBS	25-07-2013 19:45:51
Entrevistado 19			Texto	15	29	25-07-2013 10:59:51	SBS	25-07-2013 19:46:32
Entrevistado 20			Texto	19	33	25-07-2013 11:00:09	SBS	25-07-2013 19:47:21
Entrevistado 21			Texto	16	26	25-07-2013 11:00:32	SBS	25-07-2013 19:48:09

Quadro 6 - Classificação e categorização dos entrevistados. (webQDA)



Nome		Tipo	Referências	Criado em	Criado por	Modificado em
Competências, Estratégias e Relações Interpessoais		Codificação	3	26-07-2013 12:31:58	SBS	27-07-2013 15:32:56
Partilha de Conhecimentos		Codificação	11	26-07-2013 12:36:07	SBS	27-07-2013 15:25:08
Relações particulares		Codificação	15	26-07-2013 12:36:23	SBS	27-07-2013 15:30:30
Rede de contactos		Codificação	25	26-07-2013 12:36:51	SBS	27-07-2013 15:25:08
Programas de Mobilidade e Cooperação		Codificação	37	26-07-2013 12:53:22	SBS	27-07-2013 15:29:30
Protocolos		Codificação	16	26-07-2013 12:53:33	SBS	27-07-2013 15:14:58
Comunicação Institucional		Codificação	33	26-07-2013 13:01:17	SBS	27-07-2013 15:32:56
Organização Académica		Codificação	0	26-07-2013 12:32:23	SBS	26-07-2013 12:32:23
Docente		Codificação	32	26-07-2013 12:38:03	SBS	27-07-2013 15:32:56
Investigação		Codificação	26	26-07-2013 12:38:14	SBS	27-07-2013 15:32:56
Ensino de Qualidade		Codificação	14	26-07-2013 12:38:40	SBS	27-07-2013 15:23:37
Alunos		Codificação	86	26-07-2013 12:40:09	SBS	27-07-2013 15:29:30
Formação		Codificação	25	26-07-2013 12:42:24	SBS	27-07-2013 15:31:59
Não Docentes		Codificação	3	26-07-2013 14:02:02	SBS	26-07-2013 19:03:13
Socioeconómica		Codificação	0	26-07-2013 12:32:40	SBS	26-07-2013 12:32:40
Espaço Lusófono		Codificação	45	26-07-2013 12:39:07	SBS	27-07-2013 15:29:30
Politicas Publicas		Codificação	5	26-07-2013 12:39:38	SBS	27-07-2013 15:27:42
Retornos		Codificação	16	26-07-2013 12:39:54	SBS	27-07-2013 15:31:59
Sociedade		Codificação	19	26-07-2013 12:40:01	SBS	27-07-2013 15:31:59
Dificuldades Económicas		Codificação	23	26-07-2013 12:41:27	SBS	26-07-2013 21:50:26
Bolsas		Codificação	22	26-07-2013 12:41:53	SBS	27-07-2013 15:29:30
Alojamento		Codificação	10	26-07-2013 12:42:01	SBS	26-07-2013 20:03:51
Cultura		Codificação	16	26-07-2013 12:32:49	SBS	27-07-2013 15:30:56
Língua		Codificação	33	26-07-2013 12:40:21	SBS	27-07-2013 15:31:41
Proximidade Cultural		Codificação	8	26-07-2013 12:40:37	SBS	27-07-2013 15:12:41
Dificuldades de Integração		Codificação	30	26-07-2013 12:40:52	SBS	26-07-2013 21:57:23
CPLP		Codificação	11	26-07-2013 12:41:14	SBS	27-07-2013 15:30:08
Autonomia		Codificação	1	26-07-2013 12:55:12	SBS	27-07-2013 15:32:56
Prestigio		Codificação	6	26-07-2013 12:55:25	SBS	27-07-2013 15:09:14
Qualidade		Codificação	12	26-07-2013 12:55:51	SBS	27-07-2013 15:32:56
Tecnologia		Codificação	13	26-07-2013 12:56:29	SBS	27-07-2013 15:26:53
Transferencia de tecnologia		Codificação	5	26-07-2013 12:56:47	SBS	27-07-2013 15:23:37

Quadro 7 - Dimensões de análise. (Nós em árvores do webQDA)

1.1. Dimensão da autonomia e da tecnologia

A Universidade dos dias de hoje e a tecnologia convergem para um ponto em comum, a globalização dos saberes, pois a qualificação dos docentes, investigadores e pessoal não docentes coloca-os num determinado espaço dentro da divisão social do trabalho que por sua vez conduz à organização do trabalho dentro de cada departamento da Escola.

A qualificação baseada na detenção de conhecimento tecnológico, embora a diversos níveis dentro da Escola, tornam-se estratégicas quer para a Escola quer para o seu Capital Humano incluídos os alunos, pois proporcionam uma organização do trabalho baseada no cerne dessas mesmas qualificações. A tecnologia que serve de base às determinadas técnicas de ensino, de laboratório por exemplo, e assume um papel importante neste contexto, pois é ela que permite a passagem de uma organização do trabalho para uma organização técnica do trabalho permitindo maior rapidez na execução de tarefas e minimizando os erros (n.t.c.).

A Escola observada e o poder tecnológico veiculado pelos discursos produzidos durante as entrevistas vêm de encontro ao referenciado no nosso quadro teórico: O poder tecnológico é considerado um tipo de poder decisivo na necessidade dos Estados se afirmarem em contexto internacional, sendo este a base da sustentação e da evolução do tecido industrial, económico e científico de um determinado país sendo que este tipo de poder está intimamente ligado ao poder científico (Cf. Quadro Teórico).

Vários autores consideram que o ambiente social constitui, ele próprio, uma base tecnológica e que ao mesmo tempo este é modificado pelas invenções e inovações tecnológicas embora no que toca à produção de bens e serviços proporciona, ao mesmo tempo, novas oportunidades em termos de inovação desses mesmos bens e serviços.

Na Universidade observada durante o seu dia-a-dia a tecnologia é utilizada como ferramenta do seu trabalho, isto é, as tecnologias contribuem para a produção de serviços de apoio ao estudante e à docência bem como é

utilizada por docentes investigadores e alunos na actividade académica e de investigação diariamente (n.t.c.).

Na opinião de um docente:

“ (…) as minhas cadeiras exigem livros (…) mas hoje já têm internet e retiram de lá (…) já é mais fácil (…)” Entrevistado 10

Na área internacional sobressai a opinião de um colaborador não docente:

“ (…) mas vamos ter os procedimentos informatizados e os certificados automáticos (…) o que é uma grande ajuda pois só de alunos in coming este ano teremos de emitir cerca de 450 certificados (…) e os recursos humanos não são suficientes face ao aumento que tivemos (…) a informatização ajuda imenso (…) os programas vão crescendo a solução não e colocar mais pessoas mas optimizar o que temos (…) procedimentos, ferramentas que funcionem e que agilizem os processos de outra forma é impraticável (…)” Entrevistado 5

É importante perceber que a tecnologia assume um papel fundamental, pois é em torno dela que actualmente grande parte da componente prática da actividade lectiva bem como da investigação científica desta Escola ganha forma. O resultado final materializado através de invenção, e esta depende do desempenho quer da tecnologia utilizada quer do domínio sobre a mesma do Capital Humano que a opera, pelo que o resultado é em alguns casos, registado sob a forma de patente e passa a chamar-se de inovação (n.t.c.).

O resultado ou *output* em forma de invenção, ainda dentro do laboratório da Escola, vai permitir a construção de uma determinada inovação, já na sociedade, isto segundo Schumpeter (1883-1950). Importa referir que dentro de um qualquer laboratório da Escola observada o Capital Humano interage diariamente com a tecnologia, e neste ponto, a investigação científica ganha

forma, a teoria passa à prática e assume a sua verdadeira forma, desta feita física (n.t.c). [69]

Segundo a orientação teórica escolhida por nós, estas afirmações ganham forma (...) desenvolvimento tecnológico de um país passa pelos laboratórios das suas Universidades, daí considerarmos que este tipo de poder está directamente relacionado com o poder científico (Cf. Quadro teórico).

Salientamos que, nesta Escola, a tecnologia está sempre presente, embora de diversas formas consoante o contexto. A tecnologia está sempre presente nos serviços de gestão da Escola, de apoio ao estudante ou nas unidades académicas e define não só os contornos do serviço em questão bem como define a organização do trabalho do mesmo, pois todos os serviços orgânicos estão organizados de forma a responderem a necessidades da Escola no geral, do aluno e da actividade académica e cientifica em particular e a tecnologia que utilizam está ajustada a cada realidade desta Escola (n.t.c.).

A construção do espaço da Universidade está, desta forma, assente num corpo de saberes teóricos e práticos que decorrem de um processo de codificação teórico-científico transmitido aos alunos durante a sua permanência na Escola.

É o caso das formas de conhecimento científico transferíveis para a tecnologia, e que possibilitam indexar uma intervenção profissional a procedimentos previamente protocolados, isto é, determinados saberes teóricos e práticos são transmitidos pelo docente ao aluno através da manipulação de determinada tecnologia, o que na opinião de alguns docentes e investigadores revela o quão importante é o domínio da tecnologia na qualificação do Capital Humano da Escola (n.t.c.).

---

(69) n.t.c. As notas de trabalho de campo decorrem sobretudo da observação participante que durou vários meses e que foi fundamental neste trabalho.

É o caso das formas de conhecimento científico transferíveis para a tecnologia, e que possibilitam indexar uma intervenção profissional a procedimentos previamente protocolados, isto é, determinados saberes teóricos e práticos são transmitidos pelo docente ao aluno através da manipulação de determinada tecnologia, o que na opinião de alguns docentes e investigadores revela o quão importante é o domínio da tecnologia na qualificação do Capital Humano da Escola (n.t.c.).

“ (…) Competências necessárias mesmo para quem vai trabalhar para empresas já estabelecidas, porque cada vez mais não se faz engenharia no vazio…faz-se engenharia na sociedade porque há alguém que está disposta a pagar por ela (…) encontro as necessidades do consumidor e o engenheiro pode não estar preparado para isso (…) as competências necessárias ao empreendedorismo são aqui fundamentais (…) as empresas até formam equipas de trabalho para descobrir novas linhas de negócio, novos produtos (…) são necessárias essas competências (…) existe um conceito mais vasto que é o conceito de produto que vai responder a uma necessidade da sociedade (…) aspectos de gestão também são importantes para estas questões associado à engenharia (…) fazem engenharia para resolver um problema para a sociedade (…) útil para alguém (…) porque alguém precisa (…) Entrevistado 14

É, a nosso entender, o domínio deste corpo de saberes e práticas transmitidos bem como o domínio de determinadas tecnologias que permite a construção do espaço da Universidade pois este tipo de domínio permite à Escola delinear espaços académicos de intervenção, as fronteiras curriculares bem como proteger o seu espaço de investigação científica. No entanto, nesta questão da qualificação do Capital Humano e construção de espaço de saberes especializados onde o domínio tecnológico é central, um docente julga que também é importante o Capital Humano perceber o quão importante é o seguinte:

“ (…) ajudá-los a perceber, a abrir a mente, reflectir, não é só ver números há que perceber se faz sentido (…) tem de mais tarde perceber como fazer a extrapolação daquilo que aprenderam para a sociedade, indústria, etc (…)” Entrevistado 18

O poder científico em articulação com o poder tecnológico é um indicador do “estado da arte” da intelectualidade académica e científica de um determinado Estado o que reflecte a qualidade dos seus cidadãos. Estamos a falar da existência e disponibilidade de indivíduos qualificados para trabalharem e desenvolverem projectos de investigação em várias áreas do conhecimento, entre as quais está a área das tecnologias o que desemboca, mais tarde ou mais cedo, na produção de produtos inovadores geradores de valor acrescentado e que são altamente competitivos em contexto internacional (Cf. Quadro Teórico).

O *software* por nós utilizado gera matrizes, que são como que uma análise cruzada, por exemplo fazendo uma análise cruzada entre a dimensão da autonomia e a dimensão da organização académica, que categorias temos numa dimensão em contraponto com a outra, o que está codificado em simultâneo ou até se existe relação entre categorias descritivas, atributos por exemplo.

Na matriz 1 e de acordo com que temos vindo a explanar é perceptível de perceber pela análise cruzada dos discursos no que diz respeito a estas duas dimensões, autonomia e organização académica, que a preocupação com a qualidade de ensino e com a formação prestada estão relacionadas que com a Qualidade que é exigida à Escola bem como com importância da transferência tecnológica para a sociedade, a julgar pelos alunos que foram os que mais referenciaram esse aspecto.

Nº Entrevistados que referiram:				
Autonomia	Prestígio	Qualidade	Autonomia	Transferência de tecnologia
Organização Académica	0	0	0	0
Docente	1	4	0	1
Investigação	0	1	0	2
Ensino de Qualidade	1	5	1	2
Alunos	2	5	0	1
Formação	1	3	0	4
Não Docentes	1	0	0	0
Referências ocorridas:				
Autonomia	Prestigio	Qualidade	Autonomia	Transferência de tecnologia
Organização Académica	0	0	0	0
Docente	1	4	0	1
Investigação	0	1	0	2
Ensino de Qualidade	1	5	1	2
Alunos	4	6	0	1
Formação	1	4	0	4
Não Docentes	1	0	0	0

Quadro 8 - (Matriz 1) Matriz que cruza a dimensão organização académica com dimensão da autonomia por parte da Universidade. Fonte: Análise webQDA dos dados elaborados pela autora

Também constatámos que a tecnologia faz, muitas vezes, a aproximação entre os alunos independentemente da sua nacionalidade e entre o aluno e o docente, pois é ela que possibilita e que faculta as informações necessárias para a construção de um determinado resultado decorrente de um qualquer trabalho, teórico, prático ou inerente à investigação científica (n.t.c.).

Importa aqui salientar e de acordo com o nosso quadro teórico a importância que assume o conceito de geopolítica enquanto representativo no passado de uma construção social que os actores desenvolviam entre o seu ambiente territorial e os demais actores de outros territórios: Hoje, e de acordo com esta investigação, olhamos para o conceito geopolítica reconstruído, um conceito assente não só em unidades territoriais e nas suas relações mas num conceito de geopolítica que aborda as questões inerentes ao processo de globalização como é a transferência de conhecimento e de tecnologia através de redes transnacionais.

Na actividade da Escola os docentes/investigadores têm uma responsabilidade grande pois na sua profissão têm de lidar diariamente com questões de maior ou menor complexidade quer na docência quer na investigação científica. Desta forma, os seus conhecimentos teóricos sobre determinada matéria são de extrema importância bem como as competências adquiridas. É muito importante, para todo o corpo docente desta Escola, que a actualização sobre a matéria teórica da sua área académica seja mantida por todos bem como o exercício de determinadas práticas que os conduzirá a um acumular de competências, pois a competência é uma articulação complexa e meticulosa entre o conhecimento teórico e o conhecimento prático (n.t.c.).

No que toca ao corpo não docente da Escola, este opera com a tecnologia de forma a dar resposta a inúmeras situações decorrentes da gestão académica e do apoio aos órgãos de gestão da escola embora, em alguns casos, com a orientação do corpo docente (n.t.c).

Importa salientar que no caso dos não docentes a materialização do conceito de tecnologia aparece associada a determinados aspectos simbólicos da Escola nomeadamente impressos próprios, horários, formulários, relatórios, processos financeiros, processos administrativos, jurídicos, de pessoal, etc.

que também eles encerram um vasto conhecimento. Este conhecimento está nas mãos de quem opera nas da gestão académica e do apoio aos órgãos de gestão e é através deste tipo de saber, muitas vezes associando o saber administrativo com a tecnologia utilizada, que os não docentes da Escola têm o poder para construir o seu espaço profissional (n.t.c.).

Como os próprios nos revelaram, muitas vezes conseguem perceber determinados pormenores de um processo devido a terem uma perspectiva técnica da questão assente em conhecimentos e competências adquiridas ao longo das suas vidas profissionais (n.t.c.).

Associado às questões que temos vindo a explicar está o prestígio. O prestígio da escola bem como de determinadas áreas, que está directamente relacionado com a missão da Escola ou com estratégias delineadas pela mesma como é caso da área internacional (n.t.c.).

" (…) a escola tem muito prestígio (…) aliás nós temos há muitos anos protocolos com a universidade de São Paulo, eu tenho no meu laboratório pós docs brasileiros da USP (…) não tenho dúvidas que na comunidade lusófona a escola tem um prestigio enorme (…) nesses alunos de Angola devíamos acompanhar todos os alunos que vinham (…) por esse protocolo mas eu juntava outros alunos com algumas dificuldades e já que ia dar uma aula de duvidas tanto me fazia ter la 10 ou 20 ou 30 (…) vinham também muitos cabo-verdianos (…) palop em geral e todos eles tinham a nossa escola como referência (…)" Entrevistado 9

À semelhança do corpo docente as competências do corpo dos não docentes, segundo o mesmo grupo, adquire-se conjugando o conhecimento teórico com o prático, pois logo todos os não docentes à semelhança dos docentes, sabem como realizar uma abordagem mais correta a determinado assunto e esta competência adquire-se com a prática de elaboração de processos e/ou procedimentos de gestão académica e do apoio aos órgãos de gestão (n.t.c.).

Este tipo de questões não se coloca para o serviço de docência, propriamente dita, nem na área correspondente de investigação científica que o docente produz. Aqui apenas o docente/investigador determina as suas práticas (n.t.c.).

Para manter uma constante actualização do corpo não docente da Escola em relação às (novas) tecnologias utilizadas e às diferentes formas de operar com as mesmas, a Escola optou por colocar formação contínua à disposição dos mesmos para desta forma estes se especializarem ou simplesmente irem acumulando conhecimentos cada vez mais específicos e especializados. Há na Escola, uma política de constante formação, com a aquisição de novos conhecimentos e com a especialização cada vez mais acentuada dentro de cada actividade profissional de forma a definir claramente áreas de trabalho e optimização dos recursos financeiros e materiais existentes. A opinião de um não docente é a seguinte:

" (…) não há dinheiro (…) trabalho (…) visitar os nossos parceiros, perceber como trabalham porque basicamente vamos às conferências (…) e muitas vezes só vão duas pessoas do gabinete porque se gasta muito (…) Devia de ir o gabinete todo (…) uma semana para visitar é pouco (…) com reuniões e tal (…) pouco se aprende (…) devia ser mais tempo (…) é interessante mas devíamos fazer outras coisas (…) receber até recebemos muito mas ir para fora vamos pouco, e faz falta (…)" Entrevistado 5

Na construção da autonomia da área académica e de investigação, esta questão é um ponto fulcral pois esta consiste numa base de saberes indeterminados que está associada ao controlo das zonas de maior indeterminação ou incerteza. Assim, o domínio de determinado corpo de conhecimentos, algum com base num saber técnico e/ou tecnológico, está associada ao controlo de zonas passíveis de maior padronização, isto é, assistimos no Ensino Superior público a uma hierarquização de graus de autonomia dentro do corpo docente e dos investigadores bem como a diferentes graus de competências e detenção de determinados poderes (n.t.c.).

Salientámos que na matriz 1 existem interacções assinaladas a laranjas, estas reflectem as componentes das diferentes dimensões que mais referenciadas foram, no seu conjunto, nos discursos dos entrevistados. É perceptível confirmar o que verificámos quer no trabalho de campo através das n.t.c. como com a nossa argumentação teórica. Os discursos dos entrevistados reflectem que a qualidade do ensino é da maior importância para manter a qualidade da Escola, o seu prestígio e a sua autonomia bem a transferência de conhecimentos através da tecnologia. Facto que é comprovado pela articulação que os entrevistados fazem nos seus discursos entre as variáveis ensino de qualidade e alunos com qualidade da escola no seu geral e a transferência de saberes e praticas via tecnologia.

A matriz seguinte, matriz 2, espelha o que acabámos de referir através de notas de trabalho de campo, isto é, notas decorrentes da nossa observação. Nesta matriz a dimensão autonomia e cruzada com a dimensão das competências, estratégias e relações interpessoais e podemos verificar que os entrevistados referem que as questões da manifestação da autonomia académica se reflectem ao nível dos programas de mobilidade sob a forma de qualidade de ensino prestado e domínio de determinada tecnologia.

É um aspecto valioso para a Universidade o anteriormente citado pois, como também se pode verificar na matriz, associada à qualidade dos conhecimentos transmitidos e ao domínio da tecnologia podem, eventualmente, surgir os protocolos e o prestígio da escola torna-se relevante em contexto académico internacional. A prová-lo estão as maiores incidências nos discursos dos entrevistados, assinalados a laranja. Destaca-se a articulação entre os programas de mobilidade e cooperação e a qualidade da Escola bem como ao domínio da tecnologia a que está associada.

Nº Entrevistados que referiram:					
Autonomia	Autonomia	Prestigio	Qualidade	Tecnologia	Transferência de tecnologia
Competências, Estratégias e Relações Interpessoais	0	0	0	0	0
Partilha de Conhecimentos	0	0	1	0	0
Relações particulares	0	2	1	1	0
Rede de contactos	0	1	1	1	1
Programas de Mobilidade e Cooperação	0	1	3	3	2
Protocolos	0	2	0	1	0
Comunicação Institucional	0	1	0	2	0
Referências ocorridas:					
Autonomia	Autonomia	Prestigio	Qualidade	Tecnologia	Transferência de tecnologia
Competências, Estratégias e Relações Interpessoais	0	0	0	0	0
Partilha de Conhecimentos	0	0	1	0	0
Relações particulares	0	2	1	1	0
Rede de contactos	0	1	1	1	1
Programas de Mobilidade e Cooperação	0	1	3	3	2
Protocolos	0	2	0	1	0
Comunicação Institucional	0	1	0	2	0

Quadro 9 - (Matriz 2) Nesta matriz tentámos verificar como as Competências, Estratégias e Relações Interpessoais se articulam com a necessidade de manutenção de alguns aspectos da Autonomia académica.

Fonte: Análise webQDA dos dados elaborados pela autora.

1.2. Dimensão das competências, estratégias e relações interprofissionais

Neste ponto é discutido, no contexto destas práticas, como é que a tecnologia pode, ou não, estar na base da construção do espaço da Universidade bem como na construção da sua própria autonomia e fronteiras de cariz académico, definição de estratégias e relações interpessoais, complementando o que anteriormente foi dito.

A Escola tem vindo a desenvolver as suas estratégias de acção em torno de um conjunto de variáveis que considera relevante para a sua identidade enquanto uma *"Escola para o século XXI"* como os próprios se gostam de intitular.

Assim, neste seguimento teórico da *"Escola do século XXI"* surge o conceito de Universidade que comporta várias dimensões nomeadamente o seu corpo de conhecimentos e competências a transmitir, o seu cariz social, a sua utilidade pública bem como a vertente cultural que protege (Cf. Quadro Teórico).

Como já referimos, a tecnologia assume um papel fundamental nesta Escola, pois está directamente relacionada com a intervenção directa e indirecta com a docência e com a investigação científica e mais recentemente com uma aposta da Escola na transferência de tecnologia como forma de empreendedorismo. Esta transferência de tecnologia processa-se através do Capital Humano da Escola, neste caso de docentes, investigadores e sobretudo alunos. De acordo com o abaixo citado:

"A importância do conhecimento na sociedade dá-se pela transferência de tecnologia e de forma mais poderosa é a transferência dos recursos humanos mais capacitados pela formação na universidade para serem úteis à sociedade ou trabalhar em empresas ou trabalhar abrindo empresas (…) não e isso que e o mais importante (…) e que esses recursos humanos sejam o mais capacitados possíveis pelo sistema de ensino (…)" Entrevistado 14

A Área de Transferência de Tecnologia da Universidade observada tem como missão apoiar os órgãos de gestão na ligação da Escola à sociedade, nomeadamente através da valorização económica do conhecimento da Escola sendo responsável pela gestão e valorização da propriedade intelectual da mesma, sendo ainda o ponto focal para a dinamização das relações empresariais e para o apoio ao empreendedorismo da Escola (Cf. Caracterização da Escola).

A transferência de tecnologia assume-se como um benefício para a sociedade, isto é segundo o nosso quadro teórico um retorno externo ao Capital Humano que no entanto beneficia a sociedade, é um dos três pilares estratégicos da Escola, a par do ensino e da investigação. Segue-se a opinião de um docente entrevistado, acerca do assunto:

" (…) primeiro porque a transferência de tecnologia e do saber para estes países criam redes que de futuro darão projectos, darão estudantes e darão até problemas interessantes para resolver e desenvolver (…) depois acho que os nossos professores e investigadores em geral estão muito abertos a passarem algum tempo nesses países que estão noutro estagio de desenvolvimento (…)" Entrevistado 20

Na Escola a área de transferência tecnológica é considerada de importância estratégica pelo que tem um pelouro específico nos órgãos de gestão assim como o empreendedorismo e as ligações empresariais. Assim, a área de transferência tecnológica é o serviço responsável pela gestão e valorização da propriedade intelectual da Escola e do seu Capital Humano.

O conceito de poder tecnológico (Cf. Quadro Teórico), vem ajudar-nos, mais uma vez, a perceber como esta Escola garante o seu espaço académico e como alarga fronteiras ao mesmo.

A Escola observada aposta no conhecimento em profundidade através de um corpo de conhecimentos e práticas, de rigor, exigência e qualidade segundo os mesmos, que garante ao seu Capital Humano conhecimentos

actualizados e cada vez mais profundos sobre uma determinada área do conhecimento (n.t.c.).

De acordo com o discurso da Escola, a aposta na transferência tecnológica dá-lhes o poder que necessitam para puderem alargar o âmbito das suas competências junto do tecido empresarial (Cf. Caracterização da escola).

A autonomia da Escola enquanto instituição pública de Ensino Superior está intimamente ligada à sua produção de conhecimento científico, transmissão de saberes e práticas, ao seu discurso crítico e à sua função social enquanto instituição de utilidade pública (Cf. Quadro Teórico).

" (…) A autonomia é posta em causa (…) é complicado (…) as escolas portuguesas mais consolidadas (...) apoiar nos sistemas de qualidade do ensino, etc. (…)" Entrevistado 21

Assim, a Escola assegura uma posição de independência face ao poder político, religioso e demais grupos de pressão existentes na sociedade. O domínio em diversas áreas do conhecimento, sobretudo na vertente tecnológica através do dito poder tecnológico, garante a sua ligação à sociedade através da aposta na área de transferência tecnológica promovendo uma conexão ao tecido empresarial benéfica para a Escola, para o seu Capital Humano evitando as pressões atrás referidas (n.t.c.).

A matriz 3 vem de encontro ao nosso quadro teórico, mais concretamente, à Teoria do Capital Social de Robert Putnam e de como a Escola é um bem público detentor, por si só, e criador de um imenso Capital social. A matriz 3 mostra como os discursos produzidos pelos entrevistados que a tecnologia aparece relacionada quer com a sociedade em geral, quer com o Espaço Lusófono em particular. Assim, a esta variável que se traduz em parte por conhecimentos e praticas transmitidas pela Universidade é por si só associada ao desenvolvimento da sociedade fazendo desta forma valer a função social da Escola enquanto instituição e utilidade pública.

Salientamos as interacções nos discursos dos entrevistados assinaladas a laranjas, estas comprovam o que anteriormente foi dito, que os saberes e praticas que estão na base da construção de um capital, o Capital Humano, neste caso os entrevistados dão relevo aos saberes e praticas relacionados com o domínio da tecnologia, são o factor de maior destaque e que maior importância assume quando falamos da sociedade do Espaço Lusófono em particular e da sociedade no seu geral.

É de referir que o pilar fundamental do poder estratégico da Escola reside no seu corpo de saberes. A construção bem como a manutenção da autonomia académica, pensamento livre e espírito crítico da Escola reside, a nosso ver, no vasto e multidisciplinar corpo de saberes que detém.

Assim, parafraseando o General Loureiro dos Santos nunca a expressão “saber é poder” foi tão verdadeira, pois segundo o mesmo um dos factores intangíveis do potencial estratégico de um Estado é o conhecimento que este possui, pois o avanço tecnológico de um país, a sua capacidade de produzir conhecimento, o seu avanço científico bem como a nível intelectual do seu Capital Humano geram uma dinâmica de desenvolvimento bem como reforça a afirmação internacional desse mesmo país o que origina, consequentemente, o reforço da massa crítica intelectual e científica (Cf. Quadro Teórico).

Nº Entrevistados que referiram:							
Socioeconómica	Alojamento	Espaço Lusófono	Politicas Publicas	Retornos	Sociedade	Dificuldades Económicas	Bolsas
Autonomia	0	0	0	0	0	0	0
Prestigio	1	2	0	0	0	0	1
Qualidade	0	2	0	0	0	0	1
Tecnologia	0	4	1	1	3	1	1
Transferência de tecnologia	0	2	0	1	1	0	0

Referências ocorridas:							
Socioeconómica	Alojamento	Espaço Lusófono	Politicas Publicas	Retornos	Sociedade	Dificuldades Económicas	Bolsas
Autonomia	0	0	0	0	0	0	0
Prestigio	1	2	0	0	0	0	1
Qualidade	0	2	0	0	0	0	1
Tecnologia	0	4	1	1	4	1	1
Transferência de tecnologia	0	2	0	1	1	0	0

Quadro 10 - (Matriz 3) Dimensão Socioeconómica em análise cruzada com a dimensão da autonomia.

Fonte: Análise webQDA dos dados elaborados pela autora.

É óbvio, para nós, que a autonomia da Escola bem como a autonomia e fronteiras do seu espaço, o espaço da Universidade, se efectua em torno das dependências caracterizadas pelas relações de poder *inte*r e *intra* instituições nomeadamente como outras Universidades ou com o próprio governo.

" (…) A escola está à espera de receber no próximo ano 100 alunos e já existem de facto estruturas de apoio quer do lado brasileiro quer do lado português, já existem estruturas de apoio, de ligação já bastante operacionais (…)" Entrevistado 13

"(…) julgo que como este tipo de investimento é muito significativo pode-se pensar no esquema de exploração (…) utilização continuada por parte da universidade e pontualmente prestam-se serviços à indústria (…) é a forma mais rentável (…) esta escola deverá com caracter prioritário posicionar-se nessa corrida porque outras escolas têm muito interesse nesta área (…) precisa de mobilizar-se entre departamentos e dentro dos próprios departamentos para optimizar resultados (…)" Entrevistado 19

De acordo com o enquadramento teórico, queremos dizer que consideramos a autonomia académica da Universidade fundamental de forma a esta manter a sua identidade, os seus limites e fronteiras do conhecimento académico, no fundo o seu espaço. No entanto, entendemos que as necessidades sociais de resposta aos desafios da sociedade actual existem, são uma realidade competitiva, e tem ajudado a alterar o conceito de Universidade, a sua forma de actuação bem como as suas estratégias (Cf. Quadro Teórico).

A manutenção da autonomia, o que a Escola faz diariamente para a manutenção da mesma ou que mecanismos, de defesa, encontrou para manter e perpetuar essa mesma autonomia académica é o que se discutirá a seguir (n.t.c.).

Podemos extrapolar que o conceito de poder é fundamental, neste trabalho, explicar o processo de poder por parte da Escola é explicar em parte a sua autonomia, que lhe permite regular e controlar determinadas estratégias, entre elas a transferência de tecnologia da Escola para a sociedade de que já falamos bem como a estratégia de internacionalização da Escola. Os graus de autonomia são diversos e estão directamente relacionados com o estatuto e o prestígio da referida Escola, no entanto não podemos esquecer que estes graus relacionam-se directamente com o grau de poder adquirido através da transmissão de conhecimentos e práticas, enfim, do corpo de saberes adquirido.

O saber é o principal recurso do poder da Universidade, no entanto, a posição no contexto académico, sobretudo no contexto internacional não depende só do corpo de saberes, depende também da conquista de espaços próprios, autonomia, exclusividade e monopólio de um determinado campo de actividade, o que de imediato pode remeter para as relações de poder.

" (…) A troca de conhecimento é muito vantajoso para todos (…) crescer em rede é muito importante (…) mas não se fazem omeletes sem ovos (…) a nossa escola tem trabalhado muito e bem na área da internacionalização mas ainda há mais para fazer (…)" Entrevistado 11

O saber e o poder são duas dimensões centrais em contexto académico e estão intimamente interligadas, pois associados, à formação superior, constituem um sistema de controlo e de autoridade. O poder da Universidade em contexto internacional, a par com outras Universidades, é sustentado pelo próprio monopólio num determinado campo. Esta Escola aposta não no monopólio de saberes transmitidos pois outras Escolas também leccionam as mesmas matérias mas num monopólio, relativo, baseado no rigor das matérias que são leccionadas, na excelência dos seus centros de investigação científica, no elevado número de publicações científicas na sua área, isto é, baseado na qualidade e na excelência dos saberes transmitidos (n.t.c.).

Logo, e de acordo com a matriz teórica seleccionada, o saber é um saber de base científica, ou tecnológica, que acumulado sob a forma de capital assume um carácter determinante na operacionalização do conceito de poder (...) O autor que melhor expressa esta articulação poder-saber é Michael Foucault, que associa a esta articulação a importância do discurso enquanto agente normalizador e institucionalizador das normas e valores inerentes à construção da realidade social (Cf. Quadro Teórico).

O processo de internacionalização da Universidade é um processo de cariz multidisciplinar onde, já vimos que a dimensão tecnológica é fundamental, mas também onde são necessárias outras variáveis como por exemplo o prestígio da Escola. Assim, quanto maior for o prestígio da Escola em contexto nacional e internacional maior é a sua probabilidade de integrar equipas de trabalho multidisciplinares com outras Escolas a nível internacional, ao passo que se o prestígio da mesma Escola for pouco relevante, a sua capacidade de escolha de parceiros em contexto internacional fica reduzida (n.t.c.).

Assim, o prestígio da Escola é ditado por um acumular de experiências, ou melhor o prestígio da Escola foi construído ao longo dos anos por um acumular de experiências assentes na qualidade científica. Assim podemos afirmar que quanto melhor esta dominar as tecnologias e as práticas inerentes à sua actividade académica e cientifica, mais prestigiante é para si. A articulação de saberes, o saber teórico e o saber fazer, foi determinante ao longo dos anos para a Escola construir a sua imagem de prestígio, isto é, de Escola de excelência (n.t.c.).

Voltamos a mencionar a matriz 2, onde é perceptível o que acabámos de referenciar.

A construção de um espaço de mobilidade e cooperação é uma construção diária num contexto em constante mudança, económica, social, cultural, tecnológica e ambiental, logo esta é uma construção cuja identidade está em constante transformação. Esta construção que a Escola iniciou ainda no século XX é marcada não só pela crescente qualificação dos profissionais bem como pela constante modificação tecnológica em que ocorre. O grau de complexidade dos programas de mobilidade e cooperação dependem do

desempenho da Escola, das qualificações do seu Capital Humanos, dos contextos em que estes programas irão ocorrer bem como da complexidade das tarefas que todos estes processos têm por detrás de si e que são executados pelo Capital Humano, docente e não docente, da Escola (n.t.c.).

O carácter multidisciplinar dos programas de mobilidade e cooperação caracteriza-se pela existência de relações de interdependência no nível do "saber-fazer" específico, de cada uma das áreas de conhecimento da Escola, no âmbito das suas competência, numa relação de complementaridade e não necessariamente de subordinação de umas às outras, em todas as situações (n.t.c.).

Portanto, julgamos que o trabalho levado a cabo nestes programas contempla espaços de liberdade para as tomadas de decisão consoante as competências de cada área do conhecimento. Visto estarmos na chamada era da informação e do conhecimento quem as detiver em maior quantidade, e, sobretudo em qualidade, encontrar-se-á em posição privilegiada nesta e noutras organizações.

" (…) há uma gama vasta de Programas de mobilidade e cooperação mas julgo que o Erasmus é muito positivo (…) não só pela qualidade do ensino mas pelas oportunidades que dá aos alunos, na questão do emprego esses alunos vêem com mais interesse ir para outro país decidirem que o primeiro emprego não é em Portugal é noutro país (…) isso é uma coisa boa (…) vem muito do facto de estarem fora (…) de verem como afinal não é difícil estar noutro local (…) e as maneiras de pensar diferentes é muito bom (…) o conhecer outras culturas é muito bom para a formação de uma pessoa (…) estamos a competir com universidades muito exigentes e com grandes ritmos de trabalho e os nossos alunos constatam quando vão para fora que a vida aqui ainda é mais dura (…) a exigência é maior (…) é a excelência do que é ministrado (…)" Entrevistado 14

A Escola tem vindo a abrir-se à mudança, movendo esforços para promover uma internacionalização efectiva. Contudo, a palavra-chave para alcançar este objectivo é a aprendizagem. Esta permite que ocorra a mudança, pois para acompanhar as mudanças constantes é preciso existir um nível de flexibilidade e de disposição para a aprendizagem. Aprendizagem com experiências passadas ou com outras universidades de forma a se libertar, eventualmente, de posições cristalizadas que dificultam o processo de mudança necessário (n.t.c.).

" (…) A escola está vocacionada para projectos para o espaço lusófono, aliás defendo de há uns anos a esta parte a criação de polos nesses países (…) a escola tem muitas iniciativas (…) apoio intercâmbios, equipar laboratórios, mobilidade de funcionários, etc (…) era uma colaboração pontual (…) depois já ninguém se lembra (…) o prazo desses contributos desaparecia (…) nada era colaborativo (…) temos mais capacidade noutras áreas (…) e a internacionalização da escola mais acentuada dos últimos anos foi fundamental para a instituição (…) porque sempre houve contactos em termos particulares (…) do professor a com o professor b mas não se reportava a nível institucional (…) agora já não é assim (…) as redes pessoais são importantes (…) mas programas como o CLUSTER ou o MIT ensinaram-nos a montar parcerias de outra forma (…) mais institucional e eu julgo que já sabemos fazer o suficiente para se montar uma parceria institucional com Angola ou com Moçambique e podíamos envolver outras universidades (…) e empresas (…) temos tido várias conversas sobre isso (…) tem de haver financiamentos (…) esses países tem de alocar recursos (…) a escola não tem interesses comerciais (…) só o de difundir conhecimento, desenvolvimento, bem estar das populações (…) mas ainda não foi em frente (…) o sistema universitário lá não e maduro (…) o projecto tem de ser adequado a esses países (…) desenvolver pesquisa aplicada e ligação à sociedade (…) comunidades do conhecimento (…) é preciso envolver não só a universidade mas as escolas secundarias, as camaras municipais, as empresas, os bancos, etc (…) dinamizar esta articulação (…)" Entrevistado 21

Já salientámos a importância que assume a formação contínua mais qualificada, bem como o desenvolvimento teórico e científico na sua área que se reflecte como a sua valorização e o prestígio da sua área de investigação. A construção do espaço da Universidade passa, sobretudo, pela existência de um corpo próprio de conhecimentos teóricos e científicos adquiridos por uma longa formação. Na construção deste espaço em contexto de internacionalização importa, ainda, referir a importância que assumem as relações interpessoais entre o corpo docente e os investigadores dentro das paredes da Escola bem como com os seus congéneres no exterior.

Conforme a opinião do nosso entrevistado:

" (…) mecanismos mais formais são estes (…) para além disso participamos nas iniciativas da escolas (…) temos as ligações que são muito importantes (…) institucionalmente temos poucos alunos mas o grosso vêem a título das redes particulares (…) dentro do departamento há pessoas que tem relações com varias universidades nestas condições (…) redes pessoais (…)"
Entrevistado 15

A maioria dos nossos entrevistados frisaram bem o quão importante é a troca e partilha de conhecimentos e práticas entre Universidades. No Espaço Lusófono por exemplo, esta troca e partilha de conhecimentos está na base do auxílio da Escola a instituições universitárias locais, promovendo os programas de mobilidade e cooperação ao nível dos alunos mas também promovendo acções de formação para docentes e apoio à investigação científica.

Por saberes e fazeres definem-se aqueles campos de conhecimento e de práticas que podem ser utilizados, ou seja, conhecimentos e práticas que se apresentam como ferramentas de trabalho. São estas ferramentas que esta Escola através dos programas de mobilidade e cooperação e, muitas vezes, dos relacionamentos interpessoais entre docentes e investigadores têm fornecido a outras escolas do Espaço Lusófono permitindo o seu desenvolvimento académico e científico. Não obstante o contrário também

acontece, os docentes e investigadores da Escola quando se deslocam ao exterior ao abrigo deste tipo de cooperação também aprendem e trazem "conhecimento novo" para a Escola (n.t.c.).

"(…) Estes programas são vocacionados para as necessidades consoante os países (…) por exemplo nos petróleos vamos fazer o que (…) lançar técnicos (…) e depois isto tem de ser revisto porque as necessidades alteram-se (…) a indústria deve ter um papel importante quer a pagar quer a exigir (…) falar com empresas (…) a participação política é importante (…) os governos deviam ter a noção que a universidade é um braço importante para o país , para os negócios estrangeiros, etc (…) deviam apoiar-se mais nas universidades, no que aqui se faz (…) na formação avançada é alavancar o crescimento económico (…) Atrás das universidades vem as empresas (…) vão as universidades depois vão as empresas e a banca (…) isto e que faz o desenvolvimento e em Portugal ainda há pouco esta percepção (…) ainda há muito a fazer (…)." Entrevistado 21

A actualidade apresenta desafios tecnológicos numa complexidade crescente, o que significa a utilização de ferramentas concretas para a resolução das necessidades sentidas no quotidiano. Estas ferramentas actuais são renovadas de uma forma cada vez mais rápida e com mais conhecimentos produzidos, mais inovações tecnológicas que exigem uma habilidade manual cada vez mais aprimorada, bem como conhecimentos mais profundos.

" (…) São países com muitos problemas mas é lá que esta os mercados do futuro (…) novos produtos vão ser produzidos em Africa (…) o que é preciso em Africa não é o mesmo que é preciso em Paris (…) africa por exemplo a energia é um problema imenso (…) ai a tecnologia faz a diferença na vida das pessoas (…) as universidades têm projectos para isso bem como para a água potável (…) por exemplo (…) qualidade de vida (…) muitas oportunidades importantes (…) mas também por vezes há saltos no desenvolvimento (…)" Entrevista 21

O processo atrás citado é complexo cheio de avanços, retrocessos e onde vários factores, interligados, têm diferentes pesos. O conhecimento é um factor importante neste processo e está associado às exigências actuais de qualificações académicas. Assim o conhecimento e a sua certificação através da credenciação, os diplomas, são um importante vector na construção de um Espaço Lusófono da Universidade (n.t.c.).

Em contexto internacional e tendo em conta uma análise das relações em os vários países envolvidos e os poderes políticos respectivos, importa referir que a construção de um espaço de mobilidade e cooperação entre Universidades do Espaço Lusófono pode ter algum significado estratégico em contexto internacional. Seguindo a nossa opção teórica do construtivismo este significado estratégico, da Universidade e dos países a que este pertence, pode ser construído com base nas competências inerentes ao seu Capital Humano, no conhecimento partilhado, nas diversas redes de Capital social construídas bem como através do domínio e da transferência de tecnologia.

1.3. Dimensão da organização académica

O conhecimento, neste contexto de internacionalização, é o conhecimento científico que por sua vez é fundamental para o aperfeiçoamento académico e de investigação da Escola. Este aperfeiçoamento relaciona-se directamente com a probabilidade de conquistar um espaço internacional para a Universidade. Assim, o conhecimento científico bem como a construção de um saber específico constituem um dos pilares, fundamentais, para a construção do espaço da Universidade.

O conhecimento científico implica uma certa autonomia na acção, especialmente na área de investigação científica, pois permite ultrapassar uma prática tradicional baseada no empirismo e na repetição constante de procedimentos. Desta forma as práticas de organização académica dos programas de mobilidade bem como de projectos de investigação em contexto internacional reflectem, por parte desta Escola através dos conteúdos

programáticos que oferece, um cuidado à autonomia académica necessária a todo este processo (n.t.c.).

Os docentes mais antigos admitem que hoje, em parte devido à conjuntura actual, existem diversas práticas que se realizam no âmbito dos processos de mobilidade cooperação que não existiam há uns anos a esta parte, o que não é necessariamente mau pois permitiu que o corpo docente se organiza-se em torno destas questões e que, hoje, olhe para a internacionalização como um processo do dia-a-dia. De acordo com um docente a questão actual já não é a quantidade de programas ou algumas práticas do passado, pois a internacionalização já foi interiorizada na cultura da Escola e faz parte do seu quotidiano, as questões de hoje são outras a julgar pela citação seguinte:

" (…) Temos tentado ao longo destes últimos anos ter ao nível do apoio ao estudante um acompanhamento dos alunos estrangeiros, em geral (…) a ideia era dinamizar esse acompanhamento, este ano tentamos mas vamos fazer para o ano provavelmente (…) vamos continuar para o ano mas não podemos fazer coisas se não temos pessoas para as executar e já temos os cafés internacionais é essas coisas que ocupam algum tempo (…) mas a ideia que já começamos a pensar a algum tempo era termos acolhimento para todos os alunos deslocados, mesmo os nacionais, mas com prevalência nos internacionais e arranjar maneira de os integrar mesmo no espaço da escola (…) verem a escola como extensão do seu espaço familiar e dessas maneiras (…) e dar a conhecer a cultura dos respectivos países com a semana da China ou do Brasil (…) mas estamos sempre dependentes se temos meios ou não para fazer isso (…)é importante a aprendizagem na sala de aula no laboratório mas a aprendizagem informal é também muito importante (…) e a escola melhorou muito na aprendizagem informal nos últimos anos (…) é completamente diferente do que era quando eu cá andei (…) está fracamente melhor mas ainda podemos fazer mais qualquer coisa (…) temos limitação de espaços (…) limitação de meios para dinamizar (…) é importante os protocolos e as parceiras para dinamizar estas coisas (…)" Entrevistado 9

Importa referir que ao nível da organização académica os programas de mobilidade e cooperação exigem dedicação do corpo docente e não docente, pois impõe uma necessidade de procedimentos e regras muito próprias inerentes ao contexto internacional, exigem da Escola um Capital Humano qualificado para tratar de determinadas questões diplomáticas, administrativas e burocráticas. Desta forma a articulação entre diversos serviços de gestão académica é fundamental o que exige da Escola uma constante atenção e promoção de medidas que garanta: (i) a articulação entre diversos serviços académicos; (ii) articulação entre as diversas áreas do conhecimento científico existentes na Escola; (iii) uma articulação entre os últimos e os órgãos de gestão responsáveis pela área internacional (n.t.c.).

A complexa rede que se forma dentro da Escola em torno da área internacional serve para garantir que as articulações atrás citadas bem como a circulação de informação estão disponíveis na Escola, a sua organização académica requer uma equipa multidisciplinar composta por docentes e investigadores, de diversas áreas do conhecimento científico, bem como de não docentes de diferentes áreas da gestão académica e do apoio aos órgãos de gestão da Escola (n.t.c.).

“ (…) Alunos estrangeiros é complicado do ponto de vista burocrático (…) esse é o principal problema (…) vistos, autorização de residência, primeiras entradas, bolsas (…) eles têm de tratar de muitas burocracias em termos fiscais (…) os impostos (…) eu tive de perder muito tempo e ir às finanças para os ajudar porque não conhecem os nossos circuitos (…) abrir contas em bancos (…) tudo isso é muito complicado (…) concessão de vistos não é fácil (…) a comunicação é muito rudimentar (…) a comunicação é fraca mas temos um canal muito aberto no SEF no serviço de vistos que ajuda imenso porque sabe que as pessoas que vêem para a actividade científica têm um estatuto especial (…) facilita muito as comunicações (…) há um canal aberto no SEF (…) e facilita imenso sobretudo nas questões dos vistos (…) na documentação o que é preciso, etc (…)” Entrevistado 16

A responsabilidade é algo constante ao longo deste processo de internacionalização da Escola, o que nos remete para uma necessidade de explicar a relação entre saber e fazer no seu dia-a-dia, demonstrando, desta forma, a representação da construção deste espaço. Assim, este processo de construção do espaço de mobilidade e cooperação dentro do Espaço Lusófono não está concluído, de todo (n.t.c.).

A forma organizada como os saberes e práticas são transmitidos é funcional, pois permite a determinado grupo executar as suas tarefas, mesmo em contexto internacional, de forma independente das orientações de grupos exteriores. A operacionalização de determinados saberes e práticas académicas ou de investigação cientifica no terreno são nada mais que formas organizadas de poder onde a realização, controlo e a organização de determinadas tarefas estão a cargo do corpo docente da Escola embora o domínio do saber bem como do seu saber fazer depende, muitas vezes, das oportunidades que lhes são dadas no ambiente académico ou de investigação, quer nacional quer internacionalmente.

Poderíamos dizer conquista em vez de construção do espaço da Universidade em contexto internacional, reflectindo sobre a presença de atitudes favoráveis ou desfavoráveis ao estabelecimento de fronteiras de cariz académico dentro do espaço internacional (n.t.c.).

A matriz 4 põe um pouco a nu o que dissemos anteriormente, no fundo a construção deste espaço de Geocentralidade académica tem diversas implicações, e directas, no contexto socioeconómico dos países envolvidos, pois não se trata apenas da organização académica ser assertiva é necessário muito mais, pois as realidades socioeconómicas dos Países Lusófonos são diversas e detectámos nos discursos produzidos que para os alunos do Espaço Lusófono, os conhecimentos e as práticas transmitidas e asseguradas por uma boa organização académica não esgota o seu leque de preocupações, existem outras que são amplamente referenciadas e que são fundamentais para a construção deste espaço, tais como: as dificuldades económicas e a necessidade de atribuição e pagamento nos prazos previstos de bolsas de estudo.

Destacamos, a laranja, os cruzamentos de relevo encontrados nos discursos dos entrevistados e que nos remetem para uma organização académica que se preocupa com a vertente académica, naturalmente, mas que está atenta aos demais contextos, isto é, tendo em conta a realidade dos alunos do Espaço Lusófono verificamos uma particular preocupação com as dificuldades que essas alunos sentem na Escola, sobretudo dificuldades do foro económico muitas vezes relacionadas com a burocracia inerente ao pagamento de bolsas de estudo.

Nº Entrevistados que referiram:							
Socioeconómica	Espaço Lusófono	Politicas Publicas	Retornos	Sociedade	Dificuldades Económicas	Bolsas	Alojamento
Organização Académica	0	0	0	0	0	0	0
Docente	9	1	4	5	2	2	0
Investigação	6	1	7	5	0	1	0
Ensino de Qualidade	4	0	2	3	0	1	1
Alunos	18	2	5	7	12	11	6
Formação	5	0	5	5	1	3	0
Não Docentes	2	0	1	1	0	0	0
Referências ocorridas:							
Socioeconómica	Espaço Lusófono	Politicas Publicas	Retornos	Sociedade	Dificuldades Económicas	Bolsas	Alojamento
Organização Académica	0	0	0	0	0	0	0
Docente	11	1	4	5	2	2	0
Investigação	7	1	7	6	0	1	0
Ensino de Qualidade	4	0	2	3	0	1	1
Alunos	28	2	6	10	18	15	8
Formação	6	0	5	6	1	3	0
Não Docentes	2	0	1	1	0	0	0

Quadro 11 - (Matriz 4) Dimensão da Organização académica e a Dimensão Socioeconómica.

Fonte: Análise webQDA dos dados elaborados pela autora.

No processo de construção ou da conquista deste espaço existem algumas dificuldades que são mencionadas com frequência, como por exemplo a falta de financiamento existente para este tipo de programas ou as dificuldades de comunicação entre instituições congéneres sobretudo nos PALOP, como testemunharam:

" (…) Sim (…) tenho algumas experiências com esses alunos (…) são geralmente muitas dificuldades sobretudo financeiras (…) talvez com excepção de Angola e alguns do Brasil que vêm com bolsas melhores (…) os restantes vivem num grande aperto! Aqueles países é complicado (…) começa logo com a chegada deles porque nunca chegam no início do ano lectivo (…) chegam sempre mais tarde (…) desbloquear os vistos é sempre uma odisseia (…) depois chegam em Outubro ou Novembro e já perderam aulas (…) muitas aulas (…) já há testes marcados (…) uma chatice (…)Várias coisas (…) é uma questão dos países (…) é um problema burocrático (…) não é fácil (…) as instituições lá andam a um ritmo diferente das nossas(…) a única dificuldade (…) muitas vezes (…) é económica (…)" Entrevistado 6

" (…) Económica sim (…) uma situação complicada (…) alguns precisam muito mas outros já vêm bem financeiramente (…) filhos de ministros (risos) (…) existe o extremo, muitos precisam mesmo (…) a vida sai muito caro (…) a estadia (…)" Entrevistado 2

" (…) Ao princípio não é fácil (…) fecham-se, isolam-se (…) é difícil pô-los a falar connosco mas depois lá vai e aí o programa do tutorado e Mentorado dão uma grande ajuda (…) Eles preferem recorrer a estes serviços (…) com os seus problemas (…) principalmente com os mentores (…) talvez porque são alunos (…)" Entrevistado 5

“ (…) no caso dos alunos do espaço lusófono mas africanos, porque o Brasil é uma realidade diferente, a principal dificuldade não é o número de programas mas é os alunos que estão do lado de lá terem acesso à informação para virem para cá (…) a informação lá é muito limitada, outro constrangimento importante é o aspecto financeiro, o que nós temos verificado é um aluno que vem em mobilidade com bolsa ter estabilidade com a sua bolsa (…) muitos alunos vêm e depois de chegarem cá ficam desapoiados (…) há atrasos (…) às vezes são anos (…) não é dias é meses e deixa as pessoas em situações muito difíceis (…) aliás criamos há dois anos com a associação de estudantes é o subsídio de emergência social para responder a alguns casos dramáticos dos palops, os primeiros alunos da escola que beneficiaram deste subsídio foram alunos palops, à volta de 10, que estavam em situações desesperadas a venderem jornais, nas obras, a dormir em carros (…) porque estão deslocados, longe da família, noutro continente se falta a bolsa (…) impacto financeiro institucional. (…) Nestas situações a manutenção dos acordos institucionais fica difícil. (…) Os canais de comunicação é um aspecto muito importante, aliás importantíssimo, aqui o nosso secretariado sabe dessa dificuldade, e lá do outro lado não existe ninguém (…) muitas vezes não consegue comunicar com o lado de lá, as pessoas mudam, o contacto não é institucional, não se consegue manter um contacto seguro e consolidado institucional (…) um gabinete que abrisse os canais de comunicação seria uma enorme ajuda (…) seria um facilitador (…)” Entrevistado 13

A construção de um espaço de mobilidade e cooperação dentro do Espaço Lusófono é, no nosso entender, como que paralelo à construção da Identidade Lusófona, o que significa que existe algo do que é específico ao Espaço Lusófono, conforme as orientações teóricas deste estudo.

A construção do Espaço Lusófono, a construção do conceito de Lusofonia é, e poderá ser feita, com base na integração e cooperação a vários níveis, não só no nível económico que por certo tem a sua importância, mas também a outros níveis como o político, diplomático, social ou o cultural. É óbvio que não será só a Língua Portuguesa ou uma herança cultural em

comum que vai unir os Países Lusófonos, em torno deste processo de construção de um espaço estrategicamente competitivo de miscigenação de ideias, mas será com certeza uma importante alavanca. O que queremos dizer é que é importante na construção deste espaço, da Lusofonia, em contexto internacional consolidar laços económicos, políticos ou diplomáticos mas, também, é importante fortalecer os laços culturais e afirmar a nossa Identidade Lusófona (Cf. Quadro Teórico).

" (…) Na questão da burocracia e pensando no triângulo, Europa, Brasil e Africa, nós na europa temos a sorte de ter um programa Erasmus que tem 20 e tal anos pelo que já circularam milhares de estudantes pela Europa fora e isso entrou no nosso código genético, interiorizámos, aceitamos bem, fizemos disso rotineiro (…) mas não é (…) e nota-se que não é quando falamos com países africanos onde a mobilidade não esta desenvolvida (…) no Brasil não está (…) nesse aspecto nós na Europa temos uma grande experiência (…) mais à frente (…) a Europa é um bocadinho burocrática mas Portugal tem a tradição de aumentar ainda mais a burocracia (…) isso acontece (…) é uma experiência longa é espectacular a quantidade de gente que já circulou por essa Europa fora (…) o que acontece em Africa em particular em Angola, Moçambique e Cabo Verde que conheço melhor (…) as ligações históricas são muito intensas com esses países *(…)*" Entrevistado 21

Assim, este espaço académico e de investigação científica em contexto da Lusofonia pode funcionar como uma estratégia de forma a criar um espaço, também ele estratégico, isto é, com um conjunto de determinadas competências, saberes e práticas que delimitam fronteiras e protegem este mesmo Espaço, Lusófono, de interferências e controlos exteriores à Lusofonia.

A matriz 5 é um bom exemplo de como os discursos dos entrevistados remetem para o referencial teórico deste trabalho bem como para a nossa perspectiva de que a construção deste espaço de mobilidade e cooperação no âmbito do Espaço Lusófono pode ser estratégico, não só do ponto de vista

geopolítico, por motivos óbvios, como por motivos socioeconómicos e culturais, pois a Língua Portuguesa é neste aspecto um ponto positivo porque funciona como um facilitador da mobilidade até em contraponto com as dificuldades de integração que os alunos manifestam. É sobretudo a língua um factor que minimiza as dificuldades de integração.

Nesta matriz podemos verificar a laranja uma predominância nos discursos que nos remete para as dificuldades de integração dos alunos oriundos do Espaço Lusófono na Escola estudada. A matriz mostra como estas dificuldades são, em parte, mitigadas pela Língua Portuguesa. Podemos extrapolar e dizer que provavelmente se não existisse uma linga comum as dificuldades seriam em maior número ou as existentes estariam agravadas.

Nº Entrevistados que referiram:					
Cultural	Cultura	Língua	Proximidade Cultural	Dificuldades de Integração	CPLP
Organização Académica	0	0	0	0	0
Docente	3	1	0	2	3
Investigação	2	1	0	1	2
Ensino de Qualidade	1	1	0	1	2
Alunos	8	11	2	13	2
Formação	3	2	1	2	0
Não Docentes	1	0	0	0	0
Referências ocorridas:					
Cultural	Cultura	Língua	Proximidade Cultural	Dificuldades de Integração	CPLP
Organização Académica	0	0	0	0	0
Docente	4	2	0	2	3
Investigação	2	1	0	1	3
Ensino de Qualidade	1	1	0	1	2
Alunos	10	17	2	20	2
Formação	3	2	1	2	0
Não Docentes	1	0	0	0	0

Quadro 12 - (Matriz 5) Dimensão Cultura e a Dimensão Socioeconómica.

Fonte: Análise webQDA dos dados elaborados pela autora

1.4. Dimensão socioeconómica

Os programas de cooperação e mobilidade no Espaço Lusófono parecem reunir consensos de opinião na população entrevistada. A grosso modo o corpo docente e de investigadores julga-os oportunos, pois abrem a hipótese de facultar qualificações superiores de qualidade ao Capital Humano oriundos dos países do Espaço Lusófono.

Conforme citado pelo nosso entrevistado:

" (…) depois permite-nos transferir o conhecimento que acumulámos durante anos, os saberes e depois com espírito de curiosidade trazem visões novas e diferentes, mais abertas (…) ajudam-nos muito a fazer investigação, ajuda-nos muito (…) nós ensinamos o que temos a ensinar e eles ajudam-nos na investigação (…) é uma relação de simbiose (…) trazem enriquecimento para a investigação científica (…) também é importante os nossos alunos irem (…) vão com bolsas (…) dão aulas (…) vão beneficiar com outros cientístas estrangeiros (…) com experiência, formação (…) sai do círculo fechado do circuito de Portugal, novas técnicas, novas abordagens, inserção nas comunidades locais e isso traz uma maior abertura (…) a formação propriamente dita vale muito (…) o capital humano (…) a massa cinzenta vai ganhar muito em estar emergido na comunidade científica estrangeira (…)"
Entrevistado 16

Apesar dos programas actuais existentes serem suficientes para a maioria dos entrevistados faltam limar uma série de arestas, pois comparativamente ao passado, não muito distante, a oferta existe e apresenta qualidade, no entanto existem uma quantidade de dificuldades burocráticas e de comunicação entre as Universidades (n.t.c.).

" (…) Os Docentes ao nível da investigação circulam bastante, temos bastante contacto com centros de investigação estrangeiros (…) temos convites e fazemos convites a outros docentes para virem leccionar e para nós

irmos leccionar no estrangeiro (…) sobretudo no segundo ciclo (…) ao nível de virem cá leccionar eu falo com outras universidades e julgo que estamos ao nível das melhores universidades lá fora (…) agora ir lá fora leccionar sim (…) já tivemos um grupo que foi a São Tomé leccionar cursos de formação (…) aulas num curso para professores no secundário (…) talvez tenha sido positivo (…) eles é que têm de dizer. (…) Sim, sim é muito positivo (…) há duas questões, é importante colaborar com pessoas diferentes para ver diferentes modos de trabalhar e dar-se a conhecer na comunidade científica (…) outro ponto é que a pessoa não se habitue a ter sempre o mesmo orientador (…) habitua-se a trabalhar com diferentes pessoas (…) para não ganhar os vícios do orientador e para criar personalidade própria na ciência (…) para isto é preciso ter contactos com varias equipas (…)" Entrevistado 10

" (…) até porque a cooperação existe, nós mandamos vário material para as universidades e vice-versa mas ainda pode ser melhor (…) mobilidade de docentes também seria útil existir mais mobilidade de forma a aumentar a nossa participação nesses países e defender a nossa cultura e a língua (…) não sei se são suficientes (…) de ponto de vista de alunos que nos chegam e de docentes que vão deveríamos investir mais na mobilidade e não só (…)" Entrevistado 18

" *(…) temos um leque enorme de ofertas, para os nossos alunos em nível de prosseguir estudos (…) fazerem um estágio profissional ou académico e ainda realizarem cursos de especialização intensivos (…) tem um leque de opções variado (…) a única dificuldade é a parte económica é pior (…)"* Entrevistado 5

Estes problemas são detectados, por exemplo, pelos não docentes que trabalham na área internacional, pois devido à disparidade existente entre os países da Lusofonia nem sempre a comunicação flui de forma igualitária em questões como o envio de documentação para a obtenção de vistos, se não

tratada em tempo útil, pode revelar-se uma dificuldade para a mobilidade do aluno.

O colaborador não docente dá-nos um exemplo:

“ (…) Outra questão problemática é os vistos (…) emissão de vistos muito demorada (…) algum problema em que é necessário a intervenção da embaixada (…) às vezes os problemas são comunicados tardiamente (…) os contactos com o SEF tem minimizado o problema com os vistos (…)” Entrevistado 4

Muitas questões de dificuldade de comunicação com as Universidades do Espaço Lusófono foram mencionadas, sobretudo devido a dinâmicas organizacionais muito distintas da Escola estudada, o que dificulta a celeridade dos processos académicos, administrativos e burocráticos bem como o tratamento de diversas outras questões que ocasionalmente podem surgir, como o pagamento de bolsas que resulta num dilema complexo para os alunos (n.t.c.).

“ (…) A comunicação não flui (…) e existe muita falta de informação pois os alunos pensam que podem ter bolsas e apoios e isso não é bem assim (…) chegam aqui complica-se (…) alguns tem bolsas (…) mas perdem-nas por não terem aproveitamento escolar (…) pois a renovação das bolsas é por aproveitamento escolar ora se chegam tarde o 1º semestre é praticamente irrecuperável (…) no ano a seguir perdem a bolsa (…)” Entrevistado 3

“ (…) Outra dificuldade é a chegada cá (…) o processo dos vistos (…) da autorização de residência (…) demora sempre tudo muito tempo lá do lado deles (…) os alunos chegam tarde e perdem o 1º semestre (…) para recuperar é difícil e lá se vai a bolsa (…)” Entrevistado 5

“ (…) A comunicação não flui muito bem (…) não noto que haja canais privilegiados (…) é sempre muito complicado (…) falar com o lado de lá (…) é o que digo (…) eles andam a ritmo diferente do nosso (…) Trabalham de outra forma e isso depois reflecte-se (…)” Entrevistado 6

“ (…) a informação lá e muito limitada, outro constrangimento importante é o aspecto financeiro, o que nos temos verificado é um aluno que vem em mobilidade com bolsa ter estabilidade com a sua bolsa (…) muitos alunos vêm e depois de chegarem cá ficam desapoiados (…) há atrasos (…) às vezes são anos (…) não é dias é meses e deixa as pessoas em situações muito difíceis (…) aliás criamos há dois anos com a associação de estudantes o subsídio de emergência social para responder a alguns casos dramáticos dos palops, os primeiros alunos da escola que beneficiaram deste subsidio foram alunos palops, a volta de 10, que estavam em situações desesperadas a venderem jornais, nas obras, a dormir em carros (…) porquê, porque estão deslocados, longe da família, noutro continente se falta a bolsa (…) impacto financeiro institucional (…) Nestas situações a manutenção dos acordos institucionais fica difícil (…)” Entrevistado 10

“ (…) O alojamento é um tema difícil (…) há uma base de dados, grande, de alojamento e que nos ajuda (…) telefonamos, marcamos as entrevistas e as visitas, vamos lá com os alunos para escolherem (…) Há poucos quarto disponíveis nas residências (…) só se fossem construídas mais residências (…) ou que a câmara ajudasse com preços acessíveis como nas residências de estudantes (…) assim é sempre muito complicado (…) eles também não têm muito dinheiro disponível (…) os quartos são caros (…) têm de ficar em locais menos bons por vezes (…) por isso quando podem recorrem há rede de familiares e amigos. (…)” Entrevistado 7

“ (…) alojamento a câmara já dispõe de alguns (…) há edifícios na cidade destinados a isso (…) na baixa que estão a ser recuperados para

residência de estudantes (…) alojamento é um dos problemas (…) eu há pouco tempo tive numa universidade que dizia que a nossa escola é boa (…) muito boa (…) nível de ensino era muito bom (…) era tudo muito bom excepto o alojamento que era muito complicado (…) o único senão é a dificuldade de alojamento (…) é um problema que começou a ser tratado à relativamente pouco tempo (…) é preciso fazer um plano mais integrado não é só o alojamento (…) é tornar Lisboa uma cidade universitária (…) já é mas não se dá por isso (…) não se nota (…) era bom dinamizar na cidade toda, espaços que os estudantes visem como seus (…) redes de eraudrom em jardins (…) pontos da cidade (…) pontos universitários (…) pontos de aprendizagem informal não apenas uma aprendizagem cientifica (…) mas isto são planos que demoram algum tempo a implementar (…)" Entrevistado 9

A matriz 6 pretende ilustrar como as diversas competências, estratégias, e relações interpessoais existentes fomentam as redes formais e informais que já encontramos estabelecidas na Escola. É importante referir a importância que assumem, nos discursos, a comunicação institucional, as redes de contactos e os protocolos no âmbito dos programas de mobilidade e cooperação.

Recorrendo, mais uma vez, à Teoria do Capital social nesta matriz percebemos qual a importância assumida pela comunicação institucional e na ausência dela a importância das redes de contactos e as relações particulares, no fundo um dia mais tarde quando regressarem à sua origem são estes contactos que levam, quando regressarem já irão inseridos numa rede, rede essa que será uma importante mais valia.

A matriz 6 mostra-nos, a laranja, a importância assumida pelas redes particulares e pelas redes de contactos para os alunos ao abrigo dos programas de mobilidade e cooperação bem como a importância que assume, também, a comunicação institucional ou a dificuldade criada pela sua existência precária, quer para alunos quer para docentes.

Nº Entrevistados que referiram:					
Organização Académica	Docente	Investigação	Ensino de Qualidade	Alunos	Não docentes
Competências, Estratégias e Relações Interpessoais	0	0	0	1	0
Partilha de Conhecimentos	5	3	3	4	2
Relações particulares	4	3	0	6	1
Rede de contactos	6	6	3	10	2
Programas de Mobilidade e Cooperação	13	6	3	17	3
Protocolos	4	1	0	8	1
Comunicação Institucional	7	3	1	10	1
Referências ocorridas:					
Organização Académica	Docente	Investigação	Ensino de Qualidade	Alunos	Não docentes
Competências, Estratégias e Relações Interpessoais	0	0	0	2	0
Partilha de Conhecimentos	6	3	4	4	2
Relações particulares	5	3	0	9	1
Rede de contactos	6	6	3	13	2
Programas de Mobilidade e Cooperação	15	8	3	26	4
Protocolos	4	1	0	12	1
Comunicação Institucional	8	3	2	20	1

Quadro 13 - (Matriz 6) A Cooperação e a Mobilidade na vida da Escola.

Fonte: Análise webQDA dos dados elaborados pela autora

Os programas de cooperação e mobilidade são, segundo os discursos produzidos, uma mais-valia para a docência e para a Investigação pois a mobilidade é encarada sempre como algo positivo, principalmente pelos retornos directos para o capital humano e indirectos que resultam em mais valias para a escola, em particular, e para a sociedade em geral. De acordo com o ponto de vista do nosso entrevistado:

" (…) Contacto com outras culturas é muito importante (…) o ver o mundo de maneiras diferentes (…) outras formas de pensar (…) ver a realidade de outra perspectiva (…) perceber que em cada situação a resposta pode ser diferente consoante a cultura (…) obriga-nos a questionar os nossos próprios valores (…) isso faz-nos reflectir (…) não vêem sempre os problemas da mesma maneira (…)" Entrevistado 14

Os conteúdos programáticos são sempre da responsabilidade do corpo docente bem como o acompanhamento aos alunos quando estes começam a frequentar as aulas. Aliás, cada programa tem um coordenador que chama a si a responsabilidade quer de conteúdos académicos e de investigação como questões burocráticas e administrativas mais complexas que surjam e que este tenha de interferir para a sua resolução, muitas vezes não pelos canais institucionais mas pelas suas relações interpessoais (n.t.c.).

" (…) Os canais de comunicação é um aspecto muito importante, aliás importantíssimo, aqui o nosso secretariado sabe dessa dificuldade, e lá do outro lado não existir ninguém (…) muitas vezes não se consegue comunicar com o lado de lá, as pessoas mudam, o contacto não é institucional, não se consegue manter um contacto seguro e consolidado institucional (…) um gabinete que abrisse os canais de comunicação seria uma enorme ajuda (…) seria um facilitador (…) As comunicações individuais têm o seu mérito mas o impacto é menor porque são destruturadas (…)" Entrevistado 13

“ (…) Era útil a nível institucional existir um contacto oficial, uma pessoa com quem pudéssemos falar (…) um interlocutor dentro da instituição (…) mesmo no país de origem tinha de se agilizar o acompanhamento aos alunos. Nós cá devíamos fazer mais acompanhamento social (…) é preciso um acompanhamento académico e de integração social (…) tem de existir esse tipo de rede de suporte (…)” Entrevistado 6

Antes da frequência das aulas, logo quando os alunos chegam à Escola seguem um trajecto de forma a regularizarem a sua situação administrativa na Escola. Neste trajecto são acompanhados sempre pelos colaboradores não docentes da área internacional e de outros órgãos de gestão académica e de apoio aos órgãos de gestão. Inclusivamente a Escola tem documentação e diversas informações disponíveis para facultar aos alunos de forma a facilitar o seu ingresso (Cf. Caracterização da Universidade).

A Escola, em particular as suas políticas, têm um papel fundamental na cooperação e na mobilidade do Capital Humano, pois desde os finais do século XX que esta tem trabalhado no sentido de se projectar internacionalmente e de encontrar novos caminhos para a mobilidade e cooperação. A Escola tem investido na procura de novos parceiros internacionais e tem também investido no aprofundamento de relações já existentes (n.t.c.).

Á luz da teoria construtivista a construção do seu poder face a qualquer outro Estado bem como a capacidade de se projectar em contexto internacional está na capacidade de influenciar ou controlar o território que julga ser uma mais-valia, no fundo que detenha importância estratégica. Não cremos que a Universidade vá controlar ou influenciar territórios o que verificámos é que através da capacidade desta transferir e/ou partilhar conhecimento com outras Universidades de um determinado espaço de forma rápida, eficaz e eficiente torna-se ela própria num vector estratégico pra o Estado a que pertence.

“ (…) As origens das colaborações com outras universidades foram sempre, em grande parte pessoais, ate há bem pouco tempo as pessoas pela sua via de investigação estabeleciam contactos com outras pessoas de outras

universidades e portanto a ligação era a esse nível e não muito formal ou institucional (…) nalguns casos havia mais a ligação entre institutos onde as pessoas trabalhavam do que propriamente as universidades, neste departamento todos os docentes trabalham em vários institutos e este tipo de contactos acontece (…) ai sim a relação entre essas instituições e outras instituições de investigação universitária está mais solidificada (…) mais institucionalizada (…) a escola à uns anos a esta parte tem formalizado este funcionamento (…)" Entrevistado 15

Os retornos, directos e indirectos, para o Capital Humano, para a Universidade e para a Sociedade em geral provenientes da experiência de mobilidade são óbvios segundo os entrevistados pois a oportunidade de adquirir novos conhecimentos, novos saberes novas práticas são uma mais valia, que a nosso ver, se transforma num poder que o Capital Humano detém, segundo a perspectiva teórica de Gary Becker seguida neste estudo.

O docente abaixo elucida o anteriormente citado:

" (…) os docentes levam todo um know how para a sua escola (…) logo isto vai ter reflexos na qualidade de ensino e consequentemente nos alunos (…) daí a retornar para a sociedade é um passo (…) quando os alunos vão trabalhar levam esses conhecimentos (…) são de certo uma mais valia para o seu país (…) acredito que sim (…)" Entrevistado 7

" (…) da mesma forma que quando nós saímos para o estrangeiro e voltamos trazemos sempre mais valia (…) trazem outras ideias, enfim (…) às vezes é travado no regresso porque as estruturas locais não têm capacidade para implementar as coisas (…) ao mesmo nível que países mais desenvolvidos mas há outro aspecto importante (…) que é o facto de termos um espaço tao grande de falantes de língua portuguesa que é um potencial uma riqueza enorme, a outra mais valia é manter ligações nesse espaço lusófono (…) o estabelecer canais de comunicação e o manter ligações e redes de contactos por vezes é o mais importante (…) é uma mais valia valiosíssima (…)" Entrevistado 13

"(…) Depende muito de caso para caso (…) dos alunos nossos que vão lá fora, depende para onde vão (…) e gostaram imenso e até queriam prosseguir carreira profissional nesses países (…) os alunos que vêm cá, em geral, penso que a experiencia deles cá é positiva (…) os alunos que vêm cá nesta fase do curso não vêm à procura de aptidões técnicas especificas, julgo eu, vêm para prosseguir estudos num ambiente diferente, noutro pais com outra cultura (…) julgo que é isso que os atrai mais do que aspectos específicos relacionados ao curso (…) vêm por afinidades culturais, com a língua, o clima, com curiosidade em conhecer outras partes do globo (…)" Entrevistado 8

A perspectiva sobre o Capital Humano seguida nesta investigação prende-se, justamente, com o sistema de recompensas que o indivíduo obtém através da sua permanência na Escola, em particular no Ensino Superior. Quando se fala em sistema de recompensas, neste contexto, referimo-nos a recompensas intrínsecas ao indivíduo, propriamente dito, como o emprego obtido ou a ascensão social decorrente da sua qualificação académica. No entanto, existem recompensas extrínsecas ao indivíduo, propriamente dito, como por exemplo: depois de concluir parte do seu programa de educação o indivíduo obtém um emprego com um bom ordenado, melhora a sua qualidade de vida, algo que lhe é intrínseco, mas consome mais e ao consumir está a contribuir para manter oleado o mecanismo do mercado, local e global, e o próprio sistema económico (Cf. Quadro Teórico).

" (…) Os retornos para a sociedade (…) estou-me a lembrar de pessoas que fizeram doutoramentos no estrangeiro e que depois chegaram cá e criaram linhas de investigação e criaram equipas (…) a lista é interminável (…) os retornos são muito importantes do ponto de vista da sociedade (…) os retornos são muitos e variados (…) traz conhecimento, traz e leva pessoas para os grupos de investigação (…) traz o entusiasmo pela ciência (…)" Entrevistado 16

O poder oriundo do corpo de saberes transmitido na Escola é a base para o Capital Humano obter retornos directos como um emprego, um salário atractivo quando regressar ao seu país de origem. Já para a Escola e para a sociedade este poder ganha forma quando este Capital Humano o aplica em prol de algo exterior a si, como procurar formas de aplicar o que lhe foi transmitido em prol do desenvolvimento local ou ingressando por um caminho de investigação como forma de dar à sociedade um retorno pelo investimento numa educação de qualidade.

A matriz 7 visa cruzar as competências, estratégias e relações interpessoais em vigor na Escola estudada e o seu impacto, segundo os entrevistados, na realidade socioeconómica onde os alunos se inserem bem como dar conta de alguns problemas e dos retornos existentes.

A laranja destacam-se a importância que, segundo os entrevistados, os programas de mobilidade e cooperação assumem no Espaço Lusófono bem como as redes de contactos criados e que à posteriori se revelaram como uma mais valia para a própria sociedade. Estes discursos apontam ainda para as dificuldades económicas surgidas neste contexto e que são uma fonte de preocupação para a escola e que à luz de alguns destes discursos poderiam ser minimizadas se a comunicação institucional fosse mais ágil.

Para além deste tipo de recompensas intrínsecas ou extrínsecas ao indivíduo, existem outras externalidades que ultrapassam largamente o sistema de recompensas e a própria relação custo/benefício do sistema económico. Estas externalidades concentram-se na sociedade, isto é, o conhecimento e as competências adquiridas por um individuo ao longo da sua vida escolar, nomeadamente no Ensino Superior, podem não só potenciar-lhe uma melhor qualidade de vida como estimular a economia local através do consumo mas pode, ainda, contribuir para todo um desenvolvimento local e/ou regional (Cf. Quadro Teórico).

A matriz 7 dá-nos a perspectiva atrás citada, se repararmos os discursos recaem para os retornos, para a sociedade e para as dificuldades económicas, todas elas associadas à realidade dos programas de mobilidade e cooperação.

Nº Entrevistados que referiram:						
Socioeconómica	Espaço Lusófono	Politicas Publicas	Retornos	Sociedade	Dificuldades Económicas	Alojamento
Competências, Estratégias e Relações Interpessoais	0	0	0	1	0	0
Partilha de Conhecimentos	3	0	3	4	0	0
Relações particulares	3	1	2	2	1	0
Rede de contactos	7	2	4	6	1	2
Programas de Mobilidade e Cooperação	15	2	4	4	6	2
Protocolos	4	0	1	1	2	0
Comunicação Institucional	5	1	2	2	6	1
Referências ocorridas:						
Socioeconómica	Espaço Lusófono	Politicas Publicas	Retornos	Sociedade	Dificuldades Económicas	Alojamento
Competências, Estratégias e Relações Interpessoais	0	0	0	1	0	0
Partilha de Conhecimentos	3	0	3	4	0	0
Relações particulares	4	1	2	2	1	0
Rede de contactos	9	2	4	6	1	2
Programas de Mobilidade e Cooperação	20	2	4	4	7	2
Protocolos	4	0	1	1	2	0
Comunicação Institucional	11	1	3	3	7	1

Quadro 14 - (Matriz 7) Matriz da Dimensão Socioeconómica e a da Dimensão das Competências, estratégias e relações interpessoais. Fonte: Análise webQDA dos dados elaborada pela autora

Assim, importa ainda referir que conforme comprovado pelos discursos produzidos nas entrevistas e conforme citado no quadro teórico, Gary Becker estudou os efeitos económicos, custo/beneficio, do investimento com o Ensino Superior e provou através dos dados recolhidos que é importante incentivar este tipo de investimento, pois é um investimento que retorna com saldo positivo para a economia tendo em conta as suas referências base: a eficácia e a eficiência; para a sociedade através do melhoramento de condições de vida e para a própria Escola através do retorno desse mesmo Capital Humano como docentes ou investigadores (Cf. Quando Teórico).

A teoria do Capital social é a perspectiva central neste trabalho e tem sido comprovada pela análise aos discursos dos entrevistados, isto é, a formação de capital na Escola enquanto instituição de utilidade pública origina por si só a criação e desenvolvimento de importantes redes, redes essas que associadas aos saberes e práticas adquiridos na Escola se transformam os poderes para quem os detém. Os conhecimentos adquiridos e as redes em que se inserem funcionarão como uma alavanca para o desenvolvimento pessoal e da sociedade onde se inserem. Julgamos que é nesta perspectiva que se torna possível a construção de um espaço de mobilidade e cooperação no Espaço Lusófono com a criação, efectiva, de uma rede de universidades da lusofonia.

1.5. Dimensão cultural

Os aspectos culturais são determinantes para o sucesso dos programas de cooperação e mobilidade sendo que a Língua Portuguesa funciona como uma alavanca nos processos de cooperação e mobilidade dentro do Espaço Lusófono. Ela é o elo de ligação entre os Países Lusófonos, por aproximação cultural bem como por uma questão de facilidade no aspecto de comunicação de acordo com as orientações teóricas deste trabalho. É certo que a Língua Portuguesa é um dos aspectos culturais de maior relevância pois é ela que funciona como elemento de coesão entre o povo Lusófono (Cf. Quadro Teórico). Conforme os contributos abaixo:

“ (...) a língua e muito importante (...) é meio caminho andado para escolherem Portugal (...) noutro local seria muito mais difícil a integração (...) por questões culturais (...) pelo clima (...) apesar de termos hábitos diferentes sabem com o que podem contar (...) toda gente conhece alguém que já esteve em Portugal (...) que conhece portugueses (...) que já cá estudou, etc (...)” Entrevistado 6

“ (...) Neste momento a língua é uma dificuldade porque os nossos mestrados estão a ser dados em inglês o que para os países africanos é um problema (...)” Entrevistado 5

A Escola bem como o corpo docente acolhem a Lusofonia nas salas de aula e laboratórios com satisfação pois tem sido um investimento privilegiado o desta Escola com as suas congéneres lusófonas, assim os alunos oriundos do Espaço Lusófono ao abrigo dos programas de mobilidade e cooperação são como que a materialização do sucesso do trabalho desenvolvido.

A Lusofonia, no nosso entender, deve entender-se como um espaço de diversidade cultural onde a heterogeneidade deve ser a marca de referência do Espaço Lusófono. O *“mosaico mágico”* de que alguns autores falam remetem-nos para a imagem do colectivo lusófono, onde do ponto de vista simbólico existe uma herança partilhada e onde se perspectiva um caminho percorrido e outro ainda para ser percorrido e partilhado, (Cf. Quadro Teórico).

Conforme as citações abaixo:

“Como eu dou uma cadeira de laboratório (...) estamos todos a fazer o mesmo bolo (...) a integração até sou eu que promovo, não os deixo ficar no mesmo grupo, por exemplo se tenho três angolanos na turma não os deixo ficar juntos, integro-os noutros grupos até para eles quando vão fazer os relatórios interagirem e até para os outros colegas os ajudarem a escrever e a perceber alguma questão (...) para não haver vícios de trabalhar sempre com o mesmo (...) fora do laboratório (...) pelo que vejo (...) estão integrados (...)

mesmo quando falo com os delegados de turma percebo que estão integrados (...) foi connosco e tal (...) fora do ambiente da escola não sei precisar porque muitos estão em casa de familiares e se calhar fora das horas da escola ficam nos grupos do seu país de origem (...) quando saem da escola vão para junto dos seus (...)" Entrevistado 18

" (...) Muitas vezes quando nos apercebemos que já há cá alunos de certa nacionalidade recorremos às redes de contactos existente, identificamos os alunos da mesma nacionalidade, pedimos autorização para dar os contactos e assim eles se integrarem de uma melhor forma (...) fazemos essa tentativa (...) não há queixas dos aspectos culturais ou sociais (...) não tenho essa percepção (...) Mesmo os alunos portugueses são muito receptivos e dão muito apoio aos alunos estrangeiros (...) gostam de os cá ter (...) são calorosos e gostam de ter cá os alunos estrangeiros (...) recomendam a outros e esse é o melhor passaporte (...)" Entrevistado 4

"Acho que eles se integram bem (...) rapidamente (...) não tem grandes dificuldades de integração (...) tem as dificuldades de integração (...) as mesmas que tem os nossos alunos deslocados (...) tem falta da família, do apoio familiar, etc (...) divergências culturais não (...) religiosas não (...)." Entrevistado 9

A Matriz 8 exemplifica alguns dos aspectos citados pelos entrevistados, no fundo como a Língua Portuguesa funciona como uma motivação para a escolha de Portugal e não de outro país sobretudo porque minimiza as dificuldades de integração sentidas bem como, em parte as dificuldades económicas. Neste aspecto já não será tanto a língua que minimiza essas dificuldades mas sim o facto de sermos um pais de ex-colónias e ser frequente os alunos terem cá familiares e amigos que os podem socorrer nestas situações. A componente histórica está implícita nestas questões.

Nº Entrevistados que referiram:					
Cultural	Cultura	Língua	Proximidade Cultural	Dificuldades de Integração	CPLP
Socioeconómica	0	0	0	0	0
Espaço Lusófono	1	7	3	7	3
Politicas Publicas	0	0	0	1	1
Retornos	1	1	0	0	2
Sociedade	1	1	0	2	2
Dificuldades Económicas	1	3	0		0
Bolsas	0	4	0	3	0
Alojamento	1	2	0	1	0
Referências ocorridas:					
Cultural	Cultura	Língua	Proximidade Cultural	Dificuldades de Integração	CPLP
Socioeconómica	0	0	0	0	0
Espaço Lusófono	2	10	3	8	4
Politicas Publicas	0	0	0	1	1
Retornos	1	1	0	0	2
Sociedade	1	1	0	2	2
Dificuldades Económicas	1	3	0	10	0
Bolsas	0	5	0	4	0
Alojamento	1	3	0	2	0

Quadro 15 - (Matriz 8) Esta matriz cruza, alguns, aspectos culturais com problemas e retornos ocorridos na sociedade.

Fonte: Análise webQDA dos dados elaborada pela autora.

A laranja destacam-se as dificuldades económicas como as maiores dificuldades dos alunos do Espaço Lusófono, sendo a língua um dos factores que minimiza as dificuldades pois estamos convictos que se estas dificuldades económicas fossem sentidas por estes alunos noutro qualquer pais com uma língua que não o português as dificuldades de integração teriam outras dimensões igualmente preocupantes e não só a componente económica, como aqui se verifica.

Consideramos que a Lusofonia se caracteriza, sobretudo, pela sua interdisciplinaridade e, em contexto universitário, é representada por todos nós, alunos, docentes, investigadores através de um discurso interdisciplinar (Cf. Quadro Teórico).

A Língua Portuguesa é um elo de ligação por excelência, se porventura outros aspectos de proximidade culturais são tidos em conta mas é a Língua Portuguesa que reúne consensos no que toca à alavanca deste processo.

"Para alguém que vem do espaço lusófono, acaba por ter o melhor de dois mundos (…) a adaptação é mais fácil, o dia-a-dia é mais fácil, estudar é mais fácil mas mais dia, menos dia são sempre confrontados com a necessidade de outra língua, as minhas aulas são em inglês há uns anos a esta parte (…) acabam por ter as vantagens do português mas não ficam sem o inglês como se fossem para o Reino Unido ou para outro sítio (…) o melhor de dois mundo (…) embora julgue a escolha é baseada não só na língua mas nos contactos políticos entre países que já existem (…) o angolano vem para cá em vez de ir para Espanha (…) e mais se um aluno do espaço lusófono vem estudar para cá depois pode ter saída num outro qualquer pais lusófono, Brasil por exemplo (…) Isso é uma das razoes, já que vou para o estrangeiro então vou para um sítio onde se fale português ou espanhol que são línguas com grande possibilidade de expansão no mundo (…) potencial de outros países"
Entrevistado 12

“ (…) Acabam por escolher Portugal pela questão da língua (…) no espaço europeu é uma cultura com a qual eles estão habituados a conviver (…)” Entrevistado 1

“ (…) a língua é importante nesta escolha e o facto de existirem muitos emigrantes palops (…) têm amigos ou familiares cá (…) o facto de ser ex-colónia (…) para eles as línguas estrangeiras são uma dificuldade (…) aqui os manuais são muitos deles em inglês devido à própria matéria leccionada (…) se existe um alunos de Erasmus na turma é obrigatório leccionar em inglês (…) isto para os alunos palops é uma dificuldade (…)” Entrevistado 3

“Integram-se bem (…) até pela questão da língua têm mais facilidade em se integrar (…)” Entrevistado 8

A Matriz 9 reforça o que temos dito, pois reflecte como as diversas variáveis de estudo das estratégias de cooperação e mobilidade ganham, mais ou menos, relevo quando articuladas com as variáveis de cariz cultural. Salientamos no âmbito do espaço lusófono a importância que assume da Língua Portuguesa bem como a comunicação, seja ela feita por canais institucionais ou por redes de contactos e conhecimentos particulares. A comunicação é um aspecto central neste estudo, aliás verificávamos que na análise às entrevistas quer no decorrer da na observação a importância que esta variável tem, ou melhor, os problemas e os transtornos que causa a sua ausência ou ineficácia.

As dificuldades de integração são minimizadas quer pela língua, como já referimos, quer pela existência de outras redes de contactos que não a institucional. Assume-se aqui o relevo que as redes de contactos têm na construção efectiva deste espaço de mobilidade, que é o Espaço Lusófono, matriz destacados a laranja.

Nº Entrevistados que referiram:					
Cultural	Cultura	Língua	Proximidade Cultural	Dificuldades de Integração	CPLP
Competências, Estratégias e Relações Interpessoais	0	1	0	0	0
Partilha de Conhecimentos	3	2	0	0	1
Relações particulares	2	2	1	1	1
Rede de contactos	0	4	1	5	1
Programas de Mobilidade e Cooperação	4	6	1	3	0
Protocolos	2	2	0	1	1
Comunicação Institucional	3	5	0	4	3
Referências ocorridas:					
Cultural	Cultura	Língua	Proximidade Cultural	Dificuldades de Integração	CPLP
Competências, Estratégias e Relações Interpessoais	0	1	0	0	0
Partilha de Conhecimentos	3	2	0	0	2
Relações particulares	2	2	1	1	1
Rede de contactos	0	4	1	5	1
Programas de Mobilidade e Cooperação	5	6	1	3	0
Protocolos	2	2	0	1	1
Comunicação Institucional	3	5	0	5	5

Quadro 16 - (Matriz 9) As Competências, Estratégias e Relações Interpessoais e a dimensão cultural.

Fonte: Análise webQDA dos dados elaborada pela autora

1.6. Apontamentos Conclusivos

No final desta análise podemos afirmar que a Universidade é uma das instituições que mais tem investido em políticas no âmbito da cooperação e do desenvolvimento. A Universidade tem apostado em respostas que vão de encontro às necessidades que o seu corpo docente considera vitais para o Capital Humano da Escola como a Educação, a Cultura, a transferência de tecnologia ou a comunicação.

A Universidade, observada, considera a Educação como um ponto estratégico para o desenvolvimento de um país. Assim, a mesma tem assumido que esse papel, estratégico, deve ser explorado de forma a trazer mais-valias para a Escola e para o seu Capital Humano através de vários incentivos, entre os quais o incentivo aos programas de intercâmbio internacional através da cooperação entre Universidades e da mobilidade de estudantes, professores e investigadores.

Esta Universidade tem tido a preocupação e tem trabalhado no sentido de investir na construção de parcerias de qualidade com instituições estrangeiras através da implementação de acordos ou da divulgação de oportunidades académicas internacionais junto da comunidade científica (Cf. Estado da Arte).

No Espaço Lusófono, a Escola tem procurado oferecer ao Capital Humano experiências de formação e de investigação. A Universidade tem, também, possibilitado aos docentes a participação em vários campos das suas actividades académicas, quer de ensino quer de investigação, através da participação em diversos encontros do foro académico promovidos por esta Universidade e por outras do Espaço Lusófono.

No quadro seguinte podemos visualizar, em jeito de revisão de tudo que se disse nesta análise, as palavras mais ditas nos discursos dos entrevistados. A contagem foi feita tendo por base as entrevistas codificadas no webQDA.

PALAVRAS	*REPETIÇÃO*
Alunos	325
Países	109
Nível	105
Escola	99
Espaço	80
Cooperação	76
Língua	74
Lusófono	68
Universidades	67
Dificuldades	63
Formação	63
Contactos	55
Investigação	49
Comunicação	48
Empresas	48
Ensino	48
Português	47
Mobilidade	46
Programas	46
Universidade	46
Docentes	44
Sociedade	40
Aulas	39
Inglês	36
Integração	35
Bolsas	34
Qualidade	34

Quadro 17 - Palavras mais frequentes

Fonte: Análise WebQDA com base nos dados das entrevistas coligidos pela autora

Quadro 18 - Tag Coulds elaborado com as palavras mais frequentes

No nosso entender, o corpo de conhecimentos transmitido pela Universidade assume-se como o maior factor de competitividade nesta organização e a internacionalização da Universidade o que faz, entre outras coisas, é optimizar a gestão desse mesmo conhecimento, destacando o papel fundamental, poderíamos dizer determinante, que o conhecimento tem no processo de inteligência competitiva e no aumento da produtividade bem como na qualidade das organizações de Ensino Superior.

Verificámos nos discursos produzidos que a Globalização implica níveis de qualidade e excelência, nas colaborações nacionais e internacionais acentuando o ambiente de competitividade e impondo cada vez mais exigências às instituições de Ensino Superior. É o corpo de saberes da Escola e dos seus conhecimentos transmitidos que a Escola tem dado respostas a estas exigências transformando-as num trunfo, num corpo de poderes, inerentes à própria Escola, o corpo de poderes da Universidade.

Nos quadros seguintes observamos as referências feitas pelos entrevistados, no primeiro quadro segundo o género e no segundo quadro por profissão, docente vs. não docente. Importa lembrar que os entrevistados estão classificados por 13 entrevistados masculinos e 8 femininos e 14 deles são docentes e 7 são não docentes.

De salientar que segundo o género é perceptível um ligeiro enviesamento das respostas nalgumas dimensões, pode estar relacionado com a própria construção mental do conceito segundo o género.

Na Profissão não existe enviesamento de respostas, ao abordar as dimensões e as despectivas variáveis, tendo em conta o número de docentes e não docentes entrevistados, as respostas são mais uniformes que segundo o género.

	Nº de entrevistados que referiram:		Referencias ocorridas:	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Competências, Estratégias e Relações Interpessoais	2	0	3	0
Partilha de Conhecimentos	5	3	6	5
Relações particulares	8	2	12	3
Rede de contactos	7	7	10	15
Programas de Mobilidade e Cooperação	12	7	22	15
Protocolos	5	4	8	8
Comunicação Institucional	8	6	17	16
Organização Académica	0	0	0	0
Docente	11	7	21	11
Investigação	9	3	23	3
Ensino de Qualidade	4	5	6	8
Alunos	13	8	48	38
Formação	9	6	17	8
Não Docentes	0	3	0	3
Socioeconómica	0	0	0	0
Espaço Lusófono	13	7	30	15
Politicas Publicas	4	1	4	1
Retornos	9	4	12	4
Sociedade	8	5	13	6
Dificuldades Económicas	5	8	9	14
Bolsas	6	7	9	13
Alojamento	1	5	3	7
Cultura	8	5	11	5
Língua	11	8	23	10
Proximidade Cultural	4	3	5	3
Dificuldades de Integração	8	7	12	18
CPLP	5	1	10	1
Autonomia	1	0	1	0
Prestigio	1	2	1	5
Qualidade	6	4	8	4
Tecnologia	5	5	8	5
Transferência de tecnologia	4	0	5	0

Quadro 19 - (Género) Referencias produzidas nos discursos face às dimensões em análise segundo o género. Fonte: Análise webQDA com base nos dados das entrevistas coligidos pela autora

	Nº de entrevistados que referiram:		Referencias ocorridas:	
	Docentes	Não Docentes	Docentes	Não Docentes
Competências, Estratégias e Relações Interpessoais	2	0	3	0
Partilha de Conhecimentos	5	3	6	5
Relações particulares	8	2	12	3
Rede de contactos	8	6	12	13
Programas de Mobilidade e Cooperação	13	6	23	14
Protocolos	6	3	11	5
Comunicação Institucional	8	6	17	16
Organização Académica	0	0	0	0
Docente	13	5	24	8
Investigação	10	2	24	2
Ensino de Qualidade	5	4	8	6
Alunos	14	7	54	32
Formação	11	4	19	6
Não Docentes	0	3	0	3
Socioeconómica	0	0	0	0
Espaço Lusófono	14	6	32	13
Politicas Publicas	4	1	4	1
Retornos	9	4	12	4
Sociedade	9	4	14	5
Dificuldades Económicas	6	7	10	12
Bolsas	6	7	10	12
Alojamento	1	5	1	9
Cultura	10	3	13	3
Língua	13	6	25	8
Proximidade Cultural	5	2	6	2
Dificuldades de Integração	9	6	16	14
CPLP	5	1	10	1
Autonomia	1	0	1	0
Prestigio	2	1	4	2
Qualidade	7	3	9	3
Tecnologia	6	4	9	4
Transferência de tecnologia	4	0	5	0

Quadro 20 - (Profissão) Referencias produzidas nos discursos face às dimensões em análise segundo as profissões aqui abordadas. Fonte: Análise webQDA com base nos dados das entrevistas coligidos pela autora

Para esta Universidade, para a partilha de conhecimentos e saberes pode contribuir para o enriquecimento da vida das pessoas em todo mundo, e em particular no Espaço Lusófono. É importante para esta escola continuar a procurar as oportunidades da cooperação mútua, nomeadamente, no Espaço Lusófono onde ainda há muito trabalho a fazer e onde a Língua Portuguesa bem como os aspectos de proximidade cultural são sem dúvida uma mais-valia que a escola pretende valorizar de forma a cativar o Capital Humano destes países.

Conforme já citado nas referências teóricas, James Coleman referia que os agentes necessitam de relações sociais para viabilizarem e optimizarem a utilização desses recursos os recursos ao seu dispor, quer os físicos quer os materiais. Para Coleman os recursos obtidos ou provenientes das relações entre atores sociais são facilitadores das próprias acções individuais. Na universidade esta teoria, não é uma excepção, aliás como comprovámos.

A perspectiva sobre o Capital social é a vertente que privilegiámos nesta investigação como forma de tentarmos expor como construir um espaço de mobilidade e cooperação dentro do Espaço Lusófono. Este espaço de Geocentralidade académica composto pela robustez dos conhecimentos teóricos e práticos partilhados por um conjunto de universidades que fale o português A este conjunto decidimos chamar a rede de Universidades da Lusofonia.

De acordo com a perspectiva do construtivismo, a construção de um espaço de mobilidade e cooperação entre Universidades do Espaço Lusófono é um constructo social que procura, através de uma geocentralidade académica, equilibrar as relações de cooperação entre os países envolvidos promovendo desta forma alianças multilaterais. Estados soberanos descontínuos geograficamente, apesar da sua distância, une-se centriptamente em torno de um objectivo comum, a rede de Universidades da Lusofonia.

No final desta análise, julgamos não estar a defender uma ideia megalómana ou descabida. Defendemos um projecto universitário da lusofonia se assim quisermos dizer, um projecto com muitas arestas a limar, com muito trabalho a fazer desde a comunicação institucional à uniformização de

procedimentos, um projecto trabalhoso por certo mas um projecto que tem todos os *"ingredientes"* para ser viável: o Capital Humano, o Capital social, a Língua portuguesa e a Universidade.

Conclusões

Neste trabalho abordámos a construção da Universidade no Espaço Lusófono e centrámo-nos no desenvolvimento da internacionalização nas últimas décadas ao nível da organização e estruturação da actividade académica e de investigação. Demos, igualmente, especial atenção às estratégias alargadas pela escola para o reconhecimento nacional e internacional abordando questões como o ensino, a investigação científica, a autonomia, a transferência de tecnologia, a mobilidade e a cooperação ou a Língua Portuguesa.

A Universidade tem tido um papel, estratégico, através da participação em programas de intercâmbio internacional pela via da cooperação entre Universidades e da mobilidade de estudantes, professores e investigadores, visto que nos últimos anos e de acordo com as exigências da Globalização, o valor da Educação tem vindo a aumentar de acordo com a relação entre Educação e desenvolvimento económico, social e humano.

O processo de internacionalização da Universidade é dominado por uma socialização de acordo com a cultura científica da escola que lhe confere o poder, a autoridade e a autonomia face a qualquer outro contexto académico nacional e internacional. Nesta óptica, a autonomia e as competências do Capital Humano da Escola estão compilados num curriculum de saberes e práticas que lhes permite reclamar uma posição autónoma dentro do espaço, assim como reclamar uma posição em todas as redes com que interagem e que criam.

A Universidade através do seu Capital Humano contribui para reforçar a posição de Portugal e do Espaço Lusófono em contexto internacional, quer do ponto de vista geoestratégico quer do ponto de vista geopolítico. A construção deste espaço de Geocentralidade não se dá no vazio mas sim num contexto de

complexas redes de conhecimento e contactos que decorrem das interacções do Capital Humano em contexto académico. O Capital social assumiu-se como conceito central nesta investigação, pois é ele que torna possível toda esta construção.

Ao longo desta investigação associámos os conceitos de Globalização e Lusofonia com os conceitos de Capital social, Capital Humano e Universidade e concluímos que os valores conquistados como os saberes, as práticas e/ou os valores culturais, pelo Capital Humano na Universidade no Espaço Lusófono contribuem, através de retornos para a sociedade.

A construção de um espaço próprio da Universidade, um espaço construído em contexto internacional tendo em conta a perspectiva da Globalização e dos laços interculturais da Lusofonia é, efectivamente possível e constrói-se, em parte, através dos programas de mobilidade e cooperação mútua entre Países Lusófonos.

O Espaço da Universidade da Lusofonia é um campo onde vários poderes estão presentes, poderes esses, como o conhecimento ou o domínio da tecnologia. A Universidade tem, neste contexto, a missão de facultar a essência desses poderes através dos saberes e práticas ensinadas ao Capital Humano. A autonomia da Universidade na transmissão de conhecimento ao Capital Humano está neste século, na base da afirmação de uma posição de Geocentralidade em contexto internacional (Cf. Introdução)

Este objectivo foi claramente atingido pois constatámos, conforme a nossa orientação teórica, que o corpo de conhecimentos transmitidos condiciona não só o discurso produzido pelo Capital Humano da Escola bem como determina em parte as estratégias no âmbito internacional levadas a cabo através dos programas de mobilidade e cooperação.

Em relação a este objectivo esta investigação mostrou-nos, ainda, como e até que ponto os saberes e práticas podem condicionar os discursos produzidos pelo Capital Humano, como já foi dito, mas também como capacitam esses mesmo Capital Humano de competências que se mostram determinantes no contexto internacional dos dias de hoje.

O outro dos nossos objectivos é perceber como é que esse corpo de conhecimentos condiciona, e até que ponto, a autonomia académica e a mobilidade deste Capital dentro de toda uma dinâmica organizacional da Universidade. Ainda com base neste corpo de conhecimento e discursos produzidos pelo Capital Humano existente nas Universidades do Espaço Lusófono pretendemos perceber como é que estes são, ou não, delimitativos de territórios sejam eles académicos, económicos, sociais ou culturais (Cf. Estratégia de Investigação).

Este objectivo foi atingido pois conseguimos verificar que o corpo de conhecimentos produzidos na Universidade observada condiciona a sua autonomia académica e a mobilidade do seu Capital Humano. Verificamos que é justamente a credibilidade científica e pedagógica bem como o rigor com este tipo de conhecimentos, saberes e práticas, são transmitidos ao Capital Humano da Escola que lhe garante a sua posição autónoma. Este último argumento associado ao espírito livre e crítico, que faz parte da filosofia desta Universidade, reforça a sua autonomia científica bem como impulsiona a mobilidade do Capital Humano.

Pareceu-nos, no decorrer da observação participante, que com base neste corpo de conhecimento e discursos produzidos pelo Capital Humano existente nas Universidades do Espaço Lusófono os mesmos são delimitativos de territórios académicos. A Escola observada tem no Espaço Lusófono o seu território bem definido apesar de existirem outras Universidades que facultam o mesmo tipo de conhecimentos. Julgamos que a competitividade entre Universidades que facultam o mesmo tipo de conhecimentos existe, mas a Universidade observada tem o seu espaço delimitado dentro do Espaço Lusófono e garante as suas fronteiras apostando, como já foi dito, no rigor e na excelência do conhecimento transmitido para além, de na nossa perspectiva, investir significativamente na internacionalização através de estratégias de dinamização.

Ainda com respeito a este objectivo podemos concluir que embora seja apenas um estudo de caso a Universidade observada tem ao longo da sua história contribuído para o desenvolvimento económico e social não só de

Portugal, através do Capital Humano que já formou, através da investigação que desenvolveu e desenvolve ou através das inúmeras publicações científicas que detém ou das patentes que já registou mas também no Espaço Lusófono, pois já existem mostras do seu contributo, tudo devido ao Capital Humano que acolhe no âmbito dos programas de mobilidade e cooperação.

Apesar da Universidade observada investir no intercâmbio com todo o mundo e de dinamizar bastante a utilização da Língua Inglesa de forma a facilitar os estudantes de outros pontos do globo não parece esquecer a importância da Língua Portuguesa e dos alunos que a têm como língua oficial promovendo diversas actividades culturais que integrem a cultura Lusófona, per si, bem como a cultura Lusófona em intercâmbio com outras culturas.

De acordo com outro objectivo proposto concluímos que o corpo de saberes transmitidos pela Universidade se transforma em retornos para o Capital Humano, retornos directos e indirectos. Segundo a nossa orientação teórica baseada na Teoria do Capital Humano de Gary Becker comprovamos que o corpo de saberes oferecido ao Capital Humano pela Universidade lhe traz numa primeira instancia retornos directos através da obtenção de um emprego ou de uma possibilidade de seguir uma carreira académica ou na investigação científica. Um dos exemplos mais apelativos é a vertente do empreendedorismo que a Escola observada desenvolve e que apoia o seu Capital Humano no início de carreira, foi de fácil observação verificar os retornos directos para o Capital Humano que advêm destas iniciativas, aliás porque a Escola tem o registo e o contacto com estes casos, que já vão sendo em número significativo.

Comprovou-se, ainda, que ao nível da sociedade existem retornos nomeadamente, algo muito fácil de observar na Escola, algum Capital Humano que acaba por ficar na Universidade em Centros de Investigação pondo todo o seu conhecimento e competências adquiridas ao serviço da investigação científica, indirectamente ao serviço do desenvolvimento da sociedade. Um dos exemplos que mais apreciamos foi o da transferência de tecnologia pois aqui é passível de verificar os retornos indirectos, a favor da sociedade, decorrentes do investimento na formação superior do Capital Humano.

A tecnologia é posta à disposição da sociedade civil em articulação com o tecido empresarial. Esta transferência de conhecimento produzido na Universidade implica Capital Humano qualificado, habilitado e credenciado para operar com este tipo de conhecimento, *o Expert* segundo Michael Foucault de acordo com a nossa matriz teórica, dai que os retornos para o referido Capital são iminentes mas a empresa em questão bem como a sociedade em geral irá beneficiar das valências, materializadas em desenvolvimento, desse mesmo conhecimento remetendo-nos para os retornos indirectos que decorrem do investimento em Capital Humano, seguindo as orientações teóricas de Gary Becker.

Extrapolamos, e de acordo com alguns discursos produzidos no decorrer da investigação, que é possível construir um espaço internacional de cariz académico, tendo em conta as características sociais, económicas e culturais dos países do Espaço Lusófono. Os recursos financeiros, materiais, naturais e o próprio Capital Humano dos Países Lusófonos são de antemão os ingredientes necessários para a construção de um espaço geocêntrico do ponto de vista académico.

Quando falamos num espaço de Geocentralidade académica falamos na construção de um espaço em que por si só a Universidade tem um papel preponderante, é como se esta fosse o eixo central a partir do qual todo o espaço ganha forma. Provavelmente, este espaço já existe embora ainda não esteja, na nossa óptica devidamente optimizado, pois nesta questão existem nuances a ter conta e que podem ser determinantes para o sucesso ou insucesso de um espaço deste tipo, tais como: as questões dos financiamentos necessários, as politicas que deverão orientar os processos, a comunicação fluente entre todos os países envolvidos, a vontade multilateral de participação, a partilha dos vários tipos de recursos existentes no Espaço Lusófono. Concluímos que o facto de existir uma cultura comum bem como uma língua em comum já é um elo de ligação significativo que facilita a ultrapassagem de alguns obstáculos e que pode funcionar também uma alavanca necessária para optimizar as diversas potencialidades do Espaço Lusófono.

O espaço de Geocentralidade académica à semelhança do que se passa com o Capital Humano *per si* é passível, em nosso entender, de originar retornos directos e indirectos, vitais para o Espaço Lusófono. Não obstante os retornos directos quer para o Capital Humano envolvido quer para as Universidades envolvidas, já falado anteriormente, há no nosso ver a possibilidade dos retornos indirectos serem uma realidade interessante.

Estamos convictos que o investimento na formação de Capital Humano e na investigação cientifica que desenvolva trabalho no âmbito dos georecursos como o petróleo ou o gás natural, os minérios, a exploração dos imensos recursos do mar, na investigação de outros meios para o desenvolvimento da agricultura, na criação de mecanismos para optimização das pescas, entre outros podem, neste riquíssimo espaço que é o Espaço Lusófono, em primeiro lugar melhorar a qualidade de vida do seu Capital Humano e seguidamente promover o desenvolvimento dos países envolvidos.

Num contexto de Geocentralidade académica os retornos directos continuam a ser uma constante, e são óbvios, mas os retornos indirectos são para nós de extrema importância pois são eles que irão fomentar o desenvolvimento da sociedade. Seguindo o exemplo dos processos de empreendedorismo e da transferência de tecnologia observados na Universidade estudada podemos concluir que a médio prazo todos os Países Lusófonos envolvidos poderiam melhorar a qualidade da sua população e em alguns casos reduzir os índices de pobreza e/ou aumentar o PIB. Os retornos indirectos ou as externalidades provenientes de um espaço de Geocentralidade académica são vastos e o cerne do processo de construção deste espaço é a instituição Universidade e o seu valioso corpo de saberes, práticas e competências transmitidas.

De acordo com o anterior citado podemos afirmar que último objectivo foi atingido, isto é, demonstrámos como é que através de um espaço de mobilidade e cooperação internacional entre Universidades é possível contribuir para afirmar uma posição de Geocentralidade de Portugal no contexto global. Este objectivo remetia-nos directamente para o conceito de Capital Social, pois criam-se importantes redes de partilha de diversos valores

bem como de contactos. São estas redes, entre outros aspectos, que compõe o Capital Social e que tornam possível a construção de um espaço de Geocentralidade académica em contexto internacional (Cf. Introdução).

Assim, o nosso objecto de estudo recaiu na mobilidade do Capital Humano das Universidades públicas dentro do Espaço Lusófono, bem como das redes por si geradas, e o nosso objecto empírico foi uma a Universidade pública do Espaço Lusófono, que serviu como estudo de caso. Apesar de ser um estudo de caso apresenta em nosso entender, relevância científica.

Desta feita o ponto de partida para este modelo de análise foi saber como é que este corpo de saberes, conhecimentos e discursos, se transforma num corpo de poderes e até que ponto a posse de determinados conhecimentos e práticas, possibilita a este Capital garantir o retorno do conhecimento e prática adquiridos, não só retorno privado como garantir um retorno social, isto é, um retorno para a sociedade, externalidade, em particular para a sociedade lusófona. A questão dos retornos associados ao Capital Humano envolvidos na mobilidade dentro do Espaço Lusófono e através dos Programas de Cooperação e Mobilidade das Universidades Lusófonos foram o cerne desta investigação (Cf. Estratégia de Investigação).

As Questões de Investigação que nortearam este trabalho foram as seguintes:

Questão 1: Será que os saberes, práticas e discursos académicos que estão na base da construção do Espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono e da sua respectiva autonomia académica condicionam, através da delimitação de espaços da Universidade e, respectivas, fronteiras académicas, o seu próprio desempenho académico e de investigação?

Questão 2: Será que os saberes, práticas e discursos académicos que estão na base da construção do Espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono e da sua respectiva autonomia académica condicionam, através da delimitação de espaços e fronteiras, o seu próprio desempenho ao nível da investigação e produção de conhecimento científico?

Questão 3: Será que os saberes, práticas e discursos académicos que estão na base da construção do Espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono promovem retornos directos e indirectos, sociais, económicos e culturais. Até que ponto esses retornos promovem o desenvolvimento do Capital Humano? E da Universidade?

Questão 4: Será que os saberes, práticas e discursos académicos que estão na base da construção do Espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono promovem retornos directos e indirectos, sociais, económicos e culturais. Será que esses retornos promovem não só o desenvolvimento do Capital Humano como da própria Lusofonia?

Questão 5: Será que os saberes, práticas e discursos académicos que estão na base da construção do Espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono promovem, de certa forma, uma Geocentralidade académica?

Questão 6: De acordo com os saberes e práticas, da Universidade, partilhados pelos programas de mobilidade e cooperação internacional entre Universidades do Espaço Lusófono, seria possível criar uma rede das Universidades do Espaço Lusófono?

As questões de investigação levantadas foram todas testadas empiricamente e de acordo com a matriz teórica que orientou este trabalho. Com base nestas hipóteses formulámos as questões de partida que à semelhança das últimas foram igualmente respondidas e tidas como exequíveis.

Apenas gostaríamos de chamar à atenção para a questão 6 que para nós é a pergunta que traz uma e perspectiva diferente a esta temática. A ser exequível a criação de uma rede de Universidades da Lusofonia, a construção deste espaço de autonomia académica ganha forma bem como o *empowerment* do espaço de Geocentralidade académica de cariz lusófono. Para relembrar a questão era a seguinte:

Questão 6: De acordo com os saberes e práticas, da Universidade, partilhados pelos programas de mobilidade e cooperação internacional entre

Universidades do Espaço Lusófono, seria possível criar uma rede das Universidades do Espaço Lusófono?

Ao verificarmos todos estes aspectos atrás citados e para melhor responder à hipótese levantada, sim julgamos ser não só possível como de importante valor estratégico formar uma rede de Universidades da Lusofonia e de forma a completar esta construção, talvez, não fosse inadequado existir um passaporte académico da Lusofonia ou até ir mais além e materializar o *passaporte lusófono* de Agostinho da Silva.

Esta questão de investigação ao ser provada como exequível demonstra a importância dada por nós ao subtítulo deste trabalho: *uma perspectiva sobre o Capital social,* afinal é disso que se trata a construção de um espaço de mobilidade e cooperação entre universidades do Espaço Lusófono, materializado numa rede de universidades da lusofonia é nada mais que operacionalização do conceito de Capital social.

Assim, as nossas questões de partida e que nos orientaram no início deste trabalho eram: (i) Existe algum tipo de autonomia académica nos programas de Cooperação e Mobilidade dentro do Espaço Lusófono? (ii) A autonomia é total ou parcial? (iii) Que factores condicionam a construção do Espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono? (iv) Que retornos advêm da Cooperação e da Mobilidade, para a Universidade? (v) Quais os retornos para o Capital Humano (alunos, professores, investigadores)? (vi) Quais os retornos para o desenvolvimento local, regional ou do Espaço Lusófono? (vii) Existem retornos para a Lusofonia? (vii) É possível falar de uma Geocentralidade académica, ainda que lusófona? (viii) Será descabido criar um Cluster da Universidade do Espaço Lusófono? (ix) O que traz o Capital social a este contexto?

Encontramos resposta para todas as questões de partida colocadas, desta forma passamos à sua resposta:

(i) Existe algum tipo de autonomia académica nos programas de Cooperação e Mobilidade dentro do Espaço Lusófono?

A autonomia académica que existe nos programas de mobilidade e cooperação é garantida pela própria autonomia académica da Universidade que se caracteriza pela liberdade de pensamento e pelo seu espírito crítico. Assim, todos os programas de mobilidade e cooperação têm a sua respectiva autonomia académica.

(ii) A autonomia é total ou parcial?

Em termos de conteúdos programáticos a autonomia é total, isto é, de acordo com as orientações científicas e pedagógicas vigentes na Escola, até porque cada programa tem um coordenador científico e respectiva equipa que são docentes e que asseguram estas questões. A autonomia destes programas pode também ser parcial, não por orientação científica ou pedagógica mas por questões financeiras que podem inviabilizar certos projectos académicos.

(iii) Que factores condicionam a construção do Espaço da Universidade dentro do Espaço Lusófono?

São vários os factores que condicionam a construção deste espaço pelo que seleccionámos apenas alguns, por exemplo o factor financeiro que já falamos e que implica falta de financiamento para as mais diversas actividades, a falta de canais de comunicação institucionais eficazes e eficientes onde se façam perguntas e se obtenham respostas para poder avançar com projectos, o que muitas vezes não acontece pois a comunicação falha. As grandes distâncias existentes no Espaço Lusófono ainda podem, em alguns casos, funcionar como uma condicionante à mobilidade, à internacionalização da Escola bem como à construção do seu espaço em contexto internacional.

(iv) Que retornos advêm da Cooperação e da Mobilidade, para a Universidade?

Os retornos para a Universidade assentam sobretudo em dois pilares, na nossa opinião, o primeiro pilar é a partilha de conhecimento pois estes programas facilitam e até estimulam a partilha de conhecimento entre Universidades. Para além de receber e enviar Capital Humano de e para outras Universidades, o que é riquíssimo do ponto de vista cultural a Universidade absorve os alguns conhecimentos, algumas práticas e até competências de

outras Universidades, o que em contexto académico é algo de valor excepcional.

O outro pilar é o retorno para a Universidade, e que nos parece importante, via prestígio que esta obtém internacionalmente, nomeadamente no Espaço Lusófono. Levando a cabo estes tipo de programas a Universidade abre-se ao exterior dando a conhecer o melhor de si em âmbito académico o que para uma Universidade que se intitula de *Excelência* constitui um enorme prestígio realizar este tipo de programas e de parcerias académicas, projectando desta forma o seu *modus operandi* baseado na qualidade e no rigor científico.

(v) Quais os retornos para o Capital Humano (alunos, professores, investigadores)?

Como já foi dito, os retornos para o Capital Humano baseiam-se nas mais valias que decorrem do corpo de saberes oferecido pela Universidade e que traz retornos directos importantes para o referido Capital Humano, tais como um emprego ou a possibilidade de seguir uma carreira académica, isto no caso dos alunos. No caso dos docentes e investigadores os retornos estão um pouco relacionados com a questão anterior, pois estes baseiam-se na importância que assume a troca e partilha de conhecimento científico, a possibilidade de adquirir outro tipo de conhecimento ou prática ou a possibilidade de obter novas competências bem como na hipótese de encontrar parceiros para projectos de investigação científica ou de docência.

(vi) Quais os retornos para o desenvolvimento local, regional ou do Espaço Lusófono?

Os retornos para a sociedade do Espaço Lusófono assumem-se como importantes na nossa óptica, pois estes promovem o desenvolvimento local e regional da sociedade possibilitando uma melhor qualidade da sua população. Os retornos são os mais variados e abrangem todas as franjas da sociedade, podem ir desde a dinamização do comércio local devido aos vencimentos maiores do Capital Humano qualificado que lhe permite consumir, até à maior instrução do Capital Humano que significa necessariamente um maior

esclarecimento em certas matérias o que pode modificar positivamente, por exemplo, os hábitos de higiene ou de saúde pública de uma região.

(vii) Existem retornos para a Lusofonia?

No Espaço Lusófono gostaríamos de salientar os retornos vistos pelo prisma cultural, pois certificámos que a mobilidade de Capital Humano neste espaço fortalece a Lusofonia não só pelo aspecto da vivacidade da Língua Portuguesa mas pelo facto de que a troca e partilha, não só de conhecimentos científicos, de conhecimentos culturais enriquecem o Capital Humano lusófono mantendo viva e actual a Cultura Lusófona. Recorrendo à nossa matriz teórica, é neste tipo de retornos indirectos que se percebe claramente como se constrói diariamente o *"mosaico mágico"* da Lusofonia.

De acordo com a investigação que levamos a cabo e de acordo com os dados empíricos recolhidos concluímos que é possível criar uma rede de Universidades da Lusofonia, aliás julgamos que não só é possível como será fundamental de futuro que esta rede seja criada e optimizada.

A criação desta rede não seria baseada nas especialidades académicas das Universidades em causa mas noutro denominador comum, a herança Lusófona. Assim, seria criado uma rede onde seriam integradas as Universidades do Espaço Lusófono que o desejassem, de acordo com padrões de rigor e qualidade definidos à partida, pouco a pouco a rede começaria a ganhar forma e a optimizar os vários recursos humanos, materiais, científicos e físicos existentes.

A Universidade observada pertence a uma reder europeia de Universidades da sua especialidade, académica e científica, e prepara-se para assinar um protocolo com uma rede de Universidades chinesas daí que não será descabido integrar e participar na formação de uma rede de Universidades da Lusofonia.

Uma rede de Universidades da Lusofonia é, em nosso entender, a materialização das teorias em torno da Geocentralidade, pois esta rede de partilha de todo o tipo de recursos irá permitir a construção do espaço da Universidade da Lusofonia em contexto internacional. Este espaço será

estratégico do ponto de vista académico pois permitirá captar e qualificar cada vez mais Capital Humano, numa primeira análise, e com o decorrer do tempo bem como com o acumular dos respectivos retornos directos e indirectos tornar-se num espaço estratégico, quer geograficamente quer politicamente, isto devido ao potencial desenvolvimento que uma rede deste tipo trará ao espaço físico que envolve essa mesma rede.

A Geocentralidade académica da Universidade do Espaço Lusófono, materializada numa rede de Universidades da Lusofonia, não só é possível como é estrategicamente importante para os países deste espaço. Também concluímos que se a Língua Portuguesa e a toda a matriz cultural da Lusofonia poderá ser a alavanca deste processo, em paralelo, o financiamento de um projecto desta envergadura poderá ser um travão, no entanto acreditamos que actualmente no Espaço Lusófono é possível obter este tipo de contribuição financeira ainda que para tal seja necessário desenvolver um projecto com uma visão estratégica e empreendedora que mostre aos respectivos investidores o quanto, a sua empresa, o seu país e o seu Capital Humano poderão vir a beneficiar do mesmo.

É importante que para além das Universidades terem vontade de participar e de integrar uma rede de Universidades da Lusofonia, também os diversos poderes políticos dos países envolvidos tenham a mesma percepção, pois a sua participação de forma concertada fortalecerá a afirmação deste espaço de Geocentralidade em contexto internacional.

Ainda num contexto de Geocentralidade académica e de acordo com a teoria do construtivismo social no âmbito das Relações Internacionais, que nos serviu de suporte teórico neste trabalho, seguindo a perspectiva de Dougherty e Pfaltzgraff (2003) concluímos que a Universidade está sempre a (re)construir-se, pois os agentes que a compõe, alunos, docentes e não docentes, envolvem-se diariamente através de diversas formas comportamentais que conduzem, entre outras coisas, à cooperação. A universidade é uma construção humana, ou melhor, uma construção diária da mente humana onde as escolhas dos seus agentes revelam-se determinantes. Para que esta construção se efectue detectamos factores relevantes para o processo, tais

como: o contexto do ambiente físico, geográfico, social, cultural, económico e naturalmente político. Também concluímos que estes contextos articulados no dia-a-dia da universidade condicionam a actuação dos agentes bem como delimitam fronteiras de oportunidades e contratempos. A autonomia académica é um exemplo do que acabámos de citar pois esta é uma construção social onde as suas fronteiras e limites são construídos e (re)construídos de acordo não com a posse de um corpo de saberes e poderes, essencialmente, mas através de jogos de poder em contexto académico.

No século XXI onde a Universidade se enquadra e destacando o construtivismo como teoria das relações internacionais privilegiada, seguindo a orientação mencionada no nosso quadro teórico de Dougherty e Pfaltzgraff (2003), constatámos que a par com as relações socias onde os actores ou os agentes estão envolvidos e que vão, pouco a pouco, construindo a realidade onde se inserem o avanço tecnológico foi fundamental para este trabalho. Verificámos que a realidade hoje construída na Universidade, pelo poder político, pelo estudante ou pelo investigador, é uma realidade assente nos contextos físico, politico, social e sobretudo na tecnologia. Assim, na construção de um espaço de mobilidade e cooperação, a Universidade apoia-se em três pilares fundamentais: o seu Capital Humano e a tecnologia que, por sua vez, irá potenciar fortemente o terceiro pilar, o Capital social.

Na nossa perspectiva, a Universidade do século XXI encontra-se, hoje, ligada numa vasta rede global sem precedentes na sua História, quer no que toca à partilha de conhecimentos, à investigação, à mobilidade de pessoas e ideias ou à transferência de tecnologia. A evolução tecnológica a que temos assistido levou-nos a concluir sobre a importância que, neste contexto, assume a relação espacial entre universidades, e demais organismos e indivíduos, a que vulgarmente se chama de ciberespaço. Ciberespaço é o contexto complexo mas julgamos que não deve confundir com o espaço da geografa que nos conduz ao conceito de elemento territorial, território nacional, enquanto elemento fundamental do conceito de Estado. Considerámos o ciberespaço, neste trabalho, como um espaço de territorialidade virtual onde a informação é enviada e recebida de forma quase instantânea o que potencia a comunicação global num espaço de tempo muito breve. Para a Universidade e para a

construção deste espaço de mobilidade de cooperação é, para nós, essencial os fluxos de informação gerados o que permite tomar determinadas decisões assim como partilhar informação em tempo útil, diríamos mesmo em tempo recorde.

De acordo com a perspectiva construtivista das Relações Internacionais mencionada por Dougherty e Pfaltzgraff (2003) e enquadrado numa sociedade, dita, pós-industrial a Universidade faz hoje parte uma realidade de interdependência entre os Estados, não apenas de uma interdependência no aspecto da interdependência territorial entre Estados soberanos mas numa lógica de interdependência através das redes a que pertencemos, nomeadamente nas redes internacionais de cariz académico. Concluímos que estas redes possibilitam a deslocação de vários tipos capitais sendo que os que mais interessam à Universidade são: o capital humano, o capital intelectual, o capital social e o capital cultural. Assim, os fluxos de informação gerados nestas redes nem sempre têm ligações físicas, quando têm assumem no caso da Universidade a forma de mobilidade, mas a maior parte das vezes são ligações de cariz virtual que potencia a proliferação de conhecimento e desta forma acentua a receptividade no que diz respeito à cooperação.

A sociedade dos finais do século XX e início do século XXI está marcada pelo ritmo imposto pela Globalização o que conduziu os actores sociais, os agentes, a um processo de construção da realidade social baseada em relações alicerçadas no ser humano enquanto elemento que opera a tecnologia, ser humano esse que faz parte de um estado geograficamente colocado em contexto internacional: O Estado enquanto detentor exclusivo do poder político constrói e reconstrói a política externa assente nestes prossupostos (Dougherty e Pfaltzgraff: 2003). Concluímos que para a construção deste espaço de mobilidade e cooperação entre universidade do Espaço Lusófono, para além de todo um corpo de saberes em jogo e que dá a robustez a este projecto, é necessário existir a vontade politica, pois é o poder politico que tem a competência de legislar e só com a legislação de políticas públicas que permitam e estimulem este tipo de construção social é que este projecto pode ser exequível. Julgamos que é necessário que exista um alinhamento de ideias entre a Universidade e os decisores políticos.

Percebemos como este projecto de uma Geocentralidade académica envolve vários conceitos tão caros às Relações Internacionais como são: o conceito de Estado Soberano, o conceito de geopolítica, geoeconomia e obviamente o poder político, pelo que entendemos que estritamente necessário para a Universidade avançar com um projecto destes equacionar ser ouvida ao mais alto nível do poder politico, pois afinal estamos a remeter-nos para assunto da politica externa de diversos países. Concluímos que quer a politica externa quer as próprias Relações Internacionais entres Estados podem ser construídas novamente, (re)construídas, á luz da Geocentralidade académica assente nos pressupostos da partilha do Conhecimento.

Por fim, a questão de partida ix, o que traz o Capital social a este contexto. O Capital social é, por excelência, o pilar principal deste trabalho pois ele não só traz contributos a este contexto como torna possível a criação de um espaço que tivemos o cuidado de contextualizar.

O conceito de Capital social, e apoiamo-nos sobretudo na perspectiva de Robert Putman, torna possível o entendimento de como estas questões da mobilidade, da cooperação entre universidades da lusofonia são em primeiro lugar importantes para a partilha de conhecimentos, saberes e praticas, é no fundo uma mais-valia para o Capital Humano das Universidades. Ao mesmo tempo, estas redes, são intrínsecas à própria Lusofonia, isto é, a própria Lusofonia já é uma vasta rede de conhecimentos, contactos e pessoas. A identidade lusófona está, ela própria, assente em vastíssimas redes, algumas delas de cariz social ou cultural e até mesmo económicas, que remontaram a uns anos a esta parte.

Terminamos com uma possível operacionalização do conceito de Capital social, a construção de um espaço de mobilidade e cooperação assente na partilha de conhecimentos transmitidos ao Capital Humano através de uma rede que se estende às universidades do espaço lusófono.

Questões em aberto e reflexões

De acordo com as conclusões apresentadas inúmeras outras questões se levantam, questões que continuam em aberto e que poderão, inclusivamente, dar origem a outros estudos, por exemplo:

Julgamos que seria uma mais valia para todo o Espaço Lusófono se existisse um gabinete ou uma Assessoria que centraliza-se, poderia ser na CPLP, canaliza-se e optimiza-se os recursos existentes não só para o Ensino Superior como para a sociedade Lusófona na sua generalidade.

De acordo com a visão de Geocentralidade académica apresentamos uma nova leitura sobre a CPLP e como a sua acção pode influenciar a construção deste espaço em contexto internacional e consequentemente de um reforço dos laços interculturais entre Países Lusófonos (Cf. Estado da Arte).

Quando atrás falávamos da vontade politica dos países envolvidos, indirectamente também temos de falar na acção da CPLP que se desenvolvesse esta Assessoria poderia não só colocar as questões do financiamento a empresários e/ou empreendedores com capacidade financeira para tal, poderia colocar esta rede de Universidades Lusófonas nas agendas internacionais no que toca a assunto diversos através de estudos e investigação cientifica produzidos na Universidade sobre clima, pobreza, reservas de água potável, minérios, petróleos, saúde publica, etc.

A intervenção da CPLP através de um gabinete ou Assessoria para o Ensino Superior, em exclusivo, poderia ainda minimizar questões burocráticas como os vistos, a permanência dos alunos num país estrangeiro, por exemplo.

A intervenção e participação da CPLP poderia inclusive auxiliar na concertação de esforços entre os países envolvidos de forma que todos estivessem, dentro da sua liberdade de acção, alinhados com uma política comum de Ensino Superior no Espaço Lusófono.

Dentro da rede de Universidades da Lusofonia de que falávamos poderiam ser equacionados pólos de Universidades com cursos de valor estratégico para os países em vias de desenvolvimento onde se instalassem,

por exemplo a Agricultura e Veterinária, Engenharia Civil, Telecomunicações, Energia, Medicina e Enfermagem, Minas e Georecursos, entre outros.

Seguindo a óptica anterior seria importante equacionar uma Provedoria para o aluno do Espaço Lusófono dentro de cada Universidade, isto é, cada Universidade tivesse um Provedor para este tipo de aluno com características e necessidades tão específicas. Esta pessoa seria alguém ligado profissional ou academicamente, ou ambas, à área internacional e que seria o elo de ligação entre o aluno e os países de origem, as embaixadas, a CPLP e os órgãos da escola de apoio da escola em questão.

Outra questão em aberto e que julgamos ser pertinente é a questão da comunicação institucional entre Universidades dos Países Lusófonos. Seria útil desenvolver uma plataforma de comunicação institucional mais fluida que a actual, para que as necessidades de informação circulem *"à distância de um click"*, pois no mundo globalizado a velocidade com que a informação circula pode fazer toda a diferença. Até porque por uma questão de optimização de recursos esta fluidez comunicacional deve existir pois a partilha de experiências faz com que optimizemos tempo, um bem precioso nos dias que correm. Não faz sentido andarmos a fazer determinadas coisas que outros já fizeram só porque não comunicamos, existindo uma comunicação corrente os processos circulam bem como toda a informação associada optimizando, desta forma, os recursos.

Existe ainda outra questão que julgamos merecer uma reflexão mais profunda no futuro e que está directamente relacionada com a Lusofonia que é até que ponto este espaço da Universidade da Lusofonia não poderá ser aberto a países que não pertencendo ao Espaço Lusófono partilham da Cultura Lusófona, por exemplo Goa, Macau ou Malaca? Será descabido pensar que estas nações só porque, por diversas razões políticas, não pertencem ao Espaço Lusófono "físico" não poderão fazer parte desta rede de Universidades Lusófonas? Afinal a herança cultural bem como o conhecimento da Língua Portuguesa existe... a resposta não é linear e merece uma reflexão pois a construção do *"mosaico mágico"* é epistemologicamente complexa.

Bibliografia

Abreu, Wilson (2001), *Identidade, Formação e Trabalho*, Lisboa, Edições Educa.

Adler, Paul S, Seok-Woo Kwon(2002), “Social Capital: Prospects For a New Concept.” *The Academy of Management Review*, nº 27, pp. 17-40.

Adkins, Lisa (2008), “Social Capital Put to the Test”, *Sociology Compass*, Vol. 2, 4, pp. 1209-1227.

Ágora (2007), “III Debate sobre o conceito oficial de Universidade e outras coisas.”, Disponível na versão online de Julho de 2011.

Albarello, Luc et al (2005), *Praticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, 2ª Edição, Lisboa, Edições Gradiva.

Almeida, Júlia (2012), " Crítica pós-colonial nos domínios de língua portuguesa: pautando os desafios epistemológicos.", *Realis,* Vol.2, nº01, pp. 33-44.

Alves, Armando Carlos (2010), “O que faz Portugal é o Mar.”, *Revista Segurança e Defesa*, Jul-Set, pp. 22-29.

Amaro, Ana et al (2005), “A Arte de fazer questionários”, Working Paper de Metodologias de Investigação Científica, Departamento de Química, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Areia, Manuel (2000), “O Lusotropicalismo Revisitado: a Miscegenação em “Casa Grande e Senzala”, *A Globalização Societal contemporânea e o Espaço Lusófono: Mitideologias, Realidades e Potencialidades*, *in Neves.F.S. (Org),* Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.

Azevedo, Ávila (1958), “Política de Ensino em África*”*, *Revista de Estudos de Ciências Politicas e Sociais, n.13*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar.

Azevedo, Ávila de (1962), “Educação em África*”*, *Revista de Trimestral do Instituto Superior de Estudos do Ultramar, n.3*, Lisboa.

Banco Mundial (2009), *Indicadores do Desenvolvimento da Africa: Juventude e Emprego em Africa. A Potencialidade, O problema, a Promessa,* s.l., pp. 1-28.

Barrento, António Martins (2006), “Cidadania e Educação.”, *Revista Militar*, disponível na versão online de Setembro de 201, pp. 1-5.

Barroso, Luís Fernando Machado (2011), “A Evolução da CPLP na Segurança e Desenvolvimento do Continente Africano: Relevância do Instrumento Militar e o Papel de Portugal.”, *Revista Militar,* disponível na versão online de Setembro de 2011, pp. 1-13.

Becker, Gary S. (1993), *Human Capital*, 3ª Edition, Chicago, The University of Chicago Press.

Belly, P (2002), El Capital Humano. Disponível na versão online de Setembro de 2011.

Bento, Jorge Olímpio (2001), “Discursos pela causa da cooperação com o Brasil”, *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, Vol. 1, nº 1, s.l., pp. 10-22.

Berger, Peter e Thomas Luckman (1976), *A construção social da realidade*, Petrópolis, Edições Vozes.

Bourdieu, Pierre (1972), *Outline of a Theory of Practice,* Cambridge University Press.

Bourdieu, Pierre (1986), “The Forms of Capital.”, Handbook *of theory and research for the sociology of education,* Greenwood Press, pp. 58-241.

Bourdieu, Pierre (1989), *O poder simbólico*, Lisboa, Edições Difel.

Brás, A. (2003), *Proposta de Relato e Medida do Goodwill Gerado Internamente Pelo Capital Humano Organizacional.* Tese para obtenção do grau de Doutorado, Universidade do Minho, Braga.

Bernardino, Luís Manuel Brás (2010), “Contributos de Portugal para a Arquitectura de Paz e Segurança Africana.”, *Revista Militar*, disponível na versão online de Setembro de 2011, pp. 1-14.

Bernardino, Luís Manuel Brás (s.d.), “O centro de Análise Estratégica para Assuntos de Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Outras Perspectivas, novos rumos....”, *Revista Militar*, disponível na versão online de Junho de 2013, pp.1-10.

Campos, Fernando (s.d.), “O lugar e o papel da cooperação internacional no desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.”, *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Estudos e Ensaios*, Lisboa, Universidade Lusófona, pp. 63-68.

Cândido, Aécio (2001), “A URRN frente ao conceito de Universidade: Um olhar sobre si mesmo.”, *Seminário Temático Projecto Pedagógico: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*, durante o *VI Encontro de Pesquisa e Extensão da URRN*, s.l., s.p. (Anotações).

Candeias, António (2001), “Processos de construção da alfabetização e da escolaridade: o caso português”, *A transnacionalização da Educação, da Crise da Educação à Educação da Crise*, S.Stoer, L.Cortezão e J.A. Correia (Orgs.), Porto, Edições Afrontamento, p. 23-89.

Candeias, António (2005), “Modernidade e cultura escrita nos séculos XIX e XX em Portugal: População, Economia, Legitimação política e Educação”, A.Candeias (Org), *Modernidade, Educação e Estatísticas na Ibero-América dos Séculos XIX e XX: Estudos sobre Portugal, Brasil e Galiza,* Lisboa, Educa.

Candeias, António (2005a), “Modernidade, educação, criação de riqueza e legitimação política nos séculos XIX e XX em Portugal.”, *Análise Social,* vol. XL,N.176, s.l, pp.477 - 498.

Carapinheiro, Graça (2005), *Saberes e Poderes no Hospital: Uma sociologia dos serviços hospitalares*, 4ª Edição, Porto, Edições Afrontamento.

Carvalho, Rómulo (1986), *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade ao Fim do Regime de Salazar/Caetano*, Lisboa, Edições Fundação Calouste Gulbenkian.

Castelo, Castelo (1998) “O Modo Português de Estar no Mundo”, *O Lusotropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa* (1936-1961), Porto, Edições Afrontamento.

Castells, Manuel (2002), *A Sociedade em Rede: A Era Da Informação: Economia*, *Sociedade e Cultura*, Vol.I, Lisboa, Edições Fundação Calouste Gulbenkian.

Carreira, Shirley (s.d.), " A representação do outro em tempos de pós-colonialismo: um poética de descolonização literária.", Revista Eletrónica da Unigranrio, nº6, disponível na versão online de Julho de 2013.

Chacon, Vamireh (2002), *O Futuro Politico da Lusofonia*, Lisboa, São Paulo, Editorial Verbo.

Chagas Lopes, Margarida (1995), *Estratégias de Qualificação e Metodologias de Avaliação*, Oeiras, Edições Celta.

Chagas Lopes, Margarida e Aquiles Pinto (1999), *Competitividade, Aprendizagens e Soluções Pedagógicas*, Oeiras, Edições Celta.

Cipolla, Carlo (1969), *Instrução e Desenvolvimento no Ocidente*, Lisboa, Ulisseia.

Collaço, Gonçalo Magalhães (2010), “Portugal, O Atlântico e a CPLP.”, *Revista Segurança e Defesa*, Mar-Jun., pp. 46-49.

Coleman, James (1990), *Foundations of Social Theory***.** Cambridge, Harvard University Press.

Coleman, James (1988), “Social Capital in the Creation of Human Capital.”, *The American Journal of Sociology*, pp.94-S95.

Correa, Edison et Sandra Almeida (2004), “Cooperação Internacional: a Interface com a Extensão Universitária”, *Anais do 2º Congresso Brasileiro de*

Extensão Universitária de Belo Horizonte, Belo Horizonte, disponível na versão online de Junho de 2011.

Coutinho, Luís P. Pereira (2011), *A Realidade Internacional: Introdução à teoria das Relações Internacionais*, Coimbra Editora.

Cristóvão, Fernando (2005), “Lusofonia”, Cristóvão, Fernando (Dir.) *Dicionário Temático de Lusofonia*, Lisboa, Texto Editores.

Cristóvão, Fernando (2008), *Da Lusitanidade à Lusofonia*. Coimbra, Almedina.

Cunha, Carlos (2010), " A questão da "especificidade" dos pós-colonialismo português.", *VI Congresso Nacional da associação Portuguesa de Literatura Comparada / X Coloquio de Outono Comemorativo das Vanguardas*, Universidade do Minho, pp. 1-12.

Deputter, Mark (s.d.), " Politicas de Cooperação: Intercambio Cultural na Era Pós-Colonial.", *Itaú Cultural*, versão online disponível em Maio de 2013.

Dias, Marli (2011), Dissertação de Mestrado: *O futuro político da Lusofonia em Vamireh Chacon*, Évora, Universidade de Évora.

Diégues, Fernando Manuel Fontes (2009), “Geopolítica da Crise: As incertezas e Tendências de um Mundo em Transição.”, *Revista Militar Brasileira*, Jan-Mar, pp. 123-132.

Dewey, Jonh (1929), *Democracy and Education*, Ed. Macmillan.

Dougherty, James E. e Robert L. Pfaltzgraff, Jr. (2011), *Relações Internacionais: As teorias em confronto*, 2ª Edição, Lisboa, Edições Gradiva.

Escorrega, Luís Carlos Falcão (2010), “A Importância Geoestratégica e Geopolítica dos Açores no Actual Contexto Estratégico.”, *Revista Militar, disponível na versão online de Setembro de 2011,* pp.1-121.

Faria, Margarida Lima (2010), “O papel da família e da pertença a redes sociais na construção de trajectórias educativas e sociais de nível superior: estudantes angolanos em Portugal.” *Impacto da formação e cooperação ao*

nível do ensino superior nas dinâmicas africanas contemporâneas, 7º Congresso de Estudos Africanos, Lisboa, IICT-PT, pp. 2-20.

Fernandes, José Pedro Teixeira (2007), "Pós-positivismo e Ideologia na Teoria das Relações Internacionais*", Revista das Relações Internacionais*, n.17, pp. 75-83.

Fernandes, Rogério (1998), "A História da Educação no Brasil e em Portugal: Caminhos Cruzados*", Revista Brasileira da Educação*, n.7, pp. 5-18.

Ferreira, Dina (2010), "Territorializando Identidades Lusófonas: percursos Discursivo-Gramaticais.", *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 11 (2), s.l., pp. 11-31.

Ferreira, João José Brandão (2006), "A Colonização Portuguesa no Século XIX à Luz da Estratégia.", *Revista Militar*, disponível na versão online de Setembro de 2011, pp. 1-29.

Ferreira, João José Brandão (2009), "A Importância do Ultramar para a Economia Nacional.", *Revista Militar*, disponível na versão online de Setembro de 2011, pp.1-17.

Ferreira, João José Brandão (2010), "Síntese Geopolítica e Geoestratégica do Poder Naval Português.", *Revista Militar*, N.5**,** disponível na versão online de Setembro de 2011, pp. 1-7.

Ferreira, João José Brandão (s.d.), "Os espaços estrategicos do interesse de Portugal.", *Revista Militar*, disponível na versão online de Maio de 2013, pp. 1-55.

Ferro, António (2003), *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A.M. Pereira.

Formosinho, João (2000), "Especialização Docente e Administração das Escolas: Análise das dimensões da especialização docente e problematização da sua articulação com a administração das escolas.", *Educação, Sociedade e Culturas,* N.13, s.l., pp. 7-42.

Fonseca, Dagoberto José (2009), “A tripla perspectiva: a vinda, a permanência e a volta dos estudantes angolanos no Brasil.”, *Dossiê Ensino Superior e Circulação Internacional de Estudantes: Os Palop no Brasil e em Portugal, Vol.20, N.1,* Campinas. Disponível na versão online de Setembro de 2011., pp. 23-44.

Fontenla, J. F. (1988b). Sobre o Conceito da Lusofonia e a nossa Literatura, Comunicação ao Simpósio de Cultura Angolana A Lusofonia, unificação linguística, ortografia política e linguisticocultural. *Revista Internacional da Lusofonia de Sociopedagogia e Sociolinguística.* Fundação Europeia Viqueira/Instituto Internacional da Lusofonia. Pontevedra/Braga, pp. 83-90.

Fontenla, J.F. (2005), *A globalização em análise,* Lisboa, Instituto Piaget.

Fontes, José (2001), “Novas Identidades: Portugal e a Lusofonia”, *XI Jornadas de Relações Internacionais do ISCS*P, Lisboa, Edições Online da Universidade Aberta, pp.349-354.

Fontoura, Luis (s.d.), *“*CPLP: A Importância do Brasil no Espaço Lusófono*”, Conferência da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, pp. 1 – 23.

Franco, Augusto (2004), " Capital Social e desenvolvimento local", versão online.

Frey, Klaus (2003), "Capital social, comunidade e democracia", *Política & Sociedade*, nº2, pp.175-187.

Freyre, Gilberto (1940), *Uma Cultura ameaçada: a Luso-Brasileira*, disponível na Biblioteca virtual Gilberto Freyre, disponível na versão online Setembro de 2011.

Freixoto, Adriano de (2009), *Minha Pátria é a Língua Portuguesa: a construção da ideia da Lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro, Edições Apicuri.

Fukuyama, Francis (2000), *Nosso Futuro Pós-Humano: Consequências da Revolução da Biotecnologia,* Editora Rocco.

Ganovetter, Mark (1973). “The Strength of Weak Ties*”, American Journal of Sociology*, Vol. 78, 6, pp. 1360-1380.

Giddens, Anthony (1992), As consequências da M*odernidade,* Oeiras, Edições Celta.

Giddens, Anthony (1994), *Modernidade e identidade pessoal,* Oeiras, Edições Celta.

Giddens, Anthony (1997), *Sociologia,* Lisboa, Edições Fundação Calouste Gulbenkian.

Gellner, Ernest (1993), *Nações e Nacionalismos*, Lisboa, Edições Gradiva.

Glaser, B., Strauss, A. (1967), *Discovery of Grounded Theory*, Chicago: Aldine.

Gomes, João Mira (2009), “O Mar no Pensamento Estratégico Nacional”, *Revista, Nação e Defesa*, N. 123, 4ª Serie, pp. 127-134.

Gomes, Patrícia et al (2007), *Revista del Instituto International de Costos*, ISSN.

Gonçalves, Filipe (2010), “A Relação entre Politica e Economia nas Teorias de Arrighi e Wallerstein”, *IV Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo* da Universidade Federal de Santa Catarina, s.p.

Guisan. Maria-Carmen e Pilar Exposito (2005), “Human Capital and Development in Africa: Econometric Models and Evolution, 1950-2002.”, *AEID,* Vol.5-1, pp. 129-142.

Gruzinski, Serge. (2001), *O pensamento mestiço.* São Paulo, Edições Companhia das Letras.

Gruzinski, Serge. (2003), *A colonização do imaginário: Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol, Séculos XVI-XV*III. São Paulo, Edições Companhia das Letras.

Hamilton, Russel (1999), " A literatura dos Palop e a Teoria Pós-colonial.", IV Encontro de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, Via Atlântida, nº3, pp. 12-23.

Hermenegildo, Reinaldo (s.d.), "A Política externa dos Pequenos Estados da UE", *Revista Militar*, disponível na versão online de Junho de 2013, pp.1-12.

Huntington, Samuel P. (2001), *O choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, 2ª Ed., Lisboa, Edições Gradiva.

Imperial, Jovelina Alfredo António (2006), Dissertação de Mestrado: *A CPLP e a Cooperação Para o Desenvolvimento: em que medida a CPLP pode contribuir para o desenvolvimento dos Estados*, Lisboa, ISEG.

Kovacs, Ilona (2002), *As Metamorfoses do Emprego: Ilusões e Problemas da Sociedade da Informação*, Oeiras, Edições Celta.

Kovacs, Ilona (org) (2005), *Flexibilidade de Emprego: Riscos e Oportunidades*, Oeiras, Edições Celta.

Leal, João Luís Rodrigues (2007), “Análise Geopolítica e Geoestratégica de Portugal: Factores Físico, Humano e Circulação.”, *Revista Militar, disponível na versão online de Setembro de 2011.,* pp. 1-132.

Leão, Luciana (2001), "Redes sociais e associações: uma análise do conceito de capital social", *Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ*, pp.1-12.

Lin, Nan (1999), "Building a network Theory of Social Capital", *Connections* 22 (1), pp. 28-51.

Nan, Lin (2001), *Social Capital: A Theory of Social Structure and Action*, Cambridge University Press.

Lourenço, Eduardo (1999), *Anal de Ícaro seguido de Imagem e Miragem na Lusofonia*, Lisboa, Edições Gradiva.

Macedo, Jorge Braga (2003), “Melhorar o conhecimento mútuo dos países da CPLP através de parceiras público-privadas.”, *VIIIª Reunião Ordinária do Conselho da CPLP*, Coimbra., pp. 1-12.

Macedo, Lurdes (2010), “Trânsitos Lusófonos na Sociedade em Rede,” *Seminário Media e Novos Media: Diáspora e Migrações*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Macedo, Lurdes (2011) “Comunidades virtuais no espaço lusófono: o caso do riodades.no.sapo.pt”**,** *8º Congresso LUSOCOM***,** pp. 1071-1077**.**

Marcon, Frank Nilton (s.d.), " Estudos Pós - coloniais em reflexão.", Artigos e Ensaios, Versão online disponível em Junho de 2013.

Madeira, Ana Isabel (2004), “A Bandeira da Língua como Arquétipo da Pátria: Ficções da Lusofonia em contexto pós-colonial*”*, *VIII Congresso Luso-Afro- Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra,* pp. 2-28.

Madeira, Ana Isabel (2008), “Estudos Comparados da História Colonial: Reflexões Teóricas e metodológicas sobre a comparação no espaço da língua portuguesa*”*, *Revista Educação*, Porto Alegre, v.31,n.2., pp. 103-123.

Magalhães, Justino (1996), “Linhas de Investigação em História da alfabetização em Portugal: Um domínio do conhecimento em renovação”, *Congresso Luso- Brasileiro da História da Educação*, Lisboa, pp. 42-60.

Margarido, Alfredo, (2000), *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos mitos portugueses*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.

Martins, Moisés de Lemos (2006), “Lusofonia e Luso-tropicalismo: equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários”, Visages *d’Amérique Latine*, nº3.

Martins, Moisés de Lemos et Manuel Pinto (orgs) (2007), “Lusofonia: ponto de saída ou linha de chegada? Uma aproximação desde a média digital”, *Actas do 5º Congresso da Associação de Ciências da Comunicação*, Universidade do Minho, pp. 2333-2342.

Marinha Portuguesa (2005*), Manual Para Jornalistas,* Serviço da Informação e Relações Públicas, disponível na versão online de Setembro de 2011.

Mata, Inocêncio (2000), " O pós-colonialismo nas literaturas africanas de língua portuguesa.", Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, versão online disponível em Maio de 2013.

Mateus, Helena Mira e Luísa Teotónio Pereira (orgs) (2005), "Língua Portuguesa e Cooperação para o Desenvolvimento." Lisboa, Edições Colibri e CIDAC, *Revista Lusófona da Educação*, 8, 2006, pp. 185-187, disponível na versão online de Junho de 2011.

Melo, José Marques (s.d.), "Lusofonia midiática: a cooperação Brasil-Portugal", pp. 1-7, disponível na versão online de Junho de 2011.

Mourão, Daniele Ellery (2011), "A construção cabo Verdiana no trânsito entre Brasil e Portugal.", *Intratextos*, Rio de Janeiro, N.02, pp.59-76.

Mourão, Fernando (1994), "A CPLP num Mundo Globalizado*"*, *Jornal de Letras*, Lisboa, n. 628, XI., pp. XI - XII.

Mourão, Fernando (2000), "A Comunidade de Países de Língua Portuguesa: A base linguística e a base material.", *Neves.F.S. (Org), A Globalização societal contemporânea e o Espaço Lusófono: Mitideologias, Realidades e Potencialidades*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.

Mourão, Fernando (2002), *CPLP: Oportunidades e Perspectivas*, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, IPRI.

Mourato, Isabel (2011), Dissertação de Mestrado: *A Política de Cooperação Portuguesa com os PALOP's: contributos do Ensino Superior Politécnico*, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Moreira, Adriano (2000), "Situação Internacional Portuguesa.", *Análise Social*, Vol. xxxv, s.l., pp. 315 – 326.

Moreira, Adriano (2001), *Teoria das Relações Internacionais*, 6ª Edição, Coimbra, Almedina.

Moreira, Adriano (coord.) (2008), *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina.

Moreira, Adriano (2010), “Dois temas de Segurança: A língua e o Mar.”, *Revista Segurança e Defesa*, Mar-Jun, pp. 20-23.

Morhy, Lauro (2003), “A universidade numa encruzilhada”, Disponível na versão online de Julho de 2011.

Muniz, Túlio de Souza (2009), “As impossibilidades da “lusofonia” e as narrativas acerca do “outro e do “eu” entre Brasil e Portugal.”, *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Vol., N. 2, s.l.,* pp. 1-12.

Neacsu, Michaela (2010), “Hans J. Morgenthau´s Theory of International Politics: Disenchantment and re-enchantment”, Londres, Palgrave Macmillan, pp. 163-165.

Neves, Rita (s.d.), " Os Estudos Pós-Coloniais: um paradigma de Globalização.", *Babilónia,* nº 6/7, pp. 231-239.

Nóvoa, António (1987), *Le Temps de Professeurs: Analyse sócio-historique de la profession enseignate au Portugal (XVIII-XX Siécle)*, Instituto Nacional de Investigação Cientifica.

Nunes, Maria de Fátima e Augusto da Silva, sj. (orgs) (2009), “*Da Europa para Évora e de Évora para o Mundo”, A Universidade Jesuíta de Évora 1559-175*9, Évora, Universidade de Évora.

OCDE (1998), disponível na versão online de Julho 2011.

OCDE (2001), disponível na versão online de Julho 2011.

OCDE (2002), disponível na versão online de Julho 2011.

OCDE (2009), disponível na versão online de Julho 2011.

Oliveira, Verónica (2011), Dissertação de Mestrado: *Globalização e a Concepção de uma Cidadania Lusófona,* Évora, Universidade de Évora.

Ottebjer, Linda (2005), *Bourdieu, Coleman and Putnam om Social Capital: applications in literature and implications for public health policy and pratice*., Thesis for Master of science in public health, Karolinska Institutet.

Pereira, Luís Brites (2007), “Portugal e a Globalização: Um Destino Histórico?”, *Conferência da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa*, FEUNL, em Parceria com o ISEG, Lisboa.

Pinto, José Filipe (2004), Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades, Ministérios dos Negócios Estrangeiros, Lisboa.

Pinto, Manuel, Helena Soudsa (2010), " Communiation and Citizenship: Rethinking crisis and change." , IAMCR Braga Conference, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, Braga, pp. 1-160.

PomFret, Richard (1997), *Development Economics*, Cornwall, Prentice Hall Editions.

Portes, Alejandro (1998), "Social Capital : Its Origins and Applications in Modern Sociology ", *Annual Review of Sociology* , nº 22, pp.1-24 .

Portes, Alejandro (2000), Capital Social: "Origens e Publicações na Sociologia Contemporânea", Sociologia, problemas e Práticas, nº33, pp.133-158.

Putnam, Robert (1995), "Bowling Alone: America´s Declining Social Capital", *Journal of Democracy*, pp. 65-78.

Putman, Robert (1995 a), " Tuning In, Tuning out: The Strange Disappearance of social capital in America.", *PS: Political Science & Politics Journal,* Vol. 28, N.4, pp. 664-683.

Putman, Robert (2002), *Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital in Contemporary Society*, Oxford University Press.

Pureza, José Manuel (1999), “O príncipe e o pobre: o estudo das Relações Internacionais entre a tradição e a reinvenção”, *Revista Critica de Ciências Sociais*, n.52/53, s.l., pp. 363-376.

Quivy, Raymond e LucVan Campenhoudt (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 4ª Edição, Lisboa, Edições Gradiva.

Raposo, Henrique (2010), "O Novo Ocidente Político.", *Revista das Relações Internacionais*, N.26, Junho, s.l., pp. 47-54.

Remédios, Maria (2008), "Interculturalismo e cidadania: o espaço lusófono", *Letras de Hoje*, v. 43, n. 4, Porto Alegre, pág.5.

Ribeiro, António Silva (2010), "Uma Visão Estratégica do Mar.", *Revista Segurança e Defesa*, Jul-Set, pp. 31 - 35.

Ribeiro, Margarida (2003), *História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, Publicações Oficina do CES, Coimbra.

Ritti, Richard e Steve Levy (2007), *The Ropes to Skip and the Ropes to Know: Studies in Organizational Behavior*, 7Th Edition, s.l, Wiley Editions.

Rodrigues, Maria de Lurdes (1996), Dissertação de Doutoramento, *Os Engenheiros na sociedade portuguesa: profissionalização e protagonismo*, Lisboa, ISCTE.

Rodrigues, Maria de Lurdes (1997), *Sociologia das Profissões*, Oeiras, Edições Celta.

Rodrigues, Ricardo (2004), Dissertação de Mestrado: Dinâmicas Económicas e Política Externa Portuguesa nos Países Não Lusófonos da SADC (1975-2002), Lisboa, ISEG.

Rodrigues, Teresa e Mário Ribeiro (2010), "Mobilidade Facilitada: ANova Imigração Brasileira em Portugal", *Congresso Internacional 1810-2010: 200 anos de Iberoamérica,* s.l., pp. 1206-1225.

Roèg, Walter (1994), *Uma História das Universidades na Europa*, vol.I, Lisboa.

Rosendo, Ana Paula (2009), *Notas sobre o Iluminismo na Escola*, LusoSofia Press, Covilhã, Universidade da Beira Interior.

Sacerdoti, Emilio et al (1998), “The Impact of Human Capital on Growth: Evidence from West Africa.”, *IMF Working Paper*, s.l., pp.1-34.

Sachetti, António Ferraz (2009), “O Pensamento Estratégico e o Mar.”, *Revista Nação e Defesa*, N.122, 4ª Serie, pp. 117-125.

Sanches, Sandra (2009), Dissertação de Mestrado: *As Novas Tecnologias e as Novas Profissões da Saúde: Uma Perspectiva Sobre a Construção da Profissão de Imagiologista em Portugal,* Lisboa, ISEG.

Santos, Boaventura de Sousa (2001) (org.), "Os processos de globalização.", *Globalização: Fatalidade ou utopia?* Porto, Edições Afrontamento.

Santos, José Alberto Loureiro (2005), “Estratégia e Segurança Nacional na Era da Informação.”, *Revista Militar,* disponível na versão online de Setembro de 2011, pp. 1-4.

Santos, José Alberto Loureiro (2010), “Reformulação do Conceito Estratégico da NATO: A Experiência e a Mudança. Reordenar a segurança do Oc.”, *Revista Militar,* disponível na versão online de Setembro de 2011, pp. 1-15.

Saraiva, José Flávio (1999): “Olhares transatlânticos: África e Brasil no mundo contemporâneo”, *Humanidades: consciência negra*. Brasília, UNB, nº.47.

Saraiva, Luís Eduardo Marquês (2011): “Portugal no contexto dos interesses dos EUA e da Europa, em relação a África”, *Revista Militar*, disponível na versão online de Outubro de 2011, pp.1-16.

Schultz, Theodore (1962), *Investment in Human Beings*, Chicago, University of Chicago Press.

Sebastião, João (1998), “Os dilemas da escolaridade”, Viegas, José Manuel e Costa, António Firmino (orgs), *Portugal, que modernidade?* Oeiras, Edições Celta.

Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto (orgs) (2005), *Metodologia das Ciências Sociais*, 13ª Edição, Porto, Edições Afrontamento.

Silva, Franklin Leopoldo (2001), " Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública.", *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, Brasil, pp. 295-304. Disponível na versão online das publicações da Universidade em Julho de 2011.

Silva, Lídia (2002), "Qual o papel da Internet na promoção da (in) existência de laços entre os investigadores da comunidade lusófona?", *Actas do III SOPCOM e II Ibérico,* Vol.1*,* pp. 377-386.

Stewart, Thomas A. (1999), *Capital Intelectual: A nova riqueza das organizações,* Lisboa, Edições Sílabo.

Stiglitz, Joseph E. (2002), *Globalização: A Grande Desilusão,* Lisboa, Terramar.

Stiglitz, Joseph E. (2007), *Globalização: Como dar Certo*, São Paulo, Companhia das Letras.

Sousa, Miguel Rocha (2011), "Portuguese Economic Globalization", *Globalization and Lusophony Conference*, Porto, pp. 1-15.

Suarez, Marcia A. Garcia (2008), "Considerações sobre o Poder Estratégico e a Teoria das Relações Internacionais", *IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Defesa,* s.l., pp. 1-12.

Subuhana, Carlos (2009), "A experiência sociocultural de universitários da África Lusófona no Brasil: entremeando histórias.", *Dossiê Ensino Superior e Circulação Internacional de Estudantes: Os Palop no Brasil e em Portugal, Vol.20, N.1,* Campinas. Disponível na versão online de Setembro de 2011, pp. 103-126.

Toffler, Alvin (1984), *A Terceira Vaga,* Lisboa, Edição Livros do Brasil.

Tomé, António Almeida (2011), *Relações Internacionais: Geopolítica e Geoestratégia, o estudo e a problemática,* Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.

Torraine, Alain (1969), *La societé post-industrielle*, Paris, Editions Denoel.

Trindade, André (coord.) (2009), *Direito Universitário e Educação contemporânea*, Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora.

Venâncio, José Carlos (2008), " A cruzada anti-Ocidental da Inquietude ao diálogo. ", Covilhã, Universidade da Beira Interior, versão online disponível em Junho de 2013.

Viggiano, Alain (1994), *Dossier Grupo dos Sete: Os povos e países de língua portuguesa*, Brasil, André Quicê Editor.

Vitorio, Benalva da Silva (2003): "Lusofonia: Proposta para a Reinvenção de uma Comunidade", *Anuário Internacional da Comunicação Lusófona 2003, s.l.,* pp. 11-20.

Vitorio, Benalva da Silva (2005): "Identidade Lusófona como proposta pedagógica ", Anuário *Internacional da Comunicação Lusófona 2005, s.l,* pp. 152-158.

Voigt, Márcio Roberto (s.d.), *Análise dos sistemas-mundo e a política internacional: Uma abordagem alternativa das teorias das relações internacionais, Revista Textos de Economia,* Vol.10, pp. 101-118*,* Universidade Federal de Santa Catarina.

Weber, Max (1971), *Economie et Societé*, Paris, Editions Plons.

Woolcock, Michael (1998), "Social Capital and Economic Development: Toward a Theoretical Synthesisand Policy Framework.", Theory *and Society* , nº7 (2), pp. 51-208.

Woolcock, Michael, Deepa Narayan (2000), " Social Capital: Implications for Development Theory, Research and Policy.", *Oxford Journals,* pp.225-249.

Woolcock, Michael (2001a), "Microenterprise and social capital: a framework for theory, research, and policy." *The Journal of Socio-Economics*, nº30, pp: 193-198.

Woolcock, Michael. (2001b), “The place of social capital in understanding social and economic outcomes.”, *ISUM, pp*: 11-17.

Wolton, Dominique (2004), *A Outra Globalização*, Lisboa, Edições Difel.

Web Bibliografia:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Capital_social, disponível na versão online de Maio de 2013.

http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_portuguesa, disponível na versão online de Julho de 2011.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Neocolonialismo, disponível na versão online de Junho de 2011.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Oceano_Atl%C3%A2ntico, disponível na versão online de Junho de 2011.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade, disponível na versão online de Julho de 2011.

http://pt.www.wikipedia.org/wiki/CPLP,disponível na versão online de Julho de 2011.

http://pt.www.wikipedia.org/wiki/Immanuel Wallerstein, disponível na versão online de Julho de 2011.

http://pt.www.wikipedia.org/wiki/Lusofonia, disponível na versão online de Julho de 2011.

http://pt.www.wikipedia.org/wiki/teorias-do-sistema-mundo,disponível na versão online de Julho de 2011.

https://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao10.pdf - Cooperação Internacional: a Interface com a Extensão Universitária, disponível na versão online de Junho de 2011.

http://www.africaneconomicoutlook.org/po/em-foco/emerging-partners/africa-afasta-o-pos-colonialismo, disponível na versão online de Maio de 2013.

http://www.socialcapitalresearch.com/literature/introduction-social-capital-research.html, disponível na versão online de Junho de 2013.

http://www.socialcapitalresearch.com/literature/evolution.html, disponível na versão online de Junho de 2013.

http://www.socialcapitalresearch.com/literature/contemporary-authors.html, disponível na versão online de Junho de 2013.

http://www.socialcapitalresearch.com/literature/definition.html, disponível na versão online de Junho de 2013.

http://www.socialcapitalresearch.com/literature/capital-debate.html**,** disponível na versão online de Junho de 2013.

http://www.socialcapitalresearch.com/literature/theory.html, disponível na versão online de Junho de 2013.

http://www.socialcapitalresearch.com/literature/theory/benefits.html**,** disponível na versão online de Junho de 2013.

http://www.socialcapitalresearch.com/literature/theory/determinants.html**,** disponível na versão online de Junho de 2013.

http://www.socialcapitalresearch.com/literature/theory/dimensions.html**,** disponível na versão online de Junho de 2013.

http://www.socialcapitalresearch.com/literature/theory/downsides.html**,** disponível na versão online de Junho de 2013.

http://www.socialcapitalresearch.com/literature/theory/levels.html**,** disponível na versão online de Junho de 2013.

http://www.socialcapitalresearch.com/literature/conceptualisation/approaches/network.html**,** disponível na versão online de Junho de 2013.

http://www.socialcapitalresearch.com/literature/conceptualisation/approaches/synergy.html, disponível na versão online de Junho de 2013.

http://www.visionaryvalues.com/wiki/images/Putnam_SocialCapital.pdf, disponível na versão online de Junho de 2013.

http://www.cienciaviva.pt/oceano/portugal/importanciamar/nacao.asp, em Setembro de 2012.

http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTSOCIALDEVELOPMENT/EXTTSOCIALCAPITAL/0,,contentMDK:20185164~menuPK:418217~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:401015,00.html, disponível na versão online de Junho de 2013.

Repositorio.ul.pt/bitstream/.../7/17952_Cap_4_**Capital_Social**_Final.pdf

de SSB da Silva - 2008, disponível na versão online de Maio de 2013.

www.bocc.ubi.pt-Universidade da Beira Interior - Covilhã

www.comciencia.br/reportagens/universidades/uni12.shtml -A universidade numa encruzilhada

www.cplp.org - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

www.emfa.pt - Força Aérea Portuguesa

www.exercito.pt - Exército Português

www.faap.br - Revista de Economia e Relações Internacionais (Brasil)

www.gestiopolis.com - El Capital Humano

www.grupoagora.wordpress.com/2007/06/18/iii-debate-sobre-o-conceito-oficial-de-Universidade-e-outras-coisas – Ágora

www.ine.pt – Instituto Nacional de Estatística

www.ipri.pr - Revista das Relações Internacionais (Portugal)

www.iseg.utl.pt - Instituto Superior de Economia e Gestão

www.ist.utl.pt - Instituto Superior Técnico

www.marinha.pt - Armada Portuguesa

www.oecd.org/els/education/eag2002 - OCDE

www.portal-lusofonia.org - Portal da Lusofonia

www.revistamilitar.pt - Revista Militar

www.uab.pt - Universidade Aberta

www.uan.ao - Universidade Agostinho Neto

www.uem.mz - Universidade Eduardo Mondlane

www.uevora.pt - Universidade de Évora

www.ufrj.br - Universidade Federal do Rio de Janeiro

www.ulusofona.pt - Universidade Lusófona

www.uminho.pt - Universidade do Minho

www.unl.pt

ANEXOS

I. Abreviaturas utilizadas

DESIGNAÇÃO	*CODIFICAÇÃO*
Aliança do Atlântico Norte	NATO
Aliança do Atlântico SUL	SATO
Brasil, Rússia, Índia, China	BRIC
Comunidade de Países de Língua Portuguesa	CPLP
Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral	SADC
Estados Unidos da América	EUA
Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores	INESC
Instituto Nacional de Estatística	INE
Instituto Superior Politécnico	ISP
Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática	IUCA
Investigação e Desenvolvimento	I&D
Mercado Comum do Sul	Mercosul
Notas de Trabalho de Campo	n.t.c.
Organização das Nações Unidas	ONU
Organização dos Estados Ibero-Americanos	OEI
Países de Língua Oficial Portuguesa	PALOP
Produto Interno Bruto	PIB
Relações Internacionais	RI´s
Tecnologias da Informação e Comunicação	TIC
União Africana	UA
União de Nações Sul-Americanas	Unasul
União Europeia	EU
União Latina, Organização dos Estados Americanos	OEA
Zona Económica Exclusiva	ZEE

Neste trabalho privilegiou-se as entrevistas abertas onde os entrevistados falam abertamente e opinam sobre determinado assunto. Esta técnica permite o aprofundamento das questões visto entrar directamente no campo das opiniões pessoais de cada entrevistado.

Devido à proximidade do entrevistador com os entrevistados algumas das questões introdutórias que habitualmente se fazem para colocar os entrevistados mais à vontade não faziam sentido neste contexto. Colocámos apenas algumas questões introdutórias de forma a incitar a conversação sobre o tema.

Seguidamente passamos às questões centrais da investigação propriamente dita, onde foram colocadas diversas questões aos entrevistados para estes comentarem, validarem ou não as nossas dúvidas. A entrevista foi conduzida pelo entrevistador para dar conta das dimensões de análise em estudo.

Para terminar foi, em alguns casos, deixada uma questão de encerramento da entrevista. Uma questão relacionada com sugestões para o futuro no âmbito do tema abordado.

As questões colocadas nas entrevistas foram de acordo com as mencionadas neste guião embora de acordo com o rumo da entrevista. Embora as questões tenham sido colocadas pelo entrevistador de forma a orientar as respostas dos entrevistados de forma a dar resposta às questões de investigação, estes foram respondendo a questões ditadas em sentido lato para que pudessem abranger uma vastidão de aspectos consideráveis para esta investigação.

Das diversas questões apresentadas no guião, umas foram utilizadas numas entrevistas outras noutras de acordo com o desenrolar das entrevistas e das informações facultadas. Não foi seguida nenhuma ordem específica. Os guiões são meramente orientadores.

II. Guião de entrevista dos docentes

I. Caracterização do Entrevistado

São questões introdutórias e que podem ser colocadas por estarem relacionadas com as funções que desempenham, embora não existisse essa necessidade pois o entrevistador conhece bem o curriculum académico dos entrevistados.

Na maior parte das vezes estas questões servem para introduzir o tema e colocar o entrevistado mais tranquilo.

1. Qual é a sua categoria profissional?

   É professor catedrático, auxiliar? (em alternativa)

2. Quanto tempo trabalha como Professor durante o dia/semana?

   É a sua única actividade? (em alternativa)

3. Em que locais exerce a sua profissão? (Universidade Pública, Universidade Privada, Laboratórios Associados, Centros de Investigação)

4. A que Centros de Investigação pertencem?

   Pertence a algum Centro de Investigação? (em alternativa)

II. Formação Profissional (facultativo)

Esta informação não é relevante para a investigação. Trata-se de perguntas introdutórias para colocar o entrevistado mais confortável.

5. Que Instituição de Ensino frequentou?

III. Trajectória Profissional (facultativo)

6. Fale-nos da sua trajectória. (é uma questão que poderá ser colocada apenas para o entrevistado descontrair, se for caso disso).

IV. Dimensão da Autonomia

7. A autonomia pode ser posta em causa?

8. A autonomia e a qualidade de ensino. Fale-nos disso.

9. Sente alguma diferença ao nível da preparação académica entre o nosso sistema de ensino e os demais. Há diferenças?

10. E a formação de base equipara-se a nossa? E nas TIC estão à vontade?

11. Em nosso entender aquilo que o espaço lusófono precisa neste momento e nos poderíamos ajudar e ao mesmo tempo ganhar em receber e enviar alunos, receber e enviar docentes. É facultar qualidade do ensino, concorda?

12. Os nossos alunos quando vão para o mercado de trabalho e tentam responder a problema da sociedade deparam-se com a questão da multidisciplinariedade. É importante que eles acumulem saberes como ferramenta crucial?

13. Quando falamos de alunos oriundo do espaço lusófono, o acesso e o domínio das novas é diferente dos alunos do norte da Europa por exemplo?

14. Eles dominam a questão das novas tecnologias? Do acesso à internet?

15. Qual e a sua percepção destes alunos face a sua formação de base? Tem uma base sólida...? Nota alguma deficiência?

16. Uma das questões centrais neste trabalho é o prestígio da escola. A imagem de marca que temos lá fora, corrobora esta ideia?

V. Dimensão das Competências, Estratégias e Relações Interprofissionais

17. E as parcerias com os países lusófonos? Como ligar o capital humano ao desenvolvimento da sociedade lusófona? Que financiamentos? Que redes de contactos existem?

18. O que pensa da criação de uma rede de universidades do espaço lusófono? Criação de uma rede com universidades de língua portuguesa?

19. Da sua experiência como docente teve contactos com alunos / docentes e investigadores estrangeiros, e a experiência diz-lhe o que diz?

20. E o contacto docente/discente?

21. A relação interpessoal discente/docente flui? Sente que que flui naturalmente?

22. Como docente o que tem a dizer sobre os Programas de mobilidade e cooperação, sobre esta experiência ao longo dos anos?

23. Para o docente também considera que esta mobilidade é positiva? E igual como para os alunos?

24. O relacionamento Interpessoal que tem com os alunos flui naturalmente independentemente da sua origem geográfica? Com alunos que já cá estão, julga que recebemos bem? Eles integram-se bem? Tem problemas de integração? Há fricção em alguns aspectos, nomeadamente nos culturais?

VI. Dimensão da Organização Académica

25. A universidade pode ser o grande potenciador deste espaço estratégico através justamente da qualidade do ensino. A ponta da lança do crescimento, julga que a criação de polos poderia ser uma mais-valia para o país em questão e para nos enquanto instituição? E para a investigação?

26. A comunicação institucional é fluente...?

27. Como e a comunicação institucional nestes casos? Que experiências já teve?

28. Sente que a comunicação institucional funciona?

29. A questão institucional tem mais peso que as relações pessoais?

30. Existem redes de contactos? De que tipo?

31. Que áreas considera estratégicas no âmbito do espaço lusófono?

32. O que pretendemos provar que que o espaço lusófono se pode tornar um espaço geoestratégico academicamente. Um espaço de Geocentralidade académica. Fale-nos da sua experiencia neste campo?

VII. Dimensão Socioeconómica

33. O que pensa dos programas de cooperação e mobilidade no Espaço Lusófono?

34. Os programas actuais existentes são suficientes? Se não, porquê?

35. As diferenças entre a mobilidade de hoje e do seu tempo de estudante são significativas? O que mudou?

36. Os Programas de Mobilidade e Cooperação na sua perspectiva são suficientes? Deveria haver mais circulação de pessoas, conhecimento e sabedoria?

37. Nota que há dificuldades financeiras em se manterem no nosso país?

38. E o financiamento? Devíamos recorrer a patrocínios?

39. A integração é difícil...a dificuldade de integração está relacionada com as dificuldades financeiras?

40. Dos Programas de cooperação e mobilidades, inclusivamente para docentes, julga que são suficientes ou deveria de haver mais para dar conta de diversas realidades?

41. Os programas que existem nestes moldes respondem as necessidades do capital humano dos países da lusofonia?

42. A Universidade, em particular as suas políticas, têm um papel fundamental na cooperação e na mobilidade de Capital Humano. Como caracteriza a sua Universidade neste contexto?

43. E os retornos para a sociedade? Os resultados a médio e longo prazo aparecem?

44. E fácil perceber os Retornos directos, que são quase imediatos. Mas e os retornos indirectos para a sociedade, quando saem do seu país para virem ca estudar e voltam o seu país tem muito a ganhar, não acha?

45. Encara os programas de cooperação e mobilidade como uma mais-valia para a para a Investigação? E para o ensino?

46. O retorno directo e passível de percebermos quando o aluno leva o seu curso superior, retorno quando tem um emprego etc...O retorno para a sociedade seria aproveitar esse retorno para a universidade por exemplo?

47. E cativarmos as pessoas no seu local de origem a fazer docência e investigação no seu país de origem?

48. Julga que eles levam na sua experiência no tempo que cá estão? Que há uma mais valia, pessoal sabemos que sim, mas aqueles alunos saem daqui e vão trabalhar para uma empresa no exterior?

49. Considera que os Programas de Mobilidade e Cooperação, quer para docentes quer para alunos, na sua óptica são suficientes? A escola ou o país tem os programas suficientes para motivar os alunos para a mobilidade? Podem falhar várias coisas...as políticas publicas...as dificuldades financeiras, o que acha?

50. Ou os alunos não aderem por outros motivos...como a dificuldade de mobilidade...falta de informação...o valor das bolsas?

51. Depois regressam ao seu país...e depois?

52. No caso dos alunos apoiados pelas empresas...e fácil de percebermos os retornos quando o aluno tira o seu curso ou mestrado e regressa ao seu país tem logo um melhor salário...os retornos directos...mas depois há retornos para a sociedade...A formação que levam daqui depois no seu país de origem, isto reflecte-se em desenvolvimento? Na capacidade de dar resposta a um problema, eles vão daqui com essa bagagem?

53. No caso da universidades em particular...na sua área de investigação...o aluno e formado e vai para a universidade de origem ser docente e investigador. O retorno para a sociedade passa pelas universidades de origem ou formamos pessoas essencialmente para empresas e muito poucos se fixam nas universidades, O que diz disto?

VIII. Dimensão Cultural

54. Considera que os aspectos culturais são determinantes para o sucesso ou para o insucesso dos programas de cooperação e mobilidade?

55. A língua portuguesa funciona como uma alavanca nos processos de cooperação e mobilidade dentro do Espaço Lusófono?

56. Será ela (língua) um elo de ligação entre os PALOP, por aproximação cultural, ou apenas um aspecto de comunicação que está facilitado? Ou ambas?

57. Considera que a língua funciona como um motor de aproximação…Uma motivação para escolher o nosso pais e não outro?

58. O espaço lusófono não é uniforme...a língua e o potencial de saídas para outros países e determinante?

59. A língua Portuguesa...considera o português como um elo de ligação, como um facilitador para escolherem Portugal e não outro país?

60. Na sua profissão enquanto docente teve muito contacto com estrangeiros, alunos e investigadores. Qual é a sua opinião sobre este tipo de alunos? São muito diversificados consoante a parte do globo de onde vêm ou existe uma uniformização?

61. A nível cultural julga que esses alunos que vêm, têm dificuldade de integração?

62. Para além do prestígio que a escola tem na comunidade científica, a Língua no espaço lusófono é uma mais valia...um atractivo?

63. E a Ligação as ex-colónias? Nos alunos das ex-colónias há sempre outra ligação... Ou tem cá um amigo ou um familiar, o que funciona juntamente com a língua como um atractivo... O que acha?

64. O que pensa da participação da CPLP nos processos de mobilidade e cooperação?

65. A parte Institucional não funciona? O que funciona são os relacionamentos pessoais? Não seria oportuno existir um gabinete uma assessoria, a nível ministerial talvez, que trata-se só de determinadas questões?

66. O facto da CPLP, por exemplo, não ter um gabinete dedicado exclusivamente condiciona a mobilidade destas pessoas, mesmo ao nível da docência...porque há questões que poderia resolver junto dos países de origem de forma mais rápida...os vistos...a permanência poderia ser visto pela CPLP...sempre se uniformizava as coisas e abria canais de comunicação..., o que pensa?

III. Guião de entrevista a não docentes

I. Caracterização do Entrevistado

São questões introdutórias e que podem ser colocadas por estarem relacionadas com as funções que desempenham, embora não existisse essa necessidade pois o entrevistador conhece bem o curriculum dos entrevistados.

Na maior parte das vezes estas questões servem para introduzir o tema e colocar o entrevistado mais tranquilo.

1. Que funções que desempenha? Qual é a sua categoria profissional?
2. Há quanto tempo está nesta Universidade?
3. Desde quando tem esta função?
4. Quanto tempo trabalha por dia/semana?
5. Em que locais exerce a sua profissão? (Universidade Pública, Universidade Privada)

II. Formação Profissional (facultativo)

Esta informação não é relevante para a investigação. Trata-se de perguntas introdutórias para colocar o entrevistado mais confortável.

6. Que Grau de Instrução possui?
7. Como foi a sua trajectória profissional relativamente a formação para poder exercer esta profissão?

III. Trajectória Profissional (facultativo)

São questões que poderão ser colocadas apenas para o entrevistado descontrair, se for caso disso.

8. Porquê e quando realiza este trabalho?
9. Qual é a sua profissão (Como se intitula)?

IV. Dimensão da Autonomia

10. Seria bom ajudar as universidades através de programas de mobilidade e cooperação, tendo lá professores e ensino de qualidade?
11. Uma docência de excelência. Os países lusófonos têm as suas falhas se compararmos com a nossa?
12. Existem bons alunos ou notam algumas dificuldades, relativamente aos alunos nacionais por exemplo?
13. Os alunos vêm porque em Portugal as propinas são mais baratas que nos EUA, por exemplo, ou porque temos um ensino de qualidade?

V. Dimensão das Competências, Estratégias e Relações Interprofissionais

14. Os alunos quando cá chegam têm problemas de integração? Expressam os seus problemas e necessidades? Ou alguém do seu país vos expressa essas carências?
15. Existem problemas de integração na escola, com não docentes? Ou Docentes? E com os outros alunos?
16. As redes de contactos são muito importantes. Existem redes de contactos informais com não docentes de outras escolas da lusofonia?

17. Se existisse uma partilha de conhecimento e informação que ajudasse a instituição e os alunos. Era descabido?

VI. Dimensão da Organização Académica

18. O Contacto institucional é débil?
19. Existe um problema institucional? É Burocrático?
20. O processo burocrático é volumoso?
21. A comunicação com as instituições é fluente? Há canais de comunicação privilegiados?
22. Como se processa o programa de Mentorado? E o Tutorado?
23. Quanto a mobilidade dos docentes, o que achas disso?
24. E a mobilidade dos não docentes?

VII. Dimensão Socioeconómica

25. O que pensas dos programas de cooperação e mobilidade no Espaço Lusófono?
26. Os programas actuais existentes são suficientes? Se não, porquê?
27. Estes alunos vêm com dificuldades? Quais? A burocracia, a língua, os vistos, a procura de alojamento? As dificuldades são para todos ou para Só para alguns?
28. Geralmente por serem oriundos de ex-colónias há cá muitos emigrantes, têm famílias inteiras por vezes?
29. Para os alunos que não ficam em casa de familiares, o alojamento é um problema?

30. Pagamento de bolsas? Como é que isto é feito? Existe atrasos no pagamento das bolsas? Isto levanta problemas financeiros?

31. Existe algum subsídio? Como é que este subsídio é atribuído?

32. Julga que estes docentes e alunos quando regressam ao seu país de origem são uma mais-valia? Há retornos para a sociedade?

33. .E julga que estas pessoas são uma mais valia para o nosso país?

VIII. Dimensão Cultural

34. A língua portuguesa funciona como uma alavanca nos processos de cooperação e mobilidade dentro do Espaço Lusófono?

35. Será ela (língua) um elo de ligação entre os PALOP, por aproximação cultural, ou apenas um aspecto de comunicação que está facilitado? Ou ambas?

36. A questão da língua, no caso das ex-colónias pode funcionar como um facilitador para eles escolherem virem para Portugal e não para outro sítio?

37. Eles interagem bem com os alunos nacionais, ou a prevalência é agirem entre eles?

38. A nível social...eles queixavam-se de dificuldades de inserção?

39. Sente por exemplo que se não fosse Portugal, eles teriam dificuldade em se relacionar ou se integrar numa universidade onde a língua não fosse o português ou valores culturais muito diferentes dos nossos?

40. O que pensa da participação da CPLP nos processos de mobilidade e cooperação?

IV. Ficha metodológica das entrevistas

1. Motivação

A motivação para a elaboração desta entrevista prende-se com a necessidade de obter dados no âmbito da elaboração da Tese de Doutoramento e situa-a no campo das atitudes, discursos, valores e representações dos docentes e não docentes do Ensino Superior Público que leccionam ou exercem a sua actividade profissional nos programas de mobilidade e cooperação no Espaço Lusófono.

2. Metodologia

a) Recolha de dados

A recolha de dados será efectuada através de uma entrevista, que se anexa a esta ficha metodológica, a docentes e não docentes do Espaço Lusófono que leccionam nos programas de mobilidade e cooperação entre Universidades.

b) População alvo

A população alvo foi: os docentes a leccionarem nos programas de mobilidade e cooperação entre Universidades do Espaço Lusófono, em universidades públicas em Portugal bem como os funcionários não docentes que exercem a sua actividade profissional na área internacional da Escola.

c) Período de aplicação

O período de aplicação será uma única vez.

d) Dimensões de análise

Antes das dimensões de análise propriamente ditas elaborámos uma série de perguntas de forma a caracterizar o entrevistado e a caracterizar o seu perfil profissional através da sua formação profissional e trajectórias

profissionais, meramente indicativas pois o entrevistador conhece bem o curriculum de todos os entrevistados.

De seguida elaborámos as questões referentes a cada uma das dimensões de análise abaixo indicadas bem como os respectivos indicadores.

As dimensões de análise utilizadas nesta entrevista foram:

d1) Dimensão Autonomia e Tecnologia

d2) Dimensão das Competências, Estratégias e Relações Interprofissionais

d3) Dimensão da Organização Académica

d4) Dimensão Socioeconómica

d5) Dimensão Cultural

Cada uma destas dimensões foi traduzida em indicadores:

d1) Dimensão Autonomia

Indicadores: A presença da tecnologia na Escola e em contexto dos programas de mobilidade; tecnologia como ferramenta da mobilidade; o prestígio da escola e a qualidade de ensino como forma de exercitar a autonomia.

d2) Dimensão das Competências, estratégias e relações interprofissionais

Indicadores: Relações Interpessoais privilegiadas; Relações privilegiadas entre diferentes Universidades do Espaço Lusófono; Troca e partilha de conhecimentos e práticas entre Universidades Lusófonas; as redes de contactos.

d3) Dimensão da Organização Académica

Indicadores: Práticas de organização académica no contexto dos programas de mobilidade; Recursos Humanos, materiais e financeiros partilhados;

d4) Dimensão Socioeconómica

Indicadores: Vantagens/Desvantagens dos programas de mobilidade no ensino superior público; O papel da Universidade nos programas de mobilidade; Os retornos para a Universidade e para o Capital Humano em consequência da frequência dos programas de mobilidade; os retornos para a sociedade decorrentes dos programas de mobilidade e cooperação.

d5) Dimensão Cultural

Indicadores: A cultura e os programas de mobilidade; A Língua Portuguesa como uma das motivações para a adesão aos programas de mobilidade; Aquisição de outros conhecimentos extracurriculares, por exemplo ao nível etnográfico e geográfico.

3. OUTPUT

O que se pretende analisar através desta entrevista é obter a perspectiva dos docentes que leccionam nos programas de mobilidade acerca dos mesmos no que toca ao enriquecimento do corpo de saberes, competências e conhecimentos culturais entre outros que podem transmitir aos alunos, que podem obter para si e para a investigação que desenvolvem na Universidade.

A perspectiva sobre a melhoria da qualidade de vida, o aumento da competitividade dos alunos bem como da sua produtividade actual e num futuro profissional também foram questionadas pois, considera-se serem fundamentais para articular com a problemática do desenvolvimento económico.

Nesta perspectiva importa referir que também foi abordado a temática da melhoria da qualidade de vida e competitividade no âmbito do desenvolvimento económico segundo o ponto de vista do docente, do investigador e a respectiva importância para a Universidade.

Esta entrevista recorreu ainda à recolha de informação sobre a organização académica que se articula com a tecnológica, com a qualidade de ensino e prestígio da escola, transversais neste processo, pois vêm dar conta de questões relacionadas com a autonomia académica em contexto Universitário lusófono. Pretende-se demonstrar como a construção de um Espaço Lusófono de mobilidade entre Universidades está directamente relacionado com a construção de um espaço Geoestratégico do ponto de vista da competitividade onde a posse de determinados conhecimentos e competências são fundamentais.

Esta entrevista também visa aferir informações acerca da própria mobilidade, no que toca a partilha de conhecimentos, eficiência e eficácia na gestão de recursos, redução de custos bem como a resistência à adesão aos referidos programas. Nesta dimensão é analisada a perspectiva do entrevistado sobre os retornos para o Capital Humano e para a própria Universidade decorrentes da frequência dos referidos programas mobilidade. Também a perspectiva do docente sobre da qualidade do ensino promovida pelos programas de mobilidade foi aferida nesta entrevista quer em relação ao aspecto pedagógico quer em relação ao aspecto tecnológico.

Por último foram aferidas as opiniões dos docentes e não docentes face ao possível enriquecimento cultural, etnográfico e geográfico de onde se salienta a importância da língua portuguesa como motor de motivação para a adesão a este tipo de programas de mobilidade bem como a perspectiva dos entrevistados face ao papel desempenhado pela CPLP bem como a possíveis contributos que esta possa facultar.

Estas entrevistas visam comprovar com as diversas opiniões recolhidas de como a construção de um espaço de mobilidade e cooperação no Espaço Lusófono está assente numa rede complexa de partilha de conhecimentos, saberes, práticas e contactos. Assumindo-se como uma construção social alicerçada no capital social e humano deste vasto espaço geográfico.

u évora
Instituto de Investigação e
Formação Avançada - IIFA

Contactos:
Universidade de Évora
Instituto de Investigação e Formação Avançada - IIFA
Palácio do Vimioso | Largo Marquês de Marialva, Apart. 94
7002-554 Évora | Portugal
Tel: (+351) 266 706 581
Fax: (+351) 266 744 677
email: iifa@uevora.pt